GRUPO Sotreq

SotreqPar S.A.

CNPJ/MF nº 23.798.535/0001-55

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, acompanhado das Notas Explicativas. Rio de Janeiro/RJ, 24/04/2024. A Diretoria

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2023	2022	2023	2022
Circulante		11.645	219.524	511.796	471.061
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.572	46	51.812	24.178
Títulos e valores mobiliários	7	1.733	217.990	62.800	222.008
Contas a receber	8	-	-	152.185	44.155
Estoques	9	-	-	190.708	113.174
Adiantamentos a fornecedores	10	-	-	3.503	31.900
Tributos a recuperar	11	375	1.001	21.297	11.305
Dividendos a receber	29	3.965	487	340	243
Cauções	12.3	-	-	3.962	2.307
Outras contas a receber		-	-	25.189	21.791
Não circulante		624.797	249.037	517.535	159.230
Tributos a recuperar	11	26	-	9.792	3.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	4.617	6.692
Partes relacionadas a receber				2.086	-
Depósitos judiciais	12.2	-	-	1.491	1.361
Debêntures a receber de partes relacionadas	29	312.466	52.321	312.466	52.321
Investimentos	13	279.131	196.716	9.853	9.712
Imobilizado	14	-	-	72.428	72.326
Intangível	15	33.174	-	92.842	7.570
Ativo de direito de uso	18	-	-	11.960	5.713
Total do ativo		636.442	468.561	1.029.331	630.291
Passivo					
Circulante		2.258	484	200.243	138.109
Fornecedores	16	-	-	65.038	94.653
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	19.529	7.677
Obrigações com arrendamentos	18	-	-	2.068	1.327
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	760	-
Adiantamentos de clientes		-	-	6.864	11.579
Provisões e encargos sociais e trabalhistas		-	-	53.935	4.226
Participação de empregados no resultado		-	-	12.116	5.859
Tributos a recolher	19	1.399	472	28.509	8.829
Dividendos a pagar	22	417	12	1.184	12
Outras contas a pagar		442	-	10.240	3.947
Não circulante		11.279	-	197.512	23.506
Provisão ILP diretoria		-	-	366	-
Empréstimos	17	-	-	2.066	-
Debêntures a pagar a partes relacionadas	29	-	-	180.430	13.848
Obrigações com arrendamentos	18	-	-	10.087	5.118
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	11.279	-	-	-
Provisões para contingências	12.1	-	-	4.563	4.540
Patrimônio líquido		622.905	468.077	631.576	468.676
Capital social	21	577.062	766.867	577.062	766.867
Capital social a integralizar	21	-	(300.000)	-	(300.000)
Reservas de lucros	22	46.008	1.206	46.008	1.206
Ajustes de conversão de investidas no exterior		(165)	4	(165)	4
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		622.905	468.077	622.905	468.077
Participações de acionistas não controladores		-	-	8.671	599
Total do passivo e patrimônio líquido		636.442	468.561	1.029.331	630.291

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora								
			Reservas de lucros						
	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31/12/2021	283.260	-	-	-	(36.754)	6	246.512	552	247.064
Lucro do exercício	-	-	-	-	37.972	-	37.972	35	38.007
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)
Absorção da parcela cindida da Sotreq S.A. (Nota 1.1.a)	183.607	-	-	-	-	-	183.607	-	183.607
Aumento de capital social	300.000	(300.000)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:									
Constituição de reserva legal	-	-	61	-	(61)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	1.143	(1.143)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022	-	-	-	-	(12)	-	(12)	-	(12)
Dividendos adicionais propostos do exercício de 2022	-	-	-	2	(2)	-	-	-	-
Efeitos na variação da participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	12	12
Saldos em 31/12/2022	766.867	(300.000)	61	1.145	-	4	468.077	599	468.676
Lucro do exercício	-	-	-	-	45.188	-	45.188	3.230	48.418
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	-	-	(665)	(665)	-	(665)
Distribuição dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 2022	-	-	-	(2)	-	-	(2)	-	(2)
Redução de capital	(235.276)	-	-	-	-	-	(235.276)	-	(235.276)
Integralização de capital em 31.03.23	-	300.000	-	-	-	-	(300.000)	-	(300.000)
Incorporação Sotrex em 23.05.23 (Nota 1.1.b)	45.471	-	107	1.244	(1.318)	496	46.000	-	46.000
Destinações:									
Constituição de reserva legal	-	-	2.194	-	(2.194)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	41.237	(41.237)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023	-	-	-	-	(417)	-	(417)	-	(417)
Dividendos adicionais propostos do exercício de 2023	-	-	-	22	(22)	-	-	-	-
Efeitos na variação da participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	4.842	4.842
Saldos em 31/12/2023	577.062	-	2.362	43.646	-	(165)	622.905	8.671	631.576

Demonstração do resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita operacional, líquida	23	-	-	743.478	386.883
Custos das vendas e dos serviços prestados	24	-	-	(515.808)	(303.396)
Lucro bruto		-	-	227.670	83.487
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas com vendas	25	-	-	(11.397)	(4.388)
Despesas gerais e administrativas	26	(2.032)	(133)	(207.386)	(71.588)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		-	-	(15.407)	7.108
Prejuízo (lucro) operacional		(2.032)	(133)	(6.520)	14.619
Equivalência patrimonial	13	20.615	17.234	1.357	980
Perda em investimento	13	-	-	(1.057)	(8.192)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	36.035	28.826	84.930	57.313
Despesas financeiras	27	(1.985)	(1.509)	(32.363)	(8.600)
		34.050	27.317	52.567	48.713
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		52.633	44.418	46.347	56.120
Imposto de renda e contribuição social	28	(7.445)	(6.446)	2.071	(18.113)
Lucro do exercício		45.188	37.972	48.418	38.007
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				45.188	37.972
Acionistas não controladores				3.230	35
Resultado do exercício				48.418	38.007

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício	45.188	37.972	48.418	38.007
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de conversão de investida no exterior	(169)	(2)	(169)	(2)
Total do resultado abrangente do exercício	45.019	37.970	48.249	38.005
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			45.019	37.970
Acionistas não controladores			3.230	35
			48.249	38.005

Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	52.633	44.418	46.347	56.120
Depreciações - Imobilizado	-	-	15.956	12.488
Depreciações - Ativo de direito de uso	-	-	3.813	1.499
Amortizações – Intangível	1.225	-	1.303	-
Ajuste a valor justo do financiamento - BANDES	-	-	(38.288)	(19.526)
Resultado líquido na venda de ativo fixo	-	-	(1.880)	(2.185)
Resultado de participações societárias	(20.615)	(17.234)	(1.357)	(980)
Resultado líquido na baixa de ativo de direito de uso	-	-	-	(7)
Provisão para contingências	-	-	23	2.276
Variação cambial	-	-	(427)	(167)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	3.514	90
Reversão de juros sobre debêntures - partes relacionadas	(28.617)	(6.595)	(9.003)	(6.487)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	-	(78)	(47)
Reversão de provisão para perda de estoque	-	-	(40)	(73)
Reversão de provisão de juros sobre títulos e valores mobiliários	(7.030)	(719)	(11.982)	(3.864)
Provisão de juros sobre empréstimos	-	-	1.293	-
Provisão decorrente de contratos derivativos	-	-	320	-
Juros sobre arrendamentos de direito de uso	-	-	1.019	804
	(2.404)	19.870	10.533	39.941
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(114.061)	(44.147)
Estoques	-	-	(77.494)	(107.460)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	28.397	(30.162)
Tributos a recuperar	616	(979)	(14.158)	(18.528)
Depósitos judiciais	-	-	(52)	42
Outros ativos	-	-	(5.053)	(22.901)
Fornecedores	-	-	(29.524)	88.812
Adiantamentos de clientes	-	-	(4.715)	7.049
Programa de participação	-	-	6.257	5.476
Provisões e encargos sociais e trabalhistas	-	-	49.709	3.940
Tributos a recolher	(2.580)	(2.723)	41.890	5.078
Outros passivos	442	-	6.293	1.272
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.355)	(3.279)	(20.139)	(19.523)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(8.281)	12.889	(122.117)	(91.111)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	10.542	1.269	973	1.232
Títulos e valores mobiliários	223.287	(17.133)	176.336	57.416
Incorporações de empresas (Nota 1.1)	-	-	24.123	43.828
Venda de Imobilizado	-	-	4.128	66.669
Aquisição de investimento	(489)	(631)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(11.718)	(97.882)
Aquisição de intangível	-	-	(6.604)	(7.566)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	233.340	(16.495)	(187.238)	63.697
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aquisição de empréstimos e financiamentos	-	-	58.973	29.374
Emissão de debêntures para partes relacionadas	-	-	146.968	13.740
Recebimento de empréstimos através de debêntures - partes relacionadas e juros	304.038	6.873	304.038	6.873
Aumento de capital social	300.000	-	300.000	-
Aquisição de debêntures - partes relacionadas	(590.000)	(50)	(590.000)	(50)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e juros	-	-	(22.260)	(2.228)
Pagamentos de empréstimos através de debêntures - partes relacionadas e juros	-	(4.204)	-	(4.204)
Pagamentos de arrendamentos de direito de uso	-	-	(5.812)	(1.968)
Pagamento de dividendos	(14)	-	(14)	-
Redução de capital social	(233.839)	-	(233.839)	-
Variação da participação dos acionistas minoritários	-	-	4.842	12
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(219.815)	2.619	(37.104)	41.549
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	5.244	(987)	28.017	14.135
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	1.033	24.178	10.043
Incorporação da Sotrex (caixa e equivalentes de caixa)	282	-	282	-
Ajuste de conversão	-	-	(665)	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.572	46	51.812	24.178

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre o Grupo. A Sotreqpar S.A. ("SotreqPar", "Companhia" ou em conjunto com suas controladas e coligadas "Grupo"), constituída em 30/11/2015 como uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada no Rio de Janeiro/RJ, tem por objeto social a participação no capital de outras empresas no território nacional. A Companhia faz parte do Grupo Sotreq e é subsidiária integral da Pertos Participações S.A. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31/12/2023 foram revisadas e aprovadas pela diretoria do Grupo em 30/04/2024. **1.1. Reestruturação societária do Grupo.** a) Incorporação da parte cindida da Sotreq S.A.. Em 02/05/2022 a Companhia absorveu o acervo líquido patrimonial cindido da empresa Sotreq S.A. ("Sotreq"), empresa do Grupo Sotreq. O critério de avaliação do patrimônio líquido da empresa cindida, para fins de cisão parcial, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30/04/2022, conforme Laudo de Cisão Parcial aprovado em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/05/2022. As variações patrimoniais da empresa cindida, posteriores a 30/04/2022, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da Companhia. A tabela a seguir resume o acervo líquido incorporado na data da incorporação:

	30/04/2022
Debêntures a receber de partes relacionadas	53.522
Investimento na Somov S.A.	130.086
Total do ativo	**183.608**
Capital social	183.608
Total do patrimônio líquido	**183.608**
Acervo líquido cindido	**183.608**

Desta forma, a Sotreq cindiu integralmente o investimento detido naquela data da controlada Somov à Companhia no montante de R$130.086 e a sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela Companhia. Assim, concluindo a organização societária do Grupo, a empresa Somov passa a ser controlada direta da Companhia, com 99,99% da participação acionária. O capital social da Companhia foi aumentado em R$183.608, com emissão de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (Nota 21). Por outro lado, o valor do capital social da Sotreq foi reduzido em R$183.608 mantendo inalterada a quantidade de ações e a distribuição dessas ações entre os acionistas. b) Incorporação da Sotrex S.A.. Em 23/05/2023 a Companhia incorporou todo o acervo líquido patrimonial da empresa Sotrex S.A. ("Sotrex"), empresa do Grupo Sotreq e antiga investida da Companhia, procedendo com a sua extinção. O critério de avaliação do patrimônio líquido da empresa Sotrex, para fins de incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30/04/2023, conforme Laudo de Incorporação aprovado em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/05/2023. As variações patrimoniais da Sotrex, posteriores a 30/04/2023, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da Companhia. A tabela a seguir resume o acervo líquido incorporado na data da incorporação:

	30/04/2023
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	282
Dividendos a receber	3.312
Tributos a recuperar	16
	3.610
Não circulante	
Investimento	72.827
Intangível	34.399
	107.226
Total do ativo	110.836
Passivo	
Não circulante	
Debêntures a pagar	54.435
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.696
	66.131
Patrimônio líquido	
Capital social	45.612
Adiantamento para futuro aumento de capital	80
Ações em tesouraria	(1.517)
Ajuste de conversão de investida no exterior	497
Reservas de lucros	1.355
Prejuízo do exercício	(1.322)
	44.705
Total do passivo e patrimônio líquido	110.836

Desta forma, a Companhia incorporou integralmente o investimento detido naquela data da empresa Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. ("Radix") no montante de R$72.827 e a sucessão de todos os seus direitos e obrigações. Assim, concluindo a organização societária do Grupo, a Companhia passa a ser controladora direta da Radix com 81,54% de participação acionária. c) Transferência de quotas da controlada direta ON2. Em 30/11/2023 a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da ON2 Soluções Integradas Ltda, empresa do Grupo Sotreq, através da transferência de 50% da participação da sócia Warren Power & Machinery, INC para a Companhia. Desta forma, a Companhia passa a ter 100% das quotas da ON2. **1.2. Transferência de operação da controlada indireta Santana.** O Campo de Santana foi adquirido com o foco principal de converter o reservatório em uma instalação de estocagem subterrânea de gás natural (ESGN), um elemento de extrema importância na infraestrutura de gás. O projeto de armazenamento de gás no campo de Santana é pioneiro no Brasil, sendo o primeiro, e único, projeto deste tipo aprovado pela ANP. O cronograma do projeto sofreu alterações nos últimos anos devido a diferentes mudanças econômicas e no mercado de gás, que levaram a atrasos na comercialização para tornar o empreendimento economicamente viável. O direito de exploração adquirido pela controlada indireta Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda. junto a ANP, em 21/06/2011, tem validade até 06/08/2025. Em razão do não fechamento de acordos comerciais ou parcerias estratégicas sem resultado positivo, a empresa decidiu pela cessão de direito do contrato de concessão do campo. Por meio da Resolução de Diretoria n° 208/2021, em 15/04/2021, foi aprovada pela Diretoria Colegiada da ANP a Cessão de Direitos e Obrigações referentes a exploração e produção de petróleo e gás natural da área denominada Campo de Santana, localizado em Catu, na Bahia, da controlada indireta Santana, cuja validade do contrato é até 06/08/2025, para a empresa Energizzi Energias do Brasil Ltda. ("Energizzi"). No dia 8/06/2021, após a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a empresa Energizzi assumiu todas as operações, atividades, custos e responsabilidades pelos poços identificados como operacionais e/ou abandonados referentes ao Campo de Santana e a controlada indireta Santana permanece responsável pelas contingências existentes dos processos que forem transformados em multa pela ANP (Agência Nacional do Petróleo). Por fim, no acordo firmado entre Energizzi e Santana, ficou determinado a possibilidade de recompra dos direitos cedidos por parte da controlada indireta Santana, bem como da participação no Contrato de Concessão, sendo esse direito exercível a qualquer momento até 06/08/2025. **1.3. Reestruturações das operações comerciais.** 1.3.1. Operações no segmento de Agronegócios. Em junho de 2021 a controlada direta Somov S.A. e a Sotreq S.A. (empresa do Grupo Sotreq) ingressaram no segmento de Agronegócios com representação das marcas Fendt (origem alemã) e Valtra (origem finlandesa), respectivamente, nas regiões do Oeste do Mato Grosso e Rondônia. Dessa forma, a Somov e a Sotreq passam a atuar com a venda de máquinas e peças agrícolas, manutenção, suporte técnico e contratos de produtos destas marcas. O Grupo Sotreq já atuava no segmento Agropecuário desde a sua fundação, porém apenas com máquinas da linha amarela em aplicações de suporte à agricultura e à pecuária, como manutenção de estradas, construção de infraestrutura, carga e descarga, entre outras áreas. Agora com a parceria com a *AGCO Corporation*, representando essas duas importantes marcas, passa a atuar de forma direta no processo produtivo, desde a preparação de solo, plantio, colheita e manutenção, gerando a oportunidade de oferecer um portifólio completo de produtos para os clientes que atuam em um dos segmentos que mais cresce no Brasil, proporcionando muita sinergia entre as linhas amarela e verde, além de posicionar o Grupo como único fornecedor de produtos e soluções para esse importante mercado. Em 2022, objetivando expandir essa parceria, foi fechado um novo acordo com a AGCO Corporation, onde passa a atuar com a representação de ambas as marcas nos estados do Pará e Norte do Tocantins. Para que isso fosse possível, foi necessário aquisição do direito de distribuição da marca Valtra, através de acordo comercial fechado entre as empresas Automic Comércio de Implementos, Máquinas e Tratores Ltda. ("Automic") e a controlada direta Somov S.A., além da Motobel Motores de Belém Ltda. ("Motobel") e a Sotreq S.A. Antes as empresas Automic e Motobel detinham o direito de distribuição da marca Valtra para o Oeste do Pará e Leste do Pará, respectivamente. Com esta aquisição, a controlada direta Somov registrou durante o ano 2022, no Intangível (Nota 15), o direito de distribuição da marca Valtra no valor de R$1.400, porém o preço acordado da marca foi de R$2.000. A diferença de R$600 referente a 30% foi quitada em 2023 após o término do período de transição estipulado entre a Somov e a vendedora. 1.3.2. Operações no segmento de construção civil. Em abril de 2022 a controlada direta Somov S.A. adquiriu da Englevel Engenharia, Consultoria e Representação comercial Ltda. a cessão ao direito de distribuição da empresa Trimble Europe BV no Brasil, estados da região Sul, bem como em todos os territórios dos países Paraguai e Uruguai. Desta forma, a Somov realizará vendas de produtos Trimble (peças), prestação de serviços, licenças e softwares para o mercado de construção civil. Com esta aquisição, a Somov registrou no Intangível (Nota 15) o direito de distribuição da marca Trimble no valor de R$6.166. **2. Resumo práticas contábeis materiais. 2.1. Base de preparação.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.2. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. **2.3. Base de consolidação.** As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da SotreqPar e de suas controladas em 31/12/2023 e 2022, conforme apresentadas a seguir:

Nome	País	Principal atividade	% Direta 2023	% Indireta 2023
Soimpex S.A.	Brasil	Comércio e logística	100,00%	-
Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A.	Brasil	Petróleo e gás	100,00%	-
ON2 Soluções Integradas Ltda.	Brasil	Indústria	100,00%	-
Somov S.A.	Brasil	Comércio e logística	99,99%	-
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Sofware S.A.	Brasil	Serviço	81,54%	-
Somov Rental Ltda.	Brasil	Comércio e logística	-	100,00%
Radix US, LLC	EUA	Serviço	-	100,00%
Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda.	Brasil	Petróleo e gás	-	99,99%

Nome	País	Principal atividade	% Direta 2022	% Indireta 2022
Soimpex S.A.	Brasil	Comércio e logística	100,00%	-
Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A.	Brasil	Petróleo e gás	100,00%	-
Somov S.A.	Brasil	Comércio e logística	99,99%	-
ON2 Soluções Integradas Ltda.	Brasil	Indústria	50,00%	-
Somov Rental Ltda.	Brasil	Comércio e logística	-	100,00%
Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda.	Brasil	Petróleo e gás	-	99,99%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados no momento da consolidação. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos acionistas não controladores. Perdas são atribuídas à participação de acionistas não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. **2.4. Investimentos em controladas e coligada.** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente com uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto. Coligadas são todas as entidades sobre ao qual a Companhia tem influência significativa, em que a mesma possui o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem controlá-la. Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido das investidas a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como participações nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas (equivalência patrimonial). Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a SotreqPar e suas investidas são eliminados na medida da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de *impairment* do ativo transferido. Variações cambiais registradas no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhecerá no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **2.5. Classificação corrente versus não corrente.** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; Todos os demais ativos são classificados como ativos não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como passivos não circulantes. **2.6. Reconhecimento da receita.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos. A receita de venda de máquinas, motores, equipamentos e peças é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado pelo cliente; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou as Companhias tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. b) Prestação de serviços. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de peças, geralmente relacionada à prestação de serviços de reparos em equipamentos do cliente, é reconhecida através de medição com base nas horas incorridas até a data do balanço. As receitas provenientes dos contratos de prestações de serviços por horas trabalhadas, geralmente relacionadas às prestações de serviços de engenharia, de informática e de consultorias, são reconhecidas através de medições de avanço, com base nas horas incorridas até a data do balanço. As receitas de contratos de serviços de manutenções e/ou atualizações de softwares, relacionadas aos contratos firmados por preço fixo, são reconhecidas pelo valor das parcelas do contrato na proporção em que os custos das manutenções e intervenções contratuais vão sendo executadas. As receitas dos contratos de prestação de serviços de armazenagem e operações logísticas são reconhecidas através da medição do tempo de armazenagem e de horas incorridas até a data do balanço. Além disso, também existem os serviços de agenciamentos de importações que são reconhecidos no desembaraço aduaneiro. c) Receitas de aluguéis. As receitas com aluguéis de equipamentos são reconhecidas no período em que as locações são prestadas, usando o método linear de reconhecimento de receita, conforme o período do contrato. d) Receita de juros. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. **2.7. Tributos.** a) Imposto de renda e contribuição social correntes. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. c) Tributos sobre prestação de serviços e vendas. O Grupo está sujeito, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% a 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% a 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 4% a 20%. **2.8. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros. a) *Classificação e mensuração.* A avaliação dos ativos financeiros do Grupo está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF Grupo	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Aplicações financeiras compromissadas	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Aplicações financeiras	Custo amortizado
Contas a receber	Contas a receber de clientes operacionais e partes relacionadas	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado
Dividendos	Dividendos a receber	Custo amortizado
Depósitos judiciais e cauções	Depósitos judiciais e cauções	Valor justo por meio do resultado
Debêntures a receber	Debêntures a receber de partes relacionadas	Custo amortizado

b) *Redução ao valor recuperável.* O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. c) *Desreconhecimento (baixa).* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. Passivos financeiros. a) *Classificação e mensuração.* Os principais passivos financeiros do Grupo são contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, obrigações com arrendamentos, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, dividendos a pagar, debêntures a pagar e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Estes passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. b) *Desreconhecimento (baixa).* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passi-

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

GRUPO **Sotreq**

SotreqPar S.A.
CNPJ/MF nº 23.798.535/0001-55

vo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Instrumentos financeiros - apresentação líquida. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.9. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.10. Títulos e valores mobiliários.** É composto por recursos aplicados em fundos de investimentos e são registrados pelo valor das cotas divulgado pelos administradores dos fundos e são classificados ao custo amortizado. **2.11. Contas a receber.** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Quando necessário o saldo de contas a receber é corrigido pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. A Administração do Grupo não provisiona para perda contas a receber com partes relacionadas. **2.12. Estoques.** Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio apurado a cada nova compra e o valor líquido de realização, ou o custo de reposição, exceto máquinas, que são demonstradas ao custo de aquisição, que é inferior ao valor líquido de realização. As ordens de serviços em andamento correspondem a custos com reparos e manutenção de equipamentos, incluindo mão-de-obra e, quando aplicável, peças para revenda, e são apropriadas ao resultado quando da conclusão dos serviços. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para a realização da venda. **2.13. Imobilizado.** O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada ou perdas acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil-econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado. **2.14. Ativos intangíveis.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Quando aplicável, ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.15. Arrendamento mercantil.** Grupo como Arrendatário. *Ativos de direitos de uso.* Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do contrato do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.3. *Passivos de arrendamento.* Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início. O passivo de arrendamento foi calculado com base na taxa incremental (Notas 3.2.f e 18). *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, contratos de arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Grupo como Arrendador. O Grupo possui contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos alugados, portanto se caracteriza como um arrendador. Na data de início, o Grupo reconhece os ativos mantidos em arrendamento operacional em seu balanço patrimonial como recebível ao valor equivalente ao investimento líquido no arrendamento. Os custos diretos iniciais estão incluídos na mensuração inicial do investimento líquido no arrendamento e reduzem o valor da receita reconhecida ao longo do prazo do arrendamento. **2.16. Incentivo fiscal - Fundap.** A controlada direta Soimpex S.A. está credenciada a se utilizar do benefício fiscal de ICMS do Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias ("Fundap"), específico do estado do Espírito Santo, que permite o diferimento do ICMS devido na importação no momento da saída de mercadorias. Além disso, o Banco do Estado do Espírito Santo ("Bandes") fornece financiamento com base de 75% do ICMS (para as alíquotas até 4%) e 66,67% (para alíquotas acima de 4%) devido no mês anterior para as sociedades credenciadas no Fundap e parcela de financiamento em até 25 anos. Caso a Companhia liquide o financiamento à vista, é concedido desconto de 90% do valor devido. O valor contábil dessas operações está registrado ao valor justo. **2.17. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.18. Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis.** A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações entram em vigor a partir de 1º/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) e IFRS 7 (CPC 40 (R1), de forma a esclarecer e divulgar os acordos de financiamentos de fornecedores. As alterações entram em vigor a partir de 1º/01/2024. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback*. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alteração ao IFRS 16 (CPC 06) de forma a especificar os requisitos que os arrendatários devem usar na mensuração da responsabilidade de locação em uma transação de *sale and leaseback*. Isso objetiva garantir que os arrendatários não reconheçam ganhos ou perdas relacionadas aos ativos de direitos de usos que eles possuem. As alterações entram em vigor a partir de 1º/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* que foram negociadas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas provisões e estimativas contábeis. As provisões e estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas provisões, estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.1. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, são feitas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, exceto no caso do imobilizado. As estimativas estão contempladas abaixo: a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento do Grupo sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de cliente e o efeito sobre as contas a receber a vencer e vencidas, quando aplicável. O Grupo não tem por prática a construção de provisão para créditos de liquidação duvidosas, saldos a receber com partes relacionadas, uma vez que entende que não há risco. b) Vida útil do imobilizado. A Administração do Grupo, com base em laudos de especialistas internos, revisa anualmente as vidas úteis de suas máquinas, motores e equipamentos de aluguel, bem como os valores residuais desses itens, de forma a calcular e contabilizar a depreciação com base em novas taxas de depreciação e apurar novo valor residual do bem quando ocorrer sua baixa por venda. A vida útil dos ativos classificados no imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pelas empresas do Grupo. c) Provisões para risco tributário, cível e trabalhista. Quando necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração do Grupo, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências sobre as obrigações de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária. d) Provisão para obsolescência de estoque. A Administração do Grupo revisa mensalmente o grau de obsolescência do seu estoque. Tal revisão é suportada com mudança no ambiente econômico em que ele se encontra e no tempo em que ele ficará obsoleto. Com base nessa revisão, a Administração constitui provisão de perda em estoque para os produtos com mais de 6 meses sem utilização. e) Valores justos dos derivativos e outros instrumentos financeiros. Os valores dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas. A Administração não se utiliza de seus derivativos para especulação financeira, mas para proteção dos seus empréstimos, os quais serão liquidados na data de seus vencimentos. A Administração não está divulgando derivativos marcados a mercado. f) Estimativa da taxa incremental. O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no contrato de arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamentos. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. **3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, incluindo intangíveis de vida útil econômica indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de necessidade de constituição de provisão para recuperação do ativo - *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Neste caso, uma perda por *impairment* será reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Não foram identificados indicadores de *impairment* nos exercícios de 2023 e 2022. **4. Gestão de risco financeiro. 4.1. Fatores de risco financeiro.** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do mesmo. A gestão de risco é realizada pelo Departamento Financeiro central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Diretoria Financeira. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa. a) Risco de mercado. i) *Risco cambial.* O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano. O risco cambial decorre de operações comerciais, compras de equipamentos e empréstimos reconhecidos, mantidos em moeda diferente à moeda funcional. A Administração estabeleceu uma política que exige que seja administrado seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Caso as operações estejam expostas ao risco cambial, será requerido a proteção de suas posições via contratação de instrumentos financeiros derivativos, efetuadas sob a orientação do Departamento Financeiro do Grupo. Durante o ano de 2023, o Grupo possuía derivativos para proteger, principalmente, empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia atualiza as operações de swap/*hedge* pela ptax do fechamento mensal (taxa do dólar publicada pelo Banco Central) e avalia regularmente a variação em relação ao valor justo. As operações de derivativos foram contratadas trocando a exposição em moeda estrangeira por reais acrescidos de taxa de juros atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). Tais instrumentos possuem os mesmos vencimentos e os mesmos valores de referência correspondentes aos valores expostos em moeda estrangeira. A intenção do Grupo é de liquidar tais operações em conjunto. A Administração acompanha regularmente o valor justo de tais instrumentos e avalia o impacto do seu registro contábil. ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.* Considerando que o Grupo não possui ativos significativos em que incidam juros, exceto as debêntures com partes relacionadas, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação para proteger-se contra o risco de volatilidade nas taxas de juros. b) Risco de crédito. O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, partes relacionadas, crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A análise de crédito é composta por relatório do Gestor de Crédito da SERASA, que fornece os dados econômico-financeiros, referências comerciais e bancárias, composição societária, classificação de risco etc., e complementado com a emissão da ficha de crédito, a qual é preenchida com o histórico financeiro do cliente junto ao Grupo, o potencial, a estratégia junto ao mercado e o relacionamento de acordo com a visão da área comercial e financeira. O comitê de crédito é composto por diversos níveis de hierarquia, sempre cumulativa, para as quais é atribuída uma autonomia diferenciada. Cada integrante do comitê emite um parecer com base nos dados apresentados e se favorável, o crédito é aprovado. Quando se tem um parecer negativo, ainda se pode emitir uma defesa para os pontos citados como impeditivos e submeter para nova análise do comitê de crédito. Não há liberação de crédito fora da política do Grupo e a Administração entende que as perdas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes estão suportadas pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. As inadimplências ainda não recuperadas foram devidamente provisionadas. Nenhum dos ativos financeiros adimplentes do Grupo foram renegociados no último exercício. Adicionalmente, nenhum dos empréstimos com partes relacionadas estão vencidos ou *impaired*. c) Risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro do Grupo. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamentos da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelo Grupo, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em certificados de depósitos bancários de curto prazo e fundos de investimentos. No encerramento do exercício de 2023, o Grupo mantinha aplicações de curto prazo de R$105.832 (R$234.782 em 2022) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31/12/2023						
Empréstimos e financiamentos	**-**	**-**	**-**	**19.529**	**2.066**	**-**
Fornecedores e outras obrigações	**442**	**-**	**-**	**75.278**	**-**	**-**
Em 31/12/2022						
Financiamentos	-	-	-	7.677	-	-
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	98.600	-	-

(i) O quadro acima demonstra uma estimativa dos empréstimos sem considerar os juros. **4.2. Gestão de capital.** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

5. Instrumentos financeiros por categoria	Controladora				Consolidado			
	Ativo financeiro ao valor justo		Custo amortizado		Ativo financeiro ao valor justo		Custo amortizado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos								
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	-	-	**5.572**	46	**-**	-	**51.812**	24.178
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	-	-	**1.733**	217.990	**-**	-	**62.800**	222.008
Contas a receber (Nota 8)	-	-	**-**	-	**-**	-	**152.185**	44.155
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	-	-	**-**	-	**-**	-	**3.503**	31.900
Dividendos a receber (Nota 29)	-	-	**3.965**	487	**-**	-	**340**	243
Outras contas a receber	-	-	**-**	-	**-**	-	**25.189**	21.791
Depósitos judiciais e caução (Nota 12.2)	-	-	**-**	-	**5.453**	3.668	**-**	-
Debêntures a receber (Nota 29)	-	-	**312.466**	52.321	**-**	-	**312.466**	52.321
	-	-	**323.736**	270.844	**5.453**	3.668	**608.295**	396.596
	Passivo financeiro a valor justo		Outros passivos financeiros		Passivo financeiro a valor justo		Outros passivos financeiros	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	**442**	-	**-**	-	**75.278**	98.600
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-	-	**-**	-	**-**	-	**21.595**	7.677
Obrigações com arrendamentos (Nota 18)	-	-	**-**	-	**-**	-	**12.155**	6.445
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	**-**	-	**760**	-	**-**	-
Adiantamentos de clientes	-	-	**-**	-	**-**	-	**6.864**	11.579
Dividendos a pagar (Nota 22)	-	-	**417**	12	**-**	-	**1.184**	12
Debêntures a pagar (Nota 29)	-	-	**-**	-	**-**	-	**180.430**	13.848
	-	-	**859**	12	**760**	-	**297.506**	138.161

6. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Banco conta movimento	**12**	7	**8.780**	11.404
Aplicações financeiras compromissadas	**5.560**	39	**43.032**	12.774
	5.572	46	**51.812**	24.178

Em 31/12/2023, os equivalentes de caixa são compostos principalmente por aplicações financeiras compromissadas e pelo excesso da posição de caixa aplicada após o fechamento do mercado até a abertura do próximo dia útil. As operações compromissadas são operações com o compromisso do vendedor, normalmente um banco de primeira linha, em recomprar a aplicação por um preço especificado em uma data futura determinada, e a maioria delas possui taxas flutuantes de liquidez diária (CDI). As operações compromissadas foram remuneradas a uma taxa média de 70% do CDI para 2023 e 2022.

7. Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**1.733**	51.527	**62.800**	55.545
Fundo de investimento	**-**	166.463	**-**	166.463
	1.733	217.990	**62.800**	222.008

Os títulos públicos são compostos de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e são investimentos de renda fixa, contratados principalmente através de fundos de investimento exclusivos. As LFTs são sujeitas à remuneração variável pela taxa Selic. Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) possuem remuneração atrelada a um percentual do CDI. Os CDBs foram remunerados a uma taxa média entre 98% e 99% do CDI em 2023 (taxa média de 99% do CDI durante todo o ano de 2022).

8. Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes, faturados	-	-	**122.411**	42.176
Contas a receber de clientes, não faturados (i)	-	-	**27.365**	846
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	**(328)**	(11)
	-	-	**149.448**	43.011
Partes relacionadas (Nota 29)	-	-	**2.737**	1.144
	-	-	**152.185**	44.155

(i) As contas a receber de cliente não faturados referem-se a serviços prestados aos seus clientes, comprovadas através do avanço físico de serviços já prestados. As contas a receber de clientes e partes relacionadas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reais	-	-	**151.825**	44.166
Dólares americanos	-	-	**688**	-
	-	-	**152.513**	44.166

A seguir apresentamos o saldo de contas a receber por vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer, não faturados	-	-	**27.365**	846
A vencer, faturados	-	-	**111.181**	39.300
Vencidas até três meses	-	-	**12.771**	4.013
Vencidas de três a seis meses	-	-	**1.092**	6
Vencidas acima de seis meses	-	-	**104**	1
	-	-	**125.148**	43.320
	-	-	**152.513**	44.166

Em 31/12/2023, as contas a receber de clientes faturados no valor de R$13.967 no consolidado (R$4.020 em 2022), encontram-se vencidas, mas não provisionadas. Esses valores referem-se a clientes que não apresentam histórico recente de inadimplência e para os quais a Administração entende não haver risco de crédito, pois são clientes chaves da Companhia. Adicionalmente, do montante em atraso até 31/12/2023 no valor de R$13.967 no consolidado, foram recebidos pela Companhia aproximadamente R$11.741, até a data de 01/04/2024. As movimentações na provisão para perdas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	-	-	**(11)**	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	**(3.514)**	(182)
Baixas de incobráveis	-	-	**3.197**	171
Em 31 de dezembro	-	-	**(328)**	(11)

9. Estoques	Consolidado	
	2023	2022
Máquinas e motores (i)	**164.922**	92.839
Peças para revenda	**25.880**	20.150
Importação em andamento	**808**	796
Demais materiais	**1.258**	1.589
Provisão para perda em estoques	**(2.160)**	(2.200)
	190.708	113.174

(i) Em 2023, a controlada direta Somov S.A. registrou um aumento no estoque de máquinas para atender ao mercado de Agronegócios com expectativas de vendas ocorrerem durante o ano. Dessa forma, foram realizadas aquisições de estoque de máquinas, no qual o saldo em 31/12/2023 representa R$150.257 (R$75.791 em 2022). O alto valor é justificado pelo alto custo das máquinas do Agronegócio. Já o saldo complementar de R$8.899 (R$10.063 em 2022), em 31/12/2023, refere-se aos valores registrados de motores. Em dezembro de 2023 a controlada direta Soimpex S.A. mantinha em seu poder um estoque no valor de R$4.655, no qual refere-se a solicitações de demandas por encomenda de clientes. A entrada do estoque ocorreu no final do ano de 2023 e a venda realizada em janeiro de 2024. As movimentações na provisão para perdas de estoques são as seguintes:

	Consolidado	
	2023	2022
Em 01 de janeiro	**(2.200)**	(774)
Entrada controlada Somov S.A. (Nota 1.1.a)	**-**	(1.499)
Provisão para perdas em estoques	**(1.077)**	(1.118)
Reversão de provisão	**1.117**	1.191
Em 31 de dezembro	**(2.160)**	(2.200)

10. Adiantamentos a fornecedores. O saldo de adiantamentos a fornecedores está assim apresentado:

	Consolidado	
	2023	2022
Serviços (i)	**3.089**	20.490
Máquinas e motores (ii)	**254**	10.979
Peças e acessórios	**160**	431
	3.503	31.900

(i) No segundo semestre do ano de 2022, a controlada direta Somov S.A. registrou R$4.210 referente aos serviços pagos antecipadamente ao despachante para novos processos de importações por conta e ordem de terceiros e desembaraços aduaneiros. Deste valor, R$4.175 foram realizados em 2023. No final do exercício de 2022 a controlada direta Soimpex S.A. registrou o valor de R$10.478 referente aos serviços pagos antecipadamente ao despachante para novos processos de importações por conta e ordem de terceiros e desembaraços aduaneiros de máquinas. Para fazer estes adiantamentos aos despachantes, da mesma forma, a Soimpex recebeu R$10.893 de adiantamentos de clientes para executar os processos de importações por conta e ordem. Já em 2023, não foi realizado adiantamentos na mesma proporção que 2022. (ii) Em dezembro de 2022 a controlada direta Soimpex S.A. fez antecipações em moeda estrangeira a parte relacionada Sotreq Handels GmbH (empresa do Grupo Sotreq) no valor de R$15.611, correspondente a importações de 3 máquinas, as quais foram entregues em fevereiro de 2023. A análise da realização dos adiantamentos de fornecedores está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Realizados em até três meses	**1.163**	24.750
Realizados de três a seis meses	**1.467**	4.842
Realizados acima de seis meses	**873**	2.308
	3.503	31.900

11. Tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (i)	**375**	1.001	**10.478**	5.180
ICMS a recuperar (ii)	**-**	-	**5.851**	106
PIS e COFINS a recuperar (iii)	**-**	-	**4.026**	3.461
Outros tributos a recuperar	**-**	-	**942**	2.558
	375	1.001	**21.297**	11.305
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (i)	**26**	-	**6.467**	3.535
ICMS a recuperar	**-**	-	**3.189**	-
PIS e COFINS a recuperar	**-**	-	**136**	-
	26	-	**9.792**	3.535

(i) Em 2018, seguindo a determinação da Lei n° 12.973/2014, caput artigo 30, a controlada direta Soimpex S.A. se beneficiou da subvenção de investimento registrando o valor de R$11.679 em Imposto de renda e Contribuição social a recuperar referente aos anos de 2013 a 2016. O crédito registrado é referente à exclusão da base de cálculo do IR/CS dos ganhos relacionados ao incentivo fiscal do Fundo de Desenvolvimento das Atividade Portuárias (FUNDAP), conforme lei citada anteriormente. A recuperação desses valores vem ocorrendo desde 2018, onde a Soimpex vem sendo restituída e compensada através de Per/Dcomps. Durante o exercício de 2023, a Soimpex obteve a restituição, via Per/Dcomp, de R$64 (R$346 em 2022) referente a CSLL e está aguardando a conclusão da análise da Receita Federal a respeito da restituição de R$2.453 de imposto de renda, considerando a atualização dos juros SELIC. A Administração não identifica risco de recuperabilidade para a restituição de R$2.453 registrado, uma vez que a Receita Federal ainda está no prazo quinquenal para análise da compensação, considerando que a transmissão do Per/Dcomp ocorreu em agosto/outubro de 2021. Em 2023, a controlada direta Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. apresenta R$4.491 de IRPJ (R$3.092 em 2022), bem como R$3.807 de CSLL (R$1.595 em 2022) referente as retenções realizadas por terceiros, que serão utilizados futuramente para compensação de pagamentos de outros tributos ou solicitação de pedido de restituição, ambos via Per/Dcomp. Em 2023 a controlada direta Somov S.A. gerou impostos a recuperar no montante de R$435 (R$3.926 em 2022) decorrentes do IRPJ e CSLL antecipados durante o exercício, a maior. Este saldo será utilizado via Per/Dcomp na compensação de pagamento de tributos em 2024. O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar registrados no ativo não circulante da Somov trata-se de pedido de restituição, via Per/Dcomp, do saldo negativo de IRPJ e da CSLL pagos a maior em 2022 e que está sendo aguardado deferimento pela Receita Federal do Brasil. (ii) Em 2023 a controlada direta Somov S.A. adquiriu máquinas e peças para o estoque das operações do segmento de Agronegócios, porém como não houve a saída integral dos itens adquiridos, foi gerado saldo credor de ICMS e, consequentemente, um aumento dos valores de ICMS a recuperar. (iii) Em 2023 foram gerados crédito de PIS/COFINS no montante de R$9.059 (R$7.790 em 2022) na controlada direta Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A., tendo sido compensados diretamente na apuração o montante de R$9.999 (R$6.891 em 2022). Durante o exercício de 2023 a controlada direta Somov S.A. reconheceu como imposto a recuperar valores referente a aquisição de insumos e depreciação no montante de R$6.432 (R$7.402 em 2022) e compensou o montante de R$8.041 (R$5.821 em 2022) sobre o débito de PIS e COFINS a recolher do exercício. **12. Provisões para contingências, depósitos judiciais e cauções. 12.1. Provisões para contingências.** Segue abaixo a movimentação das provisões de contingências do Grupo:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Em 01/12/2022	-	10	-	10
Entrada controlada direta Somov S.A. (Nota 1.1.a)	882	1.319	53	2.254
Constituições de provisões	207	604	25	836
Atualizações de provisões	12	1.820	270	2.102
Pagamentos/reversões de provisões	(473)	(189)	-	(662)
Em 31/12/2022	628	3.564	348	4.540
Constituições de provisões	**185**	**-**	**-**	**185**
Atualizações de provisões	**-**	**275**	**2**	**277**
Pagamentos/reversões de provisões	**(131)**	**-**	**(308)**	**(439)**
Em 31/12/2023	**682**	**3.839**	**42**	**4.563**

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e cíveis em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Em 31/12/2023 as contingências trabalhistas e previdenciárias correspondem a R$682 (R$628 em 2022) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre horas extras decorrentes da prestação de serviços junto a clientes da controlada direta Somov S.A. em todo território nacional. Contingências tributárias da controlada direta Somov S.A correspondem a R$3.825 (R$3.554 em 2022) e consistem, principalmente, em ações em que se discute a incidência do ICMS, multa em operações interestaduais com mercadorias importadas e para a cobrança de COFINS referente ao mês/09/2012, compensado com crédito de pagamento a maior em agosto de 2012, e PIS/12/2009 compensado com crédito de pagamento a maior/11/2009. Adicionalmente, o Grupo tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Administrativas	**4.757**	2.377
Trabalhistas	**471**	1.032
Fiscais		
ICMS (i)	**12.895**	11.203
ISS	**7.111**	2.402
PIS e COFINS	**1.083**	807
II	**627**	585
IR e CSLL	**2.164**	249
Outros	**1.885**	3.079
	30.993	21.374

(i) A controlada direta Soimpex possui o valor de R$2.891 referente a auto de infração lavrado para a cobrança de ICMS e multa pela suposta não escrituração de notas fiscais. Foi apresentado defesa alegando a aplicação exorbitante da multa, bem como a ausência de lesão ao fisco. Além disso, em 26/12/2023 a Soimpex recebeu uma autuação no valor de R$956 para a cobrança de supostos débitos de ICMS. **12.2. Depósitos judiciais.** Segue abaixo a movimentação dos depósitos judiciais do Grupo:

	Trabalhista	Tributário	Total
Em 01/01/2022	10	-	10
Entrada controlada direta Somov (Nota 1.1.a)	188	1.158	1.346
Adições	28	-	28
Atualização monetária	7	40	47
Baixas e desembolsos	(70)	-	(70)
Em 31/12/2022	**163**	**1.198**	**1.361**
Adições	**52**	**-**	**52**
Atualização monetária	**6**	**72**	**78**
Em 31/12/2023	**221**	**1.270**	**1.491**

12.3. Cauções. Todo o processo referente a subvenção do FUNDAP do que trata da liberação dos recursos financeiros é realizado pelo banco BANDES, onde ficam retidos os valores do caução. Em 31/12/2023 o montante de depósitos na controlada direta Soimpex S.A. é de R$3.962 (R$2.307 em 2022). O BANDES deduz o montante equivalente a 9% do valor dos financiamen-

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

GRUPO Sotreq

SotreqPar S.A.
CNPJ/MF nº 23.798.535/0001-55

tos, que fica depositado sob a modalidade de certificado de depósito bancário ou depósito vinculado, o qual é caucionado em garantia do respectivo contrato. Os valores dos cauções são resgatados após a Soimpex comprovar junto ao BANDES que aplicou no mínimo os valores retidos para utilização dos serviços de transporte marítimo internacional de contêiner (Nota 17). Segue abaixo a movimentação dos cauções na controlada direta Soimpex:

	Caução - Bandes
Em 31/12/2021	773
Adições (i)	2.644
Atualização monetária	20
Resgate (ii)	(1.130)
Em 31/12/2022	2.307
Adições (i)	**3.214**
Atualização monetária	**62**
Resgate (ii)	**(1.621)**
Em 31/12/2023	**3.962**

(i) Em 2023 houve uma movimentação de financiamentos no montante de R$35.710 (R$29.374 em 2022) que gerou o valor de caução no montante de R$3.214 (R$2.644 em 2022). (ii) Em 2023 a controlada direta Soimpex utilizou os resgates dos cauções no valor de R$1.621 (R$1.130 em 2022) comprovando pagamentos junto ao BANDES com a prestações de serviços de transporte marítimo internacional em contêineres, em conformidade com o artigo 4º, inciso III, do Decreto Estadual nº 3473-R de 19/12/2013.

13. Investimentos em controladas e coligadas. a) Movimentação dos investimentos

Controladora	Somov	Brasympe	Soimpex	ON2	Stogas	Sotrex	Radix	Total
Saldo em 01/01/2022	-	9.556	38.551	552	1.174	145	-	49.978
Aquisição de investimento (i)	130.086	-	-	-	631	-	-	130.717
Dividendos a receber e recebidos	(126)	(967)	(118)	-	-	-	-	(1.211)
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Equivalência patrimonial	5.078	973	11.761	34	(619)	7	-	17.234
Saldo em 31/12/2022	135.038	9.562	50.194	586	1.186	150	-	196.716
Aquisição de investimento (i)	**-**	**-**	**-**	**441**	**48**	**-**	**-**	**489**
Incorporação da Sotrex em 05/2023 (ii)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(143)**	**72.827**	**72.684**
Dividendos a receber e recebidos	**(3.191)**	**(1.070)**	**(3.056)**	**-**	**-**	**-**	**(3.391)**	**(10.708)**
Ajuste de conversão de investida no exterior	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2)**	**(663)**	**(665)**
Equivalência patrimonial	**(20.323)**	**1.361**	**24.636**	**(13)**	**1.871**	**(5)**	**13.088**	**20.615**
Saldo em 31/12/2023	**111.524**	**9.853**	**71.774**	**1.014**	**3.105**	**-**	**81.861**	**279.131**

(i) Em 02/05/2022 a Companhia absorveu o acervo líquido patrimonial cindido da empresa Sotreq S.A. (empresa do Grupo Sotreq). Desta forma, os investimentos na empresa Somov S.A foram transferidos para a Companhia que passa a controlar a Somov S.A. com 99,99% da participação acionária (Nota 1.1.a). A Companhia registrou uma perda de R$8.192 devido a equivalência patrimonial da Somov do período de janeiro a abril de 2022, época em que a Somov ainda estava alocada na Sotreq. Em 30/11/2023 a Companhia adquiriu da antiga sócia da controlada direta ON2, Warren Power & Machinery, INC, a participação de 50% através da transferência de quotas. Desta forma, a Companhia passa a ter 100% das quotas da ON2 (Nota 1.1.c). A Companhia registrou o valor de R$145 referente ao ganho com esta transação. (ii) Em 23/05/2023 a Companhia incorporou todo o acervo líquido patrimonial da empresa Sotrex S.A., empresa do Grupo Sotreq e antiga investida da Companhia, procedendo com a sua extinção. Desta forma, a Companhia incorporou integralmente o investimento detido naquela data da empresa Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. no montante de R$72.827. Assim, a Companhia passa a ter 81,54% de participação acionária na empresa Radix (Nota 1.1.b). A Companhia registrou uma perda de R$1.189 devido a equivalência patrimonial da Radix do período de janeiro a abril de 2023, época em que a Radix ainda estava alocada na Sotrex.

Consolidado	Brasympe	Sotrex	Total
Saldo em 01/01/2022	9.556	145	9.701
Dividendos a receber e recebidos	(967)	-	(967)
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	(2)	(2)
Equivalência patrimonial	973	7	980
Saldo em 31/12/2022	9.562	150	9.712
Incorporação da Sotrex em 05/2023 (Nota 1.1.b)	**-**	**(143)**	**(143)**
Dividendos a receber e recebidos	**(1.070)**	**-**	**(1.070)**
Ajuste de conversão de investida no exterior	**-**	**(2)**	**(2)**
Equivalência patrimonial	**1.361**	**(5)**	**1.356**
Saldo em 31/12/2023	**9.853**	**-**	**9.853**

b) Informações sobre investidas. Segue abaixo a movimentação dos saldos das controladas diretas e investida que refletem o investimento da Companhia nos ativos, passivos e resultados:

31/12/2023	%	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Soimpex S.A.	**100,00%**	**93.005**	**21.231**	**71.774**	**24.636**
Stogas S.A.	**100,00%**	**3.106**	**1**	**3.105**	**1.871**
Somov S.A.	**99,99%**	**378.869**	**267.334**	**111.535**	**(20.325)**
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Sofware S.A.	**81,54%**	**134.161**	**87.248**	**46.913**	**17.508**
ON2 Soluções Integradas Ltda.	**100,00%**	**1.014**	**-**	**1.014**	**(158)**
Brasympe S.A.	**13,33%**	**77.813**	**3.900**	**73.913**	**10.209**

31/12/2022	%	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Soimpex S.A.	100,00%	83.331	33.137	50.194	11.761
Stogas S.A.	100,00%	1.189	3	1.186	(619)
Somov S.A.	99,99%	257.267	122.215	135.052	13.272
ON2 Soluções Integradas Ltda.	50,00%	1.172	-	1.172	67
Brasympe S.A.	13,33%	74.494	2.763	71.731	7.300
Sotrex S.A.	0,31%	112.405	64.325	48.080	2.853

(i) A Soimpex S.A. possui sua sede em Serra/ES e tem por objeto atividades preponderantes a importação e exportação de bens e mercadorias em geral, por conta própria, por encomenda ou por conta e ordem de terceiros, a intermediação e representação comercial de produtos importados, no país ou no exterior, o assessoramento mercantil em importação e exportação, o agenciamento de comércio internacional de mercadorias, operação logística, depósito de mercadorias e a compra e venda de equipamentos, incluindo suas partes e acessórios. (ii) A Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. tem sede no Rio de Janeiro/RJ e tem como atividades a consultoria, gerenciamento e participação em projetos relacionadas à energia, óleo e gás, bem como participação em outras empresas na condição de acionista ou quotista. Atualmente, seu principal ativo é representado por investimentos na empresa Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda., que também está sediada no Rio de Janeiro/RJ e tem por objeto social: (i) a exploração, desenvolvimento e produção de acumulações de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos; (ii) transporte e armazenamento de petróleo e gás natural; e (iii) a participação em outras empresas, comerciais, civis ou consórcio, seja como acionista, quotista ou consorciada. (iii) A Somov S.A. está situada em São Paulo/SP e tem como atividades o comércio, a indústria, a importação, a exportação e a representação comercial, de máquinas em geral e de suas partes, peças, acessórios e produtos de telecomunicações, bem como, o aluguel, a manutenção, o reparo e a prestação de serviços técnicos relacionados a esses produtos, inclusive a movimentação de materiais e outras cargas. Presta, também, serviços de consultoria de projetos relacionados ao objeto, podendo ainda participar do capital de outras empresas, no país ou no exterior, correspondente bancário e exercer atividades complementares às suas atividades principais. A Somov S.A. possui 100% de participação na empresa Somov Rental Ltda. que está situada em Araçariguama/SP e tem como objeto social o comércio, a representação comercial, de máquinas em geral e de suas partes, peças e acessórios, bem como o aluguel, a manutenção, o reparo e a prestação de serviços técnicos relacionados a esses produtos, inclusive a movimentação de materiais e outras cargas. Presta, também, serviços de consultoria de projetos relacionados ao objeto, podendo ainda participar do capital de outras empresas, no país ou no exterior, e exercer atividades complementares às suas atividades principais. (iv) A Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. está localizada no Rio de Janeiro/RJ, tem como atividades preponderantes a (i) prestação de serviços de engenharia e serviços de engenharia consultiva, englobando a elaboração de: plano de diretores; estudos de viabilidade; estudos organizacionais e outros estudos relacionados com obras ou engenharia; (ii) elaboração de anteprojetos, projetos conceituais, projetos básicos, pré-detalhamento e projetos executivos e nas disciplinas de elétrica, mecânica, máquinas rotativas, fornos, aquecimentos, ventilação e ar condicionado, tubulação, estruturas metálicas e de concreto, civil, arquitetura, automação, instrumentação, processo, química, segurança, telecomunicações e engenharia naval para empreendimentos on-shore e off-shore, em especial para indústria de processo e tratamento de minério; (iii) fiscalização, gerenciamento e supervisão de obras e/ou serviços de engenharia; (iv) prestação de serviços de informática, decorrentes de desenvolvimento de software, incluindo licenciamento ou cessão de direito de uso, análise e arquitetura de sistemas, programação, instalação e configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico, manutenção ou atualização de software; (v) importação e exportação de bens e mercadorias decorrentes dos serviços descritos; (vi) comércio de máquinas e suprimentos para processamento de dados e automação industrial; (vii) curso e treinamento para desenvolvimento profissional e gerencial; (viii) prestação de serviços de manutenção, industrialização de máquinas em geral, motores, equipamentos, partes e peças; (iv) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (x) e a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. A Radix possui 100% de participação na empresa Radix US que está situada em Houston, Texas, Estados Unidos, e tem como atividades: serviços de engenharia, automação industrial e desenvolvimento de softwares. (v) A ON2 Soluções Integradas Ltda. tem sede no Rio de Janeiro/RJ e tem por objeto social: (a) consultoria em projetos relacionados à engenharia: civil, naval, de produção e automação, mecânica e elétrica; (b) compra, venda, industrialização, importação e exportação, locação e transporte de máquinas e equipamentos relacionados às atividades acima enumerados, por conta própria ou de terceiros; (c) representação de outras sociedades, por conta própria ou de terceiros; (d) e participação em outras empresas, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. (vi) A Brasympe Energia S.A. possui sua sede no Rio de Janeiro/RJ e tem por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo território nacional, na forma de produtor independente de energia elétrica.

14. Imobilizado

Consolidado	Terrenos	Máquinas para aluguel	Edificações	Máquinas, equipamentos e ferramentas de oficina	Veículos	Instalações, móveis, equipamentos de escritório e benfeitorias em terceiros	Equipamentos de informática	Total em operação	Obras em andamento	Total imobilizado
Saldos em 01/01/2022	3.494	-	6.372	9	46	46	207	10.174	306	10.480
Entrada controlada direta Somov, líquida (Nota 1.1.a)	-	36.952	-	1.671	191	773	581	40.168	768	40.936
Aquisição	-	95.151	-	1.039	351	503	507	97.551	331	97.882
Transferência para controlada indireta Somov Rental, líquido (i)		(58.338)		(166)	(172)	-	(52)	(58.728)	-	(58.728)
Alienações e baixas	-	(10.679)	-	(341)	(253)	(2)	(89)	(11.364)	(55)	(11.419)
Depreciação	-	(11.088)	(396)	(389)	(62)	(224)	(329)	(12.488)	-	(12.488)
Baixa de depreciação	-	5.206	-	193	177	-	87	5.663	-	5.663
Transferências	-	-	217	-	-	-	-	217	(217)	-
Saldos em 31/12/2022	3.494	57.204	6.193	2.016	278	1.096	912	71.193	1.133	72.326
Em 31/12/2022										
Custo	3.494	60.531	9.998	3.347	408	2.848	2.755	83.381	1.133	84.514
Depreciação acumulada	-	(3.327)	(3.805)	(1.331)	(130)	(1.752)	(1.843)	(12.188)	-	(12.188)
Saldo contábil, líquido	3.494	57.204	6.193	2.016	278	1.096	912	71.193	1.133	72.326
Saldos em 01/01/2023	**3.494**	**57.204**	**6.193**	**2.016**	**278**	**1.096**	**912**	**71.193**	**1.133**	**72.326**
Entrada controlada direta Radix, líquida (Nota 1.1.b)	**-**	**-**	**-**	**15**	**2.014**	**286**	**4.252**	**6.567**	**21**	**6.588**
Aquisição	**-**	**6.603**	**242**	**1.010**	**1.449**	**334**	**1.765**	**11.403**	**315**	**11.718**
Alienações e baixas	**-**	**(6.006)**	**-**	**(517)**	**(851)**	**(91)**	**(774)**	**(8.239)**	**(235)**	**(8.474)**
Depreciação	**-**	**(11.521)**	**(386)**	**(315)**	**(581)**	**(353)**	**(2.800)**	**(15.956)**	**-**	**(15.956)**
Baixa de depreciação	**-**	**4.461**	**-**	**494**	**422**	**92**	**757**	**6.226**	**-**	**6.226**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**467**	**-**	**467**	**(467)**	**-**
Saldos em 31/12/2023	**3.494**	**50.741**	**6.049**	**2.703**	**2.731**	**1.831**	**4.112**	**71.661**	**767**	**72.428**
Em 31/12/2023										
Custo	**3.494**	**61.128**	**10.240**	**3.927**	**3.334**	**4.902**	**14.815**	**101.840**	**767**	**102.607**
Depreciação acumulada	**-**	**(10.387)**	**(4.191)**	**(1.224)**	**(603)**	**(3.071)**	**(10.703)**	**(30.179)**	**-**	**(30.179)**
Saldo contábil, líquido	**3.494**	**50.741**	**6.049**	**2.703**	**2.731**	**1.831**	**4.112**	**71.661**	**767**	**72.428**
Taxas anuais de depreciação	**-**	**25%**	**4%**	**10% a 25%**	**20% a 33%**	**4% a 33%**	**20% a 50%**	**-**	**-**	**-**

(i) Em julho de 2022, a controlada direta Somov S.A. constituiu a empresa Somov Rental Ltda. com o valor de R$1 com 100% das quotas. A principal atividade desta nova empresa constituída, dentre outras, é a locação de máquinas empilhadeiras. Em novembro de 2022, a controlada direta Somov aumentou o capital social da Somov Rental, onde subscreveu e integralizou o valor integral de R$58.728 através de bens do imobilizado, a maioria máquinas empilhadeiras.

15. Intangível

Consolidado	Licença de software e Sistemas aplicativos	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Direito de distribuição de marca	Gastos iniciais com projetos	Ágio	Total intangível
Saldos em 01/01/2022	-	4	-	-	-	-	4
Aquisição (i)	-	-	-	7.566	-	-	7.566
Saldos em 31/12/2022	-	4	-	7.566	-	-	7.570
Em 31/12/2022							
Custo	-	4	-	7.566	-	-	7.570
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	-	4	-	7.566	-	-	7.570
Saldos em 01/01/2023	**-**	**4**	**-**	**7.566**	**-**	**-**	**7.570**
Incorporação da Sotrex (Nota 1.1.b)	**-**	**32.648**	**1.751**	**-**	**-**	**-**	**34.399**
Entrada controlada direta Radix, líquida (Nota 1.1.b)	**85**	**1**	**-**	**-**	**1.877**	**43.609**	**45.572**
Aquisição	**-**	**-**	**-**	**446**	**6.158**	**-**	**6.604**
Amortização	**(78)**	**(787)**	**(438)**	**-**	**-**	**-**	**(1.303)**
Saldos em 31/12/2023	**7**	**31.866**	**1.313**	**8.012**	**8.035**	**43.609**	**92.842**
Em 31/12/2023							
Custo	**14.914**	**35.406**	**5.527**	**8.012**	**8.035**	**43.609**	**115.503**
Amortização acumulada	**(14.907)**	**(3.540)**	**(4.214)**	**-**	**-**	**-**	**(22.661)**
Saldo contábil, líquido	**7**	**31.866**	**1.313**	**8.012**	**8.035**	**43.609**	**92.842**
Taxa anual de amortização	20% a 33%	-	-	-	-	-	

(i) Durante o ano de 2022 a controlada direta Somov S.A. adquiriu os direitos de distribuições das marcas Valtra e Trimble (Notas 1.3.1 e 1.3.2, respectivamente). Anualmente a Administração testa a recuperabilidade dos direitos de distribuições de marcas sem vida útil definida através de análise de fluxo de caixa descontado. Não foi identificado necessidade de registro de provisão para recuperabilidade sobre os direitos de distribuições de marcas no exercício de 2023 e 2022.

16. Fornecedores

	Consolidado 2023	2022
Fornecedores no país (i)	**63.607**	93.269
Partes relacionadas	**583**	1.381
Outros	**848**	3
	65.038	94.653

(i) Em 2022, com a entrada no mercado de Agronegócios (Nota 1.3.1), a controlada direta Somov S.A. registrou um aumento no estoque de máquinas para atender a essa nova operação. Dessa forma, foram realizadas aquisições de estoque de máquinas, no qual o saldo em 31/12/2022 representa R$75.167. O alto valor é justificado pelo alto custo das máquinas do Agronegócio. Por outro lado, o reflexo do aumento de estoque também apresentou aumento em fornecedores em 2022, uma vez que as principais máquinas adquiridas no final de 2022 foram liquidadas junto ao fornecedor apenas em 2023. Da mesma forma, ao longo de 2023 foram sendo adquiridas máquinas visando atender demandas do Agronegócio, no qual o fornecedor foi liquidado e as máquinas ainda não vendidas.

17. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado 2023	2022
Circulante		
Empréstimos	**18.687**	-
Financiamentos	**842**	7.677
	19.529	7.677
Não circulante		
Empréstimos	**2.066**	-
	2.066	-
	21.595	7.677

a) Características dos empréstimos. *Consolidado*

Modalidade	Entrada Radix (i)	Captações	Juros incorridos	Amortizações de principal	Amortizações de juros	Variação cambial	Saldo em 2023
Capital de giro nacional	**4.187**	**-**	**65**	**(4.000)**	**(252)**	**-**	**-**
Capital de giro estrangeiro	**11.146**	**23.263**	**1.228**	**(12.677)**	**(1.074)**	**(1.133)**	**20.753**
	15.333	**23.263**	**1.293**	**(16.677)**	**(1.326)**	**(1.133)**	**20.753**

(i) Em 23/05/2023 a Companhia incorporou a empresa Sotrex S.A. e, como consequência, assumiu os investimentos da empresa Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. (Nota 1.1.b). Desta forma, a Radix passa a ser controlada direta da Companhia e passa a fazer parte do Consolidado. Os saldos atualizados dos empréstimos nas datas dos balanços são como seguem:

	Consolidado 2023	2022
Seis meses ou menos	**16.621**	-
Seis a doze meses	**2.066**	-
Um a cinco anos	**2.066**	-
	20.753	-

Os valores justos dos empréstimos atuais são semelhantes aos seus valores contábeis, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados. Os valores contábeis para os empréstimos são mantidos nas seguintes moedas:

	Consolidado 2023	2022
Dólares americanos	**6.236**	-
Euro	**14.517**	-
	20.753	-

Em 31/12/2023, a controlada direta Radix possuía operações de *swap* no valor de R$760 (R$440 em 2022) contratadas para proteger, principalmente, as variações cambiais dos empréstimos em moeda estrangeira. b) Características dos financiamentos. A controlada direta Soimpex S.A. atua na prestação de serviço de importação no Estado do Espírito Santo, como consequência está credenciada no Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias do Espírito Santo - Fundap ("Fundap"). Ela possui o direito de obter financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - Bandes, com juros de 1% ao ano, sem correção monetária, conforme definido pela Lei nº 4.972/1994 em seu artigo 1º, e prazos de carência e de amortização de 5 e 20 anos, respectivamente. Mensalmente o BANDES, atuando como gestor do Fundap, e amparado por dispositivo legal, realiza leilões administrativos que concedem ao titular o direito de quitação da sua parcela de dívida. Periodicamente os contratos de financiamento com recursos Fundap podem ser objeto de oferta pública, visando à liquidação antecipada destes, observadas as seguintes condições: (a) Pagamento em moeda corrente equivalente a, no mínimo, 10% dos saldos devedores dos contratos de financiamentos apurados na data da liquidação; (b) Que o recurso advindo do financiamento seja alocado em investimentos exigidos na forma da Lei, ou que sejam depositados no BANDES; (c) Que a Companhia retenha sobre a forma de caução o percentual de 9% do valor original do contrato de financiamento, cujo montante será utilizado pelo BANDES para aquisição de títulos de renda fixa (Nota 12.3); e (d) Os contratos poderão ser cedidos mediante leilão, observado o preço mínimo estabelecido pela Lei nº 7.491/03, artigo 3º. Durante o exercício de 2023, o volume total de financiamentos contraídos pela Soimpex, incluindo despesas com cartório e caução, foi de R$35.710 (R$29.374 em 2022) tendo sido parcialmente quitado durante o exercício, no montante de R$3.489 (R$2.171 em 2022), de acordo com o leilão, gerando receita de R$38.288 (R$19.526 em 2022), apresentado como resultado financeiro (Nota 27). Em dezembro 2023 a Soimpex possuía contrato de financiamento com a base de cálculo formada pelo faturamento do mês/10/2023 no montante de R$16.141 (R$152.007 em 2022), o que gerou financiamento no montante de R$842 (R$7.677 em 2022). Os processos internos referente ao leilão foram finalizados em janeiro de 2024 com desconto. Assim, foram obtidos descontos de R$757 (R$6.908 em 2022), registrados em receita financeira e efetivamente liquidado empréstimo no montante de R$84 (R$769 em 2022). Segue abaixo a movimentação dos financiamentos:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	**7.677**	57
Pagamentos de financiamentos do ano anterior	**(768)**	(57)
Despesas com cartório	**54**	51
Caução (Nota 12.3)	**3.214**	2.644
Aquisição de financiamentos	**32.442**	26.679
Pagamentos de financiamentos	**(3.489)**	(2.171)
Receita financeira (Nota 27)	**(38.288)**	(19.526)
Em 31 de dezembro	**842**	7.677

18. Ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos. Grupo como arrendatário. O Grupo possui contratos de arrendamentos financeiros, atuando como arrendatário no aluguel de imóvel e equipamento. A seguir estão os valores contábeis registrados no ativo de direito de uso e a movimentação durante o período:

	Consolidado Imóveis	Equipamentos	Total
Em 01/01/2022	-	49	49
Entrada da controlada direta Somov (Nota 1.1.a)	2.350	737	3.087
Adições	301	4.190	4.491
Depreciações	(689)	(810)	(1.499)
Baixas	-	(725)	(725)
Recálculos das parcelas (i)	310	-	310
Em 31/12/2022	2.272	3.441	5.713
Entrada da controlada direta Radix (Nota 1.1.b)	**2.445**	**-**	**2.445**
Adições	**7.529**	**86**	**7.615**
Depreciações	**(3.002)**	**(811)**	**(3.813)**
Em 31/12/2023	**9.244**	**2.716**	**11.960**

(i) Os recálculos são necessários quando ocorrem alterações nas parcelas dos aluguéis, assim como alterações nos períodos dos contratos. Abaixo estão apresentados os valores contábeis registrados no passivo de arrendamento e a movimentação durante o período:

	Consolidado Imóveis	Equipamentos	Total
Em 01/01/2022	-	50	50
Entrada da controlada direta Somov (Nota 1.1.a)	2.748	742	3.490
Adições	301	4.190	4.491
Acréscimo de juros	312	492	804
Pagamentos	(851)	(1.117)	(1.968)
Baixas	-	(732)	(732)
Recálculos das parcelas (i)	310	-	310
Em 31/12/2022	2.820	3.625	6.445
Circulante			1.327
Não circulante			5.118
Entrada da controlada direta Radix (Nota 1.1.b)	**2.888**	**-**	**2.888**
Adições	**7.529**	**86**	**7.615**
Acréscimo de juros	**592**	**427**	**1.019**
Pagamentos	**(4.694)**	**(1.118)**	**(5.812)**
Em 31/12/2023	**9.135**	**3.020**	**12.155**
Circulante			**2.068**
Não circulante			**10.087**

(i) Os recálculos são necessários quando ocorrem alterações nas parcelas dos aluguéis, assim como alterações nos períodos dos contratos. O passivo de arrendamento tem vencimento em 2036 e foi calculado com base na taxa incremental média de 0,7974% a.m. (0,8422% a.m. em 2022). Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	Consolidado 2023	2022
Custo de depreciação de ativo de direito de uso (i)	**(768)**	(740)
Despesa de depreciação de ativo de direito de uso	**(3.045)**	(759)
Créditos de PIS e COFINS não cumulativos	**218**	126
Total de custo e despesa de depreciação (Notas 24 e 26)	**(3.595)**	(1.373)
Despesa de juros sobre passivo de arrendamento	**(1.019)**	(804)
Créditos de PIS e COFINS não cumulativos	**163**	42
Total de despesa de juros (Nota 27)	**(856)**	(762)
Ganho na baixa de ativo de direito de uso	**7**	7
Despesas relativas à arrendamentos operacionais (Nota 26)	**(10.442)**	(5.517)
Total reconhecido no resultado	**(14.886)**	**(7.645)**

(i) Os arrendamentos de equipamentos relacionados à operação do Agronegócio estão classificados em custos devido a estes fazerem parte da operação da controlada direta Somov S.A. Grupo como arrendador. A controlada direta Somov S.A. e a controlada indireta Somov Rental Ltda. celebraram arrendamentos operacionais de equipamentos atuando como arrendadoras. Esses arrendamentos têm prazos entre 5 e 10 anos. A receita bruta de aluguéis reconhecida por elas durante o exercício de 2023 é de R$101.179 (R$86.571 em 2022).

19. Tributos a recolher

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
IR e CSLL a recolher (i)	**1.267**	266	**10.519**	2.584
	1.267	266	**10.519**	2.584
ICMS a recolher (ii)	**-**	-	**14.599**	5.226
PIS e COFINS a recolher	**132**	206	**1.513**	512
IPI a pagar (ii)	**-**	-	**43**	458
ISS a recolher	**-**	-	**1.740**	49
	132	206	**17.895**	6.245
Parcelamento Refis Lei 12.996/2014 (iii)	**-**	-	**95**	-
	-	-	**95**	-
Total de tributos a recolher	**1.399**	472	**28.509**	8.829

(i) O IRPJ e CSLL referente aos meses de novembro e dezembro de 2023 não foram recolhidos na controlada Soimpex S.A., pois a mesma optou por aderir à autoregularização incentivada de tributos nos termos da Lei 14.740/2023. (ii) O ICMS e IPI da controlada direta Soimpex S.A. estão vinculados às movimentações de importações pela operação Fundap (Nota 17). A incidência do IPI está associada ao NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) do produto. Em dezembro de 2023 houve uma movimentação de R$121.787 (R$174.597 em dezembro de 2022) o que gerou o valor de ICMS a recolher de R$14.220 (R$10.850 em 2022). O IPI a recolher foi de R$31 (R$28 em dezembro de 2022). A controlada direta Radix apresentou uma variação de R$1.074 de 2022 para 2023 no Imposto de Renda Pessoa Física devido ao aumento de empregados, aplicação de dissídio e aumentos salariais durante o ano de 2023, impactando nos valores calculados e recolhidos da folha mensal, folha de 13º salário e férias. (iii) Em 2023 a controlada direta Radix aderiu à transação tributária no contencioso administrativo fiscal pelo Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) regulamentado pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12/01/2023, para regularizar os débitos do processo 12448.905167/2017-45 com pagamento mínimo de 48%, sem reduções, em até 9 prestações, e o saldo com uso de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa de CSLL, conforme abaixo demonstrado:

PRLF	
Montante Consolidado	(223)
Crédito base negativa CSLL	116
Pagamento 1ª prestação	12
Saldo a pagar	(95)

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos. Os valores de apresentação do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos, são os seguintes:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Ativo de imposto diferido				
Ativo de tributo diferido a ser recuperado em até 12 meses	**-**	-	**12.048**	3.823
Ativo de tributo diferido a ser recuperado depois de 12 meses	**-**	-	**6.644**	1.273
	-	-	**18.692**	5.096
Passivo de imposto diferido				
Passivo de tributo diferido a ser liquidado em até 12 meses	**-**	-	**(14.128)**	1.916
Passivo de tributo diferido a ser liquidado depois de 12 meses	**(11.279)**	-	**53**	(320)
	(11.279)	-	**(14.075)**	1.596
	(11.279)	-	**4.617**	6.692

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e da contribuição social diferidos durante o exercício é a seguinte:

Consolidado	Prejuízo fiscal e base negativa	Valor justo FUNDAP	Provisões diversas	Leasing financeiro - RTT	Ativo imobilizado - CPC 27	Outros	Total
Em 01/01/2022	-	(934)	266	-	-	(2)	(670)
Debitado à demonstração do resultado	-	934	3.093	1.658	1.552	125	7.362
Em 31/12/2022	-	-	3.359	1.658	1.552	123	6.692
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	**12.918**	**-**	**721**	**(1.658)**	**249**	**16.812**	**29.042**
Debitado(creditado)diretamente ao patrimônio líquido	**2.115**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(33.232)**	**(31.117)**
Em 31/12/2023	**15.033**	**-**	**4.080**	**-**	**1.801**	**(16.297)**	**(4.617)**

Em atendimento à Deliberação nº 273/98 e Instrução nº 371/02, ambas da CVM, a Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados serão realizados, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado 2023	2022
2023	**-**	1.273
2024	**6.644**	348
2025	**3.829**	1.044
2026	**4.243**	2.176
2027	**1.870**	255
2018	**2.106**	-
Total	**18.692**	5.096

21. Capital social. Em 31/12/2023 o capital subscrito e integralizado da Companhia no valor de R$577.062 (R$766.867 em 2022) está representado 450.734 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Abaixo segue a descrição da movimentação do capital social de 2022 para 2023: i) Em 02/05/2022 a Companhia absorveu ao capital social a parcela cindida do acervo líquido patrimonial da empresa Sotreq S.A. (empresa do Grupo Sotreq) no valor de R$183.608 mediante a emissão de 183.608 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (Nota 1.1.a). ii) Em 30/12/2022 os acionistas aprovaram o aumento de capital social no valor de R$300.000, sem emissão de novas ações, que foi integralizado em 31/03/2023. iii) Em 01/03/2023 a Companhia reduziu o capital social em R$219.922, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades Anônimas, passando assim o capital social de R$766.867 para R$546.945. iv) Em 23/05/2023 a Companhia incorporou todo o acervo líquido patrimonial da empresa Sotrex S.A., empresa do Grupo Sotreq e antiga investida da Companhia (Nota 1.1.b). Desta forma, a Companhia aumentou capital social no valor de R$45.471. O capital social passou de R$546.945 para R$592.416, sem emissão de ações ordinárias. v) Em 23/05/2023 a Companhia cancelou 10.552 ações ordinárias nominativas, em tesouraria, com redução do capital social em R$15.435. O capital social passou de R$592.416 para R$576.981. vi) Em 23/05/2023 a Companhia aumentou capital social mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital em R$81, sem emissão de ações, passando o capital social de R$576.981 para R$577.062. **22. Distribuição de resultado.** a) Reservas de lucros. (i) Reserva legal: constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**45.188**	37.972
(-) Absorção de prejuízos acumulados	**(1.318)**	(36.754)
Base de cálculo da reserva legal	**43.870**	1.218
Constituição da reserva legal (5%)	**(2.194)**	(61)
Base de cálculo dos dividendos	**41.676**	1.157

(ii) Dividendos a pagar: o estatuto social assegura aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

GRUPO
Sotreq

SotreqPar S.A.
CNPJ/MF nº 23.798.535/0001-55

	2023	2022
Lucro líquido ajustado	**41.676**	1.157
(-) Dividendo mínimo obrigatório	**(417)**	(12)
(-) Dividendos adicionais propostos	**(22)**	(2)
Constituição de reserva de dividendos a pagar	**41.237**	1.143

23. Receita operacional, líquida

	Consolidado	
	2023	2022
Vendas de máquinas, motores e peças	**297.034**	338.357
Prestação de serviços	**536.743**	96.831
Tributos sobre vendas	**(89.152)**	(48.187)
Vendas canceladas	**(1.147)**	(118)
Receita operacional, líquida	**743.478**	386.883

24. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado	
	2023	2022
Custos dos produtos vendidos		
Custos das vendas	**(227.855)**	(252.344)
Impostos, taxas e contribuições	**42**	(1.562)
Reversão de provisão para perda em estoque	**40**	73
Outros	**(29)**	(141)
	(227.802)	(253.974)
Custos dos serviços prestados		
Custos das vendas	**(267.159)**	(35.690)
Depreciação e amortização (Nota 14 e 15)	**(11.527)**	(11.088)
Garantias	**(1.221)**	(1.843)
Depreciação – ativo de direito de uso (Nota 18)	**(697)**	(671)
Outros	**(7.402)**	(130)
	(288.006)	(49.422)
Total dos custos	**(515.808)**	(303.396)

25. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	**(3.514)**	(182)
Propagandas e publicações	-	-	**(3.425)**	(656)
Fretes e seguros	-	-	**(2.889)**	(2.939)
Manutenção de bens	-	-	**(1.461)**	(523)
Outras	-	-	**(108)**	(88)
	-	-	**(11.397)**	(4.388)

26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios a empregados (Nota 26.1)	-	-	**(104.569)**	(34.407)
Serviços de terceiros	**(653)**	-	**(27.958)**	(7.918)
Horas improdutivas	-	-	**(14.062)**	(2.105)
Aluguéis e arrendamentos operacionais (Nota 18)	-	-	**(10.442)**	(5.517)
Viagens, refeições e locomoções	-	-	**(7.772)**	(3.210)
Material de consumo e ferramentas perecíveis	-	-	**(6.436)**	(4.318)
Depreciação e amortização (Notas 14 e 15)	**(1.225)**	-	**(5.732)**	(1.400)
Manutenções de bens	-	-	**(3.119)**	(2.494)
Despesas com veículos	-	-	**(3.066)**	(1.987)
Depreciação ativo de direito de uso (Nota 18)	-	-	**(2.898)**	(702)
Impostos, taxas e contribuições	**(1)**	-	**(2.339)**	(534)
Telefonia, energia e água	-	-	**(2.137)**	(624)
Outras	**(153)**	(133)	**(16.856)**	(6.372)
	(2.032)	(133)	**(207.386)**	(71.588)

26.1. Despesas com benefícios a empregados

	Consolidado	
	2023	2022
Salários e comissões	**(61.654)**	(16.348)
Encargos sociais	**(17.834)**	(7.256)
Custos previdenciários	**(10.880)**	(2.465)
Participação nos lucros	**(10.005)**	(7.485)
Treinamentos e outras	**(3.366)**	(404)
Indenizações	**(830)**	(449)
Total das despesas operacionais com salários e benefícios (Nota 26)	**(104.569)**	(34.407)

27. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Ganho amortização financiamento - BANDES (i) e (Nota 17)	-	-	**38.288**	19.526
Juros ativos sobre debêntures (Nota 29)	**28.557**	4.333	**28.689**	4.348
Receitas financeiras s/ aplicações	**7.364**	24.490	**14.137**	29.664
Variação cambial ativa	-	-	**1.944**	1.510
Ganho com *hedge (ii)*	-	-	**16**	369
Outras receitas financeiras	**114**	3	**1.856**	1.896
	36.035	28.826	**84.930**	57.313
Despesas financeiras				
Juros passivos sobre debêntures (Nota 29)	-	(166)	**(19.981)**	(492)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(1.676)**	(1.340)	**(3.848)**	(2.563)
Variação cambial passiva	-	-	**(2.114)**	(1.331)
Swap sobre empréstimos (iii)	-	-	**(1.535)**	-
Juros sobre empréstimos	-	-	**(1.293)**	-
Juros passivos sobre arrendamentos (Nota 18)	-	-	**(858)**	(762)
Outras despesas financeiras	**(309)**	(3)	**(2.734)**	(3.452)
	(1.985)	(1.509)	**(32.363)**	(8.600)
Resultado financeiro, líquido	**34.050**	27.317	**52.567**	48.713

(i) Durante o exercício de 2023, o valor total das importações por conta e ordem na controlada direta Soimpex S.A. foi de R$682.410 (R$576.544 em 2022). Consequentemente, esse aumento no montante de importação gerou uma captação de financiamentos Fundap de R$35.710 (R$29.374 em 2022) e uma receita financeira pela quitação antecipada dos financiamentos com desconto de 90% de R$38.288 (R$19.526 em 2022) (Nota 17). (ii) Devido ao aumento no volume de importações em 2022, a controlada direta Somov S.A. registrou R$2.454 referente ao resultado líquido de *hedge* nos processos de importações de máquinas, enquanto em 2023 o valor foi de R$95. (iii) Durante o ano de 2023, a controlada direta Radix contratou instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* para proteger, principalmente, os empréstimos em moeda estrangeira (Nota 17) e registrou perda no valor de R$1.535.

28. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributo corrente				
Tributo corrente sobre o lucro do exercício	**(7.861)**	(6.446)	**(26.971)**	(20.810)
Total do tributo corrente	**(7.861)**	(6.446)	**(26.971)**	(20.810)
Tributo diferido				
Geração e reversão de diferenças temporárias (Nota 20)	**416**	-	**29.042**	2.697
Total do tributo diferido	**416**	-	**29.042**	2.697
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(7.445)**	(6.446)	**2.071**	(18.113)

Os tributos detalhados sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**52.633**	44.418	**46.347**	56.120
Imposto calculado com base em alíquotas nominais	**(17.895)**	(15.102)	**(15.758)**	(19.081)
Ajuste da Radix US devido a diferença de alíquota	-	-	**(662)**	-
Efeitos das adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	**7.009**	5.860	**461**	333
Despesas não dedutíveis	**38**	-	**159**	(22)
Demais adições/exclusões, líquidas	-	-	**(6.612)**	(2.258)
Incentivo fiscal - Lei Rouanet / FMDCA / Esporte / Pronas / Pronon / Idoso	-	-	**442**	308
Venda de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	**21.420**	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	**3.403**	2.796	**2.621**	2.607
Encargo fiscal	**(7.445)**	(6.446)	**2.071**	(18.113)
Corrente	**(7.861)**	(6.446)	**(26.971)**	(20.810)
Diferido	**416**	-	**29.042**	2.697
	(7.445)	(6.446)	**2.071**	(18.113)

29. Transações com partes relacionadas. A Companhia é controlada pela Pertos Participações S.A., que detém 82,63% das ações da sociedade. Os 17,37% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas. A Companhia controla diretamente as empresas Somov S.A., Soimpex S.A., Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A., ON2 Soluções Integradas Ltda. e Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. e possui participação direta na Brasympe S.A. Além destas, ela controla indiretamente a Somov Rental Ltda., Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda. e Radix US, LLC. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: a) Transações com a Companhia e suas investidas

	2023	2022
Dividendos a receber da Radix	**3.391**	-
Dividendos a receber da Brasympe	**340**	243
Dividendos a receber da Soimpex	**234**	118
Dividendos a receber da Somov	**-**	126
Saldo no fim do exercício em dividendos a receber	**3.965**	487

	2023	2022
Dividendos recebidos da Somov	**3.317**	-
Dividendos recebidos da Radix (i)	**3.312**	-
Dividendos recebidos da Soimpex	**2.940**	37
Dividendos recebidos da Brasympe	**973**	508
Total de dividendos recebidos	**10.542**	545

(i) Com a incorporação da Sotrex S.A. em 2023 e consequente incorporação do investimento da Radix S.A. (Nota 1.1.b), a Companhia recebeu os dividendos da Radix no valor de R$3.318 em 2023.

b) Empréstimos por meio de debêntures. *No ativo não circulante*

	2023	2022
Debêntures de empresa do Grupo (Sotreq)		
Em 1º de janeiro	-	-
Aquisição de debêntures	**590.000**	-
Amortização de debêntures	**(303.881)**	-
Juros incorridos	**26.504**	-
	(157)	-
Em 31 de dezembro	**312.466**	-
Debêntures de empresa do Grupo (Sotrex) (i)		
Em 1º de janeiro	**52.321**	-
Absorção da parte cindida da Sotreq S.A. (Nota 1.1.a)	-	48.179
Aquisição de debêntures	-	50
Amortização	**(35.574)**	-
Juros incorridos	**2.114**	5.623
Juros recebidos	**(18.861)**	(1.531)
Em 31 de dezembro	-	52.321
	2023	**2022**
Debêntures de empresa do Grupo (SotreqPar) (i)		
Em 1º de janeiro	-	-
Absorção da parte cindida da Sotreq S.A. (Nota 1.1.a)	-	5.342
Amortização de debêntures	-	(5.342)
Em 31 de dezembro	-	-
Total de debêntures a receber	**312.466**	52.321

(i) Em 02/05/2022 a Companhia absorveu o acervo líquido patrimonial cindido da empresa Sotreq S.A. (Nota 1.1.a). Neste contexto, a Companhia adquiriu debêntures a receber da sua própria emissão e fez um encontro de contas para liquidar a dívida no passivo em debêntures a pagar. Além disso, a Companhia também adquiriu debêntures a receber da empresa Sotrex S.A. no valor de R$48.179. As debêntures a receber da Sotreq possuem carência de 24 meses, remuneração de 100% do CDI e valor unitário de R$1. A última emissão tem vencimento em 31/03/2028.

No passivo não circulante	2023	2022
Debêntures de empresa do Grupo (Sotreq)		
Em 1º de janeiro	-	5.176
Amortização de debêntures	-	(4.038)
Juros incorridos	-	(972)
Juros pagos	-	(166)
Em 31 de dezembro	-	-

As debêntures possuem carência de 24 meses, remuneração de 100% do CDI + 6% e valor unitário de R$1. **30. Eventos subsequentes.** Aumento de capital social. Em 15/03/2024 a Companhia aumentou o capital social no valor de R$23.625 através da reserva de dividendos a pagar. Desta forma, o capital social passou de R$577.062 para R$600.687.

Assinatura

Marcelo Orberg - Presidente; **José Ricardo Martins Cordeiro** - Diretor;
Renato Pimentel Freitas - Diretor. Contador: **Rafael Procaci Camera** - CRC RJ-131252/O-8

TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S.A.
CNPJ: 18.245.532/0001-54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio líquido, do Fluxo de Caixa e/ou notas explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. São Paulo (SP), abril de 2024. **A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.597	11.733
Contas a receber de clientes	–	1.721
Impostos a recuperar	168	19
Partes relacionadas	4.492	433
Adiantamento a fornecedor	381	–
Outras contas a receber	150	152
Total do ativo circulante	**6.788**	**14.058**
Não Circulante		
Impostos a recuperar	3.359	3.766
Total do ativo não circulante	**3.359**	**3.766**
Imobilizado	68.085	73.508
Direito de uso	16.056	16.975
Total do ativo permanente	**84.141**	**90.483**
Total do ativo	**94.288**	**108.307**

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	1.120	532
Partes relacionadas	163	10.335
Passivos de operações de arrendamento	1.921	1.406
Obrigações sociais e tributárias	717	615
Impostos a recolher	66	1.457
Outras contas a pagar	2.032	1.060
Total do passivo circulante	**6.019**	**15.405**
Não Circulante		
Passivos de operações de arrendamento	18.321	18.841
Provisão para riscos	3.111	1.035
Total do passivo não circulante	**21.432**	**19.876**
Patrimônio líquido		
Capital social	109.623	109.623
Prejuízos acumulados	(42.786)	(36.597)
Total do patrimônio líquido	**66.837**	**73.026**
Total do passivo e patrimônio líquido	**94.288**	**108.307**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Receita Operacional Líquida	17.221	22.228
Custo dos Produtos Vendidos	(15.558)	(10.970)
Lucro Bruto	**1.663**	**11.258**
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(3.968)	(3.666)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.196)	(1.248)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	**(4.501)**	**6.344**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	748	1.499
Despesas financeiras	(2.431)	(3.770)
Variações cambiais, líquidas	(5)	(1)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(6.189)**	**4.072**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de renda e contribuição social - correntes	–	(1.013)
Prejuízo do Exercício	**(6.189)**	**3.059**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(6.189)	3.059
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	9.213	7.427
Valor residual dos ativos imobilizado e intangível baixados, líquidos de provisão	3	–
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	2.248	3.678
Imposto de renda e contribuição social corrente	–	1.013
Provisão para riscos	2.076	1.035
Provisão para participação nos lucros e resultados	294	233
	7.645	**16.445**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	1.721	(1.721)
Impostos a recuperar	258	329
Partes relacionadas	(4.059)	(433)
Despesas antecipadas	(381)	–
Outras contas a receber	2	(9)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	588	(376)
Impostos a recolher	(1.391)	1.809
Partes relacionadas	(10.172)	(1.531)
Obrigações sociais e tributárias	(192)	(137)
Outras contas a pagar	972	26
Caixa proveniente/consumido das ações	**(5.009)**	**14.402**
Pagamento de juros sobre operação de arrendamento	(2.039)	(1.455)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	**(7.048)**	**12.947**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.986)	(234)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.986)**	**(234)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de operações de arrendamento	(1.102)	(1.525)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(1.102)**	**(1.525)**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(10.136)**	**11.189**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.733	544
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.597	11.733
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(10.136)**	**11.189**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de quotas)

1. Contexto Operacional: O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S/A - TTRJ ("TTRJ" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem como acionistas controladores a Bunge Alimentos S/A e M. Dias Branco S/A, com 50% cada uma. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante para implantação e operação de instalação portuária, no Porto do Rio, para a movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo admitidos pelo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ do Porto organizado. **2. Patrimônio Líquido: 2a. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R$109.623, representado por 143.453.638 ações ordinárias, pertencentes aos seguintes acionistas:

Acionistas	Ações ordinárias	%	Capital integralizado	%
Bunge Alimentos S.A.	71.726.819	50	54.811,5	50
M. Dias Branco S.A.	71.726.819	50	54.811,5	50
Total	143.453.638	100	109.623	100

3. Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras: Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	109.623	(39.656)	69.967
Prejuízo do exercício	–	3.059	3.059
Em 31 de dezembro de 2022	109.623	(36.597)	73.026
Prejuízo do exercício	–	(6.189)	(6.189)
Em 31 de dezembro de 2023	109.623	(42.786)	66.837

A Diretoria

Contador: Donisete Inacio Garcia Junior - CRC SP-315228/O-0

Viação Vila Real S/A
CNPJ/MF nº 97.417.117/0001-07

Relatório da Diretoria

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, correspondentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2023, permanecendo a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessário. Rio de janeiro, 26 de abril de 2024.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.337	4.815
Contas a receber	274	917
Estoques	1.804	2.013
Impostos e contribuições a recuperar	380	953
Adiantamentos diversos	902	1.514
	8.697	**10.212**
Ativo não circulante		
Realizável à longo prazo		
Depósitos restituíveis e créditos vinculados	3	3
Imobilizado	70.826	36.104
Intangível	327	397
	71.156	**36.504**
Total do ativo	**79.853**	**46.716**

Total do ativo	79.853	46.716
Passivo e Patrimônio Líquido	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo circulante		
Fornecedores e contas a pagar	12.387	2.711
Obrigações fiscais	3.380	275
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.287	1.139
Empréstimos e financiamentos	150	157
Provisões sobre a folha de pagamento	2.205	2.460
Adiantamentos de clientes	7.144	5.198
Outras contas a pagar	508	1.708
	27.061	**13.648**
Passivo não circulante		
Fornecedores e contas a pagar	8.315	3.373
Provisões para contingências	2.987	3.747
	11.302	**7.120**
Patrimônio líquido		
Capital Social	10.650	10.650
Ações em Tesouraria	(5.700)	(5.700)
Reservas de capital	1.331	1.179
Reservas de lucro	35.209	19.819
	41.490	**25.948**
Total passivo e patrimônio líquido	**79.853**	**46.716**

Demonstração do resultado do exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	**100.941**	**78.693**
Custo com transporte de passageiros	(78.039)	(66.822)
Lucro bruto	**22.902**	**11.871**
Despesas gerais e administrativas	(8.575)	(7.043)
Outras receitas (despesas) operacionais	13.253	(6.741)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**27.580**	**(1.913)**
Receita financeira	142	74
Despesa financeira	(1.883)	(2.080)
Resultado financeiro líquido	**(1.741)**	**(2.006)**
Lucro líquido (Prejuízo) antes dos tributos	**25.839**	**(3.919)**
IRPJ	(7.172)	-
CSLL	(2.654)	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	16.013	(3.919)

Demonstração das multações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	**10.650**	**(5.700)**	**1.330**	**23.887**	**30.167**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.919)	(3.919)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(300)	(300)
Saldos em 31/12/2022	**10.650**	**(5.700)**	**1.330**	**19.668**	**25.948**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.013	16.013
Reserva legal	-	-	801	(801)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(471)	(471)
Saldos em 31/12/2023	**10.650**	**(5.700)**	**2.131**	**34.409**	**41.490**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	16.013	(3.919)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	7.553	6.338
Provisões para contingências	(760)	814
	22.806	**3.233**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	643	763
Adiantamentos diversos	612	(1.103)
Impostos e contribuições a recuperar	573	(939)
Estoques	209	(792)
Depósitos restituíveis e créditos vinculados	-	(3)
Contas a pagar	14.618	(1.404)
Obrigações fiscais	3.105	56
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(107)	179
Outras contas a pagar	(1.200)	(1.201)
Adiantamento de clientes	1.946	1.805
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**43.205**	**594**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos	(54.170)	(6.884)
Baixa / Alienação de ativos	11.965	3.731
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(42.205)**	**(3.153)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de empréstimos	(7)	3
Distribuição de lucros	(471)	(300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(478)**	**(297)**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**522**	**(2.856)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	522	(2.856)
No início do exercício	4.815	7.671
No final do exercício	5.337	4.815

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023. **Nota 1 - Contexto Operacional**. A sociedade tem por objetivo a exploração de transporte urbano, interurbano, interestadual e internacional de passageiros em ônibus, podendo participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Essas demonstrações foram elaboradas com observância aos Princípios de Contabilidade adotados no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas n° 6.404/76 alteradas pela Lei n° 11.638/07. **Nota 3 - Procedimentos Contábeis**. a) Imobilizado. Está demonstrada ao custo de aquisição, ajustada por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens. b) Intangível. Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos de amortizações acumuladas. **Nota 4- Capital Social**. O Capital Social é de R$ 10.650.000,00(dez milhões seiscentos e cinquenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e estão compostas de 10.650.000 ações ordinárias, toda nominativa e sem valor nominal.

Alex Divon da Rocha Galhardi - Diretor Presidente - CPF: 023.841.307-14, **Diego da Cunha Rodrigues Alves** - Diretor Superintendente - CPF: 096.666.377.23. **Omar Yago Rigor Silva de Oliveira** - Contador - CRC/RJ: 130920/O-8.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.

CNPJ/MF nº 11.677.441/0001-49

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2023	2022	2023	2022
Circulante		**111.501**	83.472	**131.162**	108.739
Caixa e equivalentes de caixa	4	**12.300**	9.077	**17.082**	18.631
Títulos e valores mobiliários	5	**2.047**	5.147	**2.047**	5.147
Contas a receber	6	**83.326**	59.067	**97.165**	74.617
Tributos a recuperar	7	**9.025**	6.377	**9.107**	6.377
Outras contas a receber		**4.803**	3.804	**5.762**	3.967
Não circulante		**28.896**	23.608	**16.558**	13.111
Partes relacionadas a receber	6	**2.066**	-	**-**	-
Tributos a recuperar	7	**50**	-	**50**	-
Imposto de renda e contribuição social, diferidos		**2.428**	2.114	**2.428**	2.114
Investimento	8	**10.653**	10.903	**-**	-
Imobilizado	9	**5.391**	6.453	**5.772**	6.588
Intangível	10	**8.044**	1.964	**8.044**	1.964
Ativo de direito de uso	11	**264**	2.174	**264**	2.445
Total do ativo		**140.397**	107.080	**147.720**	121.850
Passivo					
Circulante		**91.052**	69.139	**98.375**	**83.909**
Fornecedores		**2.542**	2.982	**2.780**	3.357
Instrumentos financeiros derivativos		**760**	440	**760**	440
Empréstimos	12	**18.687**	7.465	**18.687**	15.333
Obrigações com arrendamentos	11	**304**	2.305	**304**	2.586
Provisões, encargos sociais e trabalhistas	13	**46.296**	34.977	**48.763**	36.730
Tributos a recolher	14	**8.844**	7.748	**9.317**	7.748
Participação de empregados no resultado		**4.617**	6.263	**6.103**	6.263
Dividendos a pagar	16/25.c	**4.158**	3.549	**4.158**	3.549
Outras contas a pagar		**4.844**	3.410	**7.503**	7.903
Não circulante		**2.432**	387	**2.432**	387
Empréstimos	12	**2.066**	-	**2.066**	-
Obrigações com arrendamentos	11	**-**	302	**-**	302
Provisão incentivo longo prazo diretoria		**366**	85	**366**	85
Patrimônio líquido	16	**46.913**	37.554	**46.913**	37.554
Capital social		**17.027**	17.027	**17.027**	17.027
Reservas de lucros		**30.088**	19.218	**30.088**	19.218
Ajuste de conversão de investida no exterior		**(202)**	1.309	**(202)**	1.309
Total do passivo e patrimônio líquido		**140.397**	107.080	**147.720**	121.850

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31/12/2021	14.750	455	6.490	-	1.871	23.566
Lucro do exercício	-	-	-	16.245	-	16.245
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	-	(562)	(562)
Distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 2021	-	-	(114)	-	-	(114)
Aumento de capital social	2.277	-	-	-	-	2.277
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	812	-	(812)	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	9.095	(9.095)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022	-	-	-	(3.858)	-	(3.858)
Dividendos adicionais propostos do exercício de 2022	-	-	2.480	(2.480)	-	-
Saldos em 31/12/2022	17.027	1.267	17.951	-	1.309	37.554
Lucro do exercício	**-**	**-**	**-**	**17.508**	**-**	**17.508**
Ajuste de conversão de investida no exterior	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.511)**	**(1.511)**
Distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 2022	**-**	**-**	**(2.480)**	**-**	**-**	**(2.480)**
Destinações:						
Constituição de reserva legal	**-**	**875**	**-**	**(875)**	**-**	**-**
Constituição de reserva de lucros	**-**	**-**	**12.256**	**(12.256)**	**-**	**-**
Dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023	**-**	**-**	**-**	**(4.158)**	**-**	**(4.158)**
Dividendos adicionais propostos do exercício de 2023	**-**	**-**	**219**	**(219)**	**-**	**-**
Saldos em 31/12/2023	**17.027**	**2.142**	**27.946**	**-**	**(202)**	**46.913**

Demonstrações dos resultados em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita operacional, líquida	17	**316.253**	255.325	**369.840**	295.568
Custos das vendas e dos serviços prestados	18	**(203.353)**	(164.336)	**(218.909)**	(174.789)
Lucro bruto		**112.900**	90.989	**150.931**	120.779
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	19	**(1.563)**	(1.184)	**(3.032)**	(2.441)
Despesas gerais e administrativas	20	**(94.374)**	(76.489)	**(127.996)**	(101.354)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	**260**	1.082	**3**	1.538
Lucro operacional		**17.223**	14.398	**19.906**	18.522
Equivalência patrimonial	8	**1.261**	3.120	**-**	-
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	23	**(4.191)**	(4.952)	**(4.929)**	(6.364)
Receitas financeiras	23	**2.987**	5.243	**2.988**	5.651
		(1.204)	291	**(1.941)**	(713)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**17.280**	17.809	**17.965**	17.809
Imposto de renda e contribuição social	24	**228**	(1.564)	**(457)**	(1.564)
Lucro do exercício		**17.508**	16.245	**17.508**	16.245
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				**17.508**	16.245
Acionistas não controladores				**-**	-
Resultado do exercício				**17.508**	16.245

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício	**17.508**	16.245	**17.508**	16.245
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de conversão de investida no exterior	**(1.511)**	(562)	**(1.511)**	(562)
Total do resultado abrangente do exercício	**15.997**	15.683	**15.997**	15.683
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			**15.997**	15.683
Acionistas não controladores			**-**	-
			15.997	15.683

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	17.280	17.809	17.965	17.809
Depreciações - imobilizado	2.984	2.507	3.044	2.535
Amortizações - intangível	78	127	78	127
Depreciações - ativo de direito de uso	1.910	1.757	2.181	2.065
Resultado de participações societárias	(1.261)	(3.120)	-	-
Resultado líquido na venda de ativo fixo	32	(365)	32	(365)
Variação cambial	(135)	(1.541)	(702)	(1.893)
Provisão de juros sobre derivativos	320	62	320	62
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	969	201	969	201
Provisão de juros sobre empréstimos	724	1.407	1.293	1.607
	22.901	18.844	25.180	22.148
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	(27.724)	(15.279)	(23.947)	(29.624)
Adiantamentos a fornecedores	(1.180)	(2)	(1.180)	(2)
Tributos a recuperar	(2.698)	(1.801)	(2.780)	(1.801)
Outros ativos	181	(764)	(614)	(851)
Fornecedores	(160)	(1.229)	(297)	(1.060)
Adiantamentos de clientes	1.292	-	1.871	-
Encargos sociais e trabalhistas	11.319	11.897	12.033	13.650
Participação de empregados no resultado	(1.646)	1.845	(160)	1.845
Tributos a recolher	1.010	1.720	798	1.720
Outros passivos	142	1.207	(2.271)	5.584
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(613)	-	(613)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.437	15.825	8.633	10.996
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento (redução) de capital social	-	2.277	-	2.277
Venda de imobilizado	304	894	313	907
Títulos e valores mobiliários	3.100	8.504	3.100	8.504
Aquisição de imobilizado	(2.258)	(4.530)	(2.573)	(4.604)
Aquisição de intangível	(6.158)	(1.883)	(6.158)	(1.883)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimentos	(5.012)	5.262	(5.318)	5.201
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aquisição de empréstimos	21.236	-	23.363	7.826
Pagamentos de empréstimos e juros	(8.106)	(17.159)	(18.003)	(17.317)
Pagamentos de dividendos	(6.029)	(2.586)	(6.029)	(2.586)
Pagamentos de arrendamentos de direito de uso e juros	(2.303)	(2.069)	(2.584)	(2.368)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	4.798	(21.814)	(3.353)	(14.445)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	3.223	(727)	(38)	1.752
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.077	9.804	18.631	17.441
Ajuste de conversão	-	-	(1.511)	(562)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.300	9.077	17.082	18.631
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	3.223	(727)	(38)	1.752

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre o Grupo. A Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. ("Radix", "Companhia" ou em conjunto com sua controlada "Grupo") está localizada na Rua do Passeio, 38, Sala 1.401, Setor 2, Centro, no Rio de Janeiro/RJ, e filiais nas cidades de Volta Redonda/RJ, São Paulo/SP, Natal/RN e Belo Horizonte/MG, tem como atividades preponderantes a (i) prestação de serviços de engenharia e serviços de engenharia consultiva, englobando a elaboração de: plano de diretores; estudos de viabilidade; estudos organizacionais e outros estudos relacionados com obras ou engenharia; (ii) elaboração de anteprojetos, projetos conceituais, projetos básicos, pré-detalhamento e projetos executivos e nas disciplinas de elétrica, mecânica, máquinas rotativas, fornos, aquecimentos, ventilação e ar condicionado, tubulação, estruturas metálicas e de concreto, civil, arquitetura, automação, instrumentação, processo, química, segurança, telecomunicações e engenharia naval para empreendimentos on-shore e off-shore, em especial para indústria de processo e tratamento de minério; (iii) fiscalização, gerenciamento e supervisão de obras e/ou serviços de engenharia; (iv) prestação de serviços de informática, decorrentes de desenvolvimento de software, incluindo licenciamento ou cessão de direito de uso, análise e arquitetura de sistemas, programação, instalação e configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico, manutenção ou atualização de software; (v) importação e exportação de bens e mercadorias decorrentes dos serviços descritos; (vi) comércio de máquinas e suprimentos para processamento de dados e automação industrial; (vii) curso e treinamento para desenvolvimento profissional e gerencial; (viii) prestação de serviços de manutenção, industrialização de máquinas em geral, motores, equipamentos, partes e peças; (iv) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (x) e a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e parte integrante de um grupo de empresas que atuam integradamente, Grupo Sotreq. A Companhia é controlada direta da SotreqPar S.A., que possui 81,54% de participação em seu Capital Social, e indireta da Pertos Participações S.A.. A Administração da entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31/12/2023 foram revisadas, aprovadas e autorizadas pela diretoria do Grupo em 24/04/2024. **1.1. Reestruturação societária.** Em 23/05/2023 a SotreqPar S.A. ("SotreqPar"), empresa do Grupo Sotreq, incorporou todo o acervo líquido patrimonial da Sotrex S.A. ("Sotrex" ou "incorporada"), antiga controladora da Companhia, procedendo com a extinção da incorporada. O critério de avaliação do patrimônio líquido da empresa Sotrex, para fins de incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30/04/2023, conforme Laudo de Incorporação aprovado em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/05/2023. As variações patrimoniais da Sotrex, posteriores a 30/04/2023, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da SotreqPar. A tabela a seguir resume o acervo líquido incorporado na data da incorporação:

	30/04/2023
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	**282**
Dividendos a receber	**3.312**
Tributos a recuperar	**16**
	3.610
Não circulante	
Investimento	**72.827**
Intangível	**34.399**
	107.226
Total do ativo	**110.836**
Passivo	
Não circulante	
Debêntures a pagar	**54.435**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**11.696**
	66.131
Patrimônio líquido	
Capital social	**45.612**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**80**
Ações em tesouraria	**(1.517)**
Ajuste de conversão de investida no exterior	**497**
Reservas de lucros	**1.355**
Prejuízo do exercício	**(1.322)**
	44.705
Total do passivo e patrimônio líquido	**110.836**

Desta forma, a SotreqPar incorporou integralmente o investimento detido naquela data da Companhia na Sotrex no montante de R$72.827 e a sucessão de todos os seus direitos e obrigações. Assim, concluindo a organização societária do Grupo, a Companhia passa a ser controlada direta da SotreqPar, com 81,54% da participação acionária. **2. Resumo práticas contábeis materiais. 2.1. Base de preparação.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.2. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. **2.3. Base de consolidação.** As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Radix e de sua controlada integral Radix US, sediada nos Estados Unidos. A controlada foi consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve controle e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. A demonstração contábil da controlada é elaborada para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados no momento da consolidação. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos acionistas não controladores. Perdas são atribuídas à participação de acionistas não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. **2.4. Investimento em controlada.** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente com uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como participações nos lucros (prejuízos) de controlada (equivalência patrimonial). Variações cambiais registradas no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhecerá no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **2.5. Conversão de moeda estrangeira.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações contábeis são traduzidas para o real na data do fechamento. Em 31/12/2023, a moeda funcional é o real, com exceção da controlada Radix US, que é o dólar. a) Transações e saldos. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. b) Controlada e conversão de moeda de apresentação. Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio da data das transações e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado. **2.6. Classificação corrente versus não corrente.** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e, não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou Todos os demais ativos são classificados como ativos não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses. após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como passivos não circulantes. **2.7. Reconhecimento da receita.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado pelo cliente; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou as Companhias tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. b) Prestação de serviços. As receitas provenientes dos contratos de prestações de serviços por horas trabalhadas, geralmente relacionadas às prestações de serviços de engenharia, de informática e de consultorias, são reconhecidas através de medições de avanço, com base nas horas incorridas até a data do balanço. As receitas de contratos de serviços de manutenções e/ou atualizações de softwares, relacionadas aos contratos firmados por preço fixo, são reconhecidas pelo valor das parcelas do contrato na proporção em que os custos das manutenções e intervenções contratuais vão sendo executadas. c) Receita de juros. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. **2.8. Tributos.** a) Imposto de renda e contribuição social correntes. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. Em 31/12/2023 a Companhia possui R$92.443 e R$124.038 (R$92.748 e R$124.323 em 2022) de IR e CSLL diferidos sobre PF e base negativa de CSLL não reconhecidos. c) Impostos sobre prestação de serviços e vendas. A Radix está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%. • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% e 7,6%. • Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%. • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 4% a 20%. Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado. d) Impostos de renda na controlada Radix US. A controlada Radix US está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Imposto de Renda Federal de 21%. • Imposto de Renda Estadual de 0,75% a 9,8%. Em 31/12/2023, a Radix US possui US$97 de imposto de renda a pagar que se refere ao exercício de 2023. **2.9. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros. a) *Classificação e mensuração.* A avaliação dos ativos financeiros da Grupo está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF Grupo	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Aplicações financeiras compromissadas	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Contas a receber	Contas a receber de clientes e partes relacionadas	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado
Outras contas a receber	Outras contas a receber	Custo amortizado

b) *Redução ao valor recuperável.* O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. c) *Desreconhecimento (baixa).* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. Passivos financeiros. a) *Classificação e mensuração.* Os principais passivos financeiros do Grupo são contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, obrigações com arrendamentos, dividendos a pagar e derivativos. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Estes passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. b) *Desreconhecimento (baixa).* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Instrumentos financeiros - apresentação líquida. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.10. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.11. Títulos e valores mobiliários.** É composto por recursos aplicados em fundos de investimentos e são registrados pelo valor das cotas divulgado pelos administradores dos fundos e são classificados ao custo amortizado. **2.12. Contas a receber.** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Quando necessário o saldo de contas a receber é corrigido pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. A Administração da Companhia não provisiona para perda contas a receber com partes relacionadas. **2.13. Imobilizado.** O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada ou perdas acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **2.14. Ativos intangíveis.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Projetos de informática e sistemas aplicativos. Os gastos incorridos no desenvolvimento e implantação de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que o projeto será bem-sucedido, considerando-se sua viabilidade tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da operação, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado de cinco anos. **2.15. Arrendamento mercantil.** Grupo como Arrendatário. Os reconhecimentos iniciais dos valores referentes ao arrendamento financeiro são contabilizados no ativo de direito de uso ao custo e no passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento descontados pela taxa de juros implícita, se esta taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário (Nota 3.2.e). A Companhia considera a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo quando é igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem possibilidade de renovação. Também considera a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como arrendamentos operacionais em despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Grupo como Arrendador. Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel de equipamentos é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. O Grupo não possui contratos como arrendador. **2.16. Benefícios a empregados.** O Grupo concede a todos os empregados um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado anualmente e reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.17. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.18. Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis.** A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações entram em vigor a partir de 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) e IFRS 7 (CPC 40 (R1), de forma a esclarecer e divulgar os acordos de financiamentos de fornecedores. As alterações entram em vigor a partir de 01/01/2024. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback*. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alteração ao IFRS 16 (CPC 06) de forma a especificar os requisitos que os arrendatários devem usar na mensuração da responsabilidade de locação em uma transação de *sale and leaseback*. Isso objetiva garantir que os arrendatários não reconheçam ganhos ou perdas relacionadas aos ativos de direitos de usos que eles possuem. As alterações entram em vigor a partir de 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* que foram negociadas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas provisões e estimativas contábeis. As provisões e estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas provisões, estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.1. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, são feitas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, exceto no caso do imobilizado. As estimativas estão contempladas abaixo. a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Administração sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de cliente e o efeito sobre as contas a receber a vencer e vencido, quando aplicável. A Companhia não tem por prática a construção de provisão para créditos de liquidação duvidosas, saldos a receber com partes relacionadas, uma vez que entende que não há risco. b) Vida útil do imobilizado. A vida útil dos ativos classificados no imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pelas empresas do Grupo. c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Quando necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração do Grupo, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências sobre as obrigações de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária. d) Valores justos dos derivativos e outros instrumentos financeiros. Os valores dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas. A Administração não se utiliza de seus derivativos para especulação financeira, mas para proteção dos seus empréstimos, os quais serão liquidados na data de seus vencimentos. A Administração não está divulgando derivativos marcados a mercado. e) Estimativa da taxa incremental. O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no contrato de arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. Em 31/12/2023 a taxa incremental média é de 0,6076% a.m. (0,7622% a.m. em 2022). **3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiro.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, incluindo intangíveis de vida útil econômica indefinida, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação e

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.

CNPJ/MF nº 11.677.441/0001-49

amortização são revisados para a verificação de necessidade de constituição de provisão para recuperação do ativo - *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Neste caso, uma perda por *impairment* será reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Não foram identificados indicadores de *impairment* nos exercícios de 2023 e 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controlada		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Recursos em espécie e banco	**1.391**	115	**5.834**	9.669
Aplicações financeiras compromissadas	**10.909**	8.962	**11.248**	8.962
	12.300	9.077	**17.082**	18.631

Em 31/12/2023, os equivalentes de caixa são compostos principalmente por aplicações financeiras compromissadas e pelo excesso da posição de caixa aplicada após o fechamento do mercado até a abertura do próximo dia útil. As operações compromissadas são operações com o compromisso do vendedor, normalmente um banco de primeira linha, em recomprar a aplicação por um preço especificado em uma data futura determinada, e a maioria delas possui taxas flutuantes de liquidez diária (CDI). As operações compromissadas foram remuneradas a uma taxa média de 70% do CDI para 2023 e 2022.

5. Títulos e valores mobiliários

	Controlada		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	**2.047**	5.147	**2.047**	5.147
	2.047	5.147	**2.047**	5.147

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) possuem prazos de resgates superiores a 90 dias e foram remunerados a uma taxa média entre 98% e 99% do CDI em 2023 (os CDBs foram remunerados a uma taxa média de 99% do CDI durante todo o ano de 2022).

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes, faturados	**43.878**	38.097	**69.766**	54.129
Contas a receber de clientes, não faturados (i)	**9.602**	8.712	**26.490**	19.773
	53.480	46.809	**96.256**	73.902
Partes relacionadas (Nota 25)	**31.912**	12.258	**909**	715
	85.392	59.067	**97.165**	74.617

(i) As contas a receber de cliente não faturados referem-se a serviços prestados aos seus clientes, comprovadas através do avanço físico de serviços já prestados. As contas a receber de clientes e partes relacionadas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reais	**53.945**	59.067	**96.477**	72.607
Dólares americanos	**31.447**	-	**688**	2.010
	85.392	59.067	**97.165**	74.617

A seguir apresentamos o saldo de contas a receber por vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer, não faturados	**9.602**	8.712	**26.490**	19.773
A vencer, faturados	**72.798**	42.735	**62.838**	44.789
Vencidas até três meses	**2.868**	6.319	**7.703**	6.380
Vencidas de três a seis meses	**124**	1.301	**124**	3.675
Vencidas acima de seis meses	**-**	-	**10**	-
	75.790	50.355	**70.675**	54.844
	85.392	59.067	**97.165**	74.617

Em 31/12/2023, as contas a receber de clientes faturados no valor de R$2.992 na controladora (R$7.620 em 2022) e R$7.837 no consolidado (R$10.055 em 2022), encontram-se vencidas, mas não provisionadas. Esses valores referem-se a clientes que não apresentam histórico recente de inadimplência e para os quais a Administração entende não haver risco de crédito, pois são clientes chaves da Companhia. Adicionalmente, do montante em atraso até 31/12/2023 no valor de R$2.992 na controladora e R$7.837 no consolidado, foram recebidos pela Companhia aproximadamente R$1.853 e R$6.269, respectivamente, até a data de 01/03/2024. As movimentações na provisão para perdas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	-	-	-	-
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	(969)	(201)	(969)	(201)
Baixas de incobráveis	969	201	969	201
Em 31 de dezembro	-	-	-	-

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (i)	8.298	4.687	8.298	4.687
INSS a compesar	650	685	650	685
PIS e COFINS a recuperar (ii)	62	1.002	62	1.002
Demais tributos a recuperar	15	3	97	3
	9.025	6.377	9.107	6.377
Ativo não circulante				
Imposto de renda a recuperar	50	-	50	-
	50	-	50	-

(i) Em 2023, a Companhia apresenta R$4.491 de IRPJ (R$3.092 em 2022), bem como R$3.807 de CSLL (R$1.595 em 2022) referente as retenções realizadas por terceiros, que serão utilizados futuramente para compensação de pagamentos de outros tributos ou solicitação de pedido de restituição, ambos via Per/Dcomp. (ii) Em 2023 foram gerados crédito de PIS/COFINS no montante de R$9.059 (R$7.790 em 2022), tendo sido compensados diretamente na apuração o montante de R$9.999 (R$6.891 em 2022). **8. Investimento em controlada.**

a) Movimentação do investimento	Radix US
Saldo em 31/12/2021	8.345
Ajuste de conversão	(562)
Resultado de equivalência patrimonial	3.120
Saldo em 31/12/2022	10.903
Ajuste de conversão	**(1.511)**
Resultado de equivalência patrimonial	**1.261**
Saldo em 31/12/2023	**10.653**

b) Informação sobre investida. A Radix US está situada em Houston, Texas, Estados Unidos, e tem como atividades: serviços de engenharia, automação industrial e desenvolvimento de softwares. Segue abaixo o total dos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados da investida em 31/12/2023 e 2022:

	%	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro
31/12/2023 Radix US	100,00%	49.422	38.769	10.653	1.261
31/12/2022 Radix US	100,00%	37.214	26.311	10.903	3.120

9. Imobilizado.

Controladora	Equipamentos de informática	Equipamentos e ferramentas	Instalações, móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Construções em andamento	Veículos	Total imobilizado
Saldo em 1º/01/2022	3.963	24	186	206	-	580	4.959
Aquisição	2.190	-	-	-	21	2.319	4.530
Alienações e baixas	-	-	-	-	-	(972)	(972)
Depreciação	(2.032)	(9)	(45)	(65)	-	(356)	(2.507)
Baixa de depreciação	-	-	-	-	-	443	443
Saldos em 31/12/2022	4.121	15	141	141	21	2.014	6.453
Em 31/12/2022							
Custo	10.808	87	437	718	21	2.328	14.399
Depreciação acumulada	(6.687)	(72)	(296)	(577)	-	(314)	(7.946)
Saldo contábil, líquido	4.121	15	141	141	21	2.014	6.453
Saldo em 1º/01/2023	**4.121**	**15**	**141**	**141**	**21**	**2.014**	**6.453**
Aquisição	**1.212**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.046**	**2.258**
Alienações e baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(671)**	**(671)**
Depreciação	**(2.382)**	**(9)**	**(46)**	**(61)**	**-**	**(486)**	**(2.984)**
Baixa de depreciação	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**335**	**335**
Saldos em 31/12/2023	**2.951**	**6**	**95**	**80**	**21**	**2.238**	**5.391**
Em 31/12/2023							
Custo	**12.020**	**87**	**437**	**718**	**21**	**2.703**	**15.986**
Depreciação acumulada	**(9.069)**	**(81)**	**(342)**	**(638)**	**-**	**(465)**	**(10.595)**
Saldo contábil, líquido	**2.951**	**6**	**95**	**80**	**21**	**2.238**	**5.391**
Taxas anuais de depreciação	20% a 33%	10%	10%	20%	-	33%	

Consolidado	Equipamentos de informática	Equipamentos e ferramentas	Instalações, móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Construções em andamento	Veículos	Total imobilizado
Saldo em 1º/01/2022	4.034	24	217	206	-	580	5.061
Aquisição	2.264	-	-	-	21	2.319	4.604
Alienações e baixa	-	-	(13)	-	-	(972)	(985)
Depreciação	(2.046)	(9)	(59)	(65)	-	(356)	(2.535)
Baixa de depreciação	-	-	-	-	-	443	443
Saldos em 31/12/2022	4.252	15	145	141	21	2.014	6.588
Em 31/12/2022							
Custo	11.069	87	626	718	21	2.328	14.849
Depreciação acumulada	(6.817)	(72)	(481)	(577)	-	(314)	(8.261)
Saldo contábil, líquido	4.252	15	145	141	21	2.014	6.588
Saldo em 1º/01/2023	**4.252**	**15**	**145**	**141**	**21**	**2.014**	**6.588**
Aquisição	**1.398**	**-**	**-**	**129**	**-**	**1.046**	**2.573**
Alienações e baixa	**(19)**	**-**	**(14)**	**-**	**-**	**(671)**	**(704)**
Depreciação	**(2.438)**	**(9)**	**(50)**	**(61)**	**-**	**(486)**	**(3.044)**
Baixa de depreciação	**9**	**-**	**15**	**-**	**-**	**335**	**359**
Saldos em 31/12/2023	**3.202**	**6**	**96**	**209**	**21**	**2.238**	**5.772**
Em 31/12/2023							
Custo	**12.448**	**87**	**612**	**847**	**21**	**2.703**	**16.718**
Depreciação acumulada	**(9.246)**	**(81)**	**(516)**	**(638)**	**-**	**(465)**	**(10.946)**
Saldo contábil, líquido	**3.202**	**6**	**96**	**209**	**21**	**2.238**	**5.772**
Taxas anuais de depreciação	20% a 33%	10%	10%	20%	-	33%	

10. Intangível

	Controladora e Consolidado			
	Gastos iniciais com projetos	Licença de software e sistemas aplicativos	Marcas e patentes	Total intangível
Saldos em 1º/01/2022	-	206	2	208
Aquisições	1.877	6	-	1.883
Amortização	-	(127)	-	(127)
Saldos em 31/12/2022	1.877	85	2	1.964
Em 31/12/2022				
Custo	1.877	14.914	2	16.793
Amortização acumulada	-	(14.829)	-	(14.829)
Saldo contábil, líquido	1.877	85	2	1.964
Saldos em 1º/01/2023	**1.877**	**85**	**2**	**1.964**
Aquisições	**6.158**	**-**	**-**	**6.158**
Amortização	**-**	**(78)**	**-**	**(78)**
Saldos em 31/12/2023	**8.035**	**7**	**2**	**8.044**
Em 31/12/2023				
Custo	**8.035**	**14.914**	**2**	**22.951**
Amortização acumulada	**-**	**(14.907)**	**-**	**(14.907)**
Saldo contábil, líquido	**8.035**	**7**	**2**	**8.044**
Taxas anuais de amortização	20%	20%		

11. Ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos. O Grupo possui contratos de arrendamentos financeiros, atuando como arrendatária no aluguel de imóveis. A seguir estão os valores contábeis registrados no ativo de direito de uso e a movimentação durante o período:

	Controladora	Consolidado
	Imóvel	Imóvel
Em 31/12/2021	3.076	3.655
Depreciação	(1.757)	(2.065)
Recálculos das parcelas (i)	855	855
Em 31/12/2022	2.174	2.445
Depreciação	**(1.910)**	**(2.181)**
Em 31/12/2023	**264**	**264**

(i) A Companhia obteve alterações nas parcelas dos aluguéis dos imóveis resultando em recálculos dos arrendamentos de direto de uso. Abaixo estão apresentados os valores contábeis registrados no passivo de arrendamento a longo prazo e a movimentação durante o período:

	Controladora	Consolidado
	Imóvel	Imóvel
Em 31/12/2021	3.821	4.401
Acréscimo de juros	224	255
Pagamentos	(2.293)	(2.623)
Recálculos das parcelas (i)	855	855
Em 31/12/2022	2.607	2.888
Circulante	2.305	2.586
Não circulante	302	302
Acréscimo de juros	**103**	**113**
Pagamentos	**(2.406)**	**(2.697)**
Em 31/12/2023	**304**	**304**
Circulante	304	304
Não circulante	-	-

(i) A Companhia obteve alterações nas parcelas dos aluguéis dos imóveis resultando em recálculos dos arrendamentos de direto de uso. Os passivos de arrendamentos têm vencimentos até setembro de 2024 e foram calculados com base na taxa incremental média de 0,6076% a.m. (0,5529% a.m. em 2022) (Nota 3.2.e). Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesa depreciação ativo de direito de uso	**(1.910)**	(1.757)	**(2.170)**	(2.025)
Créditos PIS/COFINS não cumulativos	**78**	99	**78**	99
Total de despesa de depreciação (Nota 20)	**(1.832)**	(1.658)	**(2.092)**	(1.926)
Despesa de juros s/ arrendamentos	**(103)**	(224)	**(114)**	(255)
Créditos PIS/COFINS não cumulativos	**27**	13	**27**	13
Total de despesa de juros (Nota 23)	**(76)**	(211)	**(87)**	(242)
Despesas relativas a arrendamentos operacionais (Nota 20)	**(6.532)**	(6.541)	**(7.197)**	(6.615)
Total reconhecido no resultado	**(8.440)**	(8.410)	**(9.376)**	(8.783)

12. Empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Empréstimos	**18.687**	7.465	**18.687**	15.333
	18.687	7.465	**18.687**	15.333
Não circulante				
Empréstimos	**2.066**	-	**2.066**	-
	2.066	-	**2.066**	-
	20.753	7.465	**20.753**	15.333

a) Características dos empréstimos.

Controladora Modalidade	Saldo inicial 2022	Captações	Juros incorridos	Amortizações de principal	Amortizações de juros	Variação cambial	Saldo em 2023
Capital de giro nacional	**4.187**	**-**	**65**	**(4.000)**	**(252)**	**-**	**-**
Capital de giro estrangeiro	**3.278**	**21.236**	**659**	**(3.349)**	**(505)**	**(566)**	**20.753**
	7.465	**21.236**	**724**	**(7.349)**	**(757)**	**(566)**	**20.753**

Consolidado Modalidade	Saldo inicial 2022	Captações	Juros incorridos	Amortizações de principal	Amortizações de juros	Variação cambial	Saldo em 2023
Capital de giro nacional	**4.187**	**-**	**65**	**(4.000)**	**(252)**	**-**	**-**
Capital de giro estrangeiro	**11.146**	**23.263**	**1.228**	**(12.677)**	**(1.074)**	**(1.133)**	**20.753**
	15.333	**23.263**	**1.293**	**(16.677)**	**(1.326)**	**(1.133)**	**20.753**

Os saldos atualizados dos empréstimos nas datas dos balanços são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Seis meses ou menos	**16.621**	7.465	**16.621**	7.465
Seis a doze meses	**2.066**	-	**2.066**	7.868
Um a cinco anos	**2.066**	-	**2.066**	-
	20.753	7.465	**20.753**	15.333

Os valores justos dos empréstimos atuais são semelhantes aos seus valores contábeis, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados. Os valores contábeis para os empréstimos são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reais	**-**	4.186	**-**	4.186
Dólares americanos	**6.236**	1.163	**6.236**	9.031
Euro	**14.517**	2.116	**14.517**	2.116
	20.753	7.465	**20.753**	15.333

Em 31/12/2023, a Companhia possuía operações de *swap* no valor de R$760 (R$440 em 2022) contratadas para proteger, principalmente, as variações cambiais dos empréstimos em moeda estrangeira.

13. Encargos sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão de férias	**23.530**	17.270	**23.530**	17.270
Salários a pagar	**14.421**	11.673	**16.887**	13.426
Outros encargos sociais	**8.345**	6.034	**8.346**	6.034
	46.296	34.977	**48.763**	36.730

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda	**-**	-	**473**	-
	-	-	**473**	-
IR e CSLL a recolher (i)	**6.193**	5.121	**6.193**	5.121
ISS a recolher	**1.621**	1.481	**1.621**	1.481
PIS/COFINS a recolher	**931**	1.145	**931**	1.145
ICMS a recolher	**4**	1	**4**	1
	8.749	7.748	**8.749**	7.748
Parcelamento Refis Lei 12.996/2014 (ii)	**95**	-	**95**	-
	95	-	**95**	-
	8.844	7.748	**9.317**	7.748

(i) A Companhia apresentou uma variação de R$1.074 de 2022 para 2023 no Imposto de Renda Pessoa Física devido ao aumento de empregados, aplicação de dissídio e aumentos salariais durante o ano de 2023, impactando nos valores calculados e recolhidos da folha mensal, folha de 13º salário e férias. (ii) Em 2023 a Companhia aderiu à transação tributária no contencioso administrativo fiscal pelo Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) regulamentado pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12/01/2023, para regularizar os débitos do processo 12448.905167/2017-45 com pagamento mínimo de 48%, sem reduções, em até 9 prestações, e o saldo com uso de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa de CSLL, conforme abaixo demonstrado:

PRLF	
Montante Consolidado	(223)
Crédito base negativa CSLL	116
Pagamento 1ª prestação	12
Saldo a pagar	(95)

15. Provisões para contingências. A Companhia tem ações de naturezas tributárias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Cíveis	**2.272**	2.297
Fiscais		
ISS	**4.455**	4.040
CSLL	**1.903**	1.777
PIS e COFINS	**224**	286
Imposto de renda	**-**	764
Outros	**98**	931
	8.952	10.095

16. Patrimônio líquido. a) Capital social. Em 31/12/2023, o capital subscrito e integralizado da Companhia no valor R$17.027 (R$17.027 em 2022) equivalente a 5.647.570 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30/11/2022, a Companhia aumentou o capital social no valor de R$2.277, sem emissão de novas ações, mediante a subscrição e integralização, por meio de aporte feito pela antiga controladora Sotrex S.A. O capital social passou de R$14.750 para R$17.027. Em 23/05/2023 a SotreqPar S.A., empresa do Grupo Sotreq, incorporou todo o acervo líquido patrimonial da Sotrex S.A., antiga controladora da Companhia, procedendo com a extinção desta empresa, incorporação integral do investimento na Companhia e a sucessão de todos os seus direitos e obrigações. Desta forma, a SotreqPar S.A. passou a ser a controladora da Companhia com 81,54% da participação acionária. A composição acionária está apresentada como segue:

	2023	
	Quantidade de ações	Percentual de participação
SotreqPar S.A.	**4.605.030**	**81,54%**
Pessoas físicas	**1.042.540**	**18,46%**
	5.647.570	**100,00%**

b) Reserva legal. Em 31/12/2023 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R$2.142 (R$1.267 em 2022).

	2023	2022
Lucro líquido	**17.508**	16.245
(-) Constituição da reserva legal (5%)	**(875)**	(812)
Base de cálculo dos dividendos	**16.633**	15.433

c) Dividendos mínimos obrigatórios. O estatuto social assegura aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Desta forma, o excedente fica registrado na reserva de lucros no valor total de RR12.256, que é realizada conforme opção da Companhia. Além disso, o valor de dividendos adicionais referente ao exercício de 2023 será aprovado em 2024.

	2023	2022
Lucro líquido após destinações obrigatórias	**16.633**	15.433
(-) Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**(4.158)**	(3.858)
(-) Dividendo adicional proposto	**(219)**	(2.480)
Constituição de reserva de lucro	**12.256**	9.095

d) Dividendos a pagar	2023	2022
Em 01 de janeiro	**3.549**	2.163
Distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício anterior	**2.480**	114
Pagamentos de dividendos mínimo e adicional	**(6.029)**	(2.277)
Pagamentos de dividendos antecipados	**-**	(309)
Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício corrente	**4.158**	3.858
Em 31 de dezembro	**4.158**	3.549

17. Receita operacional, líquida. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prestação de serviços	**353.075**	282.388	**406.662**	322.631
Vendas de equipamentos e peças	**535**	1.752	**535**	1.752
Vendas brutas	**353.610**	284.140	**407.197**	324.383
Impostos sobre vendas	**(37.357)**	(28.815)	**(37.357)**	(28.815)
Receita operacional, líquida	**316.253**	255.325	**369.840**	295.568

18. Custos das vendas e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos das vendas	**(203.341)**	(164.346)	**(218.897)**	(174.799)
Depreciação e amortização	**(6)**	(4)	**(6)**	(4)
Outros custos	**(6)**	14	**(6)**	14
	(203.353)	(164.336)	**(218.909)**	(174.789)

O total de custo das vendas é composto pelas seguintes naturezas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mão de Obra	**(189.281)**	(150.774)	**(203.924)**	(159.557)
Serviço de Terceiros	**(7.837)**	(5.930)	**(8.011)**	(7.303)
Software / Hardware	**(4.266)**	(5.706)	**(4.845)**	(5.706)
Viagens	**(1.067)**	(356)	**(1.006)**	(383)
Produtos	**(345)**	(1.099)	**(345)**	(1.099)
Outros	**(545)**	(481)	**(766)**	(751)
	(203.341)	(164.346)	**(218.897)**	(174.799)

19. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Baixa de incobráveis (Nota 6)	**(969)**	(201)	**(969)**	(201)
Propagandas e promoções	**(587)**	(932)	**(2.056)**	(2.189)
Outras	**(7)**	(51)	**(7)**	(51)
	(1.563)	(1.184)	**(3.032)**	(2.441)

20. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios a empregados (Nota 21)	**(54.752)**	(46.768)	**(76.275)**	(61.820)
Horas improdutivas	**(12.199)**	(7.128)	**(12.199)**	(7.128)
Serviços de terceiros	**(8.343)**	(6.317)	**(16.207)**	(12.096)
Aluguéis e arrendamentos operacionais (Nota 11)	**(6.532)**	(6.541)	**(7.197)**	(6.615)
Depreciação e amortização – imobilizado e intangível (Notas 9 e 10)	**(3.056)**	(2.630)	**(3.116)**	(2.658)
Depreciação ativo de direito de uso (Nota 11)	**(1.832)**	(1.658)	**(2.092)**	(1.926)
Viagens, refeições e locomoção	**(1.825)**	(1.370)	**(4.186)**	(3.987)
Impostos e taxas	**(1.344)**	(1.298)	**(1.439)**	(1.456)
Telefonia, energia e água	**(1.326)**	(633)	**(1.412)**	(698)
Material de consumo e ferramentas perecíveis	**(424)**	(634)	**(466)**	(804)
Multas e perdas	**(180)**	(326)	**(179)**	(326)
Outras	**(2.561)**	(1.186)	**(3.228)**	(1.840)
	(94.374)	(76.489)	**(127.996)**	(101.354)

20. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios a empregados (Nota 21)	**(54.752)**	(46.768)	**(76.275)**	(61.820)
Horas improdutivas	**(12.199)**	(7.128)	**(12.199)**	(7.128)
Serviços de terceiros	**(8.343)**	(6.317)	**(16.207)**	(12.096)
Aluguéis e arrendamentos operacionais (Nota 11)	**(6.532)**	(6.541)	**(7.197)**	(6.615)
Depreciação e amortização – imobilizado e intangível (Notas 9 e 10)	**(3.056)**	(2.630)	**(3.116)**	(2.658)
Depreciação ativo de direito de uso (Nota 11)	**(1.832)**	(1.658)	**(2.092)**	(1.926)
Viagens, refeições e locomoção	**(1.825)**	(1.370)	**(4.186)**	(3.987)
Impostos e taxas	**(1.344)**	(1.298)	**(1.439)**	(1.456)
Telefonia, energia e água	**(1.326)**	(633)	**(1.412)**	(698)
Material de consumo e ferramentas perecíveis	**(424)**	(634)	**(466)**	(804)
Multas e perdas	**(180)**	(326)	**(179)**	(326)
Outras	**(2.561)**	(1.186)	**(3.228)**	(1.840)
	(94.374)	(76.489)	**(127.996)**	(101.354)

21. Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e comissões	**(35.656)**	(30.420)	**(51.946)**	(43.480)
Encargos sociais	**(8.413)**	(5.130)	**(10.696)**	(6.632)
Custos previdenciários	**(6.327)**	(4.076)	**(6.327)**	(4.076)
Participação nos lucros	**(2.428)**	(4.989)	**(3.960)**	(4.989)
Treinamentos e outras	**(1.928)**	(2.153)	**(3.346)**	(2.643)
Total das despesas operacionais com salários e benefícios (Nota 20)	**(54.752)**	(46.768)	**(76.275)**	(61.820)
Número de empregados	**1.377**	1.246	**-**	-

A Grupo não possui plano de benefício pós-aposentadoria para seus funcionários e colaboradores.

22. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Créditos não reclamados	**156**	184	**219**	278
Receita de corretagem	**128**	211	**190**	573
Outras despesas (receitas)	**(24)**	687	**(406)**	687
Receitas operacionais, líquidas	**260**	1.082	**3**	1.538

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Perda com Swap (i)	**(1.535)**	(2.484)	**(1.535)**	(2.484)
Variação cambial passiva	**(931)**	(271)	**(963)**	(1.357)
Juros e encargos sobre empréstimos (Nota 12)	**(724)**	(1.518)	**(1.293)**	(1.676)
Juros passivos sobre arrendamentos (Nota 11)	**(76)**	(211)	**(87)**	(242)
Outras despesas financeiras	**(925)**	(468)	**(1.051)**	(605)
	(4.191)	(4.952)	**(4.929)**	(6.364)
Receitas financeiras				
Receitas financeiras s/ aplicações	**1.094**	1.281	**1.094**	1.281
Variação cambial ativa	**1.066**	1.151	**1.067**	1.558
Outras receitas financeiras	**827**	2.811	**827**	2.812
	2.987	5.243	**2.988**	5.651
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	**(1.204)**	291	**(1.941)**	(713)

(i) Durante o ano de 2023, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* para proteger, principalmente, os empréstimos em moeda estrangeira (Nota 12) e registrou perda no valor de R$1.535 (R$2.484 em 2022). **24. Resultado com imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributos correntes				
Tributos correntes sobre o lucro do exercício	**(4.227)**	(2.387)	**(4.912)**	(2.387)
Tributos correntes sobre os lucros dos exercícios anteriores	**4.025**	-	**4.025**	-
	(202)	(2.387)	**(887)**	(2.387)
Tributos diferidos				
Geração e reversão de diferenças temporárias	**430**	823	**430**	823
	430	823	**430**	823
Resultado de imposto de renda e contribuição social, líquido	**228**	(1.564)	**(457)**	(1.564)

Em 2023, a Companhia protocolou no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), referente ao ano base de 2022, o formulário para informações sobre atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Conforme a Lei 11.196/05 que trata dos Incentivos à Inovação Tecnológica – Lei do Bem, a Companhia excluiu da base de cálculo do IRPJ o valor de R$17.322 e da base de cálculo da CSLL o valor de R$17.309, o que gerou crédito de IRPJ e CSLL no montante de R$2.935 e R$1.090, respectivamente. O imposto detalhado sobre o lucro de 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**17.280**	17.809	**17.965**	17.809
À alíquota fiscal de 34%	**(5.875)**	(6.055)	**(6.108)**	(6.055)
Ajuste da controlada Radix US devido a diferença de alíquota (i)	**-**	-	**(23)**	-
Resultado de equivalência patrimonial	**429**	1.061	**-**	-
Prejuízo acumulado e base negativa não reconhecidos	**1.868**	1.767	**1.868**	2.828
Participação/gratificação da administração	**(2)**	(3)	**(2)**	(3)
Lucro controlada Radix US	**(641)**	-	**(641)**	-
Demais adições e exclusões, líquidas	**4.449**	1.666	**4.449**	1.666
Encargo fiscal	**228**	(1.564)	**(457)**	(1.564)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(202)**	(2.387)	**(887)**	(2.387)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**430**	823	**430**	823
	228	(1.564)	**(457)**	(1.564)

(i) A controlada Radix US está situada no Texas, Estados Unidos, sendo a alíquota aplicada para imposto de renda federal de 21% e imposto de renda estadual de 0,75% a 9,8%. Em 31 de dezembro de 2023 a Radix US possui US$97 de imposto de renda a pagar. A Companhia apresentou prejuízos fiscais acumulados de R$92.443 (R$92.748 em 2022) e base negativa de Contribuição Social acumulada de R$122.748 (R$124.323 em 2022), a serem compensados com lucros tributáveis futuros, de acordo com os limites estabelecidos pela legislação tributária. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui um plano de negócios que sustente o registro do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa, dentro de um período razoável, dessa forma não está registrando em seus livros contábeis. **25. Transações com partes relacionadas.** A Companhia faz parte do Grupo Sotreq, sendo uma controlada da SotreqPar S.A., empresa deste Grupo. As partes relacionadas são transações entre empresas deste Grupo: Sotreq S.A. e da sua controlada Radix US. As transações com partes relacionadas referem-se à prestação de serviços de desenvolvimentos de softwares, serviços de engenharia e empréstimos por meio de debêntures. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Vendas de serviços	2023	2022
Vendas de serviços - partes relacionadas		
Radix US	**50.489**	39.489
Sotreq S.A.	**10.968**	9.654
	61.457	49.143

b) Custo de venda de serviços	2023	2022
Custo de serviços - partes relacionadas		
Sotreq S.A.	**9.051**	7.528
	9.051	7.528

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.

CNPJ/MF nº 11.677.441/0001-49

c) Saldo no fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos e serviços

	2023	2022
Contas a receber de partes relacionadas		
Radix US	**31.447**	11.543
Sotreq S.A.	**465**	715
	31.912	12.258
Dividendos a pagar a partes relacionadas		
SotreqPar S.A.	**3.391**	-
Sotrex S.A.	**-**	3.549
	3.391	3.549

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em um mês. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas.

d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2023	2022
Honorários de diretoria	**3.643**	3.639
Salários e encargos	**645**	472
Participação nos lucros da diretoria	**48**	38
	4.336	4.149

26. Seguros. O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Abaixo seguem os seguros contratos em 2023 pela Companhia:

Apólices	Vigência
Responsabilidade civil profissional	01/07/2023 a 01/07/2024
Seguro de automóvel	01/07/2023 a 01/07/2024
Responsabilidade civil geral	01/07/2023 a 01/07/2024
Riscos de petróleo	01/07/2023 a 01/07/2024
Seguro patrimonial	17/07/2023 a 17/07/2024

Assinaturas

João Carlos Chachamovitz - Presidente
Geraldo Luiz Rochocz - Diretor; **Daniella Romao Gallo** - Diretora
Laurent Lisandre - Diretora; **Paulo Armando Carneiro do Rego** - Diretor
Contador: **Rafael Procaci Camera** - CRC RJ-131252/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores **Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP015199/F.
Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contadora - CRC-RJ091370/O.

AUTO VIAÇÃO TIJUCA S/A

CNPJ/MF nº 33.535.592/0001-03

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	973	152
Contas a receber	3.486	1.956
Estoques	823	549
Adiantamentos	22	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	175
	5.304	2.832
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Bens disponíveis para negociação	2.880	2.880
Imobilizado	7.011	5.421
Intangível	1.239	1.498
	11.130	**9.799**
Total do ativo	**16.434**	**12.631**

Passivo e Passivo a descoberto	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Contas a pagar	2.855	3.757
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.212	2.177
Obrigações fiscais	222	48
Empréstimos e financiamentos	9.512	10.127
Parcelamentos fiscais	290	290
Adiantamentos	3.774	2.007
Provisões sobre a folha de pagamento	2.751	2.341
	20.616	**20.747**
Passivo não circulante		
Contas a pagar	7.667	-
Parcelamentos fiscais e previdenciários	769	1.226
Empréstimos e financiamentos	6.120	7.295
Provisão para passivo a descoberto	10.002	10.371
Provisão para contingências	1.468	4.882
	26.026	**23.774**
Passivo a descoberto		
Capital social	7.925	7.925
Prejuízos acumulados	(38.133)	(39.815)
	(30.208)	**(31.890)**
Total passivo e passivo a descoberto	**16.434**	**12.631**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Passivo a descoberto
Saldos em 31/12/2021 – Não auditado	**7.925**	**(33.047)**	**(25.122)**
Prejuízo do exercício	-	(6.768)	(6.768)
Saldos em 31 de dezembro 2022	**7.925**	**(39.815)**	**(31.890)**
Lucro líquido do exercício	-	1.682	1.682
Saldos em 31 de dezembro 2023	**7.925**	**(38.133)**	**(30.208)**

Demonstração do resultado do exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	84.129	62.730
Custo com transporte de passageiros	(61.685)	(54.238)
Lucro bruto	**22.444**	**8.492**
Despesas gerais e administrativas	(7.738)	(6.047)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(8.280)	(6.142)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**6.426**	**(3.697)**
Receita financeira	6	89
Despesa financeira	(4.750)	(3.160)
Resultado financeiro líquido	**(4.744)**	**(3.071)**
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	**1.682**	**(6.768)**
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**1.682**	**(6.768)**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**1.682**	**(6.768)**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.509	3.166
Provisões para contingências	(3.414)	(682)
	3.777	**(4.284)**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.530)	(1.117)
Adiantamentos	(22)	-
Impostos a recuperar	175	-
Estoques	(274)	(166)
Outros créditos	-	(2.880)
Contas a pagar	6.765	1.794
Obrigações fiscais	174	-
Provisão para passivo a descoberto	(369)	4.529
Parcelamentos fiscais e previdenciários	(457)	(602)
Adiantamentos de clientes	1.767	1.146
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(555)	986
Caixa líquido caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	**9.451**	**(594)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos	(6.840)	(2.580)
Baixa / Alienação de ativos	-	2.776
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	**(6.840)**	**196**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição/amortização de empréstimos	(1.790)	366
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(1.790)**	**366**
Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	**821**	**(32)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	152	184
No final do exercício	973	152

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). 1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei das sociedades por Ações. 2. Práticas contábeis: As mais relevantes adotadas pela empresa são: a) É adotado o regime de competência para apuração dos resultados; b) Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses a partir da data do balanço são classificados no ativo e no passivo circulante respectivamente. 3. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 7.925, representado em 7.925 ações, com valor nominal de R$ 1,00 cada. **Jacob Barata Filho** - Diretor, **Ernesto Ribeiro Martins** - Diretor. Contabilista Responsável: **Nilo Meirelles de Souza Araújo** - Contador - CRC/RJ 044127/0-4.

PSLMPAR PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ: 21.566.362/0001-14

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Valores expressos em Reais

ATIVO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.702.874,78	6.276.334,80
Impostos e Contribuições a Recuperar	107.482,02	26.858,64
Total do Ativo Circulante	**7.810.356,80**	**6.303.193,44**
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		
Investimentos	13.779.568,05	13.715.490,96
	13.779.568,05	**13.715.490,96**
Total do Ativo Não-Circulante	**13.779.568,05**	**13.715.490,96**
TOTAL DO ATIVO	**21.589.924,85**	**20.018.684,40**

PASSIVO	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Tributárias	36.664,28	42.459,79
Dividendos a Pagar	454.622,16	6.000.000,00
Total do Passivo Circulante	**491.286,44**	**6.042.459,79**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	10.102.989,18	10.102.989,18
Reserva de Capital	1.613.347,97	1.234.496,17
Reserva de Lucros	9.382.301,26	2.638.739,26
Total do Patrimônio Líquido	**21.098.638,41**	**13.976.224,61**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**21.589.924,85**	**20.018.684,40**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Valores expressos em Reais

	Capital Social	Lucros Acumulados	Reserva de Lucros Especial	Reserva Legal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**10.102.989,18**	**–**	**4.196.894,91**	**883.913,60**	**15.183.797,69**
Resultado Líquido do Período	–	7.011.651,45	–	–	7.011.651,45
Constituição Reservas Legais	–	(350.582,57)	–	350.582,57	–
Constituição Reservas Especiais	–	(6.240.369,79)	6.240.369,79	–	–
Dividendos a Distribuir do exercício	–	(420.699,09)	–	–	(420.699,09)
Dividendo Adicional Distribuido	–	–	(7.798.525,44)	–	(7.798.525,44)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.102.989,18**	**–**	**2.638.739,26**	**1.234.496,17**	**13.976.224,61**
Resultado Líquido do Período	–	7.577.035,96	–	–	7.577.035,96
Constituição Reservas Legais	–	(378.851,80)	–	378.851,80	–
Constituição Reservas Especiais	–	(6.743.562,00)	6.743.562,00	–	–
Dividendos a Distribuir do exercício	–	(454.622,16)	–	–	(454.622,16)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10.102.989,18**	**–**	**9.382.301,26**	**1.613.347,97**	**21.098.638,41**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Valores expressos em Reais

	2023	2022
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas	(13.032,35)	(11.500,00)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.314.077,09	6.791.777,40
	7.301.044,74	**6.780.277,40**
RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas Financeiras	391.124,67	317.468,30
Despesas Financeiras	(2,79)	–
	391.121,88	**317.468,30**
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	**7.692.166,62**	**7.097.745,70**
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	**7.692.166,62**	**7.097.745,70**
Imposto de Renda	(79.929,45)	(57.521,86)
Contribuição Social	(35.201,21)	(28.572,39)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**7.577.035,96**	**7.011.651,45**

PSLMPAR PARTICIPAÇÕES S/A
Representante Legal
Teixeira Contadores
CRC-RJ 002483/O

EMPRESA VIAÇÃO IDEAL S.A.

CNPJ/MF nº 33.197.161/0001-76

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	983	1.424
Contas a receber	496	1.337
Estoques	832	762
Impostos e contribuições a recuperar	749	936
Adiantamentos	137	2.202
	3.197	**6.661**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos restituíveis e créditos vinculados	54	54
Imobilizado	59.076	43.310
Intangível	24	24
	59.154	**43.388**
Total do ativo	**62.351**	**50.049**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Contas a pagar	5.118	4.801
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.421	1.206
Obrigações fiscais	873	284
Adiantamentos de clientes	4.206	-
Provisão sobre a folha de pagamento	2.180	2.259
Juros sobre capital próprio	3.069	1.041
Empréstimos e financiamentos	148	147
	17.015	**9.738**
Passivo não circulante		
Contas a pagar	4.340	-
Empréstimos e financiamentos	223	372
Provisões para contingências	3.759	425
	8.322	**797**
Patrimônio líquido		
Capital social	4.625	4.625
Reserva de lucros	32.389	34.889
	37.014	**39.514**
Total passivo e patrimônio líquido	**62.351**	**50.049**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro 2021	**4.625**	**2.635**	**28.444**	**35.704**
Lucro líquido do exercício	-	-	3.810	3.810
Saldos em 31 de dezembro 2022	**4.625**	**2.635**	**32.254**	**39.514**
Prejuízo do exercício	-	-	(2.500)	(2.500)
Saldos em 31 de dezembro 2023	**4.625**	**2.635**	**29.754**	**37.014**

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	**84.948**	**56.389**
Custo com transporte de passageiros	(57.726)	(41.276)
Lucro bruto	**27.222**	**15.113**
Despesas gerais e administrativas	(16.068)	(11.266)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(7.973)	3.038
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**3.181**	**6.885**
Receita financeira	98	305
Despesa financeira	(5.187)	(3.207)
Resultado financeiro líquido	**(5.089)**	**(2.902)**
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	(1.908)	3.983
Imposto de renda	(429)	(121)
Contribuição social	(163)	(52)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**(2.500)**	**3.810**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(2.500)	3.810
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para contingências	3.334	(3.425)
Depreciação e amortização	3.997	2.570
Ajustes retrospectivos	-	(58)
	4.831	**2.897**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	841	(1.087)
Impostos a recuperar	187	259
Estoques	(70)	(122)
Adiantamentos	2.065	(148)
Contas a pagar	4.657	4.040
Obrigações fiscais	589	197
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	136	(1.105)
Adiantamentos de clientes	4.206	-
Juros sobre capital próprio	2.028	1.041
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**19.470**	**5.972**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos	(69.761)	(8.972)
Baixa / Alienação de ativos	49.998	1.903
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(19.763)**	**(7.069)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação/Pagamentos de empréstimos	(148)	519
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(148)**	**519**
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(441)**	**(578)**
No início do exercício	1.424	2.002
No final do exercício	983	1.424

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). 1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei das sociedades por Ações. 2. Práticas contábeis: As mais relevantes adotadas pela empresa são: a) É adotado o regime de competência para apuração dos resultados; b) Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses a partir da data do balanço são classificados no ativo e no passivo circulante respectivamente. 3. O Capital Social é de R$ 2.961.500,00 totalmente integralizado e representado por 2.961.500 ações nominativas e sem valor nominal. **Jacob Barata Filho** - *Diretor*, **Antonio Pádua Arantes** - *Diretor*. Contabilista Responsável: **Nilo Meirelles de Souza Araújo** - Contador - CRC/RJ 044127/0-4.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

SOTREQ S.A.

CNPJ/MF nº 34.151.100/0002-11

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, acompanhado das Notas Explicativas. Rio de Janeiro/RJ, 25/04/2024. A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2023	2022	2023	2022
Circulante		**4.228.084**	4.579.109	**4.749.390**	4.993.945
Caixa e equivalentes de caixa	6	**244.231**	138.084	**581.009**	412.623
Títulos e valores mobiliários	7	**258.678**	42.867	**258.678**	42.867
Contas a receber	8	**1.301.775**	1.134.926	**1.358.674**	1.123.793
Estoques	9	**1.911.157**	2.556.009	**2.027.696**	2.682.658
Adiantamentos a fornecedores	10	**218.700**	253.947	**227.949**	266.346
Tributos a recuperar	11	**188.650**	310.535	**189.578**	311.885
Outras contas a receber		**104.893**	142.741	**105.806**	153.773
Não circulante		**2.030.641**	1.626.367	**1.849.484**	1.474.609
Tributos a recuperar	11	**619.177**	500.320	**619.177**	500.320
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	**52.042**	15.225	**52.042**	15.225
Debêntures a receber de partes relacionadas	33	**180.430**	13.848	**180.430**	13.848
Depósitos judiciais e cauções	21.2	**67.546**	57.080	**67.546**	57.080
Investimentos	12	**181.275**	151.961	**-**	-
Participações em fundos de investimentos	13	**26.623**	-	**26.623**	-
Imobilizado	14	**425.728**	408.392	**425.846**	408.595
Intangível	15	**359.200**	358.032	**359.200**	358.032
Ativo de direito de uso	16	**118.620**	121.509	**118.620**	121.509
Total do ativo		**6.258.725**	6.205.476	**6.598.874**	6.468.554
Passivo					
Circulante		**2.820.978**	3.509.050	**3.161.127**	3.772.128
Fornecedores	17	**1.346.402**	1.895.025	**1.594.468**	1.996.090
Caterpillar		**1.186.600**	1.355.546	**1.391.628**	1.370.726
Terceiros		**157.829**	538.688	**200.867**	624.573
Partes relacionadas	33	**1.973**	791	**1.973**	791
Obrigações com arrendamentos	16	**20.944**	18.755	**20.944**	18.755
Empréstimos e financiamentos	18	**369.276**	252.381	**369.276**	252.381
Instrumentos financeiros derivativos		**540**	-	**540**	-
Adiantamentos de clientes	19	**129.731**	102.208	**213.057**	255.085
Encargos sociais e trabalhistas		**104.037**	91.741	**104.037**	91.741
Participação de empregados no resultado		**183.476**	209.289	**183.476**	209.289
Tributos a recolher	20	**102.112**	98.130	**106.567**	105.563
Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	24	**118.150**	512.500	**118.150**	512.500
Receita diferida		**131.146**	74.785	**131.146**	74.785
Debêntures a pagar à partes relacionadas	33	**9.902**	13.238	**9.902**	13.238
Outras contas a pagar		**305.262**	240.998	**309.564**	242.701
Não circulante		**772.897**	591.993	**772.897**	591.993
Parte relacionadas a pagar	33	**2.086**	-	**2.086**	-
Obrigações com arrendamentos	16	**110.390**	112.959	**110.390**	112.959
Empréstimos e financiamentos	18	**98.039**	245.166	**98.039**	245.166
Debêntures a pagar à partes relacionadas	33	**348.414**	51.041	**348.414**	51.041
Tributos a recolher	20	**1.326**	845	**1.326**	845
Provisão incentivo de longo prazo diretoria	28	**36.746**	18.757	**36.746**	18.757
Receita diferida		**37.316**	49.731	**37.316**	49.731
Provisões para contingências	21.1	**138.580**	113.494	**138.580**	113.494
Patrimônio líquido		**2.664.850**	2.104.433	**2.664.850**	2.104.433
Capital social	23	**1.811.076**	1.051.666	**1.811.076**	1.051.666
Reservas de lucros		**812.073**	1.000.388	**812.073**	1.000.388
Ajustes de conversão de investida no exterior		**41.701**	52.379	**41.701**	52.379
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**2.664.850**	2.104.433	**2.664.850**	2.104.433
Participações de acionistas não controladores		**-**	-	**-**	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.258.725**	6.205.476	**6.598.874**	6.468.554

Demonstrações dos resultados em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita operacional, líquida	25	**10.397.364**	9.998.812	**11.915.365**	10.874.419
Custos das vendas e dos serviços prestados	26	**(7.805.908)**	(7.329.009)	**(9.235.659)**	(8.171.855)
Lucro bruto		**2.591.456**	2.669.803	**2.679.706**	2.702.564
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	27	**(175.470)**	(164.129)	**(176.577)**	(165.079)
Despesas gerais e administrativas	28	**(1.389.772)**	(1.287.311)	**(1.406.757)**	(1.303.375)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	**93.090**	57.347	**93.104**	57.516
Lucro operacional		**1.119.304**	1.275.710	**1.189.476**	1.291.626
Equivalência patrimonial	12	**39.992**	16.490	**-**	8.192
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	31	**(192.786)**	(116.008)	**(212.599)**	(123.718)
Receitas financeiras	31	**126.804**	120.577	**127.601**	127.605
		(65.982)	4.569	**(84.998)**	3.887
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.093.314**	1.296.769	**1.104.478**	1.303.705
Imposto de renda e contribuição social	32	**(217.268)**	(125.118)	**(228.432)**	(132.054)
Lucro do exercício		**876.046**	1.171.651	**876.046**	1.171.651
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				**876.046**	1.171.651
Acionistas não controladores				**-**	-
Resultado do exercício				**876.046**	1.171.651

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.093.314**	1.296.769	**1.104.478**	1.303.705
Depreciações – Imobilizado	**84.269**	63.829	**84.298**	63.882
Amortizações - Intangível	**490**	1.023	**490**	1.023
Depreciações - Ativo de direito de uso	**22.538**	20.063	**22.538**	20.063
Resultado líquido na baixa de ativo de direito de uso	**-**	(43)	**-**	(43)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	**94.271**	43.211	**94.271**	43.276
Resultado líquido na venda de ativo fixo e bens de aluguel	**(23.881)**	(21.559)	**(23.881)**	(21.559)
Resultado de equivalência patrimonial	**(39.992)**	(16.490)	**-**	(8.192)
Provisão para contingências	**25.086**	45.362	**25.086**	45.362
Variação cambial	**8.172**	(5.699)	**(17.805)**	160
Provisão (reversão) de juros sobre debêntures	**6.890**	(2.799)	**6.890**	(2.799)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	**(1.083)**	6.635	**(1.190)**	6.046
Atualização monetária de depósitos judiciais	**(7.085)**	(4.709)	**(7.085)**	(4.709)
Provisão (reversão) para perda de estoques	**4.785**	1.224	**(3.244)**	(608)
Provisão incentivo de longo prazo diretoria	**17.989**	11.205	**17.989**	11.205
Provisão (reversão) decorrente dos contratos de Swap	**15.474**	(7.764)	**15.474**	(7.764)
	1.301.237	1.430.258	**1.318.309**	1.449.048
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	**(165.196)**	(271.192)	**(233.841)**	(178.254)
Estoques	**640.067**	(1.278.479)	**658.206**	(1.151.765)
Adiantamentos a fornecedores	**35.247**	(101.680)	**38.397**	(76.917)
Tributos a recuperar	**3.028**	(248.002)	**3.450**	(238.917)
Depósitos judiciais e cauções	**(3.381)**	(3.778)	**(3.381)**	(3.778)
Outros ativos	**37.848**	(3.540)	**47.967**	(8.634)
Variação cambial sobre ativos	**-**	-	**(12.051)**	(20.119)
Fornecedores	**(560.037)**	481.157	**(386.339)**	451.624
Adiantamentos de clientes	**27.523**	(134.138)	**(42.028)**	(125.929)
Programa de participação	**(25.813)**	36.583	**(25.813)**	31.716
Encargos sociais e trabalhistas	**12.296**	18.904	**12.296**	16.741
Tributos a recolher	**(175.160)**	149.702	**(176.037)**	152.924
Outros passivos	**108.210**	93.610	**110.809**	89.413
Variação cambial sobre passivos	**-**	-	**20.894**	22.989
Cisão parcial de ativos e passivos com redução de capital	**-**	-	**-**	(35.527)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(95.312)**	(348.466)	**(108.577)**	(358.129)
Juros sobre arrendamento de direito de uso	**13.079**	10.911	**13.079**	10.911
Juros recebidos através de derivativos	**-**	9.365	**-**	9.365
Juros pagos através de derivativos	**(14.934)**	-	**(14.934)**	-
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	**(90.707)**	(46.345)	**(90.707)**	(50.377)
Recebimento de juros de debêntures - partes relacionadas	**-**	6.241	**-**	6.241
Pagamentos de juros de debêntures - partes relacionadas	**(20.555)**	-	**(20.555)**	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	**1.027.440**	(198.889)	**1.109.144**	(7.374)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	**-**	23	**-**	-
Venda de Imobilizado	**32.277**	119.181	**32.312**	119.145
Aquisição de participação em fundo de investimento	**(26.623)**	-	**(26.623)**	-
Aquisição de imobilizado	**(110.021)**	(283.933)	**(110.000)**	(283.980)
Aquisição de intangível	**(1.638)**	(6.553)	**(1.638)**	(6.553)
Títulos e valores mobiliários	**(215.811)**	392.987	**(215.811)**	392.987
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimentos	**(321.816)**	221.705	**(321.760)**	221.599
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aquisição de empréstimos	**785.431**	140.415	**785.431**	140.415
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(814.469)**	(140.748)	**(814.469)**	(247.985)
Emissão de debêntures para partes relacionadas	**296.616**	8.073	**296.616**	8.073
Resgate de debêntures de partes relacionadas	**(308.528)**	-	**(308.528)**	-
Recebimentos de empréstimos através de debêntures - partes relacionadas	**8.000**	-	**8.000**	-
Pagamentos de empréstimos através de debêntures - partes relacionadas	**(154.968)**	(13.790)	**(154.968)**	(13.790)
Pagamentos de arrendamentos de ativo direito de uso	**(33.108)**	(28.186)	**(33.108)**	(28.186)
Pagamentos de dividendos e JCP	**(292.913)**	(245.440)	**(292.913)**	(245.440)
Compra de ações em tesouraria	**(85.538)**	-	**(85.538)**	-
(+/-) Variação da participação dos acionistas minoritários	**-**	-	**-**	(12)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(599.477)**	(279.676)	**(599.477)**	(386.925)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**106.147**	(256.860)	**187.907**	(172.700)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**138.084**	394.944	**412.623**	598.089
Ajuste de conversão	**-**	-	**(19.521)**	(12.766)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**244.231**	138.084	**581.009**	412.623
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**106.147**	(256.860)	**187.907**	(172.700)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício	**876.046**	1.171.651	**876.046**	1.171.651
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajustes de conversão de investida no exterior	**(10.678)**	(9.896)	**(10.678)**	(9.896)
Total do resultado abrangente do exercício	**865.368**	1.161.755	**865.368**	1.161.755
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			**865.368**	1.161.755
Acionistas não controladores			**-**	-
			865.368	1.161.755

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

			Reservas de lucros							
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31/12/2021	1.235.274	-	38.582	143.179	442.416	-	62.275	1.921.726	12	1.921.738
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	1.171.651	-	1.171.651	-	1.171.651
Ajuste de conversão de investida localizada no exterior	-	-	-	-	-	-	(9.896)	(9.896)	-	(9.896)
Cisão parcial da Companhia (Nota 1.1)	(183.608)	-	-	-	-	-	-	(183.608)	-	(183.608)
Distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 2021	-	-	-	-	(245.440)	-	-	(245.440)	-	(245.440)
Destinações:										
Constituição de reserva legal	-	-	58.583	-	-	(58.583)	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal Lei 12.973/94 - Artigo 30	-	-	-	616.231	-	(616.231)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	63.399	(63.399)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022 (25%)	-	-	-	-	-	(124.209)	-	(124.209)	-	(124.209)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(196.975)	(228.816)	-	(425.791)	-	(425.791)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	80.413	(80.413)	-	-	-	-
Efeito na variação da participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Saldos em 31/12/2022	1.051.666	-	97.165	759.410	143.813	-	52.379	2.104.433	-	2.104.433
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	**876.046**	-	**876.046**	-	**876.046**
Ajuste de conversão de investida localizada no exterior	-	-	-	-	-	-	**(10.678)**	**(10.678)**	-	**(10.678)**
Aumento de capital social	**759.410**	-	-	**(759.410)**	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 2022	-	-	-	-	**(80.413)**	-	-	**(80.413)**	-	**(80.413)**
Distribuição antecipada de dividendos de 2023	-	-	-	-	**22.139**	**(22.139)**	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	**(85.538)**	-	-	-	-	-	**(85.538)**	-	**(85.538)**
Cancelamento de ações em tesouraria	-	**85.538**	-	-	**(85.538)**	-	-	-	-	-
Destinações:										
Constituição de reserva legal	-	-	**43.802**	-	-	**(43.802)**	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal Lei 12.973/94 - Artigo 30	-	-	-	**277.700**	-	**(277.700)**	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	**292.543**	**(292.543)**	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023 (25%)	-	-	-	-	-	**(138.636)**	-	**(138.636)**	-	**(138.636)**
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	**(364)**	-	**(364)**	-	**(364)**
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	**100.862**	**(100.862)**	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	**1.811.076**	-	**140.967**	**277.700**	**393.406**	-	**41.701**	**2.664.850**	-	**2.664.850**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre o Grupo. A Sotreq S.A. ("Sotreq", "Companhia" ou em conjunto com sua controlada "Grupo"), constituída como uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada na Avenida Ayrton Senna n° 2.200, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, e possui como objeto social a representação comercial dos produtos Caterpillar, por intermédio de suas filiais nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Amazonas, Paraná, Distrito Federal, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Alagoas e Ceará. A Sotreq compra, vende e aluga equipamentos, executa manutenção e reparo de máquinas em geral, incluindo suas partes e acessórios, bem como prestam serviços técnicos relacionados a esses produtos, além de participar em outras empresas nacionais e estrangeiras. A sua controlada tem as suas atividades apresentadas na Nota 12, ao passo que as informações sobre as outras relações entre partes relacionadas são apresentadas na Nota 33. A Sotreq faz parte do Grupo Sotreq e é a principal subsidiária da Pertos Participações Ltda. ("Pertos") que participa em 82,63% de seu Patrimônio Líquido, tendo como objeto social a participação em outras empresas, no território nacional ou no exterior. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31/12/2023 foram revisadas e aprovadas pela Diretoria do Grupo em 25/04/2024. **1.1. Reestruturação societária.** Em 02/05/2022 a SotreqPar S.A., empresa do Grupo Sotreq, absorveu o acervo líquido patrimonial cindido da Companhia. O critério de avaliação do patrimônio líquido da empresa cindida, para fins de cisão parcial, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30/04/2022, conforme Laudo de Cisão Parcial aprovado em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/05/2022. As variações patrimoniais da empresa cindida, posteriores a 30/04/2022, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da SotreqPar. A tabela a seguir resume o acervo líquido incorporado na data da incorporação:

	30/04/2022
Debêntures a receber de partes relacionadas	53.522
Investimento na Somov S.A.	130.086
Total do ativo	183.608
Capital social	183.608
Total do patrimônio líquido	183.608
Acervo líquido cindido	183.608

Desta forma, a Companhia cindiu integralmente o investimento detido naquela data da controlada Somov à SotreqPar no montante de R$130.086 e a sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela SotreqPar. Assim, concluindo a organização societária do Grupo, a empresa Somov passa a ser controlada direta da SotreqPar, com 99,99% da participação acionária. E a partir/05/2022, a Companhia possuiu como controlada direta apenas o investimento na Sotreq Handels GmbH. O valor do capital social da Companhia foi reduzido em R$183.608 mantendo inalterada a quantidade de ações e a distribuição dessas ações entre os acionistas. Por outro lado, o capital social da SotreqPar foi aumentado em R$183.608, com emissão de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **1.2. Operações comerciais na antiga controlada Somov.** 1.2.1. Operações no segmento de Agronegócios. Em junho de 2021, a Companhia e, a até então controlada Somov ingressaram no segmento de Agronegócios com representação das marcas Valtra (origem finlandesa) e Fendt (origem alemã) , respectivamente, nas regiões do Oeste do Mato Grosso e Rondônia. Dessa forma, a Companhia e a Somov passam a atuar com a venda de máquinas e peças agrícolas, manutenção, suporte técnico e contratos de produtos destas marcas. O Grupo Sotreq já atuava no segmento Agropecuário desde a sua fundação, porém apenas com máquinas da linha amarela em aplicações de suporte à agricultura e à pecuária, como manutenção de estradas, construção de infraestrutura, carga e descarga, entre outras áreas. Agora com a parceria com a AGCO Corporation, representando essas duas importantes marcas, passa a atuar de forma direta no processo produtivo, desde a preparação de solo, plantio, colheita e manutenção, gerando a oportunidade de oferecer um portifólio completo de produtos para os clientes que atuam em um dos segmentos que mais cresce no Brasil, proporcionando muita sinergia entre as linhas amarela e verde, além de posicionar o Grupo como único fornecedor de produtos e soluções para esse importante mercado. Em 2022, objetivando expandir essa parceria, foi fechado um novo acordo com a AGCO Corporation, onde passa a atuar com a representação de ambas as marcas nos estados do Pará e Norte do Tocantins. Para que isso fosse possível, foi necessário aquisição do direito de distribuição da marca Valtra, através de acordo comercial fechado entre as empresas Motobel Motores de Belém Ltda. e a Companhia, além da Automic Comércio de Implementos, Máquinas e Tratores Ltda. e a Somov. Antes as empresas Motobel e Automic detinham o direito de distribuição da marca Valtra para o Leste do Pará e o Oeste do Pará, respectivamente. Com esta aquisição, a Companhia registrou durante o ano 2022, no Intangível (Nota 15), o direito de distribuição da marca Valtra no valor de R$6.400, porém o preço acordado da marca foi de R$8.000. A diferença de R$1.600 referente a 20% foi quitada em 2023, após o término do período de transição estipulado entre as partes. A Somov registrou R$1.400, porém o preço acordado da marca foi de R$2.000. A diferença de R$600 referente a 30% foi quitada em 2023, após o término do período de transição estipulado entre as partes. **1.3. Representação da marca Resemin.** Em janeiro de 2022, a Companhia adquiriu representação da marca Resemin, uma fabricante peruana com mais de 30 anos de experiência em comercialização, operação e produção de equipamentos aplicados à mineração subterrânea. **2. Resumo práticas contábeis materiais. 2.1. Base de preparação.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. **2.3. Base de consolidação.** As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Sotreq e de sua controlada em 31/12/2023 e 2022, conforme apresentadas a seguir:

Nome	País	Principal atividade	% Direta 2023	% Direta 2022
Sotreq Handels GmbH	Áustria	Comércio e logística	100,00%	100,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados no momento da consolidação. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos acionistas não controladores. Perdas são atribuídas à participação de acionistas não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. **2.4. Investimento em controlada.** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente com uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto. Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido das investidas a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como participações nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas (equivalência patrimonial). Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sotreq e suas investidas são eliminados na medida da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de *impairment* do ativo transferido. Variações cambiais registradas no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhecerá no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **2.5. Conversão de moeda estrangeira.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e, naquela cuja moeda funcional é diferente do real, a demonstração contábil é traduzida para o real na data do fechamento. A controlada Handels apresenta moeda funcional dólar. a) Transações e saldos. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com a exceção das diferenças geradas por empréstimos em moeda estrangeira, relativas a um *hedge* efetivo contra investimentos líquidos em uma operação no exterior. Essas diferenças, quando existirem, são lançadas diretamente no patrimônio líquido até a alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nesses empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. b) Controlada e conversão de moeda de apresentação. Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio da data das transações e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. **2.6. Classificação corrente** *versus* **não corrente.** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; Todos os demais ativos são classificados como ativos não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como passivos não circulantes. **2.7. Reconhecimento da receita.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos. A receita de venda de máquinas, motores, equipamentos e peças é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado pelo cliente; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou as entidades tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. b) Prestação de serviços. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de peças, geralmente relacionada à prestação de serviços de reparos em equipamentos do cliente, é reconhecida através de medição com base nas horas incorridas até a data do balanço. A receita de contratos de serviços de manutenção, relacionada aos contratos firmados por preço fixo, é reconhecida pelo valor das parcelas do contrato na proporção em que os custos das manutenções e intervenções contratuais são executadas. c) Receitas de aluguéis. As receitas com aluguéis de equipamentos são reconhecidas no período em que as locações são prestadas, usando o método linear de reconhecimento de receita, conforme o período do contrato. d) Receita de juros. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. e) Receita de comissão. A receita proveniente de comissão está condicionada ao pagamento, pela controlada Handels, de montante equivalente a um percentual acordado entre as partes sobre vendas efetivadas pela controlada. **2.8. Tributos.** a) Imposto de renda e contribuição social correntes. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Sotreq CAT

SOTREQ S.A.
CNPJ/MF nº 34.151.100/0002-11

do relatório. a.1) *Imposto de renda em subsidiária no exterior.* A controlada no exterior Handels está sujeita às regras e benefícios tributários do país onde está sediada, Áustria. Conforme *Tax Ruling* obtido em 24/05/2022, com validade até 31/12/2024, a Companhia calcula o imposto de renda corrente sobre uma base percentual de 2,75% da receita operacional líquida anual. Após considerar determinadas despesas e receitas financeiras, nesse valor aplica-se a alíquota de imposto de renda na Áustria de 25%. O prazo de declaração do imposto de renda na Áustria é de 16 meses após o término do ano fiscal. Os pagamentos trimestrais (adiantamentos) são exigidos durante o exercício fiscal com base na última declaração de imposto de renda apresentada. Em 31/12/2023, a Handels possui US$920 (US$1.425 em 2022) de imposto de renda a pagar que se referem aos exercícios de 2023 e 2022. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. Em 31 de dezembro não há saldo de prejuízo fiscal e base negativa não registrados. c) Tributos sobre prestação de serviços e vendas. O Grupo está sujeito, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 4% a 20%. Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado. **2.9. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros. a) *Classificação e mensuração.* A avaliação dos ativos financeiros do Grupo está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF Grupo	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Aplicações financeiras compromissadas	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Contas a receber	Contas a receber de clientes operacionais e partes relacionadas	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado
Debêntures a receber	Debêntures a receber	Custo amortizado
Depósitos judiciais e cauções	Depósitos judiciais	Valor justo por meio do resultado

b) *Redução ao valor recuperável.* O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão (Nota 3.2.a). c) *Desreconhecimento (baixa).* Um ativo financeiro é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. Passivos financeiros. a) *Classificação e mensuração.* Os principais passivos financeiros do Grupo são contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, outras contas a pagar, empréstimos, obrigações com arrendamentos, adiantamentos de clientes, dividendos e JCP a pagar e debêntures a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Estes passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. b) *Desreconhecimento (baixa).* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Instrumentos financeiros - apresentação líquida. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.10. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*.** O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos como contratos a termo de moeda e *swaps* para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses e, como ativo ou passivo circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado como "Resultado financeiro" (Nota 31). A Administração não se utiliza de seus derivativos para especulação financeira, mas para proteção dos seus empréstimos, os quais serão liquidados na data de seus vencimentos. A Administração não está divulgando derivativos marcados a mercado. **2.11. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.12. Títulos e valores mobiliários.** É composto por recursos aplicados em fundos de investimentos e são registrados pelo valor das cotas divulgado pelos administradores dos fundos e são classificados ao custo amortizado. **2.13. Contas a receber.** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Quando necessário o saldo de contas a receber é corrigido pela provisão para credito de liquidação duvidosa. A Administração da Companhia não provisiona para perda contas a receber com partes relacionadas. **2.14. Estoques.** Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio apurado a cada nova compra e o valor líquido de realização, ou o custo de reposição, exceto máquinas, que são demonstradas ao custo de aquisição, que é inferior ao valor líquido de realização. As ordens de serviços em andamento correspondem a custos com reparos e manutenção de equipamentos, incluindo mão-de-obra e, quando aplicável, peças para revenda, e são apropriadas ao resultado quando da conclusão dos serviços. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para a realização da venda. **2.15. Participações em fundos de investimentos.** É composto por recursos aplicados em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), são registrados pelo valor das cotas divulgado pelos administradores dos fundos e são classificados ao custo amortizado. **2.16. Imobilizado.** O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada ou perdas acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado em 'Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas'. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado. **2.17. Ativos intangíveis.** Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Quando aplicável, ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.18. Arrendamento mercantil.** Grupo como Arrendatário. *Ativos de direitos de uso.* Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do contrato do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.3. *Passivos de arrendamento.* Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início. O passivo de arrendamento foi calculado com base na taxa incremental (Nota 3.2.g e 16). *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, contratos de arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Grupo como Arrendador. O Grupo possui contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos alugados, portanto se caracteriza como um arrendador. Na data de início, o Grupo reconhece os ativos mantidos em arrendamento operacional em seu balanço patrimonial como recebível ao valor equivalente ao investimento líquido no arrendamento. Os custos diretos iniciais estão incluídos na mensuração inicial do investimento líquido no arrendamento e reduzem o valor da receita reconhecida ao longo do prazo do arrendamento. **2.19. Benefícios a empregados.** O Grupo concede a todos os empregados um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano e reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.20. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.21. Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis.** A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações entram em vigor a partir de 1º/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) e IFRS 7 (CPC 40 (R1), de forma a esclarecer e divulgar os acordos de financiamentos de fornecedores. As alterações entram em vigor a partir de 1º/01/2024. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback*. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alteração ao IFRS 16 (CPC 06) de forma a especificar os requisitos que os arrendatários devem usar na mensuração da responsabilidade de locação em uma transação de *sale and leaseback*. Isso objetiva garantir que os arrendatários não reconheçam ganhos ou perdas relacionadas aos ativos de direitos de usos que eles possuem. As alterações entram em vigor a partir de 1º/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* que foram negociadas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas provisões e estimativas contábeis. As provisões e estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas provisões, estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.1. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, são feitas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, exceto no caso do imobilizado. As estimativas estão contempladas abaixo. a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento do Grupo sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de cliente e o efeito sobre o contas a receber a vencer e vencido, quando aplicável. A Companhia não tem por prática a construção de provisão para créditos de liquidação duvidosas, saldos a receber com partes relacionadas, uma vez que entende que não há risco. b) Vida útil do imobilizado. A Administração do Grupo, com base em laudos de especialistas internos, revisa anualmente as vidas úteis de suas máquinas, motores e equipamentos de aluguel, bem como os valores residuais desses itens, de forma a calcular e contabilizar a depreciação com base em novas taxas de depreciação e apurar novo valor residual do bem quando ocorrer sua baixa por venda. A vida útil dos ativos classificados no imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pelas empresas do Grupo. c) Provisões para risco tributário, cível e trabalhista. Quando necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração do Grupo, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências sobre as obrigações de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária. d) Valores justos dos derivativos e outros instrumentos financeiros. Os valores dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas. A Administração não se utiliza de seus derivativos para especulação financeira, mas para proteção dos seus empréstimos, os quais serão liquidados na data de seus vencimentos. A Administração não está divulgando derivativos marcados a mercado. e) Provisão para garantia. A Administração reconhece, no momento da venda, provisão para garantia de manutenção sobre as máquinas e equipamentos vendidos ao mercado de construção e mineração na proporção de 0,43% a 0,85%, respectivamente sobre o valor de venda da nota fiscal. f) Provisão para obsolescência de estoque. A Administração da Companhia revisa mensalmente o grau de obsolescência do seu estoque. Tal revisão é suportada com mudança no ambiente econômico em que ele se encontra e no tempo em que ele ficará obsoleto. Com base nessa revisão, a Administração constitui provisão de perda em estoque para os produtos com mais de 6 meses sem utilização. g) Estimativa da taxa incremental. O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no contrato de arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamentos. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Em 31/12/2023 a taxa incremental média foi de 0,8081% a.m. (0,7622% a.m. em 2022). **3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, incluindo intangíveis de vida útil econômica indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de necessidade de constituição de provisão para recuperação do ativo - *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Neste caso, uma perda por *impairment* será reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Não foram identificados indicadores de *impairment* nos exercícios de 2023 e 2022. **4. Gestão de risco financeiro. 4.1. Fatores de risco financeiro.** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do mesmo. A gestão de risco é realizada pelo Departamento Financeiro central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Diretoria Financeira. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa. a) Risco de mercado. i) *Risco cambial.* O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano. O risco cambial decorre de operações comerciais, compras de equipamentos e empréstimos reconhecidos, mantidos em moeda diferente à moeda funcional. A Administração estabeleceu uma política que exige que seja administrado seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Caso as operações estejam expostas ao risco cambial, será requerido a proteção de suas posições via contratação de instrumentos financeiros derivativos, efetuadas sob a orientação do Departamento Financeiro do Grupo. Durante o ano de 2023, o Grupo possuía derivativos para proteger, principalmente, empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia atualiza as operações de *swap*/*hedge* pela ptax do fechamento mensal (taxa do dólar publicada pelo Banco Central) e avalia regularmente a variação em relação ao valor justo. As operações de derivativos foram contratadas trocando a exposição em moeda estrangeira por reais acrescidos de taxa de juros atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). Tais instrumentos possuem os mesmos vencimentos e os mesmos valores de referência correspondentes aos valores expostos em moeda estrangeira. A intenção da Companhia é de liquidar tais operações em conjunto. A Administração acompanha regularmente o valor justo de tais instrumentos e avalia o impacto do seu registro contábil. ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.* Considerando que o Grupo não possui ativos significativos em que incidam juros, exceto as debêntures com partes relacionadas, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Em 31/12/2023, a Companhia possui derivativos contratados para proteger a variação do CDI de seus empréstimos, reduzindo assim a exposição. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação para proteger-se contra o risco de volatilidade nas taxas de juros. b) Risco de crédito. O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, partes relacionadas, crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A análise de crédito é composta por relatório do Gestor de Crédito da SERASA, que fornece os dados econômico-financeiros, referências comerciais e bancárias, composição societária, classificação de risco, etc., e complementado com a emissão da ficha de crédito, a qual é preenchida com o histórico financeiro do cliente junto à Companhia, o potencial, a estratégia junto ao mercado e o relacionamento de acordo com a visão da área comercial e financeira. O comitê de crédito é composto por diversos níveis de hierarquia, sempre cumulativa, para as quais é atribuída uma autonomia diferenciada. Cada integrante do comitê emite um parecer com base nos dados apresentados e se favorável, o crédito é aprovado. Quando se tem um parecer negativo, ainda se pode emitir uma defesa para os pontos citados como impeditivos e submeter para nova análise do comitê de crédito. Não há liberação de crédito fora da política do Grupo e a Administração entende que as perdas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes estão suportadas pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. As inadimplências ainda não recuperadas foram devidamente provisionadas. Nenhum dos ativos financeiros adimplentes do Grupo foram renegociados no último exercício. Adicionalmente, nenhum dos empréstimos com partes relacionadas estão vencidos ou *impaired*. c) Risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro do Grupo. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamentos da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelo Grupo, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em certificados de depósitos bancários de curto prazo e fundos de investimentos. No encerramento do exercício de 2023, o Grupo mantinha aplicações de curto prazo (segregado entre equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários) de R$480.854 (R$146.042 em 2022) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31/12/2023						
Empréstimos e financiamentos (i)	**369.276**	**79.676**	**18.363**	**369.276**	**79.676**	**18.363**
Fornecedores e outras obrigações	**1.651.664**	**-**	**-**	**1.904.032**	**-**	**-**
Em 31/12/2022						
Empréstimos e financiamentos (i)	251.521	150.077	95.949	251.521	150.077	95.949
Fornecedores e outras obrigações	2.136.023	-	-	2.238.791	-	-

(i) O quadro acima demonstra uma estimativa dos empréstimos sem considerar os juros. **4.2. Gestão de capital.** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2023, a estratégia do Grupo foi de manter a premissa do índice de alavancagem financeira entre 35% e 45% e uma classificação de crédito, porém houve redução da dívida líquida devido ao redução dos fornecedores e do aumento do caixa, conforme demonstrado na tabela abaixo, resultando em um aumento do índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 18)	**467.315**	497.547	**467.315**	497.547
Fornecedores e outras contas a pagar	**1.651.664**	2.136.023	**1.904.032**	2.238.791
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Nota 6 e 7)	**(502.909)**	(180.951)	**(839.687)**	(455.490)
Dívida líquida	**1.616.070**	2.452.619	**1.531.660**	2.280.848
Total do patrimônio líquido	**2.664.850**	2.104.433	**2.664.850**	2.104.433
Total do capital	**4.280.920**	4.557.052	**4.196.510**	4.385.281
Índice de alavancagem financeira - %	**38%**	54%	**36%**	52%

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora				Consolidado			
	Ativo financeiro ao valor justo		Custo amortizado		Ativo financeiro ao valor justo		Custo amortizado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos								
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	-	-	**244.231**	138.084	-	-	**531.009**	412.623
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	-	-	**258.678**	42.867	-	-	**258.678**	42.867
Contas a receber (Nota 8)	-	-	**1.301.775**	1.134.926	-	-	**1.358.674**	1.123.793
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	-	-	**218.700**	253.947	-	-	**227.949**	266.346
Outras contas a receber	-	-	**104.893**	142.741	-	-	**105.806**	153.773
Depósitos judiciais e cauções (Nota 21.2)	**67.546**	57.080	**-**	-	**67.546**	57.080	**-**	-
Debêntures a receber (Nota 33)	**-**	-	**180.430**	13.848	**-**	-	**180.430**	13.848
	67.546	57.080	**2.308.707**	1.726.413	**67.546**	57.080	**2.712.546**	2.013.250
	Passivo financeiro a valor justo		Outros passivos financeiros		Passivo financeiro a valor justo		Outros passivos financeiros	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	**1.653.750**	2.136.023	-	-	**1.906.118**	2.238.791
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	-	-	**467.315**	497.547	-	-	**467.315**	497.547
Operações com arrendamentos (Nota 16)	-	-	**131.334**	131.714	-	-	**131.334**	131.714
Instrumentos financeiros derivativos	**540**	-	**-**	-	**540**	-	**-**	-
Adiantamentos de clientes (Nota 19)	**-**	-	**129.731**	102.208	**-**	-	**213.057**	255.085
Dividendos a pagar (Nota 24)	**-**	-	**118.150**	512.500	**-**	-	**118.150**	512.500
Debêntures a pagar (Nota 33)	**-**	-	**358.316**	64.279	**-**	-	**358.316**	64.279
	540	-	**2.858.596**	3.444.271	**540**	-	**3.194.290**	3.699.916

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controlada		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Recursos em espécie e banco	**22.055**	34.909	**358.833**	309.448
Aplicações financeiras compromissadas	**222.176**	103.175	**222.176**	103.175
	244.231	138.084	**581.009**	412.623

Em 31/12/2023, os equivalentes de caixa são compostos principalmente por aplicações financeiras compromissadas e pelo excesso da posição de caixa aplicada após o fechamento do mercado até a abertura do próximo dia útil. As operações compromissadas são operações com o compromisso do vendedor, normalmente um banco de primeira linha, em recomprar a aplicação por um preço especificado em uma data futura determinada, e a maioria delas possui taxas flutuantes de liquidez diária (CDI - Certificado de Depósito Interbancário). As operações compromissadas foram remuneradas a uma taxa média de 86% do CDI para 2023 e 2022.

7. Títulos e valores mobiliários

	Controlada		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos públicos - Letras Financeiras (LF)	**11.661**	-	**11.661**	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	**247.017**	42.867	**247.017**	42.867
	258.678	42.867	**258.678**	42.867

Os títulos públicos são compostos de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), contratados majoritariamente através de fundo de investimento exclusivo, estando sujeitas à remuneração variável pela taxa Selic. Os CDBs - Certificados de Depósito Bancário possuem remuneração atrelada a um percentual do CDI. Os CDBs foram remunerados a uma taxa média entre 98% e 99% do CDI em 2023 (taxa média de 99% do CDI durante todo o ano de 2022).

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes, faturados	**1.228.175**	1.082.182	**1.327.249**	1.097.715
Contas a receber de clientes, não faturados (i)	**34.559**	29.279	**34.559**	29.279
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(5.075)**	(4.486)	**(5.075)**	(4.486)
	1.257.659	1.106.975	**1.356.733**	1.122.508
Contas a receber de relacionadas (Nota 33)	**44.116**	27.951	**1.941**	1.285
	1.301.775	1.134.926	**1.358.674**	1.123.793

(i) As contas a receber de cliente não faturados referem-se a serviços prestados aos seus clientes, porém ainda não faturados na data de apresentação das Demonstrações Contábeis. As contas a receber de clientes e partes relacionadas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reais	1.262.861	1.139.412	1.262.424	1.124.292
Dólares americanos	**43.989**	-	**101.325**	3.987
	1.306.850	1.139.412	**1.363.749**	1.128.279

A seguir apresentamos o saldo de contas a receber por vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Não faturados	**34.559**	29.279	**34.559**	29.279
A vencer	**1.221.199**	1.077.575	**1.269.827**	1.063.942
Vencidas até 3 meses	**46.686**	29.445	**53.016**	31.834
Vencidas de três a seis meses	**3.575**	2.900	**5.516**	2.900
Vencidas acima de seis meses	**831**	213	**831**	324
	1.306.850	1.139.412	**1.363.749**	1.128.279

Em 31/12/2023, as contas a receber de clientes da Sotreq no valor de R$51.092 na controladora e R$59.363 no consolidado (R$32.558 na controladora e R$35.058 no consolidado em 2022) encontram-se vencidas, mas não totalmente provisionadas, tendo em vista que tais valores são devidos por clientes chaves, no qual, com base nos negócios e na avaliação histórica da Administração, não apresenta risco de perda. Além disso, até o dia 16/04/2024, dos valores vencidos, a Companhia já havia recebido o valor de R$44.150 e R$50.572 na controladora e no consolidado, respectivamente. As movimentações na provisão para perdas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	**(4.486)**	(3.450)	**(4.486)**	(3.916)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**1.083**	(6.635)	**1.190**	(6.046)
Baixa de incobráveis	**(1.672)**	5.599	**(1.779)**	5.476
Em 31 de dezembro	**(5.075)**	(4.486)	**(5.075)**	(4.486)

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Peças para revenda (i)	**861.725**	902.015	**864.443**	909.427
Máquinas e motores (ii)	**655.720**	1.021.411	**771.836**	1.150.972
Importações em andamento	**31.878**	291.608	**31.878**	291.608
Demais materiais e WIP (ordens de serviços em andamento)	**379.402**	353.758	**379.402**	353.758
Provisão para perdas/obsolescência de estoques	**(17.568)**	(12.783)	**(19.863)**	(23.107)
	1.911.157	2.556.009	**2.027.696**	2.682.658

(i) No último trimestre de 2022, a Companhia aumentou o estoque de peças para revenda com a finalidade de garantir a disponibilidade para atendimento imediato aos clientes em geral. (ii) Em 2022 o saldo no estoque de máquinas foi maior do que em 2023 devido ao aumento das entregas das fábricas no Brasil que não acompanhou a demanda no mercado. Em 2023 o volume de vendas aumentou, consequentemente o estoque reduziu. As movimentações na provisão para perdas de estoques são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	**(12.783)**	(11.559)	**(23.107)**	(25.213)
Provisão para perdas em estoques	**(12.871)**	(8.207)	**(14.421)**	(7.545)
Reversão de provisão	**8.086**	6.983	**17.665**	8.153
Cisão de investimento em controlada (Nota 1.1)	**-**	-	**-**	1.498
Em 31 de dezembro	**(17.568)**	(12.783)	**(19.863)**	(23.107)

10. Adiantamentos a fornecedores. O saldo de adiantamentos a fornecedores está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Máquinas e motores (i)	**159.604**	204.772	**165.958**	217.171
Serviços	**57.314**	19.495	**59.481**	19.495
Peças e acessórios	**1.782**	29.680	**2.510**	29.680
	218.700	253.947	**227.949**	266.346

(i) No segundo semestre dos exercícios de 2022 e 2023, a Companhia realizou adiantamentos ao fornecedor no exterior, Caterpillar, para compra de máquinas novas, com o intuito de atender pedidos de clientes, principalmente, das unidades de negócios de mineração e construção. Em 2022

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

SOTREQ S.A.
CNPJ/MF nº 34.151.100/0002-11

o valor total foi de R$148.575, liquidado no primeiro semestre de 2023. Em 2023, o valor total foi de R$157.593, com liquidação prevista para o primeiro semestre de 2024. A análise da realização dos adiantamentos de fornecedores da Companhia está apresentada abaixo:

	Controladora	
	2023	**2022**
Realizados em até três meses	**166.832**	191.814
Realizados de três a seis meses	**5.001**	23.973
Realizados acima de seis meses (i)	**46.867**	38.160
	218.700	253.947

(i) Em realizados acima de seis meses, o montante de R$39.741 (R$20.460 em 2022) se refere à operação de despachante, onde R$20.754 estão registrados no fornecedor Soimpex, para os processos de importações.

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo circulante				
ICMS a recuperar (i) e (iv)	**126.042**	100.565	**126.042**	100.565
PIS e COFINS a recuperar (ii)	**28.012**	11.305	**28.012**	11.305
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (iii)	**25.159**	174.713	**25.159**	174.713
INSS retido na fonte a compensar	**9.060**	22.428	**9.060**	22.428
IPI a recuperar	**39**	1.186	**39**	1.186
Demais tributos a recuperar	**338**	338	**1.266**	1.688
	188.650	310.535	**189.578**	311.885
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar (iv)	**604.908**	488.133	**604.908**	488.133
INSS retido na fonte a compensar	**12.187**	12.187	**12.187**	12.187
IPI a recuperar	**2.082**	-	**2.082**	-
	619.177	500.320	**619.177**	500.320
	807.827	810.855	**808.755**	812.205

(i) A variação entre os anos de 2022 e 2023 do saldo de ICMS na Companhia ocorreu devido ao aumento do crédito presumido de máquinas que é tomado na saída das filiais de SP e PR, impactando no aumento do saldo do ICMS a recuperar. (ii) Em 2022 refere-se a créditos extemporâneos no montante de R$27.510 nas operações de compras de insumos, despesas e serviços do período de 2021 a 2022. Em 2023 foi feito novo levantamento no montante de R$47.629 nas operações de compras de insumos e sobre despesas abrangendo o período de 2018 a 2023. A situação destes créditos de "Incontroverso" consiste em despesas que perfazem com exatidão ao conceito de insumo definido pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Resp. nº 1.221.170, que definiu que "o insumo deve ser aferido com base nos critérios de essencialidade e relevância de um determinado bem ou serviço para o desenvolvimento da atividade fim do contribuinte. Em 2023 a Companhia se utilizou de tais créditos no valor de R$26.086 (R$27.765 em 2022) a título de compensação do débito resultante na apuração mensal do PIS/COFINS. (iii) Em 2023 a Companhia constituiu saldo negativo de IRPJ e CSLL no montante de R$1.456 (R$2.084 em 2022) a título de Lei de Incentivo à Inovação e ao Desenvolvimento Tecnológico - Lei 11.196/05 referente ao exercício de 2022. Além disso, a Companhia constituiu saldo negativo no montante de R$17.061 (R$149.248 em 2022) a título de subvenção de investimentos amparados pela Lei Complementar 160/2017 retroativos aos exercícios de 2022 e 2023. O montante da atualização Selic aplicada ao valor a recuperar foi de R$6.642 (R$22.398 em 2022) e foi registrado em resultado financeiro (Nota 31). Estes créditos serão compensados em 2024 via Per/Dcomp pela Companhia. (iv) Em 2023, a Companhia reconheceu no balanço o montante de R$108.352 (R$89.223 em 2022) de provisão e R$45.500 (R$61.537 em 2022) de compensações, resultando no montante líquido de R$62.852 (R$27.686 em 2022) em ICMS a recuperar de longo prazo, provenientes do levantamento dos valores do período de 2013 a 2023, relativos ao ressarcimento do ICMS-ST nas operações de compras, vendas e transferências de peças. O direito de ressarcimento do ICMS substituição tributária está previsto no Convênio 142/2018, bem como nos regulamentos de ICMS dos Estados e é devido quando o contribuinte realiza operações interestaduais com mercadorias já alcançada pela substituição tributária e em operações internas quando a base de cálculo presumida pelo Fisco não é efetivada, ou seja, o contribuinte tem direito à diferença entre o valor do tributo recolhido e aquele efetivamente devido no momento da venda. Desde 2017 a Administração vem apresentando ao Fisco documentação que suporta a realização e a compensação do saldo (Nota 26). **12. Investimentos em controladas.** A composição do saldo de investimento está assim apresentada:

a) Movimentação dos investimentos na Controladora	Somov	Sotreq Handels	Total
Saldo em 31/12/2021	121.894	153.559	275.453
Ajuste de conversão de investida localizada no exterior	-	(9.896)	(9.896)
Cisão com saldo de investimento de controlada (i)	(130.086)	-	(130.086)
Equivalência patrimonial (i)	8.192	8.298	16.490
Saldo em 31/12/2022	**-**	**151.961**	**151.961**
Ajuste de conversão de investida localizada no exterior	**-**	**(10.678)**	**(10.678)**
Equivalência patrimonial	**-**	**39.992**	**39.992**
Saldo em 31/12/2023	**-**	**181.275**	**181.275**

(i) Em 2022, a Companhia registrou como equivalência patrimonial o valor de R$8.192 referente a controlada Somov S.A, que até 30/04/2022 ainda fazia parte do Grupo. Em 02/05/2022, a Companhia cindiu integralmente o investimento detido naquela data da controlada Somov à também controlada da Pertos Ltda., SotreqPar S.A, no montante de R$130.086 (Nota 1.1). Assim, a empresa Somov passa a ser controlada integralmente pela SotreqPar, com 99,99% da participação acionária. E, a partir/05/2022 a Companhia possuiu como controlada direta apenas o investimento na Sotreq Handels GmbH. b) Informação sobre investidas. Investimentos diretos

31/12/2023	**%**	**Ativos**	**Passivos**	**Patrimônio líquido**	**Lucro**
Sotreq Handels GmbH	**100,00%**	565.852	384.577	181.275	**39.992**
31/12/2022	**%**	**Ativos**	**Passivos**	**Patrimônio líquido**	**Lucro**
Somov S.A.	**0,00%**	-	-	135.052	13.272
Sotreq Handels GmbH	**100,00%**	441.592	289.631	151.961	8.298

(i) A Somov S.A. está situada em Barueri/SP e tem como atividades o comércio, a indústria, a importação, a exportação e a representação comercial, de máquinas em geral e de suas partes, peças, acessórios e produtos de telecomunicações, bem como, o aluguel, a manutenção, o reparo e a prestação de serviços técnicos relacionados a esses produtos. A partir de 02/05/2022, em função de reestruturação societária, a Somov passou a ser controlada da SotreqPar., empresa do Grupo Sotreq (Nota 1.1). (ii) A Sotreq Handels GmbH está situada em Viena/Áustria e tem como atividade a venda e distribuição de equipamentos e máquinas produzidas pela Caterpillar Inc. e Américas Caterpillar CV no exterior, tendo como principais clientes, empresas dos segmentos de energia, mineração, óleo e gás. **13. Participações em fundos de investimentos.** Em 29/09/2023 foi constituído o Sotreq Fundo de Investimento em Direito Creditório ("FIDC"), sob a forma de condomínio fechado. O Fundo foi registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nos termos da Instrução CVM 356/2001. O seu objetivo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aquisição de direitos creditórios elegíveis e de ativos financeiros. O patrimônio do FIDIC é formado por 3 (três) classes de cotas, conforme descritas abaixo. (a) Cotas seniores: são aquelas que não se subordinam às demais classes de cotas ou, entre si, para efeito de amortização de principal e pagamentos de remuneração e resgate. (b) Cotas subordinadas mezanino: são aquelas que se subordinam às cotas seniores para efeito de amortização de principal e pagamentos de remuneração e resgate, porém têm prioridade em relação às cotas subordinadas júnior para tais fins. Somente ocorrerá o resgate destas após o resgate das cotas seniores. (c) Cotas subordinadas júnior: são aquelas que se subordinam às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino, para efeito de amortização de principal e pagamentos de remuneração e resgate. Somente ocorrerá o resgate destas após o resgate das cotas seniores e das cotas subordinadas mezanino. As cotas possuem valor unitário de emissão de R$1. Todas as cotas terão direito de voto, correspondendo cada cota a um voto nas Assembleias Gerais. Podem participar do FIDC, na qualidade de cotistas, apenas investidores profissionais onde as cotas serão subscritas e integralizadas nos termos da Resolução CVM 160/2022. Em 05/10/2023 a Companhia adquiriu cotas subordinadas mezanino do FIDC no valor de R$48.000 equivalentes a cotas de valor unitário de R$1, como investidor profissional nos termos da Resolução CVM 30/2021, sendo R$24.000 integralizados em 05/10/2023 e R$24.000 integralizados em 31/01/2024. As cotas subordinadas mezanino serão valoradas diariamente até a data de resgate. A meta de remuneração será determinada por meio da apropriação diária, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, com taxa de 100% do CDI. A composição do saldo da participação do fundo de investimento no balanço da Companhia está assim apresentada:

	Controladora	
	2023	**2022**
Constituição do fundo	**2.623**	-
Integralização de cotas	**24.000**	-
Total de participação em fundo de investimento	**26.623**	-

Por sua vez, o FIDC adquiriu os direitos creditórios da Companhia durante o exercício de 2023, sendo o saldo em 31/12/2023 no montante de R$6.369. Estes são créditos que a Companhia tem a receber, como, por exemplo, duplicatas a receber de clientes pela venda de produtos e/ou serviços. Essas dívidas são convertidas em títulos e vendidas ao FIDC por um desconto acordado entre as partes. Desta forma, o FIDC antecipa estes recebimentos à Companhia e os clientes irão pagar à dívida para o FIDC.

14. Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e ferramentas de oficina	Veículos	Instalações, móveis e equipamentos de escritório	Máquinas para aluguel	Motores para aluguel e componentes de mineração e P&M	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Equipamentos de informática e tecnologia	Total em operação	Obras em andamento	Total imobilizado
Saldos em 01/01/2022	13.690	22.737	65.820	8.760	15.375	99.947	11.979	16.689	14.511	269.508	16.402	285.910
Aquisição	-	-	26.816	6.507	21.758	203.838	15	-	10.499	269.433	14.500	283.933
Baixas	-	-	(744)	(3.306)	(567)	(106.323)	(1.283)	-	(1.931)	(114.154)	(261)	(114.415)
Depreciação	-	(1.900)	(12.031)	(2.512)	(3.266)	(30.777)	(334)	(3.405)	(9.604)	(63.829)	-	(63.829)
Baixa de depreciação	-	4	338	1.933	325	11.156	724	-	2.313	16.793	-	16.793
Transferências	-	1.452	-	-	-	-	-	4.091	-	5.543	(5.543)	-
Saldos em 31/12/2022	13.690	22.293	80.199	11.382	33.625	177.841	11.101	17.375	15.788	383.294	25.098	408.392
Em 31/12/2022												
Custo	13.690	122.741	205.010	18.048	65.964	259.366	29.033	44.389	69.072	827.313	25.098	852.411
Depreciação acumulada	-	(100.448)	(124.811)	(6.666)	(32.339)	(81.525)	(17.932)	(27.014)	(53.284)	(444.019)	-	(444.019)
Saldo contábil, líquido	13.690	22.293	80.199	11.382	33.625	177.841	11.101	17.375	15.788	383.294	25.098	408.392
Saldos em 01/01/2023	**13.690**	**22.293**	**80.199**	**11.382**	**33.625**	**177.841**	**11.101**	**17.375**	**15.788**	**383.294**	**25.098**	**408.392**
Aquisição	**-**	**27**	**27.884**	**11.303**	**6.784**	**30.885**	**115**	**34**	**18.611**	**95.643**	**14.378**	**110.021**
Baixas	**-**	**-**	**(925)**	**(7.567)**	**(1.153)**	**(36.289)**	**(3.163)**	**(22)**	**(10.347)**	**(59.466)**	**(287)**	**(59.753)**
Depreciação	**-**	**(2.061)**	**(15.109)**	**(3.200)**	**(4.506)**	**(39.753)**	**(343)**	**(3.824)**	**(15.473)**	**(84.269)**	**-**	**(84.269)**
Baixa de depreciação	**-**	**-**	**2.366**	**3.702**	**1.060**	**26.230**	**1.836**	**22**	**16.121**	**51.337**	**-**	**51.337**
Transferências	**-**	**9.795**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.161**	**-**	**16.956**	**(16.956)**	**-**
Saldos em 31/12/2023	**13.690**	**30.054**	**94.415**	**15.620**	**35.810**	**158.914**	**9.546**	**20.746**	**24.700**	**403.495**	**22.233**	**425.728**
Em 31/12/2023												
Custo	**13.690**	**132.563**	**231.969**	**21.784**	**71.595**	**253.962**	**25.985**	**51.562**	**77.336**	**880.446**	**22.233**	**902.679**
Depreciação acumulada	**-**	**(102.509)**	**(137.554)**	**(6.164)**	**(35.785)**	**(95.048)**	**(16.439)**	**(30.816)**	**(52.636)**	**(476.951)**	**-**	**(476.951)**
Saldo contábil, líquido	**13.690**	**30.054**	**94.415**	**15.620**	**35.810**	**158.914**	**9.546**	**20.746**	**24.700**	**403.495**	**22.233**	**425.728**
Taxas anuais de depreciação	-	4%	10% a 20%	20%	10%	25%	25%	4% a 50%	20% a 50%	-	-	-

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e ferramentas de oficina	Veículos	Instalações, móveis e equipamentos de escritório	Máquinas para aluguel	Motores para aluguel e componentes de mineração e P&M	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Equipamentos de informática	Total em operação	Obras em andamento	Total imobilizado
Saldos em 01/01/2022	13.690	22.737	67.490	9.058	15.790	137.011	11.868	17.139	15.178	309.961	17.170	327.131
Aquisição	-	-	26.816	6.507	21.758	203.838	15	-	10.546	269.480	14.500	283.980
Cisão de investimento em controlada - custo (Nota 1.1)		-	(2.802)	(325)	(863)	(83.509)	-	(1.113)	(1.991)	(90.603)	(768)	(91.371)
Baixas	-	-	(744)	(3.317)	(591)	(106.323)	(1.172)	-	(1.973)	(114.120)	(261)	(114.381)
Depreciação	-	(1.900)	(12.031)	(2.539)	(3.287)	(30.777)	(334)	(3.405)	(9.609)	(63.882)	-	(63.882)
Cisão de investimento em controlada - depreciação (Nota 1.1)		-	1.131	134	540	46.445	-	663	1.410	50.323	-	50.323
Baixa de depreciação	-	4	339	1.934	325	11.156	724	-	2.313	16.795	-	16.795
Transferências	-	1.452	-	-	-	-	-	4.091	-	5.543	(5.543)	-
Saldos em 31/12/2022	13.690	22.293	80.199	11.452	33.672	177.841	11.101	17.375	15.874	383.497	25.098	408.595
Em 31/12/2022												
Custo	**13.690**	**122.741**	**205.010**	**18.198**	**66.309**	**259.366**	**29.033**	**44.389**	**69.727**	**828.463**	**25.098**	**853.561**
Depreciação acumulada	**-**	**(100.448)**	**(124.811)**	**(6.746)**	**(32.637)**	**(81.525)**	**(17.932)**	**(27.014)**	**(53.853)**	**(444.966)**	**-**	**(444.966)**
Saldo contábil, líquido	**13.690**	**22.293**	**80.199**	**11.452**	**33.672**	**177.841**	**11.101**	**17.375**	**15.874**	**383.497**	**25.098**	**408.595**
Saldos em 01/01/2023	**13.690**	**22.293**	**80.199**	**11.452**	**33.672**	**177.841**	**11.101**	**17.375**	**15.874**	**383.497**	**25.098**	**408.595**
Aquisição	**-**	**27**	**27.884**	**11.303**	**6.784**	**30.885**	**115**	**34**	**18.590**	**95.622**	**14.378**	**110.000**
Baixas	**-**	**-**	**(925)**	**(7.578)**	**(1.178)**	**(36.288)**	**(3.163)**	**(22)**	**(10.347)**	**(59.501)**	**(287)**	**(59.788)**
Depreciação	**-**	**(2.061)**	**(15.109)**	**(3.222)**	**(4.521)**	**(39.753)**	**(343)**	**(3.824)**	**(15.465)**	**(84.298)**	**-**	**(84.298)**
Baixa de depreciação	**-**	**-**	**2.366**	**3.702**	**1.060**	**26.230**	**1.836**	**22**	**16.121**	**51.337**	**-**	**51.337**
Transferências	**-**	**9.795**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.161**	**-**	**16.956**	**(16.956)**	**-**
Saldos em 31/12/2023	**13.690**	**30.054**	**94.415**	**15.657**	**35.817**	**158.915**	**9.546**	**20.746**	**24.773**	**403.613**	**22.233**	**425.846**
Em 31/12/2023												
Custo	**13.690**	**132.563**	**231.969**	**21.923**	**71.915**	**253.963**	**25.985**	**51.562**	**77.970**	**881.540**	**22.233**	**903.773**
Depreciação acumulada	**-**	**(102.509)**	**(137.554)**	**(6.266)**	**(36.098)**	**(95.048)**	**(16.439)**	**(30.816)**	**(53.197)**	**(477.927)**	**-**	**(477.927)**
Saldo contábil, líquido	**13.690**	**30.054**	**94.415**	**15.657**	**35.817**	**158.915**	**9.546**	**20.746**	**24.773**	**403.613**	**22.233**	**425.846**
Taxas anuais de depreciação	-	4%	10% a 20%	20%	10%	25%	25%	4% a 50%	20% a 50%	-	-	-

15. Intangível

Controladora e Consolidado

	Licença de software	Ágio (i)	Sistemas aplicativos	Marcas e patentes	Direito de distribuição da marca (ii)	Total Intangível
Saldos em 01/01/2022	1.762	350.736	-	4	-	352.502
Aquisições (ii)	153	-	-	-	6.400	6.553
Amortização	(1.023)	-	-	-	-	(1.023)
Saldos em 31/12/2022	892	350.736	-	4	6.400	358.032
Em 31/12/2022						
Custo	35.445	350.736	4.131	4	6.400	396.716
Amortização acumulada	(34.553)	-	(4.131)	-	-	(38.684)
Saldo contábil, líquido	892	350.736	-	4	6.400	358.032
Saldos em 01/01/2023	**892**	**350.736**	**-**	**4**	**6.400**	**358.032**
Aquisições (ii)	**38**	**-**	**-**	**-**	**1.600**	**1.638**
Amortização	**(490)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(490)**
Baixa de amortização	**20**	**-**	**-**	**-**	**-**	**20**
Saldos em 31/12/2023	**460**	**350.736**	**-**	**4**	**8.000**	**359.200**
Em 31/12/2023						
Custo	**35.483**	**350.736**	**-**	**4**	**8.000**	**394.223**
Amortização acumulada	**(35.023)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(35.023)**
Saldo contábil, líquido	**460**	**350.736**	**-**	**4**	**8.000**	**359.200**
Taxas anuais de amortizações	**20%**	**-**	**20%**	**-**	**-**	**-**

(i) Aquisições e ágio pago na compra das ações Bauxite Equipamentos de Mineração do Brasil Ltda. e Marcosa S.A. - Máquinas e Equipamentos registrados no intangível em decorrência das incorporações destas empresas em 2012. Anualmente a Administração testa a recuperabilidade do ágio sem vida útil definida através de análise de fluxo de caixa. Não foi identificado necessidade de registro de provisão para recuperabilidade sobre ágio nos exercícios de 2023 e 2022. (ii) Durante o ano de 2022 a Companhia adquiriu o direito de distribuição da marca Valtra (Nota 1.2.1). Anualmente a Administração testa a recuperabilidade dos direitos de distribuições de marcas sem vida útil definida através de análise de fluxo de caixa. Não foi identificado necessidade de registro de provisão para recuperabilidade sobre os direitos de distribuições de marcas nos exercícios de 2023 e 2022. **16. Ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos.** Companhia como arrendatária. A Companhia possui contratos de arrendamentos financeiros, atuando como arrendatária no aluguel de imóvel e de equipamento. A seguir estão os valores contábeis registrados no ativo de direito de uso e a movimentação durante o período:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis	**Equipamentos**	**Total**	**Imóveis**	**Equipamentos**	**Total**
Em 31/12/2021	69.570	3.047	72.617	71.920	3.784	75.704
Adições	45.357	-	45.357	45.357	-	45.357
Depreciações	(19.239)	(824)	(20.063)	(19.239)	(824)	(20.063)
Baixas (i)	(414)	-	(414)	(414)	-	(414)
Recálculos das parcelas (ii)	24.012	-	24.012	24.012	-	24.012
Cisão de investimento em controlada (iii)	-	-	-	(2.350)	(737)	(3.087)
Em 31/12/2022	119.286	2.223	121.509	119.286	2.223	121.509
Adições	**19.201**	**448**	**19.649**	**19.201**	**448**	**19.649**
Depreciações	**(21.891)**	**(647)**	**(22.538)**	**(21.891)**	**(647)**	**(22.538)**
Em 31/12/2023	**116.596**	**2.024**	**118.620**	**116.596**	**2.024**	**118.620**

Abaixo estão apresentados os valores contábeis registrados no passivo de arrendamento e a movimentação durante o período:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis	**Equipamentos**	**Total**	**Imóveis**	**Equipamentos**	**Total**
Em 31/12/2021	76.982	3.095	80.077	79.730	3.837	83.567
Adições	45.357	-	45.357	45.357	-	45.357
Acréscimo de juros	10.741	170	10.911	10.741	170	10.911
Pagamentos	(27.241)	(945)	(28.186)	(27.241)	(945)	(28.186)
Baixas (i)	(457)	-	(457)	(457)	-	(457)
Recálculos das parcelas (ii)	24.012	-	24.012	24.012	-	24.012
Cisão de investimento em controlada (iii)	-	-	-	(2.748)	(742)	(3.490)
Em 31/12/2022	129.394	2.320	131.714	129.394	2.320	131.714
Circulante			18.755			18.755
Não circulante			112.959			112.959
Adições	**19.201**	**448**	**19.649**	**19.201**	**448**	**19.649**
Acréscimo de juros	**12.946**	**133**	**13.079**	**12.946**	**133**	**13.079**
Pagamentos	**(32.324)**	**(784)**	**(33.108)**	**(32.324)**	**(784)**	**(33.108)**
Em 31/12/2023	**129.217**	**2.117**	**131.334**	**129.217**	**2.117**	**131.334**
Circulante			**20.944**			**20.944**
Não circulante			**110.390**			**110.390**

(i) A Companhia baixou alguns contratos de alugueis de imóveis devido à encerramentos de contratos antes da data originalmente acordada. (ii) Refere-se as alterações nas parcelas e/ou períodos dos aluguéis dos imóveis e equipamentos resultando em recálculos dos arrendamentos de direto de uso. (iii) Refere-se a cisão de investimento na Somov que foi transferida para a SotreqPar, também empresa do Grupo Sotreq, conforme Nota 1.1. Os passivo de arrendamentos possuem vencimentos até 2044 e foram calculados com base na taxa incremental média de 0,8081% em 2023 (0,7622% a.m. em 2022). Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	Controladora	
	2023	**2022**
Custo de depreciação de ativo de direito de uso	**(472)**	(456)
Despesa de depreciação de ativo de direito de uso	**(22.066)**	(19.607)
Créditos de PIS e COFINS não cumulativos	**1.705**	1.473
Total de custo e despesa de depreciação (Notas 26 e 28)	**(20.833)**	(18.590)

	Controladora	
	2023	**2022**
Despesa de juros sobre passivo de arrendamento	**(13.079)**	(10.910)
Créditos de PIS e COFINS não cumulativos	**698**	539
Total de despesa de juros (Nota 31)	**(12.381)**	(10.371)
Ganho na baixa de ativo de direito de uso (Nota 30) (i)	**-**	43
Despesas relativas à arrendamentos operacionais (Nota 28)	**(38.563)**	(27.411)
Total reconhecido no resultado	**(71.777)**	(56.329)

	Consolidado	
	2023	**2022**
Custo de depreciação de ativo de direito de uso	**(472)**	(456)
Despesa de depreciação de ativo de direito de uso	**(22.066)**	(19.607)
Créditos de PIS e COFINS não cumulativos	**1.705**	1.473
Total de despesa de depreciação (Notas 26 e 28)	**(20.833)**	(18.590)
Despesa de juros sobre passivo de arrendamento	**(13.079)**	(10.910)
Créditos de PIS e COFINS não cumulativos	**698**	539
Total de despesa de juros (Nota 31)	**(12.381)**	(10.371)
Ganho na baixa de ativo de direito de uso (Nota 30) (i)	**-**	43
Despesas relativas à arrendamentos operacionais (Nota 28)	**(38.977)**	(27.838)
Total reconhecido no resultado	**(72.191)**	(56.756)

(i) Em 2022 a Companhia registrou um ganho no valor de R$43 (R$887 em 2021) referente à alguns contratos de arrendamentos encerrados antes do prazo final. Companhia como arrendadora. A Companhia celebrou arrendamentos operacionais de equipamentos, atuando como arrendadora. Esses arrendamentos têm prazos de 24 meses, podendo ser renovados por mais 12 meses. A receita bruta de aluguéis reconhecida pela Companhia durante o exercício é de R$240.859 (R$221.492 em 2022), conforme apresentado na Nota 25.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caterpillar	**1.186.600**	1.355.546	**1.391.628**	1.370.726
Terceiros	**157.829**	538.688	**200.867**	624.573
Partes relacionadas (Nota 33)	**1.973**	791	**1.973**	791
Total fornecedores	**1.346.402**	1.895.025	**1.594.468**	1.996.090

A análise de vencimentos dos fornecedores está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
A vencer	**1.214.452**	1.289.290	**1.244.497**	1.290.337
Vencidos em até três meses	**100.304**	468.748	**309.392**	568.505
Vencidos de três a seis meses	**162**	99.415	**6.396**	99.415
Vencidos acima de seis meses	**31.484**	37.572	**34.183**	37.833
Total fornecedores	**1.346.402**	1.895.025	**1.594.468**	1.996.090

A Companhia apresenta um saldo de fornecedores no exterior no valor de R$78.481 (R$355.211 em 2022) e um saldo de fornecedores no país no valor de R$1.225.377 (R$1.539.814 em 2022).

18. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	**369.276**	252.381	**369.276**	252.381
	369.276	252.381	**369.276**	252.381
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	**98.039**	245.166	**98.039**	245.166
	98.039	245.166	**98.039**	245.166
	467.315	497.547	**467.315**	497.547

a) Características dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Saldo inicial 2022	Captações	Juros incorridos	Amortizações de principal	Amortizações de juros	Variação cambial	Saldo em 2023
Capital de giro nacional	361.791	**300.000**	**44.918**	**(245.281)**	**(40.897)**	**-**	**420.531**
Capital de giro estrangeiro	81.414	**483.967**	**41.260**	**(558.198)**	**(41.710)**	**(4.758)**	**1.975**
Leaseback (i)	54.342	**1.464**	**8.093**	**(10.990)**	**(8.100)**	**-**	**44.809**
	497.547	**785.431**	**94.271**	**(814.469)**	**(90.707)**	**(4.758)**	**467.315**

(i) O *leaseback* é uma transação financeira onde a empresa vende um ativo operacional e o aluga de volta. Normalmente são contratos de aluguéis de longo prazo. Desta forma, as empresas conseguem obter recursos para o caixa do negócio e ainda utilizar o bem em questão. Como acontece na maioria dos contratos de *leasing*, no *leaseback* pode estar previsto no acordo a possibilidade de compra do bem ao final do tempo de locação. Logo, a operação funciona como uma espécie de compra parcelada. Assim, os valores pagos mensalmente serão utilizados para amortizar o valor total do bem a ser adquirido. Nesta operação a Companhia realizou vendas de máquinas para a operação do aluguel. Os saldos atualizados dos empréstimos nas datas dos balanços são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Seis meses ou menos	**84.460**	167.780	**84.460**	167.780
Seis a doze meses	**284.816**	84.601	**284.816**	84.601
Um a cinco anos	**98.039**	245.166	**98.039**	245.166
	467.315	497.547	**467.315**	497.547

O valor justo dos empréstimos atuais são semelhantes aos seus valores contábeis, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados. Os valores contábeis dos empréstimos são mantidos nas seguintes moedas:

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Sotreq CAT

SOTREQ S.A.
CNPJ/MF nº 34.151.100/0002-11

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Reais	**465.340**	416.132	**465.340**	416.132
Dólares americanos	**1.975**	81.415	**1.975**	81.415
	467.315	497.547	**467.315**	497.547

19. Adiantamentos de clientes. Adiantamentos de clientes, referem-se a valores exigíveis em até 12 meses, decorrentes de pagamentos recebidos de forma antecipada, para a venda de máquinas, peças e motores a clientes que efetuaram a compra com prazo de entrega futura. O saldo apresentado em 31 de dezembro está conforme abaixo:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Máquinas (i)	**65.165**	57.236	**114.838**	196.676
Peças e acessórios	**21.349**	17.300	**22.838**	17.300
Motores	**8.286**	5.462	**40.449**	18.899
Outros (ii)	**34.931**	22.210	**34.932**	22.210
	129.731	102.208	**213.057**	255.085

(i) Em 2023, a Companhia apresentou aumento do saldo de adiantamentos de clientes justificada pelo volume de máquinas entregues pelo fabricante, reduzindo assim o tempo de permanência do crédito na conta. (ii) Em 2023 a Companhia recebeu adiantamentos de clientes para compras de equipamentos importados no valor de R$30.612 e que serão realizados no decorrer do ano de 2024. A abertura do saldo de adiantamento de clientes, conforme expectativa de realização está apresentada abaixo:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Realizados no último mês do ano	**40.352**	44.822	**91.126**	148.361
Realizados entre um e três meses	**15.958**	26.370	**27.260**	45.592
Realizados entre três e seis meses	**12.496**	13.516	**24.541**	18.604
Realizados acima de seis meses (i)	**60.925**	17.500	**70.130**	42.528
	129.731	102.208	**213.057**	255.085

(i) Na faixa de adiantamentos acima de 6 meses foi realizado até o primeiro trimestre de 2024 a venda de R$13.920 na Companhia. O saldo restante de R$47.005 da Companhia tem previsão de realização até o final de 2024 e se refere a adiantamentos para compra de equipamentos importados.

20. Tributos a recolher

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
IR e CSLL correntes	**20.029**	9.207	**24.485**	16.640
	20.029	9.207	**24.485**	16.640
ICMS a pagar (i)	**26.896**	32.413	**26.895**	32.413
Demais IR e CSLL a recolher (ii)	**31.118**	47.370	**31.118**	47.370
PIS/COFINS a recolher (iii)	**20.941**	5.817	**20.941**	5.817
Demais tributos a recolher	**2.916**	3.065	**2.916**	3.065
	81.871	88.665	**81.870**	88.665
Parcelamentos - Regularize (iv)	**212**	258	**212**	258
	212	258	**212**	258
Total tributos a recolher - circulante	**102.112**	98.130	**106.567**	105.563
Não circulante				
ISS a recolher	**1.110**	474	**1.110**	474
Parcelamentos - Regularize (iv)	**216**	371	**216**	371
	1.326	845	**1.326**	845
Total tributos a recolher - não circulante	**1.326**	845	**1.326**	845

(i) A variação entre os anos de 2022 e 2023 na Companhia deve-se ao crédito presumido de máquinas que é tomado na saída da transferência entre filiais ou venda da filial de SP e PR. (ii) Em 2023 a Companhia distribuiu juros sobre capital próprio - JCP aos acionistas no montante de R$139.000 (R$250.000 em 2022) (Nota 24). Foram retidos na fonte R$20.850 (R$37.500 em 2022) pela aplicação da alíquota de 15% sobre o valor dos juros pagos, conforme previsto no Artigo 685 do Decreto 3000/99. (iii) Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 13/2023, a Companhia suspendeu os pagamentos de PIS e COFINS referentes aos meses de novembro e dezembro de 2023 e protocolará o pedido de adesão à transação tributária do Programa de Redução de Litígio Fiscal - PRLF no exercício de 2024. (iv) Em 2020 a Companhia aderiu nos termos do Decreto 47.703/2019 Sefaz/MG, ao programa de Parcelamento Regularize, nº 12.096070300-30 de 29/09/2020 referente a falta de recolhimento de ICMS-ST Difal. **21. Provisões para contingências, depósitos judiciais e cauções. 21.1. Provisões para contingências**

	Controladora Trabalhistas	Controladora Cíveis	Controladora Tributárias	Controladora FAP (i)	Controladora Total	Consolidado Trabalhistas	Consolidado Cíveis	Consolidado Tributárias	Consolidado FAP (i)	Consolidado Total
Em 31/12/2021	5.353	2.469	37.693	22.617	68.132	6.237	2.522	39.010	22.617	70.386
Cisão de investimento em controlada (Nota 1.1)	-	-	-	-	-	(884)	(53)	(1.317)	-	(2.254)
Constituições de provisões (ii)	955	1.578	40.840	1.316	44.689	955	1.578	40.840	1.316	44.689
Atualizações de provisões	1.153	143	2.707	2.781	6.784	1.153	143	2.707	2.781	6.784
Pagamento/Reversões de provisões	(775)	(358)	(4.978)	-	(6.111)	(775)	(358)	(4.978)	-	(6.111)
Em 31/12/2022	6.686	3.832	76.262	26.714	113.494	6.686	3.832	76.262	26.714	113.494
Constituições de provisões (iii)	**1.505**	**41**	**24.820**	**-**	**26.366**	**1.505**	**41**	**24.820**	**-**	**26.366**
Atualizações de provisões	**840**	**58**	**4.737**	**3.974**	**9.609**	**840**	**58**	**4.737**	**3.974**	**9.609**
Pagamento/Reversões de provisões	**(2.552)**	**(63)**	**(8.274)**	**-**	**(10.889)**	**(2.552)**	**(63)**	**(8.274)**	**-**	**(10.889)**
Em 31/12/2023	**6.479**	**3.868**	**97.545**	**30.688**	**138.580**	**6.479**	**3.868**	**97.545**	**30.688**	**138.580**

(i) Em 2010 ajuizou processos nos quais se discute a legalidade do FAP. Assim, com vistas a manter a exigibilidade do crédito tributário suspensa, a empresa optou por realizar o depósito judicial dos valores em discussão. Em 2016, a empresa verificou que os referidos depósitos estavam sendo realizados a maior e, portanto, solicitou o levantamento dessa diferença, o qual não teve oposição por parte da União Federal/Fazenda Nacional. Em 2018, foi deferido o levantamento de R$18.604 nos autos destes processos, tendo em vista depósitos indevidos realizados referentes ao FAP - Fator de acidente previdenciários (contingências previdenciárias). (ii) Em 2022 a Companhia alterou a classificação de perda para provável de processo tributário referente a contribuição previdenciária no valor de R$28.102. (iii) Em 2023 a Companhia realizou o depósito judicial da contribuição previdenciária no valor de R$4.456. Esse depósito é realizado anualmente nos autos do processo nº 28193-54.2014.4.01.3400. Além disso, foi constituída provisão no valor de R$20.364 referente à multa e juros pela compensação considerada não declarada de tributos, com saldo negativo de 2015 no processo 16682.721183/2018-46, no qual a Companhia discutirá judicialmente. O Grupo registra todas as suas provisões para contingências no passivo não circulante em contrapartida no resultado do exercício, na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. A natureza das obrigações prováveis na Companhia pode ser sumariada como segue: • As contingências trabalhistas e previdenciárias (FAP) na Companhia correspondem a R$37.167, em 31/12/2023 (R$33.400 em 2022), e consistem, principalmente, de reclamações de empregados vinculados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões em virtude de horas extras, horas "*in itinere*" e adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, na prestação de serviços junto aos clientes da Sotreq S.A. • As contingências cíveis referem-se a ações judiciais por perdas e danos movidas contra a Sotreq S.A. por seus clientes. • As contingências tributárias referem-se à demandas judiciais movidas para a cobrança de contribuições previdenciárias, PIS, COFINS, CSLL, IRRF, ICMS, ISS e multa pelos Estados, Municípios e União Federal, sendo a contingência de maior valor aproximadamente R$30.000, referente a processo pelo qual a Companhia discute judicialmente a incidência da contribuição dos anos de 2009 e 2010, que atualmente encontram-se com decisão desfavorável e pendente de julgamento nos tribunais superiores. Na opinião dos consultores externos o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31/12/2023.

21.2. Depósitos judiciais e cauções

	Controladora Trabalhistas	Controladora Tributários	Controladora FAP	Controladora Outros	Controladora Total	Consolidado Trabalhistas	Consolidado Tributários	Consolidado FAP	Consolidado Outros	Consolidado Total
Em 31/12/2021	3.220	21.856	22.799	1.340	49.215	3.405	23.014	22.799	1.342	50.560
Cisão de investimento em controlada (Nota 1.1)	-	-	-	-	-	(185)	(1.158)	-	(2)	(1.345)
Adições	741	3.457	1.283	-	5.481	741	3.457	1.283	-	5.481
Baixas e desembolsos	(967)	(406)	-	(952)	(2.325)	(967)	(406)	-	(952)	(2.325)
Atualizações	142	2.052	2.512	3	4.709	142	2.052	2.512	3	4.709
Em 31/12/2022	3.136	26.959	26.594	391	57.080	3.136	26.959	26.594	391	57.080
Adições (i)	**310**	**4.973**	**57**	**-**	**5.340**	**310**	**4.973**	**57**	**-**	**5.340**
Baixas e desembolsos	**(709)**	**(685)**	**(565)**	**-**	**(1.959)**	**(709)**	**(685)**	**(565)**	**-**	**(1.959)**
Atualizações	**167**	**2.363**	**4.555**	**-**	**7.085**	**167**	**2.363**	**4.555**	**-**	**7.085**
Em 31/12/2023	**2.904**	**33.610**	**30.641**	**391**	**67.546**	**2.904**	**33.610**	**30.641**	**391**	**67.546**

(i) Durante o ano de 2023 a Companhia registou R$4.973 (R$3.318 em 2022) referente à adições de depósito judicial tributário relacionado, principalmente, ao processo pelo qual a empresa discute judicialmente a incidência da contribuição previdenciária sobre a PLR paga aos estatutários. Os depósitos judiciais não têm caráter suspensivo das exigibilidades registradas em provisões para contingências. **21.3. Contingências com risco de perda possível.** Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Cíveis (i)	**45.814**	40.294
Trabalhistas	**18.449**	18.447
Fiscais		
ICMS (ii)	**389.525**	365.957
Imposto de renda e CSSL (iii)	**261.766**	192.456
PIS e COFINS	**21.065**	20.409
ISS	**16.306**	15.969
Outros	**349.296**	328.835
	1.102.221	982.367

(i) As contingências cíveis referem-se a ações judiciais por perdas e danos movidas por clientes contra a Companhia. O processo mais relevante onde a Administração entende ter risco possível é no valor de R$7.757 e se refere a processo desde 2008 para indenização por danos morais na compra de equipamento por supostos problemas na instalação. (ii) A variação de 2022 para 2023 foi devido a atualização de processos já existentes no valor de R$20.368 e pela inclusão de processos para cobrança pelos Estado de São Paulo, Pará, Ceará e Bahia de supostos débitos de ICMS, no valor total de R$3.200. (iii) A variação de 2022 para 2023 foi em razão da atualização de processos já existentes no valor de R$12.547 e pela lavratura de auto de infração pela Secretaria da Receita Federal no valor de R$56.763. **22. Imposto de renda e contribuição social diferidos**. Os valores de compensação do imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo de tributo diferido				
Ativo de tributo diferido a ser recuperado em até 12 meses	**40.907**	16.800	**40.907**	16.800
Ativo de tributo diferido a ser recuperado depois de 12 meses	**127.465**	117.841	**127.465**	117.841
	168.372	134.641	**168.372**	134.641
Passivo de tributo diferido				
Passivo de tributo diferido a ser liquidado em até 12 meses	**(13.597)**	(14.082)	**(13.597)**	(14.082)
Passivo de tributo diferido a ser liquidado depois de 12 meses	**(102.733)**	(105.334)	**(102.733)**	(105.334)
	(116.330)	(119.416)	**(116.330)**	(119.416)
Ativo (passivo) de tributo diferido, líquido	**52.042**	15.225	**52.042**	15.225

A movimentação líquida da conta de imposto de renda e da contribuição social diferidos no balanço da Sotreq durante o exercício é o seguinte:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Em 1º de janeiro	**15.225**	(2.943)	**15.225**	1.721
Provisões diversas	**18.861**	26.482	**18.861**	25.582
Provisão de garantia	**(1.187)**	1.792	**(1.187)**	2.730
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**250**	507	**250**	370
Variação cambial *swap*	**(3.664)**	649	**(3.664)**	648
Provisão de perda em estoque	**1.627**	416	**1.627**	(92)
Taxas de depreciação - IN1700/17	**-**	(13.182)	**-**	(14.850)
Amortização e diferença da baixas dos Ativos	**3.086**	(11.675)	**3.086**	(11.675)
Leasing - RTT	**(3.612)**	(3.637)	**(3.612)**	(3.637)
Aplicação da IFRS 16	**36**	68	**36**	(46)
Cisão de investimento em controlada (Nota 1.1)	**-**	-	**-**	4.664
Outros	**-**	16.748	**-**	14.474
Total do exercício (Nota 32)	**15.397**	18.168	**15.397**	18.168
Cisão de investimento em controlada (Nota 1.1)	**-**	-	**-**	(4.664)
Compra de créditos fiscais (i)	**21.420**	-	**21.420**	-
Em 31 de dezembro	**52.042**	15.225	**52.042**	15.225

(i) Em 30/11/2023 foi publicada a Lei 14.740/2023 que permite incluir débitos fiscais no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), pagando 50% desses débitos com créditos decorrentes de imposto de renda e contribuição social diferidos, advindos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. Portanto, a Companhia constituiu Imposto de Renda diferido e Base Negativa no valor de R$21.420. Ainda de acordo com a Lei, tal crédito pode ser vendido ou cedido a empresas controladas, mesmo que indiretamente, desde que esteja inserida dentro do mesmo grupo econômico. Desta forma, em 05/12/2023, a Companhia comprou das demais empresas do Grupo, Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. e Santana Óleo e Gás Ltda, R$57.000 de Prejuízo Fiscal e R$79.667 de Base Negativa de CSLL, o que gerou créditos fiscais no montante total de R$21.420 a título de créditos fiscais de IRPJ e CSLL (Nota 32), pelo valor de R$2.086, apurando ganho de R$19.334 (Nota 30), conforme demonstrativo abaixo:

Empresa	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Crédito IRPJ	Crédito CSLL	Valor a receber
Stogas	16.000	38.667	4.000	3.480	729
Santana	41.000	41.000	10.250	3.690	1.357
Total	57.000	79.667	14.250	7.170	2.086

De acordo com o artigo 4º da Lei 14.740/2023, os ganhos ou receitas, se houver, registrados pela cedente e pela cessionária em decorrência da cessão, não serão computados na apuração da base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Assim como as perdas, se houver, registradas contabilmente pela cedente em decorrência da cessão, serão consideradas dedutíveis na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e da contribuição social diferidos durante o exercício é a seguinte:

Controladora	Prejuízo fiscal	Provisões diversas	Provisão de garantia	Devedores duvidosos	Variação cambial	Provisão perda estoque	Taxas de depreciação - IN1700/17	Leasing - RTT	Benefício fiscal ágio	Aplicação da IFRS 16	Outros	Total
Em 31/12/2021	-	80.862	12.875	616	3.199	3.967	13.182	-	(110.135)	3.360	(10.869)	(2.943)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	-	26.482	1.792	507	649	416	(13.182)	(3.637)	-	68	5.073	18.168
Em 31/12/2022	-	107.344	14.667	1.123	3.848	4.383	-	(3.637)	(110.135)	3.428	(5.796)	15.225
Debitado (creditado) ao patrimônio	**21.420**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.420**
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	**-**	**18.861**	**(1.187)**	**250**	**(3.664)**	**1.627**	**-**	**(3.612)**	**-**	**36**	**3.086**	**15.397**
Em 31/12/2023	**21.420**	**126.205**	**13.480**	**1.373**	**184**	**6.010**	**-**	**(7.249)**	**(110.135)**	**3.464**	**(2.710)**	**52.042**

Consolidado	Prejuízos fiscais	Provisões diversas	Provisão de garantia	Devedores duvidosos	Variação cambial	Provisão perda estoque	Taxas de depreciação - IN1700/17	Leasing - RTT	Benefício fiscal ágio	Aplicação da IFRS 16	Outros	Total
Em 31/12/2021	-	81.762	11.937	753	3.200	4.475	14.850	-	(110.135)	3.474	(8.595)	1.721
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	-	25.582	2.730	370	648	(92)	(14.850)	(3.637)	-	(46)	2.799	13.504
Em 31/12/2022	-	107.344	14.667	1.123	3.848	4.383	-	(3.637)	(110.135)	3.428	(5.796)	15.225
Debitado (creditado) ao patrimônio	**21.420**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.420**
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	**-**	**18.861**	**(1.187)**	**250**	**(3.664)**	**1.627**	**-**	**(3.612)**	**-**	**36**	**3.086**	**15.397**
Em 31/12/2023	**21.420**	**126.205**	**13.480**	**1.373**	**184**	**6.010**	**-**	**(7.249)**	**(110.135)**	**3.464**	**(2.710)**	**52.042**

Os ativos de imposto de renda e da contribuição social diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Em atendimento à Deliberação 273/98 e Instrução 371/02, ambas da CVM, a Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários de longo prazo serão realizados, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
2023	**-**	16.800	**-**	16.800
2024	**40.907**	24.909	**40.907**	24.909
2025	**33.859**	27.076	**33.859**	27.076
2026	**34.752**	27.790	**34.752**	27.790
2027	**34.133**	38.066	**34.133**	38.066
2028	**24.721**	-	**24.721**	-
Total	**168.372**	134.641	**168.372**	134.641

23. Capital social. Em 31/12/2023 o capital subscrito e integralizado da Companhia no valor R$1.811.076 (R$1.051.666 em 2022) está representado por ações, sem valor nominal composto da seguinte forma:

	Quantidade de ações	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Em 1º/01/2022	3.864	1.222	2.642
Em 31/12/2022	3.864	1.222	2.642
Em 1º/01/2023	**3.775**	**1.222**	**2.553**
Em 31/12/2023	**3.775**	**1.222**	**2.553**

As ações preferenciais participam em igualdade de condições com as ações ordinárias no resultado da Companhia. Todas as ações emitidas estão integralizadas. Considerando que o Acordo dos Acionistas da sociedade Sotreq dá aos minoritários a faculdade de vender as ações que detém para a Companhia, em 03/04/2023 a Companhia recomprou 88 ações nominativas preferenciais de acionista minoritário no valor de R$85.538 e registrou em ações em tesouraria. Em 28/07/2023, estas ações em tesouraria foram canceladas, não resultando em alteração no capital social da Companhia, e sua contrapartida se deu mediante as reservas de dividendos a pagar, no valor de R$85.538. Em razão do cancelamento, a quantidade de ações emitidas pela Companhia passa a ser 3.775 ações nominativas e sem valor nominal. Em 02/05/2022 a Companhia foi cindida parcialmente (Nota 1.1) e o seu capital social foi reduzido em R$183.608, mantendo-se inalterada a quantidade de ações e a distribuição dessas ações entre os acionistas. O capital social passou de R$1.235.274 para R$1.051.666. Em 28/07/2023 a Companhia aumentou o capital social em R$759.410 através das reservas de lucros, passando assim o capital social de R$1.051.666 para R$1.811.076. **24. Distribuição de resultado.** a) Reservas de lucros. (i) *Reserva legal:* constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.

	2023	2022
Lucro líquido	**876.046**	1.171.651
Reserva legal (5%)	**(43.802)**	(58.583)
Base de cálculo da reserva de incentivo fiscal	**832.244**	1.113.068

(ii) *Reserva de incentivo fiscal:* seguindo a determinação da Lei 12.973/2014, *caput* artigo 30, a Companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no valor de R$277.700 (R$616.231 em 2022) referente à exclusão realizada na apuração de IRPJ/CSLL devido ao benefício do ICMS referente ao exercício de 2023, sendo que em 2022 foi constituída sobre os exercícios de 2017 a 2022. O incentivo é referente ao crédito presumido do ICMS nos estados PR, SP e GO.

	2023	2022
Lucro líquido após destinação de Reserva Legal	**832.244**	1.113.068
Constituição de reserva de incentivo fiscal	**(277.700)**	(616.231)
Lucro líquido ajustado - base de cálculo dos dividendos	**554.544**	496.837

(iii) *Dividendos mínimos obrigatórios:* o estatuto social assegura aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76, art. 202.

	2023	2022
Lucro líquido após destinações obrigatórias	**554.544**	496.837
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**(138.636)**	(124.209)
(-) Dividendos e JCP aprovados	**(22.503)**	(228.816)
(-) Dividendos adicionais propostos	**(100.862)**	(80.413)
Constituição de reserva de dividendos a pagar	**292.543**	63.399

b) Movimentação dos dividendos a pagar

	2023	2022
Em 1º de janeiro	**512.500**	-
Distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício anterior (i)	**80.413**	245.440
Pagamentos de dividendos referentes a exercícios anteriores	**(292.913)**	(245.440)
Dividendos adicionais de 2022 (iii)	**(300.000)**	-
Dividendos mínimos obrigatórios através de JCP (ii)	**138.636**	124.209
Juros sobre capital próprio aprovados	**364**	125.791
IRRF sobre JCP (15%)	**(20.850)**	(37.500)
Dividendos adicionais aprovados em 30/12/2022 (iii)	**-**	300.000
Em 31 de dezembro	**118.150**	512.500

(i) Em 2023 foram aprovados e pagos R$80.413 (R$245.440 em 2022) referente aos dividendos complementares do exercício de 2022 e 2021. (ii) Em 26/12/2023, a Companhia deliberou e aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R$139.000 (R$250.000 em 2022) para pagamento aos acionistas, cujo valor líquido é de R$118.150 (R$212.500 em 2022) após dedução do IRRF no valor de R$20.850 (R$37.500 em 2022), sendo pagos em 10/04/2024. Dos R$139.000 (R$250.000 em 2022), foram pagos como dividendos mínimos obrigatórios o valor de R$138.636 (R$124.209 em 2022) e dividendos adicionais no valor de R$364 (R$125.791 em 2022). (iii) Em 30/12/2022, a Companhia deliberou e aprovou o pagamento dos dividendos adicionais no valor total de R$300.000, sendo R$196.975 correspondente a reserva de dividendos a pagar e R$103.025 correspondente aos lucros apurados no exercício de 2022. **25. Receita operacional, líquida.** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Vendas de máquinas, peças e motores	**9.731.110**	9.561.936	**11.364.192**	10.573.984
Prestação de serviços e contratos	**1.394.402**	1.188.543	**1.279.321**	1.052.102
Receita de aluguéis de equipamentos (Nota 16)	**240.859**	221.492	**240.859**	221.492
Vendas brutas	**11.366.371**	10.971.971	**12.884.372**	11.847.578
Tributos sobre vendas	**(966.869)**	(970.236)	**(966.869)**	(970.236)
Vendas canceladas	**(2.061)**	(2.923)	**(2.061)**	(2.923)
Descontos contratuais	**(77)**	-	**(77)**	-
Receita operacional, líquida	**10.397.364**	9.998.812	**11.915.365**	10.874.419

26. Custos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Custos dos produtos vendidos				
Custos das vendas	**(7.360.155)**	(6.885.276)	**(8.797.407)**	(7.729.179)
Impostos, taxas e contribuições	**(61.840)**	(97.278)	**(61.840)**	(97.278)
Ajuste de inventários	**(7.859)**	(11.018)	**(7.873)**	(10.991)
Provisão (reversão) para perda em estoques	**(4.785)**	(1.224)	**3.244**	608
Recuperação ICMS ST (i)	**91.303**	75.628	**91.303**	75.628
Recuperação PIS/COFINS extemporâneo	**30.304**	16.256	**30.304**	16.256
Outros	**(204)**	(48)	**(718)**	(850)
	(7.313.236)	(6.902.960)	**(8.742.987)**	(7.745.806)
Custos dos serviços prestados e aluguéis				
Custos das vendas	**(461.492)**	(373.669)	**(461.492)**	(373.669)
Depreciação - imobilizado (Nota 14)	**(40.096)**	(31.111)	**(40.096)**	(31.111)
Garantias	**9.568**	(19.206)	**9.568**	(19.206)
Depreciação - ativo de direito de uso (Nota 16)	**(428)**	(414)	**(428)**	(414)
Outros	**(224)**	(1.649)	**(224)**	(1.649)
	(492.672)	(426.049)	**(492.672)**	(426.049)
Total dos custos	**(7.805.908)**	(7.329.009)	**(9.235.659)**	(8.171.855)

(i) A Companhia reconheceu em 2023 o valor de R$91.303 (R$75.628 em 2022) referente ao ressarcimento do ICMS substituição tributária nas operações interestaduais devido à quebra de cadeia. Em relação ao ICMS, assim como em 2022, no ano de 2023 não houve lançamentos de ICMS a recuperar. **27. Despesas com vendas**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fretes e seguros	**(117.329)**	(110.335)	**(118.076)**	(110.814)
Software	**(31.458)**	(24.592)	**(31.458)**	(24.592)
Manutenções de bens	**(12.264)**	(9.371)	**(12.264)**	(9.371)
Propagandas e promoções	**(11.445)**	(9.192)	**(11.445)**	(9.193)
Reversão (provisão) para crédito de liquidação duvidosa (Nota 8)	**1.083**	(6.635)	**1.190**	(6.046)
Outras despesas	**(4.057)**	(4.004)	**(4.524)**	(5.063)
	(175.470)	(164.129)	**(176.577)**	(165.079)

28. Despesas gerais e administrativas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Benefícios a empregados (Nota 29)	**(740.420)**	(700.820)	**(748.959)**	(709.053)
Serviços de terceiros	**(195.855)**	(154.761)	**(196.859)**	(155.522)
Material de consumo e ferramentas perecíveis	**(109.643)**	(98.548)	**(109.667)**	(98.569)
Viagens, refeições e locomoção	**(59.370)**	(44.603)	**(59.406)**	(44.696)
Depreciação e amortização (Notas 14 e 15)	**(44.663)**	(33.741)	**(44.692)**	(33.794)
Aluguéis e arrendamentos operacionais (Nota 16)	**(38.563)**	(27.411)	**(38.977)**	(27.838)
Baixa de INSS prescrito (Nota 11)	**-**	(20.437)	**-**	(20.437)
Provisão para contingências (Nota 21.1)	**(25.086)**	(45.362)	**(25.086)**	(45.362)
Manutenções de bens	**(23.847)**	(22.184)	**(27.056)**	(23.951)
Depreciação ativo de direito de uso (Nota 16)	**(20.405)**	(18.176)	**(20.405)**	(18.176)
Telefonia, energia e água	**(19.408)**	(18.262)	**(19.487)**	(18.301)
Multas e perdas	**(19.347)**	(12.109)	**(19.349)**	(12.145)
Provisão incentivo de longo prazo diretoria (i)	**(17.989)**	(11.205)	**(17.989)**	(11.205)
Despesas com veículos	**(8.809)**	(7.568)	**(8.834)**	(7.592)
Impostos, taxas e contribuições	**(7.513)**	(3.115)	**(9.637)**	(3.250)
Outras despesas	**(58.854)**	(69.009)	**(60.354)**	(73.484)
	(1.389.772)	(1.287.311)	**(1.406.757)**	(1.303.375)

(i) A provisão de incentivo de longo prazo para diretoria está sendo feita anualmente desde 2021 e o saldo no passivo em 31/12/2023 na Companhia se refere ao valor acumulado desde 2021 no valor de R$36.746.

29. Despesas de benefícios a empregados

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Salários e comissões	**(337.940)**	(313.115)	**(345.418)**	(320.218)
Participação nos lucros	**(171.634)**	(215.148)	**(171.634)**	(215.148)
Encargos sociais	**(134.307)**	(110.761)	**(134.501)**	(110.936)
Custos previdenciários	**(79.515)**	(47.147)	**(80.135)**	(47.740)
Treinamentos e outras	**(17.024)**	(14.649)	**(17.271)**	(15.011)
Total das despesas operacionais com salários e benefícios (Nota 28)	**(740.420)**	(700.820)	**(748.959)**	(709.053)
Número de empregados	**6.607**	6.037		

O Grupo não concede outros benefícios de rescisão ou pós-emprego.

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Perdas com vendas dos imobilizados	**(14.223)**	(9.486)	**(14.223)**	(9.486)
ICMS (i)	**(891)**	(2.011)	**(891)**	(2.011)
Despesa de corretagem	**(231)**	(333)	**(231)**	(333)
Outras despesas	**(196)**	(142)	**(196)**	(142)
	(15.541)	(11.972)	**(15.541)**	(11.972)
Ganhos com vendas dos imobilizados	**38.104**	31.045	**38.104**	31.045
Créditos de PIS/COFINS não acumulados (ii)	**33.751**	25.343	**33.751**	25.343
Ganho com créditos fiscais (iii)	**19.334**	-	**19.334**	-
Receita de bens sinistrados	**5.303**	2.881	**5.303**	2.881
Receita de comissão de Administração	**4.976**	2.067	**4.976**	2.067
Receita de corretagem	**2.497**	3.603	**2.497**	3.603
Créditos não reclamados	**2.355**	1.925	**2.355**	2.095
Outras receitas	**2.311**	2.455	**2.325**	2.454
	108.631	69.319	**108.645**	69.488
Receitas operacionais, líquidas	**93.090**	57.347	**93.104**	57.516

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-60111-1DB6-DA3F.

SOTREQ S.A.

CNPJ/MF nº 34.151.100/0002-11

(i) Houve redução da despesa com ICMS complementar nas operações de remessa com suspensão de ICMS no ano de 2023 comparado ao de 2022. (ii) Durante o ano de 2023 a Companhia fez um trabalho de levantamento de recuperação de créditos de anos anteriores e identificou créditos extemporâneos de PIS e COFINS sobre despesas do período/12/2018 a dezembro de 2022 no valor total de R$13.724 (R$11.181 em 2022). O saldo restante no valor de R$20.027 (R$14.162 em 2022) se refere as despesas com aluguéis de imóveis e equipamentos e a depreciação de equipamentos e ferramentas. (iii) Em 30/11/2023 foi publicada a Lei 14.740/2023 que permite incluir débitos fiscais no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), pagando 50% desses débitos com créditos decorrentes de imposto de renda e contribuição social diferidos, advindos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. Portanto, a Companhia constituiu Imposto de Renda diferido e Base Negativa no valor de R$21.420. Ainda de acordo com a Lei, tal crédito pode ser vendido ou cedido a empresas controladas, mesmo que indiretamente, desde que esteja inserida dentro do mesmo grupo econômico. Desta forma, em 05/12/2023, a Companhia comprou das empresas do Grupo, Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. e Santana Óleo e Gás Ltda., R$57.000 de Prejuízo Fiscal e R$79.667 de Base Negativa de CSLL, o que gerou créditos fiscais no montante total de R$21.420 a título de créditos fiscais de IRPJ e CSLL (Nota 32), pelo valor de R$2.086, apurando ganho de R$19.334 (Nota 30), conforme demonstrativo abaixo:

Empresa	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Crédito IRPJ	Crédito CSLL	Valor a receber
Stogas	16.000	38.667	4.000	3.480	729
Santana	41.000	41.000	10.250	3.690	1.357
Total	57.000	79.667	14.250	7.170	2.086

De acordo com o artigo 4º da Lei 14.740/2023, os ganhos ou receitas, se houver, registrados pela cedente e pela cessionária em decorrência da cessão, não serão computados na apuração da base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Assim como as perdas, se houver, registradas contabilmente pela cedente em decorrência da cessão, serão consideradas dedutíveis na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos (nota 18)	**(94.271)**	(46.345)	**(94.271)**	(50.377)
Variação cambial passiva	**(25.949)**	(6.904)	**(28.716)**	(10.059)
Juros passivos sobre debêntures	**(22.963)**	(18.139)	**(22.963)**	(18.139)
Juros sobre arrendamentos (Nota 16)	**(12.381)**	(10.371)	**(12.381)**	(10.371)
Perda com *hedge*	**(17.256)**	(18.325)	**(17.256)**	(18.325)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(3.311)**	(5.178)	**(3.311)**	(5.178)
Juros passivos s/ impostos e contribuições (i)	**(2.582)**	(1.200)	**(2.637)**	(1.200)
Perda com *swap*	**-**	(1.601)	**-**	(1.601)
Outras despesas financeiras	**(14.073)**	(7.945)	**(31.064)**	(8.468)
	(192.786)	(116.008)	**(212.599)**	(123.718)
Receitas financeiras				
Receitas financeiras s/ aplicações	**60.723**	54.222	**60.742**	54.221
Variação cambial ativa	**43.738**	6.203	**44.513**	9.216
Juros ativos s/ impostos e contribuições (i)	**6.110**	32.350	**6.110**	32.350
Ganho com *hedge*	**4.945**	2.967	**4.945**	2.967
Juros ativos sobre debêntures	**-**	2.008	**-**	2.008
Ganho com *swap*	**-**	854	**-**	854
Outras receitas financeiras	**11.288**	21.973	**11.291**	25.989
	126.804	120.577	**127.601**	127.605
Resultado financeiro, líquido	**(65.982)**	4.569	**(84.998)**	3.887

(i) Durante o ano de 2022 a Companhia fez um trabalho de levantamento referente às variações da taxa Selic dos créditos previdenciários dos anos de 2016, 2020 e 2021 no valor total de R$1.177 registrados em resultado financeiro. Adicionalmente, também referente a variação da taxa Selic, a Companhia iniciou em 2022 o trabalho de retificação das notas fiscais de clientes dos anos 2017 e 2018 no valor total de R$8.678. Durante 2022 a Companhia constituiu saldo negativo de IRPJ e CSLL no montante de R$2.087 a título de Lei de Incentivo à Inovação e ao Desenvolvimento Tecnológico - Lei 11.196/05 referente ao exercício de 2021, assim como, constituiu saldo negativo no montante de R$149.248 a título de subvenção de investimentos amparados pela Lei Complementar 160/2017 retroativos aos exercícios de 2017 a 2022 (Nota 11). Desta forma, a Companhia registrou em 2022, no resultado financeiro, a atualização com taxa Selic no valor total de R$22.398.

32. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributo corrente				
Tributo corrente sobre o lucro do exercício	**(229.790)**	(143.286)	**(240.954)**	(150.222)
Tributo corrente do exercício anterior	**(2.875)**	-	**(2.875)**	-
Total do tributo corrente	**(232.665)**	(143.286)	**(243.829)**	(150.222)
Tributo diferido				
Geração e reversão de diferenças temporárias (Nota 22)	**15.397**	18.168	**15.397**	18.168
Total do tributo diferido	**15.397**	18.168	**15.397**	18.168
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(217.268)**	(125.118)	**(228.432)**	(132.054)

Os tributos detalhados sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos	**1.093.314**	1.296.769	**1.104.478**	1.303.705
	1.093.314	1.296.769	**1.104.478**	1.303.705
À alíquota fiscal de 34%	**(371.727)**	(440.901)	**(375.523)**	(443.260)
Ajuste da Handels devido a diferença de alíquota (i)	**-**	-	**6.227**	(1.758)
Efeitos das adições e exclusões				
Compensação prejuízo fiscal	**(3.490)**	-	**(3.490)**	-
Participação/gratificação da Administração	**(2.995)**	(6.199)	**(2.995)**	(6.199)
Despesas não dedutíveis	**(674)**	1.361	**(674)**	1.361
Resultado equivalência patrimonial	**13.597**	5.607	**-**	2.785
Incentivo fiscal	**12.806**	13.943	**12.806**	13.943
Ajuste subvenção investimento	**94.418**	83.222	**94.418**	83.222
Juros sobre capital próprio	**47.260**	85.000	**47.260**	85.000
Demais adições/exclusões, líquidas	**(6.463)**	132.849	**(6.461)**	132.852
Encargo fiscal	**(217.268)**	(125.118)	**(228.432)**	(132.054)
Corrente	**(232.665)**	(143.286)	**(243.829)**	(150.222)
Diferido	**15.397**	18.168	**15.397**	18.168
	(217.268)	(125.118)	**(228.432)**	(132.054)

(i) A controlada Handels está situada na Áustria, sendo a alíquota aplicada de 2,75% sobre o receita operacional líquida anual. Sobre esta, aplica-se a alíquota de imposto de renda na Áustria de 25%. Isso é devido ao *Tax Ruling* que visa o pagamento de imposto de renda sobre uma base percentual do faturamento anual da Handels. **33. Transações com partes relacionadas.** A Companhia é controlada pela Pertos Participações Ltda. (constituída no Brasil), que detém 82,6330% das ações da Companhia. Os 17,3670% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas. Por sua vez, a Companhia controla diretamente a empresa Sotreq Handels GmbH. Fazem parte do Grupo Sotreq e também são partes relacionadas com a Companhia: Somov Rental Ltda., Somov S.A., Soimpex S.A., Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A., Sotrex S.A., Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A., Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda., SotreqPar S.A. e Instituto Social Sotreq (iSSO), todas estas são controladas direta ou indiretamente pela Pertos, exceto a Sotrex que foi encerrada em maio de 2023. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Vendas de produtos e serviços

	2023	2022
Vendas de produtos - partes relacionadas		
Somov S.A.	**3.014**	208
Soimpex S.A.	**-**	3.000
	3.014	3.208
Vendas de serviços - partes relacionadas		
Handels GmbH (i)	**115.082**	136.441
Somov S.A.	**9**	9
Soimpex S.A.	**-**	999
	115.091	137.449

(i) As receitas junto à controlada Handels são referentes às comissões de vendas por prestações de serviços, de acordo com contrato firmado entre as partes, onde a Handels paga à Sotreq pelos serviços de comissão sobre o lucro bruto que oscila entre 65% e 90%.

b) Compras de produtos e serviços

	2023	2022
Compra de produtos - partes relacionadas		
Somov S.A.	**3.990**	12.367
	3.990	12.367
Compra de serviços - partes relacionadas		
Radix S.A.	**10.968**	9.654
Soimpex S.A.	**290**	94
Somov S.A.	**149**	1.053
	11.407	10.801

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2023	2022
Participação nos lucros da diretoria	**33.107**	27.341
Honorários de diretoria	**9.749**	9.515
Salários e encargos	**8.202**	7.197
	51.058	44.053

O Grupo não possui outros benefícios de rescisão ou pós-emprego.

d) Saldos no fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços

	2023	2022
Contas a receber de partes relacionadas		
Handels GmbH (i)	**43.989**	26.553
Somov S.A.	**2**	171
Soimpex S.A.	**125**	1.227
	44.116	27.951
Adiantamentos a fornecedores de partes relacionadas		
Soimpex S.A.	**809**	10.893
	809	10.893
Contas a pagar a partes relacionadas		
Santana Ltda.(Nota 30)	**1.358**	-
iSSO (ii)	**950**	-
Stogas S.A. (Nota 30)	**729**	-
Somov Rental Ltda.	**489**	-
Radix S.A.	**465**	715
Somov S.A.	**68**	76
	4.059	791
	2023	**2022**
Dividendos e JCP a pagar a partes relacionadas		
Pertos Ltda.	**118.150**	512.500
	118.150	512.500
Reembolso de despesas com partes relacionadas		
Somov Rental Ltda.	**1.714**	20
Somov S.A.	**214**	144
	1.928	164

(i) A Companhia possui o valor de R$43.989 (R$26.553 em 2022) referente à parcela de comissão a receber da sua controlada Handels. A liquidação do valor ocorrerá até o primeiro semestre de 2023 (Nota 33.a). (ii) O Instituto Social Sotreq (iSSO) é uma associação civil, de âmbito nacional, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, sem fins econômicos. O iSSO tem como mantenedora a Companhia, captando recursos para contribuir com o investimento social nas regiões de atuação do Grupo Sotreq, por meio de iniciativas sociais de interesse público nas áreas de formação profissional, assistência social e preservação do meio ambiente. A Companhia encerrou o ano de 2023 com um saldo a pagar ao iSSO no valor de R$950. e) Empréstimos por meio de debêntures para partes relacionadas. *No ativo não circulante*

	2023	2022
Debêntures de empresa do Grupo (Somov S.A.)		
Em 01 de janeiro	**13.848**	-
Aquisição de debêntures	**154.968**	13.740
Amortização de debêntures	**(8.000)**	-
Juros incorridos	**19.614**	108
Em 31 de dezembro	**180.430**	13.848
Debêntures de empresa do Grupo (SotreqPar S.A.)		
Em 01 de janeiro	**-**	5.176
Aquisição de debêntures	**-**	-
Juros incorridos	**-**	2.265
Juros recebidos	**-**	(2.099)
Cisão parcial (Nota 1.1)	**-**	(5.342)
Em 31 de dezembro	**-**	-
	2023	**2022**
Debêntures de empresa do Grupo (Sotrex S.A.)		
Em 01 de janeiro	**-**	46.648
Aquisição de debêntures	**-**	50
Juros incorridos	**-**	5.623
Juros recebidos	**-**	(4.142)
Cisão parcial (Nota 1.1)	**-**	(48.179)
Em 31 de dezembro	**-**	-
Total debêntures a receber	**180.430**	13.848

As debêntures a receber de partes relacionadas possuem as seguintes características: *Somov S.A*

Debêntures	Data da emissão	Valor da emissão	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	Valor enviado	Valor pago	Limite disponível	Debêntures a receber
1ª emissão	27/06/2008	R$25.000	R$1	30/06/2013	CDI + 3% a.a.	R$25.000	R$25.000	-	-
2ª emissão	08/11/2016	R$30.782	R$2	01/07/2018	CDI + 3% a.a.	R$21.987	R$21.987	-	-
3ª emissão	26/12/2016	R$10.000	R$3	01/07/2023	CDI + 3% a.a.	R$10.000	R$10.000	-	-
4ª emissão	26/12/2022	R$80.000	R$3	26/12/2027	CDI + 3% a.a.	R$80.000	-	-	R$80.000
5ª emissão	10/04/2023	R$120.000	R$10	10/04/2028	CDI + 3% a.a.	R$80.708	-	R$39.292	R$80.708
								Provisão	R$19.722
								Em 31/12/2023	**R$180.430**

No passivo circulante e não circulante	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Debêntures para funcionários				
Em 1º de janeiro	**64.279**	51.009	**64.279**	51.009
Emissão de debêntures	**6.616**	8.073	**6.616**	8.073
Amortização de debêntures	**(4.647)**	-	**(4.647)**	-
Juros incorridos	**-**	5.197	**-**	5.197
Juros pagos	**(20.398)**	-	**(20.398)**	-
Em 31 de dezembro	**45.850**	64.279	**45.850**	64.279
Debêntures para empresa do Grupo(SotreqPar S.A.)				
Em 1º de janeiro	**-**	-	**-**	-
Emissão de debêntures	**590.000**	-	**590.000**	-
Amortização de debêntures	**(303.881)**		**(303.881)**	
Juros incorridos	**26.504**	-	**26.504**	-
Juros pagos	**(157)**		**(157)**	
Em 31 de dezembro	**312.466**	-	**312.466**	-
Circulante	**9.902**	13.238	**9.902**	13.238
Não circulante	**348.414**	51.041	**348.414**	51.041

34. Seguros. A Sotreq S.A. possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Abaixo seguem os seguros contratados em 2023 pela Companhia:

Apólices	Vigência
Transportes	30/06/2023 a 30/06/2024
Seguro de automóvel	01/07/2023 a 01/07/2024
Risco de petróleo	01/07/2023 a 01/07/2024
Responsabilidade civil geral	01/07/2023 a 01/07/2024
Riscos diversos - Rental	31/07/2023 a 31/07/2024
Riscos operacionais - patrimonial	31/07/2023 a 31/07/2024

35. Eventos subsequentes. Aumento de capital social. Em 15/03/2024 a Companhia aumentou o capital social no valor de R$450.243 através do valor constante na reserva de dividendos a pagar, R$172.543, mais a reserva de incentivo fiscal, R$277.700. Desta forma, o capital social passou de R$1.811.076 para R$2.261.319, divididos em 3.775.342 ações nominativas e sem valor nominal.

Assinaturas

Marcelo Orberg - Presidente. **Renato Pimentel Freitas** - Diretor.
Wagner Emerick de Souza - Diretor. **José Ricardo Martins Cordeiro** - Diretor.
Gustavo de Aguiar Sepúlvida - Diretor. **Marcelo Ferreira Ribeiro** - Diretor.
Rafael Procaci Camera - Contador - CRC RJ-131252/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Sotreq S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sotreq S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25/04/2024.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda - CRC SP-015199/F
Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contador CRC RJ-091370/O.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Voltalia Areia Branca I Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 18.396.589/0001-54

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante		**3.198**	**3.936**	**21.428**	**23.592**
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	51	163	4.641	1.839
Contas a receber	2.2.4	–	–	11.907	14.210
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	1	–	117	87
Despesas antecipadas		–	–	1.221	1.294
Adiantamentos a fornecedores		112	111	385	703
Impostos a recuperar		101	1.964	715	2.498
Depósitos judiciais e cauções		20	–	170	–
Dividendos - Partes relacionadas	5.1	2.902	1.686	–	–
Outros ativos		11	12	2.272	2.961
Não circulante		**233.835**	**219.312**	**426.898**	**416.986**
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	–	–	65.084	54.604
Contas a receber de longo prazo	2.2.4	–	–	5.968	3.947
Mútuos - Partes relacionadas II	5.1	67.206	61.998	67.206	61.998
Investimentos	2.3.3	166.629	157.314	–	–
Imobilizado	2.3.1	–	–	284.244	291.767
Intangível	2.3.2	–	–	4.396	4.670
Total do ativo		**237.033**	**223.248**	**448.326**	**440.578**

Passivo	Nota	2023	2022	2023	2022
Circulante		**4.492**	**4.737**	**53.028**	**42.387**
Fornecedores	2.2.5	4	7	5.493	4.678
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	–	–	21.517	21.167
Obrigações fiscais e trabalhistas		70	1.702	2.583	4.070
Contas a pagar - Partes relacionadas I	5.1	24	9	145	143
Dividendos - Partes relacionadas II	5.1	4.394	3.019	4.394	3.019
Penalidades contratuais II	2.2.8	–	–	17.418	9.109
Outros passivos		–	–	1.058	–
Passivo de arrendamentos I	2.2.7	–	–	420	201
Não circulante		**909**	**985**	**163.666**	**180.665**
Empréstimos e financiamentos II	2.2.6	–	–	146.451	163.993
Penalidades contratuais II	2.2.8	–	–	2.611	10.251
Provisões fiscais e trabalhistas		909	985	1.128	1.200
Passivo de arrendamentos II	2.2.7	–	–	9.786	5.221
Outras obrigações		–	–	3.690	–
Total do passivo		**5.401**	**5.722**	**216.694**	**223.052**
Patrimônio líquido	2.4	**231.632**	**217.526**	**231.632**	**217.526**
Capital social		158.417	158.417	158.417	158.417
Reserva de lucro		64.193	51.012	64.193	51.012
Reserva legal		9.022	8.097	9.022	8.097
Total do passivo e patrimônio líquido		**237.033**	**223.248**	**448.326**	**440.578**

Demonstração dos resultados

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita com fornecimento de energia, líquida	**2.1.1 (a)**	–	–	70.497	63.103
Outras receitas operacionais, líquida	**2.1.1 (b)**	–	–	2.102	2.729
Custos operacionais	2.1.2	–	–	(38.169)	(36.879)
Resultado bruto		**–**	**–**	**34.430**	**28.953**
Despesas operacionais					
Despesas administrativas	2.1.2	(138)	(147)	(3.108)	(2.436)
Outras receitas (despesas)		85	–	87	157
Resultado de equivalência patrimonial		12.217	7.099	–	–
Lucro operacional		**12.164**	**6.952**	**31.409**	**26.674**
Despesas financeiras		(270)	(16)	(21.157)	(20.896)
Receitas financeiras		8.522	7.436	15.832	12.818
Resultado financeiro	**2.1.3**	**8.252**	**7.420**	**(5.325)**	**(8.078)**
Resultado antes do IR e CS		**20.416**	**14.372**	**26.084**	**18.596**
IR e CS	2.1.4	(1.918)	(1.664)	(7.586)	(5.888)
Lucro líquido do exercício		**18.498**	**12.708**	**18.498**	**12.708**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros	Reservas de Lucros: Total	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**158.417**	**7.461**	**41.959**	**49.420**	**–**	**207.837**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	12.708	12.708
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	636	–	636	(636)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(3.019)	(3.019)
Dividendo adicional	–	–	–	–	–	–
Lucros retidos a deliberar	–	–	9.053	9.053	(9.053)	–
Saldos em 31/12/2022	**158.417**	**8.097**	**51.012**	**59.109**	**–**	**217.526**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	18.498	18.498
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	925	–	925	(925)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(4.392)	(4.392)
Dividendo adicional	–	–	–	–	–	–
Lucros retidos a deliberar	–	–	13.181	13.181	(13.181)	–
Saldos em 31/12/2023	**158.417**	**9.022**	**64.193**	**73.215**	**–**	**231.632**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do IR e da CS		**20.416**	**14.372**	**26.084**	**18.596**
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) com o caixa gerado pelas operações:					
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	2.2.3	–	–	(30.580)	(5.104)
Encargos financeiros	2.2.1	(8.915)	(7.657)	11.529	11.836
Ajuste a valor presente		–	–	80	–
Resultado em equivalência patrimonial	2.3.3	(12.217)	(7.099)	–	–
Depreciações e amortizações	2.1.2	–	–	16.665	17.721
Penalidade (Ressarcimento) - Provisão	2.2.8	–	–	1.741	12.703
Penalidades contratuais suspensas - Atualização	2.1.3			(223)	–
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Contas a receber	2.2.4	–	–	2.303	(5.935)
Adiantamentos a fornecedores		–	–	318	(41)
Despesas antecipadas		–	–	73	(299)
Outros ativos		1	7	690	(3)
Depósitos judiciais e cauções		(20)	–	(170)	–
Impostos a recuperar		1.863	(913)	1.783	(912)
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	–	–	(30)	(87)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores	2.2.5	(3)	(7)	815	(99)
Obrigações fiscais e trabalhistas		(1.708)	906	(3.216)	35
Penalidades contratuais	2.2.8	–	–	(2.902)	677
Contas a pagar - Partes relacionadas I	5.1	15	–	2	82
Outros passivos		(1)	–	1.058	–
Recursos provenientes das atividades operacionais		**(569)**	**(391)**	**26.020**	**49.170**
Pagamentos de encargos financeiros	2.2.6	–	–	(14.435)	(15.988)
Pagamentos de IR e CS pagos		(1.729)	(1.464)	(5.929)	(5.260)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(2.298)**	**(1.855)**	**5.656**	**27.922**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações em títulos e valores mobiliários	2.2.3	–	–	20.110	(3.613)
Aquisições de imobilizado	2.3.1	–	–	(79)	(593)
Mútuos - Partes relacionadas	5.1	3.519	1.024	3.519	810
Recebimento de Dividendos		1.686	2.828	–	–
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**5.205**	**3.852**	**23.550**	**(3.396)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento					
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	2.2.6	–	–	(22.083)	(21.820)
Pagamento de dividendos		(3.019)	(3.290)	(3.019)	(3.290)
Pagamentos do passivo de arrendamento		–	–	(1.302)	(724)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(3.019)**	**(3.290)**	**(26.404)**	**(25.834)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(112)**	**(1.293)**	**2.802**	**(1.308)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	163	1.456	1.839	3.147
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(112)**	**(1.293)**	**2.802**	**(1.308)**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2	51	163	4.641	1.839
Transações que não impactam o caixa					
Registro de direito de uso e passivo de arrendamento		–	–	5.178	7
Baixa de imobilizado x fornecedor		–	–	–	–
Provisão desmobilização		–	–	(3.690)	–

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31/12/2023

1 Informações gerais e base de preparação: Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras. **1.1 Informações gerais:** A Voltalia Areia Branca I Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 26/06/2013, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. Em 31/12/2023 e 31/12/2022, a Companhia encontra-se com o capital circulante negativo no montante de R$ 31.594 e 18.795, respectivamente. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carcará I, Carcará II e Terral. As controladas entraram em operação a partir do quarto trimestre de 2014 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações As participações societárias diretas são as seguintes:

Controlada direta	Consolidação	% Participação
Voltalia Areia Branca II Participações S.A.	Integral	100,00%
Controladas indiretas (controladas diretas da controlada Voltalia Areia Branca II Participações S.A.)	**Consolidação**	**% Participação**
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	Integral	100,00%
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	Integral	100,00%
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	Integral	100,00%

Autorização da Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 390 de 26/06/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Terral. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28/06/2012 e o término em 28/06/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. Em 03/06/2014 foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.700, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18/11/2015 foi alterada a Garantia Física da usina para 17,5 MW médio, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE. A Companhia entrou em fase de teste em 21/10/2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.194 de 21/10/2014. Em 24/03/2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 740, de 23/03/2015. No dia 03/03/2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 205 de 05/04/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcara I, constituída de 10 Unidades Geradoras, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. De acordo com a portaria nº 205, de 05/04/2012, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09/04/2012 e o término em 09/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. A Companhia entrou em fase de teste em 31/12/2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.5975 de 30/12/2014. No dia 11/03/2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. Em 24/03/2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 739, de 23/03/2015. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 389 de 26/06/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcará II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28/06/2012 e o término em 28 de junho 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. Em 03/06/2014 foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.698, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18/11/2015 foi alterada a Garantia Física da usina para 15 MWmed, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE A Companhia entrou em fase de teste em 12/09/2014, conforme despacho ANEEL Nº 3.713 de 11/09/2014. Em 24/12/2014, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 4.934, de 23/12/2014. No dia 30/01/2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. ***Aprovação das demonstrações financeiras:*** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12/04/2024. **1.2 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **1.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a depreciação e amortização do ativo fixo, o cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento e determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2 Principais informações financeiras:** Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras. **2.1 Resultado do exercício. 2.1.1 Receita operacional, líquida. 2.1.1(a) Receita com fornecimento de energia, líquida**

Descrição	Consolidado 2023 Terral	Car-cará I	Car-cará II	Total
Receita bruta de fornecimento - CCEE	(15)	23.770	179	23.934
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	58	2.021	(3.820)	(1.741)
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	24.557	–	24.598	49.155
Receita bruta de fornecimento - ACL Parte relacionada	877	–	649	1.526
Certificado de Energia Renovável (IREC)	77	91	60	228
Certificado de Energia Renovável (IREC) - Parte relacionada	–	–	–	–
Tributos Sobre Receita	(920)	(933)	(752)	(2.605)
Receita com fornecimento de energia, líquida	**24.634**	**24.949**	**20.914**	**70.497**

	2022 Terral	Car-cará I	Car-cará II	Total
Receita bruta de fornecimento - CCEE	305	30.071	27	**30.403**
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	(1.988)	(5.963)	(4.752)	**(12.703)**
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	23.253	–	23.255	**46.508**
Receita bruta de fornecimento - ACL Parte relacionada	349	–	582	**931**
Certificado de Energia Renovável (IREC)	38	27	–	**65**
Certificado de Energia Renovável (IREC) - Parte relacionada	147	149	141	**437**
Tributos Sobre Receita	(806)	(886)	(846)	**(2.538)**
Receita com fornecimento de energia, líquida	**21.298**	**23.398**	**18.407**	**63.103**

2.1.1(b) Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Tributos sobre receita	2.182	2.833
Outras receitas operacionais, líquida	(80)	(104)
	2.102	**2.729**

Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade de geração no parque de Terral, Carcará I e Carcará II, ou seja, geração abaixo do previsto do contrato.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	Controladora 2023 Custos	Controladora 2023 Despesas administrativas	Controladora 2022 Custos	Controladora 2022 Despesas administrativas
Despesas administrativas gerais	–	(92)	–	(69)
Serviços de terceiros	–	(46)	–	(78)
	–	**(138)**	**–**	**(147)**

	Consolidado 2023 Custos	Consolidado 2023 Despesas administrativas	Consolidado 2022 Custos	Consolidado 2022 Despesas administrativas
Depreciação e amortização	(16.665)	–	(17.721)	–
Serviços de operação & manutenção	(10.790)	–	(10.265)	–
Encargos setoriais	(5.128)	–	(4.564)	–
Energia comprada para revenda	(647)	–	(486)	–
Energia comprada para revenda - Parte relacionada	(502)	–	(125)	–
Certificados de energia e créditos de carbono - Parte relacionada	(420)	–	(2.396)	
Serviços de operação & manutenção - Parte relacionada	(2.618)	–	(439)	–
Aluguéis	(220)	(111)	(883)	(65)
Seguros	(1.179)	–	–	–
Despesas administrativas gerais	–	(972)	–	(748)
Serviços de terceiros	–	(2.025)	–	(1.623)
	(38.169)	**(3.108)**	**(36.879)**	**(2.436)**

2.1.3 Resultado financeiro

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita financeira				
Rendimentos de aplicações financeiras	9	117	7.291	5.559
Juros sobre mútuos I	8.915	7.657	8.915	7.646
Outras receitas financeiras	14	25	124	32
Pis e cofins sobre receitas financeiras	(416)	(363)	(498)	(419)
Total	**8.522**	**7.436**	**15.832**	**12.818**
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(19.326)	(19.017)
Juros sobre arrendamentos	–	–	(908)	(476)
Outras despesas financeiras	(270)	(16)	(836)	(1.403)
Ajuste a valor presente	–	–	(80)	–
Variação cambial passiva	–	–	(7)	–
Total	**(270)**	**(16)**	**(21.157)**	**(20.896)**
Total de resultado financeiro	**8.252**	**7.420**	**(5.325)**	**(8.078)**

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social da controladora

	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	20.416	14.372
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(6.941)**	**(4.886)**
Resultado de equivalência Patrimonial (34%)	4.154	2.414
Outras adições e exclusões	869	808
Despesa de IRPJ e CSLL	**(1.918)**	**(1.664)**
Alíquota efetiva	9%	12%

2.1.5 Imposto de renda e contribuição social do consolidado

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita Bruta de vendas	**74.843**	**81.177**
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	**(1.741)**	**(12.703)**
Base ajustada	**73.102**	**68.474**
Presunção imposto de renda - 8% (a)	5.848	5.477
Presunção contribuição social - 12% (b)	9.327	8.717
Demais receitas e ganhos de capital (c)	15.615	11.055
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)	**21.463**	**16.532**
Imposto de renda: 15%	3.219	2.480
Adicional de imposto de renda: 10%	2.122	1.629
Total IRPJ	**5.341**	**4.109**
Base de Cálculo - CSLL	**24.942**	**19.772**
Contribuição social: 9%	2.245	1.779
Total de CSLL	**2.245**	**1.779**
Total IRPJ e CSLL	**7.586**	**5.888**

2.2 Ativos e passivos financeiros: Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo: • Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e • Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro. **2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria:** A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	51	163	4.641	1.839
Contas a receber de clientes	–	–	17.872	18.157
Títulos e valores mobiliários	–	–	65.084	54.604
Mútuo - Partes relacionadas	67.206	61.998	–	–
Total de ativos financeiros	**67.257**	**62.161**	**87.597**	**74.600**
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores	(4)	(7)	(5.489)	(4.678)
Empréstimos e financiamentos	–	–	(167.968)	(185.160)
Passivo de arrendamento	–	–	(10.206)	(5.422)
Penalidades contratuais	–	–	(20.029)	(19.360)
Contas a pagar - Partes relacionadas	(24)	(9)	(145)	(143)
Total de Passivos financeiros	**(28)**	**(16)**	**(203.837)**	**(214.763)**
Ativos (passivos) financeiros. Líquidos	**67.229**	**62.145**	**(116.240)**	**(140.163)**

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa: Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	51	18	1.368	497
Aplicações financeiras	–	145	3.273	1.342
	51	**163**	**4.641**	**1.839**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade foi de 96 a 100 % do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Reserva SPE	13.781	20.678
Serviço da dívida - empréstimo BNDES	17.297	21.334
Centralizadora	2.650	5.477
Serviços de manutenção - O&M	2.787	2.659
Outras contas restritas	25.382	922
Trianon	3.187	3.534
Total	**65.084**	**54.604**

Os títulos e valores mobiliários são compostos, principalmente, por: (1) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e de O&M deve corresponder, minimamente em 31/12/2023, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios. (2) Trianon: Conta corrente que todos os agentes do setor elétrico possuem a obrigação de ter no Banco Bradesco agência Trianon e nela transitam todas as liquidações da CCEE, sejam recebimentos ou pagamentos. Além de ser uma conta utilizada para os aportes de garantias na CCEE. (3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia aos contratos de empréstimos (nota 2.2.6). Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 99,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

2.2.4 Contas a receber de clientes

	Consolidado 2023 Terral	Car-cará I	Car-cará II	Total
Ativo circulante				
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	3.667	–	3.430	**7.097**
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	162	4.362	286	**4.810**
Total	**3.829**	**4.362**	**3.716**	**11.907**
Ativo não circulante				
Ressarcimento*	–	5.968	–	**5.968**
Total	**–**	**5.968**	**–**	**5.968**
Total contas a receber	**3.829**	**10.330**	**3.716**	**17.875**

	Consolidado 2022 Terral	Car-cará I	Car-cará II	Total
Ativo circulante				
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	2.709	–	2.700	**5.409**
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	297	2.562	81	**2.940**
Ressarcimento*	–	3.505	–	**3.505**
Certificado de Energia Renovável	–	19	–	**19**
Total	**3.006**	**6.086**	**2.781**	**11.873**
Ativo não circulante				
Ressarcimento*	–	6.284	–	**6.284**
Total	**–**	**6.284**	**–**	**6.284**
Total contas a receber	**3.006**	**12.370**	**2.781**	**18.157**

(*) Referente a provisão de receita variável que será recebida ao final do 2º quadriênio. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento. Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento do BNDES (Nota 2.2.6).

2.2.5 Fornecedores

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Serviços de terceiros	4	7	3.367	2.263
Encargos setoriais	–	–	598	1.009
Seguros	–	–	800	1.227
Aluguel	–	–	435	63
Energia	–	–	293	97
Materiais	–	–	–	19
Outros fornecedores	–	–	–	–
	4	**7**	**5.493**	**4.678**

2.2.6 Empréstimos e financiamentos. 2.2.6(a) Composição de saldo

Controlada	Financiamentos	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	2023	2022
Terral	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	60.427	66.331
Carcará I	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	12/05/2014 - 15/01/2031	47.104	52.517
Carcará II	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	16/12/2014 - 15/07/2031	60.437	66.312
					167.968	**185.160**
Total circulante					21.517	21.167
Total não circulante					146.451	163.993

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Voltalia Areia Branca I Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 18.396.589/0001-54

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia. A taxa efetiva em 31/12/2023 é de 8,90% em Terral, 8,91% para Carcará I, e 9,00% para Carcará II.

2.2.6(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios

	2023	2022
Saldo inicial	**185.160**	**203.949**
Juros incorridos	19.326	19.015
Juros pagos	(14.435)	(15.988)
Amortização de principal	(22.083)	(21.816)
Saldo final	**167.968**	**185.160**

2.2.6(c) Cláusulas restritivas: O financiamento junto ao BNDES estabelece que o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. Para 31/12/2023 o índice calculado foi de 1,97 (1,97 31/12/2022).

	Usina de Energia Eólica Terral	Usina de Energia Eólica Carcará I	Usina de Energia Eólica Carcará II	Areia Branca II Participações S.A.	Total
Caixas e aplicações financeiras totais do ano anterior	16.255	17.394	21.248	1.383	56.280
(–) Conta reserva do serviço da dívida	(3.303)	(2.777)	(3.313)	–	(9.393)
(–) Conta reserva O&M	(886)	(887)	(886)	–	(2.659)
(A) Caixa inicial da atividade	**12.066**	**13.730**	**17.049**	**1.383**	**44.228**
Ajustes no EBITDA					
Lucro no período de 12 meses findo em 31/12/2023	5.549	5.796	828	44	12.217
(+) Provisão de IR e CS	1.970	1.648	2.041	8	5.667
(+/–) Resultado financeiro	3.943	4.801	4.937	(106)	13.575
(+) Depreciação e amortização	5.514	5.146	6.001	–	16.661
EBITDA ajustado	**16.976**	**17.391**	**13.807**	**(54)**	**48.120**
(–) Despesas de IR e CS no período de 12 meses de diferimento	(1.892)	(1.688)	(1.724)	–	(5.304)
(–) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte ao Aref	(1.318)	(1.377)	(196)	–	(2.891)
(B) EBITDA ajustado com efeito do IR e CS	**13.766**	**14.326**	**11.887**	**(54)**	**39.925**
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	**12.723**	**10.683**	**12.786**	**–**	**36.192**
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	**2,03**	**2,63**	**2,26**	**N/A**	**2,33**

(*) Este valor é composto pelos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022, acrescido de dividendos adicionais calculados de maneira a manter a Companhia em conformidade ao limite mínimo estipulado pelo ICSD, ou seja 1,3. Estes dividendos adicionais estimados não serão necessariamente realizados pelo valor aqui apresentado, tendo como limite o valor total estimado. (**) Não são contemplados para este cálculo, conforme contrato, as parcelas referentes à linha de crédito do sub-crédito social.

2.2.6(d) Garantias: São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (30 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.7 Passivo de arrendamento: A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	2021	Juros	Pagamentos	Atualização Contratual	Adições/Baixas	Transf CP/LP	2022
Passivo Circulante	241	–	(170)	–	–	130	201
Passivo Não Circulante	5.422	476	(554)	–	7	(130)	5.221
Total no Passivo	**5.663**	**476**	**(724)**	**–**	**7**	**–**	**5.422**
Passivo de arrendamentos	**2022**	**Juros**	**Pagamentos**	**Atualização Contratual**	**Adições/Baixas**	**Transf CP/LP**	**2023**
Passivo Circulante	201	–	(394)	–	–	613	420
Passivo Não Circulante	5.221	908	(908)	5.178	–	(613)	9.786
Total no Passivo	**5.422**	**908**	**(1.302)**	**5.178**	**–**	**–**	**10.206**

2.2.8 Penalidades contratuais: O contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARS) prevê a verificação Anual e Quadrienal quanto ao cumprimento contratual. Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Na verificação anual (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração - 90% do Contrato) deverá ser paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato. Para a verificação quadrienal, será feita a cada período de 4 anos (janeiro a dezembro), que se repetirá 4 vezes durante o período contratual (20 anos), serão verificados a geração da usina e a energia contratada dos últimos 4 anos, caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, o ressarcimento quadrienal por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (preço das liquidações das diferenças divulgado pela CCEE) dos quatros anos do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato. Em fevereiro de 2020, deveria ser iniciado o pagamento da penalidade quadrienal referente ao 1º quadriênio 2016 a 2019, o valor total destas penalidades é de 2.849, dividido em 24 parcelas de 119, porém em agosto de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, suspendeu o pagamento da penalidade devido ao "Constrained-off", conforme Despacho nº 2.303 de 20/08/2019, que trata de uma redução da produção de energia por usinas despachadas centralizadamente decorrente de ocorrências na rede de controle do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS que tenham sido originados externamente às instalações das respectivas usinas, em resumo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS solicita a interrupção de geração na operação do Sistema Interligado Nacional - SIN. Vale ressaltar que o "Constrained-off" é previsto nas regras de comercialização de energia. As penalidades começaram a ser pagas para a empresa Terral de acordo com o comunicado informado pela CCEE em dezembro de 2022. No momento já pagamos toda a penalidade do anuênio de 2019-2020 e quadrienal de 2016-2019 que ocorreram de outubro até dezembro de 2023. A partir do faturamento de janeiro de 2024, começaremos a pagar a penalidade anual de 2020 que será em sua totalidade até o faturamento referente ao mês de março de 2024. As penalidades referentes a 2021 (outubro a dezembro) para frente ainda estarão suspensas até o processo da consulta pública ANEEL n°22/2022 seja concluído.

Em 31/12/2023, os montantes registrados estão apresentados a seguir:

Penalidades Contratuais - CCEE	2023	2022
Saldo inicial	19.360	13.440
Atualização financeira	(223)	614
Pagamentos penalidades	(2.870)	–
Ressarcimento - em curso	3.762	5.306
Saldo final	**20.029**	**19.360**
Passivo circulante		
Terral	4.673	2.129
Carcará II	12.745	6.980
	17.418	**9.109**
Passivo não circulante		
Terral	802	6.582
Carcará II	1.809	3.669
	2.611	**10.251**

2.2.8(a) Movimentações em 2023	2023	2022
Saldo inicial	19.360	11.943
Atualização financeira	(223)	676
Pagamentos penalidades	(2.870)	–
Penalidade contratual - em curso	3.762	6.741
Saldo final	**20.029**	**19.360**

2.3 Ativos e passivos não-financeiros. 2.3.1(a) Imobilizado

	2023		2022	
Imobilizado em operação	**Custo Histórico**	**Valor líquido**	**Custo Histórico**	**Valor líquido**
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	425.312	272.419	425.312	284.198
Total do imobilizado em operação	**425.312**	**272.419**	**425.312**	**284.198**
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	1.366	999	1.366	1.052
Veículos	162	3	162	3
Instalações	121	49	121	56
Moveis e utensílios	48	24	48	30
Equipamentos de informática	24	44	24	5
Máquinas e equipamentos	1.717	1.441	1.717	1.635
Terreno - Direito de uso	10.514	9.264	5.336	4.787
Veículo - Direito de uso	7	1	7	1
Total dos bens em operação	**13.959**	**11.825**	**8.781**	**7.569**
Total do imobilizado	**439.271**	**284.244**	**434.093**	**291.767**

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos de produção. Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.6) estão garantidos por 30 turbinas de geração de energia. **2.3.1(b) Movimentações em 2023:** A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2044, conforme contratos fundiários.

Imobilizado em operação	Valor líquido em 2021	Ingressos/ baixas	Depreciação	Valor líquido em 2022	Atualização contratual	Adições (Baixas)	Desmobilização	Depreciação	Valor líquido em 2023
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	301.004	–	(16.806)	284.198	–	–	3.611	(15.390)	272.419
Total do imobilizado em operação	**301.004**	**–**	**(16.806)**	**284.198**	**–**	**–**	**3.611**	**(15.390)**	**272.419**
Bens em operação									
Materiais sobressalentes	1.103	–	(51)	1.052	–	1	–	(54)	999
Veículos	3	–	–	3	–	–	–	–	3
Instalações	68	–	(12)	56	–	–	–	(7)	49
Móveis e utensílios	36	–	(6)	30	–	2	–	(8)	24
Equipamentos de informática	9	–	(4)	5	–	45	–	(6)	44
Máquinas e equipamentos	1.203	593	(161)	1.635	–	31	–	(225)	1.441
Terreno - Direito de uso	5.120	–	(333)	4.787	5.178	–	–	(701)	9.264
Veículo - Direito de uso	61	7	(67)	1	–	–	–	–	1
Total dos bens em operação	**7.603**	**600**	**(634)**	**7.569**	**5.178**	**79**	**–**	**(1.001)**	**11.825**
Total do imobilizado	**308.607**	**600**	**(17.440)**	**291.767**	**5.178**	**79**	**3.611**	**(16.391)**	**284.244**

2.3.2 Intangível: O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Areia Branca.

	2023		2022	
Intangível em operação	**Custo Histórico**	**Valor líquido**	**Custo histórico**	**Valor líquido**
Gastos desenvolvimento	6.882	4.394	6.882	4.668
Software	56	2	56	2
Total do intangível em operação	**6.938**	**4.396**	**6.938**	**4.670**
Total do intangível	**6.938**	**4.396**	**6.938**	**4.670**

2.3.2(a) Movimentações em 2023

Intangível em operação	Valor líquido em 2021	Amortização	Valor líquido em 2022	Amortização	Valor líquido em 2023
Gastos desenvolvimento	4.946	(278)	4.668	(274)	4.394
Software	5	(3)	2	–	2
Total do intangível em operação	**4.951**	**(281)**	**4.670**	**(274)**	**4.396**
Total do intangível	**4.951**	**(281)**	**4.670**	**(274)**	**4.396**

2.3.3 Investimentos

Controladas direta

	Ações Ordinárias		% de participação sobre o capital social		Ativos Totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)	
Controlada direta	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Voltalia Areia Branca II Participações S.A.	107.995	107.995	100%	100%	180.188	168.144	13.559	10.827
Total Investimento					**180.188**	**168.144**	**13.559**	**10.827**

	Patrimônio Líquido		Resultado do exercício	
Controlada direta	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Voltalia Areia Branca II Participações S.A.	166.629	157.317	12.217	7.102
Total Investimento	**166.629**	**157.317**	**12.217**	**7.102**

Controladas indiretas

	Ações		% Participação		Ativos Totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)	
	2023	2022	2023	2022				
Controladas	**Ordinárias**	**Ordinárias**	**Capital Social Integralizado**	**Capital Votante**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	36.716	36.716	100%	100%	122.408	127.768	75.509	78.940
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	35.593	35.593	100%	100%	117.174	123.649	64.485	66.564
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	36.918	36.918	100%	100%	125.091	132.598	82.984	82.062
Total Investimento					**364.673**	**384.015**	**222.978**	**227.566**

	Patrimônio Líquido		Receitas Líquida		Resultado do exercício	
Controladas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	46.899	48.828	24.634	21.298	5.549	2.099
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	52.689	57.085	24.949	23.398	5.796	4.863
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	42.106	50.537	20.914	18.407	828	358
Total Investimento	**141.694**	**156.450**	**70.497**	**63.103**	**12.173**	**7.320**

2.3.3(a) Movimentações em 2023

Companhias	2022	Equivalência	Dividendos	2023
Voltalia Areia Branca II Participações S.A	157.314	12.217	(2.902)	166.629
Total	**157.314**	**12.217**	**(2.902)**	**166.629**

2.4 Patrimônio líquido. 2.4.1 Capital social: Em 31/12/2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R$ 158.417, dividido em 158.417.000 ações sem valor nominal, integralmente detidas pelas suas acionistas em 31/12/2023.

	Quantidade de ações	%	Valor	%
Voltalia Energia do Brasil Ltda	1.970.433	1,24%	1.970	1,24%
Voltalia S.A.	156.446.661	98,76%	156.447	98,76%
Total	**158.417.094**	**100%**	**158.417**	**100%**

2.4.2 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei. O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação. O estatuto da Companhia assegura a destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de Acionistas. A Companhia apresentou lucro em 31/12/2023 e 2022, que foi destinado da seguinte forma:

	2023
Lucro líquido apurado no exercício	18.498
Constituição da reserva legal - 5%	(925)
	17.573
Destinação do Lucro:	**17.573**
Dividendos mínimos obrigatórios	4.392
Lucros retidos a deliberar	13.181

3 Estimativas críticas, julgamentos e riscos: Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance. **3.1 Estimativas críticas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***Depreciação e amortização do ativo fixo:*** A depreciação/amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo. ***Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização:*** As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo. ***Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento:*** A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. ***Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.*** Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.2 Gestão de riscos:** A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia; • Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e • Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada. **3.2.1 Risco regulatório:** A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo. **3.2.2 Riscos de mercado. 3.2.2(a) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos de longo prazo. O financiamento adquirido junto ao BNDES possui taxas variáveis e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos junto as empresas do grupo possuem taxas fixas. **3.2.3 Risco de crédito:** O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). Os contratos regulados da Companhia são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira. **3.2.4 Risco de liquidez:** O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31/12/2023 e 2022, conforme apresentado abaixo:

Controladora

Em 31/12/2023	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	4	–	–	–	**4**
Contas a pagar - Partes relacionadas I	24	–	–	–	**24**
Dividendos - Partes relacionadas II	4.394	–	–	–	**4.394**
Em 31/12/2022					
Fornecedores	7	–	–	–	**7**
Contas a pagar - Partes relacionadas I	9	–	–	–	**9**
Dividendos - Partes relacionadas II	3.019	–	–	–	**3.019**

Consolidado

Em 31/12/2023	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	5.493	–	–	–	**5.493**
Empréstimos e financiamentos	21.517	20.869	62.605	62.977	**167.968**
Contas a pagar - Partes relacionadas I	145	–	–	–	**145**
Dividendos - Partes relacionadas II	4.394	–	–	–	**4.394**
Penalidades contratuais	17.418	–	2.611	–	**20.029**
Passivos de Arrendamentos	420	383	1.369	8.034	**10.206**
Em 31/12/2022					
Fornecedores	4.678	–	–	–	**4.678**
Empréstimos e financiamentos	21.167	20.606	61.819	81.568	**185.160**
Contas a pagar - Partes relacionadas I	–	143	–	–	**143**
Dividendos - Partes relacionadas II	3.019	–	–	–	**3.019**
Penalidades contratuais	9.109	–	10.251	–	**19.360**
Passivos de Arrendamentos	201	289	707	4.225	**5.422**

4 Itens não reconhecidos: Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento. **4.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias, trabalhistas ou cíveis. **5 Outras informações:** Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos. **5.1 Transações com partes relacionadas:** A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

5.1.1(a) Saldos e transações

Controladora

	2023						2022					
Circulante	**Ativo Dividendos**	**Ativo Contas a Receber - Partes relacionadas**	**Ativo mútuo**	**Passivo contas a pagar**	**Passivo dividendos**	**Resultado (Encargos s/ mútuos)**	**Ativo - Dividendos**	**Ativo mútuo**	**Passivo contas a pagar**	**Passivo dividendos**	**Resultado (Encargos s/ mútuos)**
Voltalia Areia Branca II Participações S.A.	2.902	1	–	24	–	–	1.686	–	9	–	–
Voltalia Energia do Brasil Ltda	–	–	–	–	55		–	–	–	38	
Voltalia S.A	–	–	–	–	4.339	–	–	–	–	2.981	–
Usina de energia Eólica Carcará II	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total Circulante	**2.902**	**–**	**–**	**24**	**4.394**	**–**	**1.686**	**–**	**9**	**3.019**	**–**
Não circulante											
Voltalia Energia do Brasil Ltda	–	1	67.206	–	–	8.915	–	61.998	–	–	7.657
Total Não circulante	**–**	**–**	**67.206**	**–**	**–**	**8.915**	**–**	**61.998**	**–**	**–**	**7.657**
Total	**2.902**	**1**	**67.206**	**24**	**4.394**	**8.915**	**1.686**	**61.998**	**9**	**3.019**	**7.657**

Consolidado

	2023							2022								
Circulante	**Ativo contas a receber**	**Ativo mútuo**	**Passivo contas a pagar**	**Passivo dividendos**	**Resultado (Venda de energia)**	**Resultado (serviços/ gastos administrativos)**	**Resultado (Compra de energia)**	**Ativo contas a receber**	**Ativo mútuo**	**Passivo contas a pagar**	**Passivo dividendos**	**Resultado (Venda de energia)**	**Resultado (Venda de I-REC)**	**Resultado (serviços/ gastos administrativos)**	**Resultado (Compra de energia)**	**Resultado (Encargos s/ mútuos)**
Voltalia Areia Branca II Participações S.A.	117		25		1.526	(1.063)	(502)	87	–	23	0	931	437	–	(125)	–
Voltalia Energia COMERC Ltda.	–		79	–	–	–	–			37	–	–	–	(489)	–	–
Voltalia Serviços do Brasil	–		41	55		(1.555)		–	–	83	38	–	–	(1.908)	–	–
Voltalia Energia do Brasil Ltda	–	–	–	4.339	–	–	–	–	–	–	2.981	–	–	–	–	–
Voltalia S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Usina de energia Eólica Carcará II	**117**	**–**	**145**	**4.394**	**1.526**	**(2.618)**	**(502)**	**87**	**–**	**143**	**3.019**	**931**	**437**	**(2.397)**	**(125)**	**–**
Total Circulante									**–**							
Não circulante	**–**	**67.206**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**61.998**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**7.657**
Voltalia Energia do Brasil Ltda	–	67.206	–	–	–	–	–	–	61.998	–	–	–	–	–	–	7.657
Total Não circulante	**117**	**67.206**	**145**	**4.394**	**1.526**	**(2.618)**	**(502)**	**87**	**61.998**	**143**	**3.019**	**931**	**437**	**(2.397)**	**(125)**	**7.657**

As transações com partes relacionadas são mútuos entre as empresas para a geração de caixa, com incidência de juros remuneratórios de 111,5 % do CDI, conforme os contratos de Mútuo.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Voltalia Areia Branca I Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 18.396.589/0001-54

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 Seguros: Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

Seguros Vigentes para o Complexo de ARB

Ramo		Vigência/Seguradora	Valor em Risco
Garantia			
Carcará I	Responsabilidade Civil	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	9.296
Carcará I	Riscos Operacionais	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE Seguradora	204.455
Carcará II	Responsabilidade Civil	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	11.849
Carcará II	Riscos Operacionais	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE Seguradora	204.121
Terral	Responsabilidade Civil	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	14.922
Terral	Riscos Operacionais	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE Seguradora	204.081

6 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. **6.2 Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue: Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos. Máquinas - 10 anos. Veículos - 5 anos. Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos. Equipamentos de processamento de dados - 5 anos. Instalações - 10 anos. Turbinas Eólicas - 32 anos. (2022 - 25 anos). O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício. **Desmobilização:** As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento. **6.3 Intangível. 6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos:** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. **6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados:** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas: • Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; • Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros; • Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável. **6.3.3 Baixa de ativos intangíveis:** Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **6.4 Redução ao valor recuperável ("impairment"). 6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. **6.4.2 Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2023, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. **6.5 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **6.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva. **6.7 Tributação. 6.7.1 Tributos sobre a receita operacional:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%; • Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e • Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%. Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício. **6.7.2 Tributos sobre o lucro. *Impostos correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência. ***Impostos diferidos:*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício. **6.8 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **6.9 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **6.10 Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31/12/2023 e 2022, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **6.11 Passivo de arrendamentos:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos"/"Despesas Administrativas"/"Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação. **6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente:** As alterações de normas para os exercícios iniciados em 01/01/2023 foram as seguintes: **IFRS 17 "Contratos de Seguro":** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. **Alterações ao IAS 8 "Definição de Estimativas Contábeis":** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement "Divulgação de Políticas Contábeis":** Alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. **Alterações ao IAS 12 Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. **Alterações ao IAS 12 "Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois":** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 01/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023. Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos. **6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16 "Passivo de Locação em um Sale and Leaseback":** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. **Alterações ao IAS 1 "Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante":** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 "Acordos de financiamento de fornecedores":** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Voltalia Areia Branca I Participações S.A.** Areia Branca - RN. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Voltalia Areia Branca I Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia Areia Branca I Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024
Mazars Auditores Independentes - CRC nº 2SP023701/O-8
Rodrigo de A. Albuquerque - CRC CE019775/O-9 T-RJ

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Voltalia Areia Branca II Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 18.394.146/0001-24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante		**13.112**	**10.772**	**21.142**	**19.015**
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	1.259	461	4.590	1.676
Contas a receber	2.2.4	–	–	11.907	11.873
Contas a receber - Partes relacionadas I	5.1	9	9	126	96
Despesas antecipadas		–	–	1.221	1.294
Adiantamentos a fornecedores		3	2	273	591
Impostos a recuperar		109	43	614	533
Dividendos - Partes relacionadas	5.1	2.891	1.738	–	–
Mútuos - Partes relacionadas I	5.1	8.841	8.519	–	–
Outros ativos		–	–	2.261	2.952
Depósitos judiciais e cauções		–	–	150	–
Não circulante		**167.076**	**157.372**	**359.692**	**357.325**
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	25.382	922	65.084	54.604
Contas a receber de longo prazo	2.2.4	–	–	5.968	6.284
Investimentos	2.3.3	141.694	156.450	–	–
Imobilizado	2.3.1	–	–	284.244	291.767
Intangível	2.3.2	–	–	4.396	4.670
Total do ativo		**180.188**	**168.144**	**380.834**	**376.340**
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante		**13.545**	**10.817**	**51.448**	**39.342**
Fornecedores	2.2.5	8	4	5.489	4.669
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	–	–	21.517	21.167
Obrigações fiscais e trabalhistas		26	17	2.510	2.366
Contas a pagar - Partes relacionadas I	5.1	1	1	131	144
Dividendos - Partes relacionadas II	5.1	2.905	1.686	2.905	1.686
Mútuos - Partes relacionadas	5.1	10.605	9.109	–	–
Penalidades contratuais II	2.2.8	–	–	17.418	9.109
Passivo de arrendamentos I	2.2.7	–	–	420	201
Outros passivos		–	–	1.058	–
Não circulante		**14**	**10**	**162.757**	**179.681**
Empréstimos e financiamentos II	2.2.6	–	–	146.451	163.993
Penalidades contratuais II	2.2.8	–	–	2.611	10.251
Provisões fiscais		14	10	219	216
Passivo de arrendamentos II	2.2.7	–	–	9.786	5.221
Outras Obrigações		–	–	3.690	–
Total do passivo		**13.559**	**10.827**	**214.205**	**219.023**
Patrimônio líquido	2.4	**166.629**	**157.317**	**166.629**	**157.317**
Capital social		107.995	107.995	107.995	107.995
Reserva de lucro		50.350	41.649	50.350	41.649
Reserva legal		8.284	7.673	8.284	7.673
Total do passivo e patrimônio líquido		**180.188**	**168.144**	**380.834**	**376.340**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita com fornecimento de energia, líquida	2.1.1 (a)	–	–	70.497	63.103
Outras receitas operacionais, líquida	2.1.1 (b)	–	–	2.102	2.729
Custos operacionais	2.1.2	–	–	(38.169)	(36.879)
Resultado bruto		**–**	**–**	**34.430**	**28.953**
Despesas operacionais					
Despesas administrativas	2.1.2	(54)	(43)	(2.973)	(2.289)
Outras receitas (despesas)		–	–	–	160
Resultado de equivalência patrimonial		12.173	7.320	–	–
Lucro operacional		**12.119**	**7.277**	**31.457**	**26.824**
Despesas financeiras		(1.588)	(1.317)	(20.886)	(20.891)
Receitas financeiras		1.694	1.142	7.309	5.393
Resultado financeiro	2.1.3	**106**	**(175)**	**(13.577)**	**(15.498)**
Resultado antes do IR e CS		**12.225**	**7.102**	**17.880**	**11.326**
IR e CS	2.1.4	(8)	–	(5.663)	(4.224)
Lucro líquido do exercício		**12.217**	**7.102**	**12.217**	**7.102**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros	Reservas de Lucros: Total	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**107.995**	**7.319**	**36.587**	**43.906**	**–**	**151.901**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	7.102	7.102
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	354	–	354	(354)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(1.686)	(1.686)
Lucros retidos a deliberar	–	–	5.062	5.062	(5.062)	–
Saldos em 31/12/2022	**107.995**	**7.673**	**41.649**	**49.322**	**–**	**157.317**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	12.217	12.217
Outras movimentações					–	
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	611	–	611	(611)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(2.905)	(2.905)
Lucros retidos a deliberar	–	–	8.701	8.701	(8.701)	–
Saldos em 31/12/2023	**107.995**	**8.284**	**50.350**	**58.634**	**–**	**166.629**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do IR e da CS		**12.225**	**7.102**	**17.880**	**11.326**
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) com o caixa gerado pelas operações:					
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(24.460)	(104)	(30.580)	(5.108)
Encargos financeiros	2.1.3	203	25	20.234	19.491
Ajuste a valor presente	2.1.3	–	–	80	–
Resultado em equivalência patrimonial	2.3.3	(12.173)	(7.320)	–	–
Depreciações e amortizações	2.1.2	–	–	16.661	17.721
Penalidade (Ressarcimento) - Provisão	2.1.1	–	–	1.741	12.703
Penalidades contratuais suspensas - Atualização	2.2.8	–	–	(223)	–
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Contas a receber		–	–	2.303	(5.935)
Adiantamentos a fornecedores		(1)	–	318	(40)
Despesas antecipadas		–	–	107	(299)
Outros ativos		–	–	686	3
Depósitos judiciais e cauções		–	–	(150)	–
Impostos a recuperar		(66)	4	(81)	2
Contas a receber - Partes relacionadas		–	–	(30)	(87)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		4	(11)	820	(95)
Obrigações fiscais e trabalhistas		9	3	(1.325)	(871)
Penalidades contratuais		–	–	(2.902)	677
Contas a pagar - Partes relacionadas I		–	–	(13)	82
Outros passivos		–	–	1.058	–
Recursos provenientes das atividades operacionais		**(24.259)**	**(301)**	**26.584**	**49.570**
Pagamentos de encargos financeiros	2.2.6	–	–	(14.435)	(15.988)
Pagamentos de IR e CS pagos		–	–	(4.199)	(3.796)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(24.259)**	**(301)**	**7.950**	**29.786**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações em títulos e valores mobiliários		–	40	20.114	(3.613)
(Aquisições) baixas de imobilizado	2.3.1	–	–	(79)	(593)
Recebimento de dividendos		25.769	2.884	–	–
Mútuos - Partes relacionadas		(1.666)	(1.784)	–	–
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**24.103**	**1.140**	**20.035**	**(4.206)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento					
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.6	–	–	(22.083)	(21.816)
Financiamentos com partes relacionadas - Mútuo		2.637	2.309	–	(227)
Pagamento de dividendos		(1.683)	(2.828)	(1.686)	(2.828)
Passivo de arrendamentos	2.2.7	–	–	(1.302)	(724)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**954**	**(519)**	**(25.071)**	**(25.595)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**798**	**320**	**2.914**	**(15)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	461	141	1.676	1.691
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**798**	**320**	**2.914**	**(15)**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2	1.259	461	4.590	1.676
Transações que não impactam o caixa					
Registro de direito de uso e passivo de arrendamento		–	–	5.178	7
Provisão desmobilização		–	–	(3.690)	–

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31/12/2023

1 Informações gerais e base de preparação: Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras. **1.1 Informações gerais:** A Voltalia Areia Branca II Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 26/06/2013, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. Em 31/12/2023 e 31/12/2022, a Companhia encontra-se com o capital circulante negativo no montante de R$ 30.306 e R$ 20.327, respectivamente. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carcará I, Carcará II e Terral. As controladas entraram em operação a partir do quarto trimestre de 2014 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações As participações societárias diretas são as seguintes:

Empreendimento	% Participação
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	100,00%
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	100,00%
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	100,00%

Autorização da Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 390 de 26/06/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Terral. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28/06/2012 e o término em 28 de junho 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. Em 03/06/2014 foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.700, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18/11/2015 foi alterada a Garantia Física da usina para 17,5 MW médio, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE. A Companhia entrou em fase de teste em 21/10/2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.194 de 21/10/2014. Em 24/03/2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 740, de 23/03/2015. No dia 03/03/2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 205 de 05/04/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcara I, constituída de 10 Unidades Geradoras, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. De acordo com a portaria nº 205, de 05/04/2012, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09/04/2012 e o término em 09/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. A Companhia entrou em fase de teste em 31/12/2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.5975 de 30/12/2014. No dia 11/03/2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. Em 24/03/2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 739, de 23/03/2015. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.:*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº389 de 26/06/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcará II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28/06/2012 e o término em 28 de junho 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. Em 03/06/2014 foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.698, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18/11/2015 foi alterada a Garantia Física da usina para 15 MWmed, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE. A Companhia entrou em fase de teste em 12/09/2014, conforme despacho ANEEL Nº 3.713 de 11/09/2014. Em 24/12/2014, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 4.934, de 23/12/2014. No dia 30/01/2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. ***Aprovação das demonstrações financeiras:*** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12/04/2024. **1.2 Base de preparação e políticas contábei:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **1.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a depreciação e amortização do ativo fixo, o cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento e determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2 Principais informações financeiras:** Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras. **2.1 Resultado do exercício. 2.1.1 Receita operacional, líquida. 2.1.1(a) Receita com fornecimento de energia, líquida**

	Consolidado 2023			
Descrição	**Terral**	**Carcará I**	**Carcará II**	**Total**
Receita bruta de fornecimento - CCEE	(15)	23.770	179	23.934
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	58	2.021	(3.820)	(1.741)
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	24.570	–	24.598	49.168
Receita bruta de fornecimento - ACL Parte relacionada	877	–	649	1.526
Certificado de Energia Renovável (IREC)	77	91	60	228
Tributos Sobre Receita	(933)	(933)	(752)	(2.618)
Receita com fornecimento de energia, líquida	**24.634**	**24.949**	**20.914**	**70.497**

	Consolidado 2022			
Descrição	**Terral**	**Carcará I**	**Carcará II**	**Total**
Receita bruta de fornecimento - CCEE	305	23.061	27	30.403
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	(1.988)	1.047	(4.752)	(12.703)
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	23.253	–	23.255	46.508
Receita bruta de fornecimento - ACL Parte relacionada	349	–	582	931
Certificado de Energia Renovável (IREC)	38	27	–	65
Certificado de Energia Renovável (IREC) - Parte relacionada	147	149	141	437
Tributos Sobre Receita	(806)	(886)	(846)	(2.538)
Receita com fornecimento de energia, líquida	**21.298**	**23.398**	**18.407**	**63.103**

2.1.1(b) Outras receitas (despesas) na receita operacional, líquida

	Consolidado 2023			
Descrição	**Terral**	**Carcará I**	**Carcará II**	**Total**
Outras receitas operacionais	343	329	1.510	2.182
Tributos sobre receita	(13)	(12)	(55)	(80)
Outras receitas operacionais, líquida	**330**	**317**	**1.455**	**2.102**

	Consolidado 2022			
Descrição	**Terral**	**Carcará I**	**Carcará II**	**Total**
Outras receitas operacionais	200	207	2.426	2.833
Tributos sobre receita	(7)	(8)	(89)	(104)
Outras receitas operacionais, líquida	**193**	**199**	**2.337**	**2.729**

Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade de geração no parque de Terral, Carcará I e Carcará II, ou seja, geração abaixo do previsto do contrato.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	Controladora 2023		Controladora 2022	
	Custos	**Despesas administrativas**	**Custos**	**Despesas administrativas**
Despesas administrativas gerais	–	(14)	–	(12)
Serviços de terceiros	–	(40)	–	(31)
	–	**(54)**	**–**	**(43)**

	Consolidado 2023		Consolidado 2022	
	Custos	**Despesas administrativas**	**Custos**	**Despesas administrativas**
Depreciações e amortizações	(16.661)	–	(17.721)	–
Serviços de operação & manutenção	(10.794)	–	(10.264)	–
Encargos setoriais	(5.128)	–	(4.564)	–
Energia comprada para revenda	(647)	–	(486)	–
Energia comprada para revenda - Parte relacionada	(502)	–	(125)	–
Certificados de energia e créditos de carbono - Parte relacionada	(420)	–	–	–
Serviços de operação & manutenção - Parte relacionada	(2.618)	–	(2.397)	–
Aluguel	(220)	(111)	(439)	(65)
Seguros	(1.179)	–	(883)	–
Despesas administrativas gerais	–	(881)	–	(679)
Serviços de terceiros	–	(1.981)	–	(1.545)
	(38.169)	**(2.973)**	**(36.879)**	**(2.289)**

2.1.3 Resultado financeiro

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita financeira				
Rendimentos de aplicações financeiras	631	119	7.282	5.442
Juros sobre mútuos I	1.141	1.077	–	–
Outras receitas financeiras	5	2	110	7
Pis e COFINS sobre receitas financeiras	(83)	(56)	(83)	(56)
Total	**1.694**	**1.142**	**7.309**	**5.393**
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(19.326)	(19.015)
Juros sobre arrendamentos	–	–	(908)	(476)
Outras despesas financeiras	(244)	(215)	(565)	(1.389)
Juros sobre mútuos	(1.344)	(1.102)	–	(11)
Ajuste a valor presente	–	–	(80)	–
Variação cambial passiva	–	–	(7)	–
Total	**(1.588)**	**(1.317)**	**(20.886)**	**(20.891)**
Total de resultado financeiro	**106**	**(175)**	**(13.577)**	**(15.498)**

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social da controladora

	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	12.225	7.102
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	**(4.157)**	**(2.415)**
Resultado de equivalência Patrimonial (34%)	4.139	2.489
Alíquota reduzida (10%)	–	–
Outras adições e exclusões	10	(74)
Despesa de IRPJ e CSLL	**(8)**	**–**
Alíquota efetiva	0%	0%

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita Bruta de vendas	**74.826**	**81.177**
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	**(1.741)**	**(12.703)**
Base ajustada	**73.085**	**68.474**
Presunção imposto de renda - 8% (a)	5.846	5.477
Presunção contribuição social - 12% (b)	8.771	8.216
Demais receitas e ganhos de capital (c)	10.265	6.431
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)	**16.111**	**11.908**
Imposto de renda: 15%	2.417	1.786
Adicional de imposto de renda: 10%	1.537	1.119
Total IRPJ	**3.954**	**2.905**
Base de Cálculo - CSLL	**19.036**	**14.647**
Contribuição social: 9%	1.713	1.319
Total de CSLL	**1.713**	**1.319**
Total IRPJ e CSLL	**5.667**	**4.224**

2.2 Ativos e passivos financeiros. 2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria: A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

Ativos financeiros ao custo amortizado	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalente de caixa	1.259	461	4.590	1.676
Contas a receber de clientes	–	–	17.875	18.157
Títulos e valores mobiliários	25.382	922	65.084	54.604
Mútuo, contas a receber - Partes relacionadas	11.741	10.266	126	96
Total de ativos financeiros	**38.382**	**11.649**	**87.675**	**74.533**

Passivos financeiros ao custo amortizado	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores	(8)	(4)	(5.489)	(4.669)
Empréstimos e financiamentos	–	–	(167.968)	(185.160)
Passivo de arrendamento	–	–	(10.206)	(5.422)
Mútuo, contas a pagar e dividendos - Partes relacionadas	(13.511)	(10.796)	(3.036)	(1.830)
Total de Passivos financeiros	**(13.519)**	**(10.800)**	**(186.699)**	**(197.081)**
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	**24.863**	**849**	**(99.024)**	**(122.548)**

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa: Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	1.259	461	1.317	479
Aplicações financeiras	–	–	3.273	1.197
	1.259	**461**	**4.590**	**1.676**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade foi de 96% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Reserva SPE	–	–	13.781	35.917
Serviço da dívida - empréstimo BNDES	–	–	17.297	9.393
Centralizadora	–	–	2.650	5.477
Serviços de manutenção - O&M	–	–	2.787	2.659
Outras contas restritas	25.382	922	25.382	922
Trianon	–	–	3.187	236
Total	**25.382**	**922**	**65.084**	**54.604**

Os títulos e valores mobiliários são compostos, principalmente, por: (1) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do **Serviço da Dívida e de O&M** deve corresponder, minimamente em 31/12/2022, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios. (2) Trianon: Conta corrente que todos os agentes do setor elétrico possuem a obrigação de ter no Banco Bradesco agência Trianon e nela transitam todas as liquidações da CCEE, sejam recebimentos ou pagamentos. Além de ser uma conta utilizada para os aportes de garantias na CCEE. (3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia aos contratos de empréstimos (nota 2.2.6). Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 99,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

2.2.4 Contas a receber clientes

	Consolidado 2023			
Ativo circulante	**Terral**	**Carcará I**	**Carcará II**	**Total**
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	3.667	–	3.430	7.097
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	162	4.362	286	4.810
Total	**3.829**	**4.362**	**3.716**	**11.907**
Ativo não circulante				
Ressarcimento*	–	5.968	–	5.968
Total	**–**	**5.968**	**–**	**5.968**
Total contas a receber	**3.829**	**10.330**	**3.716**	**17.875**

	Consolidado 2022			
Ativo circulante	**Terral**	**Carcará I**	**Carcará II**	**Total**
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	2.709	–	2.700	5.409
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	297	2.562	81	2.940
Ressarcimento*	–	3.505	–	3.505
Certificado de Energia Renovável	–	19	–	19
Total	**3.006**	**6.086**	**2.781**	**11.873**
Ativo não circulante				
Ressarcimento*	–	6.284	–	6.284
Total	**–**	**6.284**	**–**	**6.284**
Total contas a receber	**3.006**	**12.370**	**2.781**	**18.157**

(*) Referente a provisão de receita variável.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento. Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento do BNDES (Nota 2.2.6).

2.2.5 Fornecedores

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Serviços de terceiros	8	4	3.363	2.254
Energia	–	–	293	97
Encargos setoriais	–	–	598	1.009
Seguros	–	–	800	1.227
Aluguel	–	–	435	63
Materiais	–	–	–	19
Outros fornecedores	–	–	–	–
Total de fornecedores	**8**	**4**	**5.489**	**4.669**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Voltalia Areia Branca II Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 18.394.146/0001-24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.6 Empréstimos e financiamentos. 2.2.6(a) Composição de saldo

Controlada	Financiamentos	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	2023	2022
Terral	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	60.427	66.331
Carcará I	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	12/05/2014 - 15/01/2031	47.104	52.517
Carcará II	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	16/12/2014 - 15/07/2031	60.437	66.312
					167.968	**185.160**
Total circulante					21.517	21.167
Total não circulante					146.451	163.993

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia. A taxa efetiva em 31/12/2023 é de 8,90% em Terral, 8,91% para Carcará I, e 9,00% para Carcará II.

2.2.6(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios

	2023	2022
Saldo inicial	**185.160**	**203.949**
Juros incorridos	19.326	19.015
Juros pagos	(14.435)	(15.988)
Amortização de principal	(22.083)	(21.816)
Saldo final	**167.968**	**185.160**

2.2.6(c) Cláusulas restritivas: O financiamento junto ao BNDES estabelece que o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. Para 31/12/2023 o índice calculado foi de 2,33 (1,33 em 31/12/2022).

	Usina de Energia Eólica Terral	Usina de Energia Eólica Carcará I	Usina de Energia Eólica Carcará II	Areia Branca II Participações S.A.	Total
Caixas e aplicações financeiras totais do ano anterior	16.255	17.394	21.248	1.383	56.280
(–) Conta reserva do serviço da dívida	(3.303)	(2.777)	(3.313)	–	(9.393)
(–) Conta reserva O&M	(886)	(887)	(886)	–	(2.659)
(A) Caixa inicial da atividade	**12.066**	**13.730**	**17.049**	**1.383**	**44.228**
Ajustes no EBITDA					
Lucro no período de 12 meses findo em 31/12/2023	5.549	5.796	828	44	12.217
(+) Provisão de IR e CS	1.970	1.648	2.041	8	5.667
(+/–) Resultado financeiro	3.943	4.801	4.937	(106)	13.575
(+) Depreciação e amortização	5.514	5.146	6.001	–	16.661
EBITDA ajustado	**16.976**	**17.391**	**13.807**	**(54)**	**48.120**
(–) Despesas de IR e CS no período de 12 meses de diferimento	(1.892)	(1.688)	(1.724)	–	(5.304)
(–) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte ao Aref	(1.318)	(1.377)	(196)	–	(2.891)
(B) EBITDA ajustado com efeito do IR e CS	**13.766**	**14.326**	**11.887**	**(54)**	**39.925**
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	**12.723**	**10.683**	**12.786**	**–**	**36.192**
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	**2,03**	**2,63**	**2,26**	**N/A**	**2,33**

(*) Este valor é composto pelos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022 acrescido de dividendos adicionais calculados de maneira a manter a Companhia em conformidade ao limite mínimo estipulado pelo ICSD, ou seja 1,3. Estes dividendos adicionais estimados não serão necessariamente realizados pelo valor aqui apresentado, tendo como limite o valor total estimado. (**) Não são contemplados para este cálculo, conforme contrato, as parcelas referentes à linha de crédito do sub-crédito social.

2.2.6(d) Garantias: São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (30 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.7 Passivo de arrendamento: A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	2021	Juros	Pagamentos	Atualização Contratual	Adições/Baixas	Transf CP/LP	2022
Passivo Circulante	241	–	(170)	–	–	130	201
Passivo Não Circulante	5.422	476	(554)	–	7	(130)	5.221
Total no Passivo	**5.663**	**476**	**(724)**	**–**	**7**	**–**	**5.422**

Passivo de arrendamentos	2022	Juros	Pagamentos	Atualização Contratual	Adições/Baixas	Transf CP/LP	2023
Passivo Circulante	201	–	(394)	–	–	613	420
Passivo Não Circulante	5.221	908	(908)	5.178	–	(613)	9.786
Total no Passivo	**5.422**	**908**	**(1.302)**	**5.178**	**–**	**–**	**10.206**

2.2.8 Penalidades contratuais: O contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARS) prevê a verificação Anual e Quadrienal quanto ao cumprimento contratual. Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Na verificação anual (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração - 90% do Contrato) deverá ser paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato. Para a verificação quadrienal, será feita a cada período de 4 anos (janeiro a dezembro), que se repetirá 4 vezes durante o período contratual (20 anos), serão verificados a geração da usina e a energia contratada dos últimos 4 anos, caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, o ressarcimento quadrienal por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (preço das liquidações das diferenças divulgado pela CCEE) dos quatros anos do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato. Em fevereiro de 2020, deveria ser iniciado o pagamento da penalidade quadrienal referente ao 1º quadriênio 2016 a 2019, o valor total destas penalidades é de 2.849, dividido em 24 parcelas de 119, porém em agosto de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, suspendeu o pagamento da penalidade devido ao "Constrained-off", conforme Despacho nº 2.303 de 20/08/2019, que trata de uma redução da produção de energia por usinas despachadas centralizadamente decorrente de ocorrências na rede de controle do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS que tenham sido originados externamente às instalações das respectivas usinas, em resumo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS solicita a interrupção de geração na operação do Sistema Interligado Nacional - SIN. Vale ressaltar que o "Constrained-off" é previsto nas regras de comercialização de energia. As penalidades começaram a ser pagas para a empresa Terral de acordo com o comunicado informado pela CCEE em dezembro de 2022. No momento já pagamos toda a penalidade do anuênio de 2019-2020 e quadrienal de 2016-2019 que ocorreram de outubro até dezembro de 2023. A partir do faturamento de janeiro de 2024, começaremos a pagar a penalidade anual de 2020 que será em sua totalidade até o faturamento referente ao mês de março de 2024. As penalidades referentes a 2021 (outubro a dezembro) para frente ainda estarão suspensas até o processo da consulta pública ANEEL n°22/2022 seja concluído.

Em 31/12/2023, os montantes registrados estão apresentados a seguir:

Penalidades Contratuais - CCEE	2023	2022
Saldo inicial	19.360	13.440
Atualização financeira	(223)	614
Pagamentos penalidades	(2.870)	–
Ressarcimento - em curso	3.762	5.306
Saldo final	**20.029**	**19.360**
Passivo circulante		
Terral	4.673	2.129
Carcará II	12.745	6.980
	17.418	**9.109**
Passivo não circulante		
Terral	802	6.582
Carcará II	1.809	3.669
	2.611	**10.251**

2.3 Ativos e passivos não-financeiros. 2.3.1 Imobilizado

	2023		2022	
Imobilizado em operação	**Custo Histórico**	**Valor líquido**	**Custo Histórico**	**Valor líquido**
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	425.312	272.419	425.312	284.198
Total do imobilizado em operação	**425.312**	**272.419**	**425.312**	**284.198**
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	1.366	999	1.366	1.052
Veículos	162	3	162	3
Instalações	121	49	121	56
Móveis e utensílios	48	24	48	30
Equipamentos de informática	24	44	24	5
Máquinas e equipamentos	1.717	1.441	1.717	1.635
Terreno - Direito de uso	10.514	9.264	5.336	4.787
Veículo - Direito de uso	7	1	7	1
Total dos bens em operação	**13.959**	**11.825**	**8.781**	**7.569**
Total do imobilizado	**439.271**	**284.244**	**434.093**	**291.767**

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos de produção. Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.6) estão garantidos por 30 turbinas de geração de energia. **2.3.1(a) Movimentações:** A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2044, conforme contratos fundiários.

Imobilizado em operação	Valor líquido em 2021	Ingressos/ baixas	Depreciação	Valor líquido em 2022	Atualização contratual	Adições (Baixas)	Desmobilização	Depreciação	Valor líquido em 2023
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	301.004	–	(16.806)	284.198	–	–	3.607	(15.386)	272.419
Total do imobilizado em operação	**301.004**	**–**	**(16.806)**	**284.198**	**–**	**–**	**3.607**	**(15.386)**	**272.419**
Bens em operação									
Materiais sobressalentes	1.103	–	(51)	1.052	–	1	–	(54)	999
Veículos	3	–	–	3	–	–	–	–	3
Instalações	68	–	(12)	56	–	–	–	(7)	49
Móveis e utensílios	36	–	(6)	30	–	2	–	(8)	24
Equipamentos de informática	9	–	(4)	5	–	45	–	(6)	44
Máquinas e equipamentos	1.203	593	(161)	1.635	–	31	–	(225)	1.441
Terreno - Direito de uso	5.120	–	(333)	4.787	5.178	–	–	(701)	9.264
Veículo - Direito de uso	61	7	(67)	1	–	–	–	–	1
Total dos bens em operação	**7.603**	**600**	**(634)**	**7.569**	**5.178**	**79**	**–**	**(1.001)**	**11.825**
Total do imobilizado	**308.607**	**600**	**(17.440)**	**291.767**	**5.178**	**79**	**3.607**	**(16.387)**	**284.244**

2.3.2 Intangível: O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Areia Branca.

	2023		2022	
Intangível em operação	**Custo Histórico**	**Valor líquido**	**Custo histórico**	**Valor líquido**
Gastos desenvolvimento	6.882	4.394	6.882	4.668
Software	56	2	56	2
Total do intangível em operação	**6.938**	**4.396**	**6.938**	**4.670**
Total do intangível	**6.938**	**4.396**	**6.938**	**4.670**

2.3.2(a) Movimentações

	Valor líquido em 2021	Amortização	Valor líquido em 2022	Amortização	Valor líquido em 2023
Intangível em operação					
Gastos desenvolvimento	4.946	(278)	4.668	(274)	4.394
Software	5	(3)	2	–	2
Total do intangível em operação	**4.951**	**(281)**	**4.670**	**(274)**	**4.396**
Total do intangível	**4.951**	**(281)**	**4.670**	**(274)**	**4.396**

2.3.3 Investimentos

	Ações 2023	Ações 2022	% Participação 2023	% Participação 2022	Ativos Totais 2023	Ativos Totais 2022	Passivos (Circulante e Não Circulante) 2023	Passivos (Circulante e Não Circulante) 2022
Controladas	**Ordinárias**	**Ordinárias**	**Capital Social Integralizado**	**Capital Votante**				
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	36.716	36.716	100%	100%	122.408	127.768	75.509	78.940
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	35.593	35.593	100%	100%	117.174	123.649	64.485	66.564
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	36.918	36.918	100%	100%	125.091	132.598	82.984	82.062
Total Investimento					**364.673**	**384.015**	**222.978**	**227.566**

Controladas	Patrimônio Líquido 2023	Patrimônio Líquido 2022	Receitas Líquida 2023	Receitas Líquida 2022	Resultado do exercício 2023	Resultado do exercício 2022
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	46.899	48.828	24.634	21.298	5.549	2.099
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	52.689	57.085	24.949	23.398	5.796	4.863
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	42.106	50.537	20.914	18.407	828	358
Total Investimento	**141.694**	**156.450**	**70.497**	**63.103**	**12.173**	**7.320**

2.3.3(a) Movimentações em 2023

Companhias	2022	Equivalência	Dividendos	2023
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	48.828	5.549	(7.478)	46.899
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	57.085	5.796	(10.192)	52.689
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	50.537	828	(9.259)	42.106
Total	**156.450**	**12.173**	**(26.929)**	**141.694**

2.4 Patrimônio líquido. 2.4.1 Capital social: Em 31/12/2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R$ 107.995, dividido em 107.995.000 ações sem valor nominal, integralmente detidas pela Areia Branca I Participações S.A. **2.4.2 Destinação do lucro:** As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei. O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação. O estatuto da Companhia assegura a destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de Acionistas. A Companhia apresentou lucro em 31/12/2023, que foi destinado da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido apurado no exercício	12.217	7.102
Constituição da reserva legal - 5%	(611)	(354)
	11.606	**6.748**
Destinação do Lucro:	**11.606**	**6.748**
Dividendos mínimos obrigatórios	2.905	1.686
Lucros retidos a deliberar	8.701	5.062

3 Estimativas críticas e riscos: Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance. **3.1 Estimativas críticas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***Depreciação e amortização do ativo fixo:*** A depreciação/amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo. ***Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização:*** As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo. ***Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento:*** A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. ***Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.*** Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.2 Gestão de riscos:** A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia; • Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e • Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada. **3.2.1 Risco regulatório**: A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo. **3.2.2 Riscos de mercado. 3.2.2(a) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos de longo prazo. O financiamento adquirido junto ao BNDES possui taxas variáveis e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos junto as empresas do grupo possuem taxas fixas. **3.2.3 Risco de crédito:** O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). Os contratos regulados da Companhia são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira. **3.2.4 Risco de liquidez:** O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31/12/2023 e 2022, conforme apresentado abaixo:

Controladora	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31/12/2023					
Fornecedores	8	–	–	–	**8**
Contas a pagar - Partes relacionadas I	1	–	–	–	**1**
Dividendos - Partes relacionadas II	2.905	–	–	–	**2.905**
Mútuos - Partes relacionadas	10.605	–	–	–	**10.605**
Em 31/12/2022					
Fornecedores	4	–	–	–	**4**
Contas a pagar - Partes relacionadas I	1	–	–	–	**1**
Dividendos - Partes relacionadas II	1.686	–	–	–	**1.686**
Mútuos - Partes relacionadas	9.109	–	–	–	**9.109**

Consolidado	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31/12/2023					
Fornecedores	5.489	–	–	–	**5.489**
Empréstimos e financiamentos	21.517	20.869	62.605	62.977	**167.968**
Contas a pagar - Partes relacionadas I	131	–	–	–	**131**
Dividendos - Partes relacionadas II	2.905	–	–	–	**2.905**
Penalidades contratuais	17.418	–	2.611	–	**20.029**
Passivos de Arrendamentos	420	383	1.369	8.034	**10.206**
Em 31/12/2022					
Fornecedores	4.669	–	–	–	**4.669**
Empréstimos e financiamentos	21.167	20.606	61.819	81.568	**185.160**
Contas a pagar - Partes relacionadas I	144	–	–	–	**144**
Dividendos - Partes relacionadas II	1.686	–	–	–	**1.686**
Penalidades contratuais	9.109	–	10.251	–	**19.360**
Passivos de Arrendamentos	201	289	707	4.225	**5.422**

4 Itens não reconhecidos: Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento. **4.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias, trabalhistas ou cíveis. **5 Outras informações:** Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos. **5.1 Transações com partes relacionadas:** A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

5.1.1 Saldos e transações

Controladora

	2023							2022						
Circulante	**Ativo Dividendos**	**Ativo contas a receber**	**Ativo mútuo**	**Passivo contas a pagar**	**Passivo mútuo**	**Passivo dividendos**	**Resultado (Encargos s/ mútuos)**	**Ativo Dividendos**	**Ativo contas a receber**	**Ativo mútuo**	**Passivo contas a pagar**	**Passivo mútuo**	**Passivo dividendos**	**Resultado (Encargos s/ mútuos)**
Voltalia Areia Branca I Participações S.A.	–	9	–	1	–	2.905	–	–	9	–	1	–	1.686	–
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	1.318	–	–	–	10.605	–	(1.141)	498	–	–	–	9.109	–	(1.077)
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	1.377	–	8.841	–	–	–	1.344	1.155	–	8.519	–	–	–	1.102
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	196	–	–	–	–	–	–	85	–	–	–	–	–	–
Total Circulante	**2.891**	**9**	**8.841**	**1**	**10.605**	**2.905**	**203**	**1.738**	**9**	**8.519**	**1**	**9.109**	**1.686**	**25**
Total	**2.891**	**9**	**8.841**	**1**	**10.605**	**2.905**	**203**	**1.738**	**9**	**8.519**	**1**	**9.109**	**1.686**	**25**

Consolidado

	2023							2022						
Circulante	**Ativo contas a receber**	**Passivo contas a pagar**	**Passivo dividendos**	**Resultado (serviços/gastos administrativos)**	**Resultado (Venda de energia)**	**Resultado (Custo de I-REC)**	**Resultado (Compra de energia)**	**Ativo contas a receber**	**Passivo contas a pagar**	**Passivo dividendos**	**Resultado (serviços/gastos administrativos)**	**Resultado (Venda de energia)**	**Resultado (Venda de I-REC)**	**Resultado (Compra de energia)**
Voltalia Areia Branca I Participações S.A.	126	1	2.905	–	–	–	–	96	1	1.686	–	–	–	–
Voltalia Energia COMERC Ltda.	–	47	–	–	1.526	(420)	(502)	–	23	–	–	931	437	(125)
Voltalia Serviços do Brasil	–	79	–	(1.063)	–	–	–	–	37	–	(489)	–	–	–
Voltalia Energia do Brasil Ltda	–	4	–	(1.555)	–	–	–	–	83	–	(1.908)	–	–	–
Total Circulante	**126**	**131**	**2.905**	**(2.618)**	**1.526**	**(420)**	**(502)**	**96**	**144**	**1.686**	**(2.397)**	**931**	**437**	**(125)**
Total	**126**	**131**	**2.905**	**(2.618)**	**1.526**	**(420)**	**(502)**	**96**	**144**	**1.686**	**(2.397)**	**931**	**437**	**(125)**

As transações com partes relacionadas são mútuos entre as empresas para a geração de caixa, com incidência de juros remuneratórios de 111,5 % do CDI, conforme os contratos de Mútuo.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-60111-1DB6-DA3F.

Voltalia Areia Branca II Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 18.394.146/0001-24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 Seguros: Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

Seguros Vigentes para o Complexo de ARB

Ramo		Vigência/Seguradora	Valor em Risco
Garantia			
Carcará I	Responsabilidade Civil	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	9.296
Carcará I	Riscos Operacionais	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE Seguradora	204.455
Carcará II	Responsabilidade Civil	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	11.849
Carcará II	Riscos Operacionais	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE Seguradora	204.121
Terral	Responsabilidade Civil	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	14.922
Terral	Riscos Operacionais	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE Seguradora	204.081

6 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. **6.2 Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue: Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos. Máquinas - 10 anos. Veículos - 5 anos. Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos. Equipamentos de processamento de dados - 5 anos. Instalações - 10 anos. Turbinas Eólicas - 32 anos. (2022 - 25 anos). O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício. **Desmobilização:** As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento. **6.3 Intangível. 6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos:** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. **6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados:** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas: • Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; • Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros; • Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável. **6.3.3 Baixa de ativos intangíveis:** Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **6.4 Redução ao valor recuperável ("impairment"). 6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. **6.4.2 Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2022, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. **6.5 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **6.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva. **6.7 Tributação. 6.7.1 Tributos sobre a receita operacional:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%; • Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e • Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%. Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício. **6.7.2 Tributos sobre o lucro. *Impostos correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência. ***Impostos diferidos:*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício. **6.8 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **6.9 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **6.10 Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31/12/2022 e 2022, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **6.11 Passivo de arrendamentos**: O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos"/"Despesas Administrativas"/"Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2022 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação. **6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente:** As alterações de normas para os exercícios iniciados em 01/01/2023 foram as seguintes: **IFRS 17 "Contratos de Seguro":** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. **Alterações ao IAS 8 "Definição de Estimativas Contábeis":** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement "Divulgação de Políticas Contábeis":** Alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. **Alterações ao IAS 12 Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. **Alterações ao IAS 12 "Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois":** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 01/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023. Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos. **6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16 "Passivo de Locação em um Sale and Leaseback":** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. **Alterações ao IAS 1 "Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante":** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 "Acordos de financiamento de fornecedores":** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Voltalia Areia Branca II Participações S.A.** Areia Branca - RN. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Voltalia Areia Branca II Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia Areia Branca II Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024

Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque - CRC CE019775/O-9 T-RJ

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

EUROINVEST EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF nº 32.227.100/0001-41

Balanços Patrimoniais Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em R$)

Ativo	2023	2022
Circulante	**17.727.621,00**	**25.316.568,74**
Caixa e Bancos	**520.971,15**	**340.911,90**
Disponibilidades	520.971,15	340.911,90
Títulos e Valores Mobiliários	**16.538.200,00**	**24.527.819,64**
Título de Renda Fixa	16.538.200,00	24.527.819,64
Outros Créditos	**668.449,85**	**447.837,20**
Diversos	668.449,85	447.837,20
Não Circulante	**17.778.333,44**	**17.970.523,34**
Permanente	**17.778.333,44**	**17.970.523,34**
Investimentos	17.773.756,80	17.964.478,98
Imobilizado de Uso	**4.576,64**	**6.044,36**
Outras Imobilizações	656.893,87	656.893,87
(Depreciações Acumuladas)	(652.317,23)	(650.849,51)
Total do Ativo	**35.505.954,44**	**43.287.092,08**

Passivo	2023	2022
Circulante	**65.646,74**	**7.633.972,38**
Outras Obrigações	**65.646,74**	**7.633.972,38**
Fiscais e Previdenciárias	22.758,84	22.390,17
Diversas	42.887,90	7.611.582,21
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Recursos de Debêntures		
Emitidas	100.000.000,00	100.000.000,00
Em Carteira	(100.000.000,00)	(100.000.000,00)
Patrimônio Líquido	**35.440.307,70**	**35.653.119,70**
Capital	6.163.350,00	6.163.350,00
Domiciliados no País	6.163.350,00	6.163.350,00
Correção Monetária do Capital	1.023.024,38	1.023.024,38
Reservas de Capital	6.331.551,59	6.331.551,59
Reservas de Lucros	21.922.381,73	22.135.193,73
Lucros/Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Total do Passivo	**35.505.954,44**	**43.287.092,08**

Demonstração dos Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em R$)

	2023	2022
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	**1.931.390,22**	**2.287.760,80**
Títulos de Renda Fixa	1.931.390,22	2.287.760,80
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(2.144.202,22)**	**(2.998.156,62)**
Rendas de Participação Coligadas/Controladas	70.916,79	36.999,96
Despesa de Participação Equivalência Patrimonial	(190.722,18)	(695.280,31)
Despesas de Pessoal	(408.144,02)	(383.688,58)
Outras Despesas Administrativas	(1.518.103,54)	(948.861,94)
Despesas Tributárias	(96.681,55)	(995.668,05)
Aprovisionamento e Ajuste Patrimonial	(1.467,72)	(11.657,70)
Resultado Operacional	**(212.812,00)**	**(710.395,82)**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	**(212.812,00)**	**(710.395,82)**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**(212.812,00)**	**(710.395,82)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em R$)

	Capital Social	Correção Monetária do Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**6.163.350,00**	**1.023.024,38**	**6.331.551,59**	**22.845.589,55**	**0,00**	**36.363.515,52**
Transferência de Reservas	-	-	-	(710.395,82)	710.395,82	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(710.395,82)	(710.395,82)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**6.163.350,00**	**1.023.024,38**	**6.331.551,59**	**22.135.193,73**	**0,00**	**35.653.119,70**
Mutações do Período	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(710.395,82)**	**0,00**	**(710.395,82)**
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**6.163.350,00**	**1.023.024,38**	**6.331.551,59**	**22.135.193,73**	**0,00**	**35.653.119,70**
Transferência de Reservas	-	-	-	(212.812,00)	212.812,00	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(212.812,00)	(212.812,00)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**6.163.350,00**	**1.023.024,38**	**6.331.551,59**	**21.922.381,73**	**(0,00)**	**35.440.307,70**
Mutações do Período	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(212.812,00)**	**(0,00)**	**(212.812,00)**

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em R$)

	Exerc.2023	Exerc.2022
Resultado dos Exercícios	(212.812,00)	(710.395,82)
Resultado Abrangente Total	**(212.812,00)**	**(710.395,82)**

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em R$)

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(212.812,00)**	**(710.395,82)**
Ajustes que não Representam Entradas e Saídas de Caixa:	**1.467,72**	**11.657,70**
Depreciações e Amortizações	1.467,72	11.657,70
Lucro (Prejuízo) Ajustado	**(211.344,28)**	**(698.738,12)**
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:	**7.769.006,99**	**(80.100,41)**
Aumento/Redução em Títulos e Valores	7.989.619,64	(604.807,03)
Aumento/Redução em Outros Créditos	(220.612,65)	524.706,62
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:	**(7.568.325,64)**	**25.580,48**
Aumento/Redução de Exigibilidade com Encargos Sociais	368,67	(552,01)
Aumento em Outras Obrigações	(7.568.694,31)	26.132,49
Caixa (Consumido) Gerado nas Atividades Operacionais	**(10.662,93)**	**(753.258,05)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Alienação / Inversões de Investimentos	190.722,18	695.280,31
Caixa (Consumido) nas Atividades de Investimentos	**190.722,18**	**695.280,31**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa:	**180.059,25**	**(57.977,74)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	340.911,90	398.889,64
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	520.971,15	340.911,90
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa:	**180.059,25**	**(57.977,74)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÔES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022 Valores em R$(Reais). NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL. A EEPSA é uma empresa que tem como objeto social, a participação no capital de outras sociedades, sem quaisquer restrições ou limitações, inclusive no capital de instituições financeiras e demais empresas que dependem de autorização do Governo para funcionar, observadas as disposições legais aplicadas, como também a gestão de bens móveis e imóveis próprios e operar como concessionária ou permissionária do Poder Público, nas esferas federal, estadual e/ou municipal. **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** As demonstrações financeiras apresentadas são de responsabilidade administração e foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil de acordo com as Leis da S/A no. 6.404/76. **NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** (a) Apuração do Resultado - As despesas e receitas são registradas de acordo com regime contábil de competência; e (b) Passivo circulante – Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos. **NOTA 04 - BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS.** A política de gerenciamento das disponibilidades adotada pela administração privilegia a aplicação dos recursos no Banco Itaú e Citibank. As receitas decorrentes destas aplicações são reinvestidas na própria atividade e gestão destacada na demonstração de resultado. **NOTA 05 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Estão assim compostos:	Dez.2023	Dez.2022
Título de Renda Fixa	16.538.200,00	24.527.819,64
T o t a l	**16.538.200,00**	**24.527.819,64**

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Estão assim compostos:	Dez.2023	Dez.2022
Diversos		
Créditos Tributados de Impostos	668.449,85	441.876,20
Devedores Diversos no País	-	5.961,00
Total	**668.449,85**	**447.837,20**

NOTA 07 - INVESTIMENTOS

Estão assim distribuídos:	Dez.2023	Dez.2022
Participações Permanentes outras Socied.		
Investimentos em Controladas e Coligadas	17.773.756,80	17.964.478,98
T o t a l	**17.773.756,80**	**17.964.478,98**

NOTA 08 – IMOBILIZADO DE USO. Está assim composto:

	Dez.2023	Dez.2022
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	8.980,00	8.980,00
Equipamentos	1.134,00	1.134,00
Sistema de Processamento e Dados	11.479,87	11.479,87
Sistema de Transporte	635.300,00	635.300,00
Subtotal	**656.893,87**	**656.893,87**
(Depreciação Acumulada)	(652.317,23)	(650.849,51)
Total	**4.576,64**	**6.044,36**

NOTA 09 - OUTRAS OBRIGAÇÕES. Estão assim compostas:

	Dez.2023	Dez.2022
a) Fiscais e previdenciárias	**22.758,84**	**22.390,17**
Provisão Imposto Contribuição a Pagar	8.014,17	8.308,91
Impostos e contribuições s/ Salários	14.744,67	14.081,26
b) Diversas	**42.887,90**	**7.611.582,21**
Obrigações P/Aquisição de Bens e Direito	-	7.539.900,00
Provisões P/ Pagtos a Efetuar	30.774,21	60.254,21
Outras Provisões	12.113,69	11.428,00
Total	**65.646,74**	**7.633.972,38**

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Representado pelo Capital Social é de R$6.163.350,00 divididos em 4.772.700 ações, sendo 3.600.000 ações ordinárias e 1.172.700 em ações preferenciais todas sem valor nominal.

Cecilia Maria de Castro Batista Coderch
Diretora Presidente
Melina Maria Batista Coderch Paulo - Diretora
Paulo Henrique Barbosa Antonio - Contador
CRC-RJ: 037.565/O-7; CPF: 023.624.657-72

INVESTPAR BRASIL - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 18.090.519/0001-73

Balanço Patrimonial Exercício Findo em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

Ativo	2023	2022
Circulante	**45.712.543,71**	**45.760.545,24**
Bancos	**26.564,56**	**22.797,15**
Disponibilidades	26.564,56	22.797,15
Títulos e Valores Mobiliários	**45.381.300,00**	**45.393.000,00**
Título de Renda Fixa	45.381.300,00	45.393.000,00
Outros Créditos	**304.679,15**	**344.748,09**
Diversos	304.679,15	344.748,09
Permanente	**19.198.757,43**	**19.103.584,70**
Investimentos	19.198.757,43	19.103.584,70
Imobilizado de Uso	**0,00**	**0,00**
Outras Imobilizações	9.921,36	9.921,36
(Depreciações Acumuladas)	(9.921,36)	(9.921,36)
Total do Ativo	**64.911.301,14**	**64.864.129,94**
Passivo		
Circulante	**6.984,46**	**6.473,62**
Outras Obrigações	**6.984,46**	**6.473,62**
Fiscais e Previdenciárias	6.966,11	6.473,62
Diversas	18,35	0,00
Não Circulante	**0,00**	**320.448,90**
Recursos de Sociedades Ligadas	0,00	18,35
Credores Diversos no Pais	0,00	320.430,55
Patrimônio Líquido	**64.904.316,68**	**64.537.207,42**
Capital	65.000.000,00	65.000.000,00
De Domiciliados no País	65.000.000,00	65.000.000,00
Lucro ou Prejuizos Acumulados	(95.683,32)	(462.792,58)
Total do Passivo	**64.911.301,14**	**64.864.129,94**

Demonstração do Resultado Abrangente Exercício Findo em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

	Exerc.2023	Exerc.2022
Resultado dos Exercícios	99.478,25	269.202,86
Resultado Abrangente Total	**99.478,25**	**269.202,86**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃOES FINANCEIRAS EM 31/12/2023 e 2022. NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL. A **INVESTPAR** é uma sociedade anônima regida pelo estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e tem por objeto gestão de bens próprios, participar de outras sociedades, a critério da Diretoria, como sócia quotista ou acionista, sem quaisquer restrições, inclusive em sociedades que dependam da autorização do governos para funcionar, respeitadas as disposições em vigor e operar como concessionária ou permissionária do Poder Público, nas esferas federal, estadual e/ou municipal, explorando e desenvolvendo o serviço público, em conformidade com a legislação em vigor, podendo, para tanto, participar dos respectivos processos licitatórios, seja na forma de concorrência, tomada de preços, leilão, convite ou equivalente. **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** As demonstrações financeiras apresentadas são de responsabilidade da administração e foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil de acordo com as Leis da S/A no. 6.404/76. **NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** (a) Apuração do Resultado - As despesas e receitas são registradas de acordo com regime contábil de competência; e (b) Passivo circulante – Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos. **NOTA 04 - BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS.** A política de gerenciamento das disponibilidades adotada pela administração privilegia a aplicação dos recursos nos Bancos Itaú e Citibank. As receitas decorrentes destas aplicações são reinvestidas na própria atividade e gestão destacada na demonstração de resultado. **NOTA 05 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**. Estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
Título de Renda Fixa	45.381.300,00	45.393.000,00
T o t a l	**45.381.300,00**	**45.393.000,00**

NOTA 06 - OUTROS CRÉDITOS. Estão assim compostos:

Diversos:	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.317,08	12.150,56
Créditos Tributados	241.067,48	280.755,10
Títulos de Crédito a Receber – Consórcio	59.166,47	51.842,43
T o t a l	**304.679,15**	**344.748,09**

NOTA 07 - INVESTIMENTOS. Estão assim distribuídos:

	31/12/2023	31/12/2022
Participações Permanentes outras Socied.		
a) Avaliadas Método Equiv. Patrimonial	19.198.757,43	19.103.584,70
Panamericana Land Corporation – PLC	18.223.932,56	18.223.932,56
Hydrobrasil Saneamento LTDA	974.824,87	879.652,14
T o t a l	**19.198.757,43**	**19.103.584,70**

NOTA 08 – IMOBILIZADOS DE USO. Estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
Sistema de Processamento de Dados	9.921,36	9.921,36
(Depreciação Acumulada)	(9.921,36)	(9.921,36)
T o t a l	0,00	0,00

Demonstração dos Resultados Exercício Findo em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

	2023	2022
Resultado de Operações de Crédito	**1.275.066,61**	**1.432.284,07**
Rendas de Operações de Crédito	1.275.066,61	1.432.284,07
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	**158.741,13**	**805,60**
Rendas de Títulos de Renda Fixa	158.741,13	805,60
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(1.334.329,49)**	**(1.163.886,81)**
Rendas / Despesas de Participações	95.172,73	358.123,85
Despesas de Pessoal	(14.400,00)	(14.400,00)
Outras Despesas Administrativas	(1.374.825,15)	(1.507.431,01)
Despesas Tributárias	(40.277,07)	(37,41)
Aprosionamentos e Ajustes Patrimoniais	0,00	(142,24)
Resultado Operacional	**99.478,25**	**269.202,86**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	**99.478,25**	**269.202,86**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**99.478,25**	**269.202,86**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício Findo em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	65.000.000,00	0,00	(731.995,44)	64.268.004,56
Resultado do Exercício	-	-	269.202,86	269.202,86
Saldos em 31/12/2022	65.000.000,00	0,00	(462.792,58)	64.537.207,42
Mutações do Período	0,00	0,00	269.202,86	269.202,86
Saldos em 31/12/2022	65.000.000,00	0,00	(462.792,58)	64.537.207,42
Dividendos	-	-	267.631,01	267.631,01
Resultado do Exercício	-	-	99.478,25	99.478,25
Saldos em 31/12/2023	65.000.000,00	0,00	(95.683,32)	64.904.316,68
Mutações do Período	0,00	0,00	367.109,26	367.109,26

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício Findo em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	2023	2022
Lucro (Prejuízo) Líquido	**99.478,25**	**269.202,86**
Ajustes que não Representam Entradas e Saídas de Caixa:	**0,00**	**142,24**
Depreciações e Amortizações	0,00	142,24
Lucro (Prejuízo) Ajustado	**99.478,25**	**269.345,10**
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:	**51.768,94**	**223.728,66**
Aumento/Redução em Títulos e Valores	11.700,00	160.000,00
Aumento/Redução em Outros Créditos	40.068,94	63.728,66
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:	**(319.938,06)**	**(156.965,26)**
Aumento/Redução em Exigibilidade com Encargos Sociais	492,49	(1.531,53)
Aumento/Redução em Outras Obrigações	(320.430,55)	(155.433,73)
Caixa (Consumido) Gerado nas Atividades Operacionais	**(268.169,12)**	**66.763,40**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aumento de Investimentos	(95.172,73)	(358.123,85)
Baixa de Investimentos	0,00	0,00
Caixa (Consumido) nas Atividades de Investimentos	**(95.172,73)**	**(358.123,85)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Finaciamento		
Dividendos	267.631,01	0,00
Caixa (Consumido) nas Atividades de Financiamento	**267.631,01**	**0,00**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa:	**3.767,41**	**(22.015,35)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.797,15	44.812,50
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.564,56	22.797,15
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa:	**3.767,41**	**(22.015,35)**

NOTA 09 - OUTRAS OBRIGAÇÕES. Estão assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
a) Fiscais e Previdenciárias	6.966,11	6.473,62
Provisão p/ Impostos e Contribuições	6.766,11	6.273,62
Impostos e Contribuições s/ Salários	200,00	200,00
c) Diversas	18,35	320.448,90
Recursos de Sociedades Ligadas	18,35	18,35
Credores Diversos – País	-	320.430,55
T o t a l	**6.984,46**	**326.922,52**

NOTA 10 - CAPITAL SOCIAL. O Capital Social totalmente subscrito e integralizado de R$ 65.000.000,00(sessenta e cinco milhões de reais) o qual é representado por 120.000(cento e vinte mil) ações, sendo 60.000(sessenta mil) ações ordinárias e 60.000(sessenta mil) ações preferenciais, ambas pelo preço certo de R$500,00(quinhentos reais) por ação.

Cecilia Maria de Castro Batista Coderch - Diretora Presidente
Melina Maria Batista Coderch Paulo - Diretora
Paulo Henrique Barbosa Antonio - Contador
CRC-RJ: 037.565/O-7; CPF: 023.624.657-72

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

SIB-SPACE IMAGING BRASIL PRODUTOS E REPRESENTAÇÕES S/A

CNPJ 06.310.679/0001-00

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Rio de Janeiro-RJ, 23 de abril de 2024. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R$)

ATIVO	2023	2022
Ativo Circulante	**4.716.647**	**5.719.143**
Caixa e Equivalente de caixa	2.546.030,79	3.661.814,63
Clientes	873.783,72	833.516,53
Estoque	1.189.187,37	–
Outros ativos	107.645,22	1.223.812,27
Ativo Não Circulante	**47.340,65**	**44.086,43**
Outros créditos	7.890,71	7.890,71
Imobilizado	200.372,47	186.029,55
Depreciação	(160.922,53)	(149.833,83)
TOTAL DO ATIVO	**4.763.987,75**	**5.763.229,86**

PASSIVO	2023	2022
Passivo Circulante	**1.464.275,00**	**1.659.847,60**
Fornecedores	1.222.536,83	1.079.048,69
Obrigações tributárias	177.699,90	513.220,86
Obrigações trabalhistas	39.542,25	37.949,65
Outras obrigações	24.496,02	29.628,40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.299.712,75**	**4.103.382,26**
Capital Social	734.632,00	734.632,00
Reserva de Lucros	479.146,64	479.146,64
Lucros acumulados/Prejuízos Acumulados	2.085.934,11	2.889.603,62
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.763.987,75**	**5.763.229,86**

SÓCIO ADMINISTRADOR: Mucio Roberto Dias - CPF 369.382.118-68 **CONTADOR**: Gustavo Petrocelli - CRC RJ-101274/O

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R$)

	2023	2022
Receitas (Despesas) Operacionais	**2.592.296,25**	**3.003.619,51**
Receita de vendas e prestação de serviços	14.169.012,08	14.169.012,08
(–) Deduções	(6.652.809,80)	(6.652.809,80)
(–) Custo das mercadorias vendidas	(2.597.781,84)	(2.597.781,84)
Despesas administrativas	(2.326.124,19)	(1.914.800,93)
Outras receitas	–	–
Receitas (Despesas) Financeiras	**(269.006,86)**	**(268.406,86)**
Receita de aplicações financeiras	159.852,92	159.852,92
Outras receitas financeiras	–	–
Despesas financeiras	(428.859,78)	(428.259,78)
Lucro antes Imposto Renda e CSLL	**2.323.289,39**	**2.735.212,65**
Impostos sobre o Lucro	(1.277.247,04)	(1.277.247,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.046.042,35**	**1.457.965,61**

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 15ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da 15ª Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Em Série Única, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, **(i)** dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e **(ii)** da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **16 de maio de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **i.** Ratificação dos atos praticados pelos Assessores Legais e pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas. **ii.** Aprovação, ou não, para que os Assessores Legais votem no Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), em representação aos Debenturistas, em consonância com a orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais. **iii.** Aprovação, ou não, da orientação elaborada pelos Assessores Legais acerca das Opções de Pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial, a ser aprovado pelos credores em AGC, e demais providências relacionadas. **iv.** Aprovação das medidas operacionais necessárias em qualquer instância, assim como perante a Emissora e a B3, para cumprimento integral das deliberações aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme instruções que serão apresentadas pelos Assessores Legais em até 3 (três) dias úteis da AGD. **v.** Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessores Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. **vi.** Aprovação para que o Agente Fiduciário celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima. **Informações Gerais1. 2.** A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br), que conterá todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. **2.1. 2.2. 2.3.** O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. **2.4. 2.5.** Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81.**2.6. 2.7.** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). **2.8. 2.9.** Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 25 de abril de 2024.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL D E DEBENTURISTAS DA 22ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da 22ª Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Em Série Única, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, **(i)** dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e **(ii)** da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **23 de maio de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **i.** Ratificação dos atos praticados pelos Assessores Legais e pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas. **ii.** Aprovação, ou não, para que os Assessores Legais votem no Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), em representação aos Debenturistas, em consonância com a orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais. **iii.** Aprovação, ou não, da orientação elaborada pelos Assessores Legais acerca das Opções de Pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial, a ser aprovado pelos credores em AGC, e demais providências relacionadas. **iv.** Aprovação das medidas operacionais necessárias em qualquer instância, assim como perante a Emissora e a B3, para cumprimento integral das deliberações aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme instruções que serão apresentadas pelos Assessores Legais em até 3 (três) dias úteis da AGD. **v.** Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessores Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. **vi.** Aprovação para que o Agente Fiduciário celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima. **1. Informações Gerais. 1.1.** A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br), que conterá todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. **1.2.** O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. **1.3.** O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. **1.4.** Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. **1.5.** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

BHG S.A. - BRAZIL HOSPITALITY GROUP

CNPJ/MF nº 08.723.106/0001-25 - NIRE 33.3.0031638-8

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 03 de abril de 2024. 1. Data, Hora e Local: Realizada digitalmente em 03 de abril de 2024, às 10:00 horas, por meio de videoconferência. **2. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. João Rodrigues Teixeira Júnior e secretariados pela Sra. Ana Carolina Pereira Santos. **3. Divulgações:** As demonstrações financeiras complementadas pelas respectivas notas explicativas, o relatório de auditoria da IRKO Hirashima Auditores Independentes ("Auditores Independentes"), e os demais documentos necessários para o exercício do direito de voto dos acionistas, foram colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia. **4. Publicações:** As demonstrações financeiras complementadas pelas respectivas notas explicativas e o relatório de auditoria dos Auditores Independentes foram publicados, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades Anônimas"), no Jornal Diário Comercial Nacional, na edição de 28 de março de 2024, nas páginas B92 e B93, e no Site do Diário Comercial Nacional na edição de 28 de março de 2024, nas páginas 134 a 139, anexo I. **5. Convocação e Presença:** Convocação realizada em 26 de março de 2024 pelos membros do conselho de administração da Companhia. Presente os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia. **6. Ordem do Dia:** Presentes os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a aprovação da prestação de contas dos administradores, das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) a aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a aprovação da proposta de remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023; (iv) reeleição dos membros efetivos do Conselho de Administração; e (v) consignar e ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia. **7. Deliberações:** Instalada a assembleia geral ordinária e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, após o exame, discussão e votação das matérias, deliberaram o quanto segue: (i) Aprovar, por unanimidade de votos, a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. (ii) Aprovar, por unanimidade de votos, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas, acompanhadas do relatório de auditoria dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. (iii) Aprovar, por unanimidade de votos, o registro do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 109.619.793,29 (cento e nove milhões, seiscentos e dezenove mil, setecentos e noventa e três reais e vinte e nove centavos), para a conta de prejuízos acumulados da Companhia. (iv) Aprovar, por unanimidade de votos, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, no montante limite de até R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para o período compreendido entre a presente Assembleia Geral Ordinária e a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que examinará as contas relativas ao exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2024, a ser distribuída individualmente entre os diretores, visto que os membros do conselho de administração não são remunerados, por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do artigo 11, §3º do Estatuto Social da Companhia. (v) Aprovar a reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração aos cargos que lhe são indicados abaixo, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinará as contas relativas ao exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2024: **Presidente do Conselho de Administração:** João Rodrigues Teixeira Júnior, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.836.249 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 036.293.778-82, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 165 – 17º andar, CEP 04538-000; **Vice-Presidente do Conselho de Administração:** Robert Dudley McCall, americano, solteiro, administrador de empresas, portador do passaporte americano nº 4999059304, inscrito no CPF/ME sob o nº 702.002.561-73, residente e domiciliado nos Estados Unidos da América, na Cidade de Nova York, Estado de Nova York, com endereço comercial em 787 7th Avenue, 50º andar, 1001945; **Membro efetivo do Conselho de Administração**: Carlos Roberto D'Amato, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 23.020.578-1 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 255.185.308-70, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Professor Atílio Innocenti, nº 165, 17º andar, sala 80, parte, Vila Nova Conceição, CEP 04538-000; **Membro efetivo do Conselho de Administração**: Maristella de Freitas Val Diniz, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.407.400 SSP/MG e inscrita no CPF/ME sob o nº 758.109.216-04, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 165 – 17º andar, CEP 04538-000; **Membro efetivo do Conselho de Administração**: Thomas Mark Feldstein, americano, casado, advogado, portador do passaporte americano nº 481627240, residente e domiciliado nos Estados Unidos da América, na cidade de Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, com endereço comercial na 787 7th Avenue, 50º andar, 1001945; **Membro efetivo do Conselho de Administração**: Thomas Shapiro, americano, casado, administrador de empresas, portador do passaporte americano nº 530482789, residente e domiciliado nos Estados Unidos da América, na cidade de Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, com endereço comercial na 787 7th Avenue, 50º andar, 1001945. **Membro efetivo do Conselho de Administração**: Diego Siqueira de Assumpção, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 29.766.041-X e inscrito no CPF/MF sob o nº 298.308.138-94, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Professor Atílio Innocenti, nº 165, 17º andar, sala 80, parte, Vila Nova Conceição, CEP 04538-000. (vi) Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos são investido em seus cargos, mediante a assinatura do termo de posse anexo à presente ata na forma do anexo II e lavrado em livro próprio, no qual declaram que (i) não estão impedidos de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) não ocupam cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, ou representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. (vii) Consignar que a composição do Conselho de Administração da Companhia, a partir da presente data, é a seguinte: João Rodrigues Teixeira Júnior - Presidente, Robert Dudley McCall – Vice-Presidente, Carlos Roberto D'Amato, Maristella de Freitas Val Diniz, Thomas Mark Feldstein, Thomas Shapiro e Diego Siqueira de Assumpção. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou a presente ata na forma sumária, que foi lida, aprovada e por todos assinada. **9. Assinaturas:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e por todos assinada. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. **Mesa:** João Rodrigues Teixeira Junior - Presidente; Ana Carolina Pereira Santos - Secretária. **Acionistas: Brazil II Hotel Investors LLC**, p.p. João Rodrigues Teixeira Júnior. **Rio Hosptality Investiments LLC**, p.p. João Rodrigues Teixeira Júnior. **São Paulo Hotel Enterprises LLC**, p.p. João Rodrigues Teixeira Júnior. Jucerja nº 6190077 em 17/04/2024.

CASTELLO COSTA COMPANHIA DE SEGUROS S/A – EM PROCESSO DE FALENCIA (processo n. 0171299-43.2000.8.19.0001

CNPJ 40.436.784/0001-10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS EM CONJUNTO COM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CREDORES DA FALIDA

Os acionistas da companhia, srs. Luiz Eduardo Brandão Vieira e Eduardo Pinto Vieira, detentores de mais de 10% das ações que compõe o capital social e credores detendo 76,09% dos créditos inscritos no Quadro Geral de Credores da companhia constante do processo judicial de falência n. 0171299-43.2000.8.19.0001, com os seguintes créditos Almir Ferreira da Rocha (R$ 22.377,96); Elisabete Pereira Ramos (R$ 6.731,27); Gerson da Costa Mota (R$ 3.110,590); José Luis Campos Xavier (R$2.273,21); Marcia Costa da Silva (R$ 11.243,06); Sandra Viria Perdigão Barbosa (R$ 11.842,06); Vera Lucia Salima de Almeida Castro (R$ 105.017,13) Irb Brasil Resseguros S/A (R$78.539,87) e Susep (R$341.055,48), totalizando assim R$582.190.63 (quinhentos e oitenta e dois mil, cento e noventa reais e sessenta e três centavos) do total do Quadro Geral de Credores da falida, que é de R$763.475,85, todos representados pelo sub-rogado destes créditos, Sr. Eduardo Pinto Vieira, convidam os demais acionistas e os demais credores da massa falida de Castello Costa Companhia de Seguros S/A – em processo de falência, para a reunião da assembleia geral extraordinária de acionistas a ser realizada em conjunto com assembleia geral de credores da massa falida, que se realizará no dia 14 de maio, com primeira convocação às 14:00 horas, com no mínimo 2/3 (dois terços) do total de acionistas e 2/3 do total de credores inscritos no Quadro Geral de Credores da massa, publicado nos autos do processo de falência n. 0171299-43.2000.8.19.0001, segunda convocação as 15:00 horas com qualquer quórum de acionistas, a se realizar nas instalações do cartório de notas do 15º. Ofício da cidade do Rio de Janeiro, RJ, na rua do Ouvidor n. 89, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-030 com a seguinte ordem do dia: a) análise da situação da companhia e medidas de ordem administrativas a serem tomadas em virtude da proximidade do encerramento do processo de falência e restabelecimento da sociedade diante do pagamento de todas as dívidas e extinção das obrigações. b) nomeação de representante dos acionistas para atuar no processo de falência e fiscalizar os atos praticados pelo administrador judicial, examinar contas, reclamar e receber os ativos da companhia e livros e documentos contábeis e atuar em nome da sociedade até a eleição de nova diretoria após o encerramento do processo de falência; 3) nomeação de representante dos credores para atuar no processo de falência, concordar com o encerramento da falência, aprovar a extinção de obrigações e qualquer forma de realização do ativo ou de continuação da sociedade 4) nomear representante da companhia para representar em qualquer instância ou tribunal, receber citações e intimações, constituir advogados, representar em quaisquer órgãos públicos, junta comercial e praticar todos os atos até a nomeação de nova diretoria após o encerramento da falência; 4) assuntos gerais.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.
Eduardo Pinto Vieira – acionista
Luiz Eduardo Brandão Vieira – acionista
Eduardo Pinto Vieira – sub-rogado em 76,09% dos créditos habilitados no QGC da falida

COPACABANA RIO HOTEL S/A

CNPJ 27.492.099/0001-42 - NIRE 33300007539

Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Convidamos os senhores acionistas da COPACABANA RIO HOTEL S/A, em primeira convocação, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia **03 de maio de 2024**, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 1256, Copacabana, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2023. 2. Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. Aloysio Maria Teixeira Filho - Presidente do Conselho de Administração.

SEGURADORA ALM S.A.

CNPJ/MF 23.694.731/0001-80 - NIRE 33.3.0031845-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2024. Ficam convocados os senhores acionistas da Seguradora ALM S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 03 de maio de 2024, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Figueiredo de Magalhães, 741, Loja A, Copacabana, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: eleição e alteração de membros da administração da Companhia. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024. **Alexandre Vianna Dominguez -** Diretor-Presidente.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Emicol Eletro Eletrônica S.A.

CNPJ 61.685.723/0001-66

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Relatório da Administração - Exercício de 2023: Quem somos: Líder no desenvolvimento de soluções eletromecânicas e eletrônicas para eletrodomésticos e eletro comerciais e outros mercados. A Emicol nasceu da necessidade dos fabricantes de eletrodomésticos, eletro comerciais e sistemas automotivos em obter soluções eletromecânicas e eletrônicas com qualidade e tecnologia. Soluções estas que sempre tiveram como objetivo atender à crescente demanda por conforto, segurança e respeito ao meio ambiente. Fundada em 1967 em uma pequena oficina na zona sul da cidade de São Paulo por Josef Friederich, cresceu de forma pujante de tal forma que houve a necessidade de buscar maior espaço para a sua expansão. Foi quando em 1980 se decidiu mudar para a cidade de Itu-SP, local em que permanece até hoje, sendo um dos principais empregadores da região. Um dos diferenciais da empresa sempre foi o de dominar todo o ciclo produtivo de seus produtos e componentes, tendo, portanto, uma estrutura com razoável nível de verticalização, o que permitiu agilidade e competitividade na oferta de produtos e serviços de alta tecnologia. No complexo industrial em Itu, com cerca de 30.000 m^2 construídos em terreno de 80.000m^2, são produzidos componentes estampados e injetados em termoplásticos e termofixos, além de linhas de montagem de eletromecânicos e eletrônicos. Neste site também fica a área de Desenvolvimento de Produtos, que conta com uma equipe de 40 engenheiros e técnicos especializados, além de uma Engenharia Experimental com total capacidade para desenvolver e certificar seus produtos nas mais diversas normas internacionais. Com a crescente demanda de seus clientes globais para oferecer seus produtos e serviços em outros países, a Emicol decidiu iniciar uma operação no México, na cidade de Monterrey em 2011. Em 2020, com a obtenção adicional de importantes contratos de fornecimento, mudou para um novo site que permitisse a contínua expansão dos negócios na América do Norte. **Comentários sobre o desempenho da companhia em 2023:** Os principais mercados em que a Emicol atua apresentaram, durante o ano de 2023, razoável estrangulamento de caixa das empresas e aumento da inadimplência das famílias, principalmente devido às altas taxas de juros, ainda sob os efeitos da Pandemia de Covid-19, aliado a fatores específicos tais como a guerra na Rússia que elevou os preços de energia e derivados, principalmente na Europa mas com repercussão inflacionária em todo o planeta. Com o forte movimento de aquisição antecipada de eletrodomésticos em 2021, causado pela mudança repentina dos hábitos da população demandada pela Pandemia de Covid-19, os volumes de 2022 e 2023 foram abaixo do que é considerado o tamanho do mercado. É esperado que a normalização do mercado ainda leve um tempo para que os volumes produzidos voltem ao normal. Cumpre notar que a unidade de negócios ambientais teve um desempenho muito aquém em 2023, quando comparado com o ano anterior, apesar de não estar ligada a mercados de consumo , devido às incertezas no processo de privatização de seu maior cliente, a SABESP. Na unidade mexicana da Emicol, o volume dos produtos lá implementados ficou aquém do planejado em 2023, uma vez que o atraso no lançamento em 2022 fez com que em boa parte do ano os produtos fornecidos estivessem ainda em curva de aceleração. A maior parte dos componentes utilizados na Emicol México é enviada pela Emicol Brasil. Novos produtos foram lançados em 2023 e mais ainda estão previstos para 2024 e 2025. Como resultado deste processo de ingresso e crescimento neste novo mercado, a Emicol México, que em 2022 havia apresentado déficit de caixa e de resultados, em 2023 já conseguiu equilibrar o fluxo de caixa. Em 2024 é previsto equilíbrio tanto em fluxo de caixa como Ebitda. A empresa permanece com foco em inovação e geração de caixa. Para os próximos anos novos investimentos serão direcionados para estas finalidades. A estratégia iniciada em meados de 2021 com a redução da estrutura fixa e avaliação mais seletiva de produtos, clientes e mercados, seguiu em 2022 e 2023 com a contínua melhoria das margens. A reavaliação de parâmetros de programação e um melhor mix de fornecedores permitiu que se reduzisse o total dos estoques sem prejuízo da continuidade das atividades da empresa. Esta ação contribuiu para redução do endividamento em 2023 quando comparado com 2022. O monitoramento mais próximo dos clientes do mercado externo também foi importante para contribuir para a geração de caixa, embora ainda seja desafiador o mercado argentino, que é destino principal das exportações da empresa. Parte deste ganho foi consumido com a rolagem de alguns financiamentos com custos superiores aos anteriores. Isto fez com que a despesa financeira em 2023 ficasse em nível pouco superior ao período anterior. O Conselho da Emicol, formado em 2022, tem acompanhado a implementação do Plano Estratégico da empresa e contribuído de forma importante para a melhoria dos controles e governança. Esta administração agradece ao Conselho e a todos os seus colaboradores pela dedicação e profissionalismo que têm contribuído para a evolução positiva dos resultados da empresa.

Balanços Patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	12.987	6.325	13.206	6.974
Contas a receber de clientes	7	32.175	26.983	35.614	34.034
Estoques	8	47.595	61.265	50.688	64.210
Partes relacionadas	11	10.126	9.965	–	–
Tributos a recuperar	10	10.769	11.756	13.858	13.241
Outros ativos	9	5.715	7.423	8.036	9.585
		119.367	**123.717**	**121.403**	**128.044**
Não circulante					
Outros ativos	9	4.380	4.380	4.380	4.380
Partes relacionadas	11	19.076	13.737	–	–
Tributos a recuperar	10	579	5.519	867	5.788
IR e CSLL diferidos	17	1.140	753	1.140	753
Depósitos judiciais	20	515	447	515	447
Investimentos	12	20.593	28.362	–	–
Imobilizado	13	39.584	37.594	79.465	78.759
Intangível		213	120	213	120
		86.081	90.912	86.582	90.247
Total do ativo		**205.448**	**214.629**	**207.985**	**218.291**

Balanços Patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	52.980	66.705	52.980	66.705
Fornecedores	14	21.182	26.642	22.874	27.534
Fornecedores risco sacado	15	365	–	365	–
Passivo de arrendamento	16	182	–	182	–
Salários e encargos sociais		12.505	9.726	12.505	9.726
Tributos a pagar		1.237	810	1.557	1.084
Partes relacionadas	11	516	512	–	–
Outros passivos	19	5.529	2.250	6.569	3.214
		94.496	**106.645**	**97.032**	**108.263**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	25.508	25.505	25.508	25.505
Passivo de arrendamento	16	551	–	551	–
Outros passivos	19	1.525	2.173	1.525	4.216
Partes relacionadas - Debêntures	11, 18	37.807	11.902	37.807	11.902
Partes relacionadas	11	90	14.371	90	14.371
Provisão para demandas judiciais	20	3.399	6.702	3.399	6.702
		68.878	**60.654**	**68.878**	**62.697**
Patrimônio líquido	21				
Capital social		31.087	31.087	31.087	31.087
Reserva de lucros		7.362	12.519	7.362	12.519
Ajustes de avaliação patrimonial		3.625	3.725	3.625	3.725
		42.074	**47.331**	**42.074**	**47.331**
Total do passivo e patrimônio líquido		**205.448**	**214.629**	**207.985**	**218.291**

Demonstrações do Resultado		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida	22	257.977	250.166	272.549	257.061
Custo das vendas	23	(206.848)	(197.566)	(223.413)	(205.094)
Lucro bruto		**51.129**	**52.600**	**49.136**	**51.967**
Despesas com vendas	24	(9.470)	(7.698)	(9.470)	(8.055)
Despesas administrativas	24	(23.328)	(23.105)	(30.214)	(29.993)
Outras receitas, líquidas	24, 27	5.693	1.523	5.693	1.523
Resultado de equivalência patrimonial	12	(8.908)	(12.654)	–	–
		(36.013)	(41.933)	(33.991)	(36.525)
Lucro operacional		**15.116**	**10.667**	**15.145**	**15.441**
Receitas financeiras	25	2.981	6.133	2.032	4.006
Despesas financeiras	25	(25.217)	(23.934)	(27.798)	(24.408)
Variações cambiais, líquidas	26	364	(745)	3.865	(2.919)
Resultado financeiro, líquido		**(21.872)**	**(18.546)**	**(21.901)**	**(23.321)**
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		**(6.756)**	**(7.879)**	**(6.756)**	**(7.879)**
IR e CS corrente	17	(28)	–	(28)	–
IR e CS diferidos	17	388	(714)	388	(714)
		360	(714)	360	(714)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(6.396)**	**(8.593)**	**(6.396)**	**(8.593)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	27	**(0,2057)**	**(0,2764)**	**(0,2057)**	**(0,2764)**

Demonstrações do Resultado Abrangente	Nota	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(6.396)**	**(8.593)**
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	12	1.139	(3.211)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		–	–
Resultado abrangente do exercício		**(5.257)**	**(11.804)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	(6.756)	(7.879)	(6.756)	(7.879)
Ajustes de:				
Depreciação (Nota 13)	4.118	4.005	8.695	8.535
Amortização	73	61	73	61
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos (Notas 24 e 25)	11.819	11.431	11.819	11.431
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	8.908	12.654	–	–
Valor residual na venda de imobilizado (Nota 13)	–	–	121	3.631
Provisão para demandas judiciais (Nota 20)	(2.952)	(3.197)	(2.952)	(3.197)
Provisão para obsolescência de estoque (Nota 8)	(57)	(29)	(57)	(29)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	–	157	–	157
Provisão Juros sobre mútuos ativos (nota 11)	(973)	(3.372)	–	–
Provisão Juros sobre mútuos passivos (nota 11)	761	2.461	761	2.461
Variação cambial investimentos no exterior	–	–	(1.778)	(2.119)
Ajustes de exercícios anteriores	–	844	–	844
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	(5.353)	(8.442)	(1.580)	(5.625)
Estoques	13.726	(8.507)	13.578	(5.607)
Tributos a recuperar	5.927	(1.025)	4.304	1.313
Outros ativos	1.708	6.697	1.549	7.392
Depósitos judiciais	(420)	(1)	(420)	(1)
Fornecedores	(4.724)	(2.825)	(3.928)	(10.413)
Fornecedores risco sacado	365	–	365	–
Salários e encargos sociais	2.779	(1.057)	2.779	(1.057)
Tributos a pagar	399	(1.366)	445	(1.396)
Outros passivos	2.631	402	664	2.421
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**31.979**	**1.013**	**27.682**	**924**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Remessa de mútuo em controlada	(4.365)	(3.552)	–	–
Aquisição de bens do ativo intangível	(166)	–	(166)	–
Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 13)	(6.107)	(6.350)	(6.605)	(9.435)
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento	**(10.639)**	**(9.902)**	**(6.771)**	**(9.435)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de mútuos com partes relacionadas (nota 11)	–	4.880	–	4.880
Amortização de mútuos com partes relacionadas (nota 11)	(15.041)	(4.803)	(15.041)	(4.803)
Captação de debêntures com partes relacionadas	22.352	–	22.352	–
Partes relacionadas ativo (variação líquida)	1	(1)	–	–
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 17)	57.148	41.221	57.148	41.221
Amortização de empréstimos financiamentos (nota 17)	(70.691)	(27.858)	(70.691)	(27.858)
Juros pagos (nota 17)	(8.446)	(6.499)	(8.446)	(6.499)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(14.678)**	**6.941**	**(14.679)**	**6.942**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**6.662**	**(1.948)**	**6.232**	**(1.570)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6.325	8.273	6.974	8.544
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	12.987	6.325	13.206	6.974
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**6.662**	**(1.948)**	**6.232**	**(1.570)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Reserva de lucros		Outros resultados Abrangentes			
	Capital social	**Reserva legal**	**Lucros retidos**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Ajuste Acumulado de Conversão**	**Resultado do Exercício**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2022	**19.031**	**2.747**	**19.262**	**4.403**	**1.637**	**–**	**47.080**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(8.593)	(8.593)
Realização do custo atribuído *(Deemed Cost)*	–	–	–	(678)	–	678	–
Variação cambial de investida no exterior	–	–	–	–	(3.211)	–	(3.211)
Aumento de capital	12.056	–	–	–	–	–	12.056
Absorção de lucros retidos	–	–	(7.915)	–	–	7.915	–
Em 31 de dezembro de 2022	**31.087**	**2.747**	**11.347**	**3.725**	**(1.575)**	**–**	**47.331**
	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(6.396)	(6.396)
Realização do custo atribuído *(Deemed Cost)*	–	–	–	(100)	–	100	–
Variação cambial de investida no exterior	–	–	–	–	1.139		1.139
Absorção de lucros retidos	–	–	(6.296)	–	–	6.296	–
Em 31 de dezembro de 2023	**31.087**	**2.747**	**5.051**	**3.625**	**(436)**	**–**	**42.074**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A Emicol Eletro Eletrônica S.A. (individualmente denominada a "Companhia" e em conjunto com sua controlada o "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo, tendo iniciado suas atividades em 13 de julho de 1967. Sua controladora é a JPH Participações e Comércio Ltda., e tem como objeto social e atividade preponderante, a fabricação de produtos mecânicos, metalúrgicos, elétricos, eletrônicos, aparelhos e equipamentos para agropecuária, prestação de serviços de manutenção, montagem, instalação e desenvolvimento de projetos (hardware e software), relativos a ferramentas, aparelhos, máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e eletrônicos e atividade de construção civil. A comercialização dos produtos industrializados é efetuada nos mercados internos e externos. **1.1 Participação societária:** A Companhia é controladora e consolida a empresa Emicol de México S.A. de CV, localizada no México, na cidade de Apodaca, Estado Nuevo Leon (juntas compõem o Grupo, cujo termo é utilizado posteriormente nas notas explicativas).

		Participação	
Empresa	**País**	**2023 (%)**	**2022 (%)**
Emicol de México S.A. de CV	Mexico	100%	100%

1.2 Continuidade operacional: A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente mesmo diante da instabilidade macroeconômica e impacto da inflação. Assim, a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/1976 com alterações da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), com base nos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidada foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 16 de abril de 2024. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de edificações, máquinas e equipamentos na data de transição para CPCs, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício conforme ICPC 10 (CPC 27). A preparação de Demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.3. Demonstrações contábeis consolidadas: (a) Consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada elaboradas a cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta ou tenha direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e (iii) tem capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo pronunciamento técnico NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes: • As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir; • Todos os saldos relevantes de transações entre empresas do grupo são eliminados; • Eliminação dos saldos de investimento na proporção de seu respectivo patrimônio; e • Reclassificação das mais-valias conforme a natureza de cada saldo, quando aplicável. • A Companhia não possui investimentos em coligadas ou joint ventures. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 12 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 2. **(b) Demonstrações contábeis individuais:** As Demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as Demonstrações contábeis consolidadas. **(c) Controladas:** Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle e adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas Demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente a participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido. Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **c) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o Lucro:** i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia. **d) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros:** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **2.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2):** acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 -** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. **2.6 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente:** Os resultados e a posição financeira da entidade do Grupo (a qual não tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: **(i)** Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. **(ii)** As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). **(iii)** Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **2.7 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, registrados ao custo e acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **2.8 Ativos financeiros: 2.8.1 Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto, quando aplicável dos ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e obrigações sociais e trabalhistas. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados. **2.8.2 Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(ii) Ativos e passivos financeiros a custo amortizado:** O ativo financeiro ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(iii) Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** O ativo financeiro e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). O teste para verificação de impairment das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.9. **2.8.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados, se aplicável, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.8.4** ***Impairment*** **de ativos financeiros: (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **2.9 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para impairment em contas a receber. **2.10 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.11 Ativos intangíveis: (a) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo. • O software pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software. • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **2.12 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O ativo imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode também incluir transferências do patrimônio. A Companhia optou pelo reconhecimento do custo atribuído (deemed cost) como previsto na Interpretação técnica - ICPC 10, ajustando assim o custo histórico dos bens do ativo imobilizado existentes em 1º de janeiro de 2009, bem como a revisão da vida útil dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Veículos - arrendamento	4
Computadores e periféricos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.13 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.14 Fornecedores e contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.15 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.16 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **2.17 IR e CS correntes e diferidos:** As despesas de IR e CS do período compreendem os impostos correntes e diferidos. O encargo de IR e a CS correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a CS correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O IR e a CS diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o IR e a CS diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O IR e a CS diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.18 Benefícios a empregados: (a) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que considera metas financeiras e não financeiras. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **2.19 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.20 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. **(a) Venda de produtos:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base na efetiva prestação do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda pela redução ao valor recuperável é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida nas Demonstrações contábeis da Companhia com base no estatuto social da Companhia aprovados em ata de reunião dos acionistas. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio é contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício. **2.22 Reapresentação dos valores correspondentes:** As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão sendo reapresentadas, dado que nas Demonstrações contábeis da Controladora apresentadas originalmente, valores pertencentes à rubrica "Tributos a recuperar", foram registrados na rubrica "Outros ativos" no Ativo Circulante, o quadro a seguir resume os impactos nas Demonstrações contábeis da Companhia:

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	**Ajustes**	**Reapresentado**	**Apresentado**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Ativo						
Circulante						
Tributos a recuperar	2.447	9.309	11.756	3.932	9.309	13.241
Outros Ativos	21.672	(14.249)	7.423	23.834	(14.249)	9.585
Não circulante						
Tributos a recuperar	579	4.940	5.519	848	4.940	5.788
Subtotal, ajustes no ativo	**24.698**	**–**	**24.698**	**28.614**	**–**	**28.614**
Demais contas - não ajustadas	189.931	–	189.931	189.677	–	189.677
Total do ativo	**214.629**	**–**	**214.629**	**218.291**	**–**	**218.291**

3. Estimativas e julgamentos contábeis significativos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. São realizadas revisões de estimativas e premissas continuamente, de modo que eventuais alterações são feitas de acordo com o NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são: **(a) Provisão para contingências:** As provisões são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. O Grupo baseia-se na posição dos consultores jurídicos, quanto à probabilidade de êxito e expectativa de desembolso de caixa para cada processo, para registrar as provisões contabilmente. **(b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e investidas, principalmente compostos pelo ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida, quando aplicável, são revisados em cada data de relatório para determinar se há alguma indicação de depreciação do valor recuperável. Se essa indicação ocorrer, o valor recuperável do ativo é então estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, quando necessários, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs, sendo cada segmento considerado pela Administração como um UGC. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado quando necessárias. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **4.2. Fatores de risco financeiro:** Por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados instrumentos financeiros derivativos - contratos de swap, objetivando reduzir os riscos de eventuais perdas cambiais nos empréstimos e financiamentos (Vide Nota Explicativa nº 18).

				Valor justo em 31.12.2023		
Swap	**Indexador**	**Vencto.**	**Valor nocional**	**Ponta Ativa**	**Ponta Passiva**	**Saldo**
Banco						
Citibank	Dólar-Libor+ 2,1% a.a.	Mar/2025	10.805	3.377	(3.343)	34
Itaú	EUR - CDI + 5,44% a.a.	Out/2024	6.025	2.848	(2.700)	148
Banco do Brasil	Dólar-CDI + 3,91% a.a.	Nov/2026	4.958	5.099	(4.948)	151
Banco ABC Brasil	Dólar-CDI + 5,07% a.a.	Nov/2024	1.000	993	(1.005)	(12)
Total			22.788	12.317	(11.996)	321

4.3. Saldos dos ativos e passivos derivativos apresentados em nota explicativa: Os ativos e passivos financeiros derivativos, apresentados em nota explicativa nº 4.2, cujo objetivo de proteção patrimonial, estão resumidos a seguir:

	2023	
	Controladora	**Consolidado**
Valores a Receber		
SWAP	12	12
Total	**12**	**12**
Valores a Pagar		
SWAP	**(333)**	**(333)**
Total	(333)	(333)
Efeito Líquido	321	321

4.4 Análise de sensibilidade de risco cambial: No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em relação ao saldo de fornecedores estrangeiros a pagar (nota explicativa nº 14), Saldo de Contas a Receber de clientes (Nota explicativa nº 07) e de empréstimos em moeda estrangeira (Nota Explicativa 18), são considerados três cenários, sendo que o cenário provável, que é o valor justo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente. Foi utilizada a curva futura do mercado em 31 de dezembro de 2023.

	2023					
	Controladora			Consolidado		
	Saldo Contábil	**25%**	**50%**	**Saldo Contábil**	**25%**	**50%**
Contas a pagar a fornecedores, líquidas	5.774	7.220	8.664	5.774	7.220	8.664
Empréstimos	38.121	47.650	57.181	38.121	47.650	57.181
	43.895	54.870	65.844	43.895	54.870	65.844

	2023					
	Controladora			Consolidado		
	Saldo Contábil	**- 25%**	**- 50%**	**Saldo Contábil**	**- 25%**	**- 50%**
Contas a receber de clientes, líquidas	14.467	10.849	7.233	17.403	10.849	7.233
	14.467	10.849	7.233	17.403	10.849	7.233
Exposição Líquida	29.428	44.021	58.611	26.492	44.021	58.611

4.5 (a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: O Grupo atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e financiamentos corrigidos pela variação cambial. A administração do Grupo monitora as oscilações das taxas de câmbio no mercado, assim como seu impacto sobre a posição patrimonial e os fluxos de caixa futuros relacionados, principalmente a aquisição de matéria-prima no mercado externo, vendas à clientes e empréstimos atrelados em moeda estrangeira, porém não se utiliza de derivativos para efetuar a proteção às oscilações do câmbio. **(ii) Risco da taxa de juros:** Considerando que o Grupo tem ativos significativos em que incidam juros, o seu resultado e seus fluxos de caixa operacionais são dependentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. Além disso, o risco de taxa de juros do Grupo decorre também de empréstimos e financiamentos captados. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. O Grupo monitora sua exposição a esses riscos buscando equalizar suas posições nos passivos com as posições dos ativos financeiros. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Em 31 de dezembro de 2023, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem em qualquer percentual, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro líquido do exercício após o cálculo do IR e da CS não apresentaria variação relevante, pois grande parte dos empréstimos do Grupo são mantidos a taxas pré-fixadas. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. O Grupo mantém seu caixa e equivalentes de caixa depositados em instituições financeiras de primeira linha, minimizando dessa forma o risco de crédito. A política de vendas do Grupo está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Para reduzir o risco de crédito, o Grupo efetua a avaliação individual de seus clientes, para determinação dos limites de crédito e para o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. De acordo com a previsão da administração do fluxo de caixa, o excesso de caixa é transferido para aplicações financeiras, que são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas, visto que o Grupo tem como objetivo manter tais investimentos até o momento do seu efetivo resgate. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos a serem

continua →

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Emicol Eletro Eletrônica S.A.

liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, não descontados, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	52.980	20.533	4.975	78.488
Debêntures - Partes Relacionadas	–	5.671	32.136	37.807
Fornecedores	23.239	–	–	23.239
Outros passivos	6.569	1.525	–	8.094
	82.789	**27.729**	**37.111**	**147.628**

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	66.705	23.877	13.530	104.113
Fornecedores	27.534	–	–	27.537
Partes relacionadas	–	–	–	–
Outros passivos	3.214	4.216	–	7.430
	97.453	**28.093**	**13.530**	**139.077**

4.6. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2023	2022
Total dos empréstimos - Nota 18	116.294	104.113
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(13.206)	(6.974)
Dívida líquida	103.088	97.139
Total do patrimônio líquido	**42.074**	**47.331**
Total do capital	**145.162**	**144.470**
Índice de alavancagem financeira - %	71%	67%

5. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo amortizado				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	12.987	6.325	13.206	6.974
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	32.175	26.983	35.614	34.034
Partes relacionadas	29.201	23.702	–	–
Outros ativos	10.095	11.803	12.416	13.965
	84.458	**68.813**	**61.236**	**54.973**
Custo amortizado				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	78.488	92.210	78.488	92.210
Debêntures com acionistas	37.807	11.902	37.807	11.902
Fornecedores	21.547	26.642	23.239	27.534
Partes relacionadas	606	14.884	90	14.371
Outros passivos	7.054	4.423	8.094	7.430
	145.502	**150.061**	**147.718**	**153.448**

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos - conta movimento	3.433	5.029	3.652	5.678
Aplicações financeiras	9.554	1.296	9.554	1.296
	12.987	**6.325**	**13.206**	**6.974**

As aplicações financeiras são representadas por aplicações de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

7. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes no país	18.486	15.994	18.990	16.008
Clientes no exterior	14.467	11.768	17.403	18.805
	32.954	**27.762**	**36.393**	**34.813**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(779)	(779)	(779)	(779)
Contas a receber de clientes, líquidas	**32.175**	**26.983**	**35.614**	**34.034**

Como parte da política de gestão do risco de crédito, a Companhia adota como procedimento manter provisão para eventuais perdas para os títulos vencidos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber, os quais são apresentadas líquidas das respectivas provisões. Em 31 de dezembro de 2023, na controladora, as contas a receber de clientes, no total de R$ 779 (31 de dezembro de 2022 - R$ 779) estavam vencidas e provisionadas. No consolidado, as contas a receber de clientes no valor de R$ 7.331 encontram-se vencidas, mas não provisionadas. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	25.623	18.041	29.061	24.647
Vencidas até 90 dias	4.017	4.449	4.017	4.531
Vencidas acima de 90 dias	3.314	5.272	3.314	5.636
	32.954	**27.762**	**36.393**	**34.813**

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Em 1º de janeiro	(779)	(622)
Provisão para *impairment* de contas a receber	–	(157)
Valores baixados	–	–
Em 31 de dezembro	**(779)**	**(779)**

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber não recuperáveis foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. **8. Estoques:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Produtos acabados	11.034	16.327	11.292	17.219
Produtos em processo	10.959	10.538	11.358	10.734
Matérias-primas	25.675	31.248	28.110	33.105
Outros estoques	459	3.739	459	3.739
Provisão para perdas	(531)	(588)	(531)	(588)
	47.595	**61.265**	**50.688**	**64.210**

9. Outros ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Processo BTR - Receita diferida **(a)**	4.380	4.380	4.380	4.380
Adiantamento a fornecedores	2.599	4.169	4.679	6.099
Despesas antecipadas a apropriar	1.420	1.324	1.420	1.324
Outros ativos	1.696	1.930	1.937	2.161
	10.095	**11.803**	**12.416**	**13.965**
Ativo circulante	5.715	7.423	8.036	9.585
Ativo não circulante	4.380	4.380	4.380	4.380
Total	**10.095**	**11.803**	**12.416**	**13.965**

(a) A Emicol registrou em seu ativo não circulante, um ativo contingente no importe de R$ 4.380.000,00, tratar-se da avaliação dos imóveis penhorados em favor da EMICOL nos autos da execução judicial número 0003405 -93.2018.8.26.0008 no qual a EMICOL, após trânsito em julgado da ação de violação de modelo de utilidade (UM 7801389-5) em face de terceiro sagrou-se vencedora, com trânsito em julgado em 01.03.2016. Muito embora o valor atualizado da execução seja superior ao contabilizado, entendemos, conforme parecer da assessoria jurídica da Companhia, que o valor registrado seja o mais provável de recebimento, visto a avaliação realizada do imóvel penhorado. A empresa executada solicitou ao Poder Judiciário pedido de Recuperação Judicial cujo qual, por momento, não teve o plano homologado pelo MM. Juízo de Extrema. Com a homologação do plano ou qualquer andamento processual relevante faremos nova análise de risco.

10. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS (a)	5.790	13.897	5.790	13.897
Impostos Federais	1.895	1.272	1.895	1.272
ICMS	1.955	2.060	1.955	2.060
Finsocial	1.556	–	1.556	–
Outros	152	46	152	46
IVA	–	–	3.377	1.754
	11.348	**17.275**	**14.725**	**19.029**
Ativo circulante	10.769	11.756	13.858	13.241
Ativo não circulante	579	5.519	867	5.788
Total	**11.348**	**17.275**	**14.725**	**19.029**

(a) Processos de Exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS: Em 15 março de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que "O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS", e em maio de 2021 modulou a decisão para que só produzisse efeitos apenas a partir 15 de março de 2017, ressalvadas as ações propostas antes dessa data; e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão que presta assessoria jurídica à Receita Federal do Brasil (RFB), publicou os Pareceres SEI nº 7.698/2021/ME e nº 14.483/2021/ME, orientando a RFB a não realizar mais cobranças nesse sentido, e que "[...] a todo e qualquer contribuinte seja garantido o direito de reaver, na seara administrativa, valores que foram recolhidos indevidamente". No caso da companhia, houve ação judicial proposta, com decisão favorável transitada em julgado (isto é, que não poderá mais ser alterada), garantindo-lhe o direito de excluir o ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins. Os efeitos dessa decisão nas Demonstrações contábeis da companhia em 2021, foi reconhecido no ativo de R$ 28.192 mil de créditos tributários de PIS e COFINS apurados a maior (sendo R$ 12.797 de valor original e R$ 15.395 mil de atualização SELIC), cujo valor do ativo foi registrado nas contrapartidas de resultado, ou seja, em "Outras receitas (despesas) operacionais" e "Receitas financeiras", nos montantes respectivos de R$ 12.797 mil e R$ 15.395 mil. Com relação as provisões do IRPJ e CSL sobre os créditos tributário, a companhia efetuou a base de cálculo no valor original (R$ 12.297 mil), pois, em decisão do STF datada de 27.09.2021, quando do julgamento do RE 1063187, foi decidido que é inconstitucional a incidência de IRPJ e CSL sobre a taxa SELIC. Com relação ao pagamento do IRPJ e CSL, a companhia possui um Mandado de Segurança para suspender o recolhimento do IRPJ e da CSL, devendo ser pago somente quando as PER/DCOMPS forem homologadas. Entretanto, a companhia decidiu oferecer a tributação os valores pertinentes ainda no exercício de 2021, utilizando também os benefícios da Lei do Bem para reduzir a carga tributária. Adicionalmente, antes do trânsito em julgado, a companhia não estava recolhendo o ICMS na base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS e, consequente, estava provisionando o passivo em caso de julgamento improcedendo. O passivo de provisão para demandas judiciais da companhia, sobre este assunto, em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 5.102 mil e foi revertido em 2021 (vide notas 19.1 e 26.).

11. Partes relacionadas: (a) Saldos:

	Controladora 2023			Controladora 2022				
	EMICOL MÉXICO	JPH	Total	EMICOL MÉXICO	JPH	MEISTER-CORP	Pessoa Física	Total
Ativo circulante								
Contas a Receber - Partes relacionadas	10.126	–	10.126	9.965	–	–	–	9.965
Total do ativo circulante	**10.126**	**–**	**10.126**	**9.965**	**–**	**–**	**–**	**9.965**
Ativo não circulante								
Mútuo - Partes relacionadas	19.076	–	19.076	13.737	–	–	–	13.737
Total do ativo não circulante	**19.076**	**–**	**19.076**	**13.737**	**–**	**–**	**–**	**13.737**
Passivo circulante								
Mútuo - Partes relacionadas	516	–	–	512	–	–	–	–
Total do passivo circulante	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Passivo não circulante								
Mútuo - Partes relacionadas	–	90	90	–	259	6.848	7.265	14.371
Total do passivo não circulante	**–**	**90**	**90**	**–**	**259**	**6.848**	**7.265**	**14.371**

Além das transações acima, a companhia possui passivo de debentures com partes relacionadas, cujo passivo com os debenturistas relacionadas são R$ 37.807 em 2023 e R$ 11.902 em 2022 (vide nota 18). As transações entre partes relacionadas foram realizadas em condições determinadas pela administração da Companhia, que substancialmente consideram o custo como base de valor e os saldos resultantes não têm prazo de vencimento específico, salvo os saldos do ativo circulante que são representados por duplicatas a receber conforme seus vencimentos. A movimentação das partes relacionadas referentes ao ativo são como seguem:

	Controladora	
	Mútuo com Emicol México	
	2023	2022
Em 1º de janeiro	**13.737**	**56.813**
Valor liberado no período	4.365	3.552
(–) Pagamento de principal	–	–
(–) Pagamento de juros	–	–
(–) Capitalização	–	(50.000)
(+) Juros provisionados	973	3.372
Em 31 de dezembro	**19.076**	**13.737**

A movimentação das partes relacionadas referentes ao passivo são como seguem:

	JPH	Meistercorp	Pessoa física	Total
Em 1º de janeiro de 2022	**11.259**	**5.851**	**6.779**	**23.889**
Valor liberado no período	–	4.880	–	4.880
(–) Pagamento de principal	(250)	(4.464)	–	(4.714)
(–) Pagamento de juros	–	(89)	–	(89)
(–) Capitalização	(12.056)	–	–	(12.056)
Provisão de juros	1.306	670	486	2.461
Em 31 de dezembro de 2022	**259**	**6.848**	**7.265**	**14.371**
Valor liberado no período	–	–	–	–
(–) Pagamento de principal	(169)	(7.454)	(6.000)	(13.623)
(–) Pagamento de juros	–	(75)	(1.344)	(1.419)
(–) Capitalização	–	–	–	–
Provisão de juros	–	682	79	761
Em 31 de dezembro de 2023	**90**	**–**	**–**	**90**

O contrato de mútuo entre Emicol BR. e México foi aditado e atualmente este contrato está em moeda local (Reais), e, possui juros remuneratório de 6% ao ano e possuí prazo indeterminado. O mútuo entre a Meistercorp possuí juros remuneratório de 100% do CDI e possuí prazo de liquidação em 31/12/2023. O mútuo entre a Pessoa Física possuí juros remuneratório de 8% a.a. e possui prazo de liquidação 31.12.2023. Além das transações acima, a companhia possui passivo de debentures, onde debenturistas são partes relacionadas da companhia (vide nota 17). **(b) Transações:** As transações de aquisições de prestações de serviços existentes entre partes relacionadas são atreladas ao beneficiamento de placas eletrônicas aplicadas no segmento de telemetria (tacógrafos) e pagamento de comissões. As vendas estão atreladas a prestação de serviços de industrialização. **(c) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Salários e encargos	2.933	2.880
Honorários da diretoria	2.745	2.406
Participação nos lucros	4	3
	5.682	5.289

12. Investimento: A Companhia constituiu participação em 8 de setembro de 2010 na sociedade Emicol Mexico S.A. de C.V., representando 48.000 ações que equivalem a 100%. Em dezembro de 2022 parte do mútuo mantido em face da Emicol México foi convertido em investimento, o montante de R$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais) foi aportado ao Capital Social da nossa investida, o valor remanescente continua a ser corrigido nas mesmas regras anteriores. A sociedade tem por objeto social principal a fabricação e comercialização de produtos mecânicos, metalúrgicos, elétricos, eletrônicos, dentre outros.

	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	**28.362**	**(5.773)**
Resultado de equivalência patrimonial	(8.908)	(12.654)
Diferenças de conversão de moeda	1.139	(3.211)
	(7.769)	(15.865)
Transferência de mútuo para Investimento	–	50.000
	–	**50.000**
Saldos em 31 de dezembro	**20.593**	**28.362**

Segue abaixo a participação da Companhia no resultado da controladora direta, como também no total de seus ativos e passivos:

Nome	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado líquido	Percentual de participação
2022					
Emicol Mexico S.A. de C.V.	56.929	28.567	28.362	(12.654)	100%
2023					
Emicol Mexico S.A. de C.V.	52.839	32.246	20.593	(8.908)	100%

13. Imobilizado: (a) Saldos:

	Controladora 2023			Controladora 2022		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	71.227	(53.495)	17.733	68.242	(50.490)	17.752
Edifícios	22.696	(10.896)	11.801	22.696	(10.233)	12.463
Imobilizado em andamento	7.702	–	7.702	5.653	–	5.653
Instalações	2.713	(2.457)	256	2.666	(2.417)	250
Computadores e periféricos	3.036	(2.675)	360	2.942	(2.457)	485
Móveis e utensílios	2.121	(1.931)	190	2.076	(1.894)	182
Veículos	1.366	(633)	732	573	(573)	–
Terrenos	810	–	810	810	–	810
Totais	**111.671**	**(72.088)**	**39.584**	**105.658**	**(68.064)**	**37.594**

	Consolidado 2023			Consolidado 2022		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	111.582	(64.479)	47.103	105.660	(57.449)	48.210
Edifícios	22.696	(10.896)	11.801	22.696	(10.233)	12.463
Imobilizado em andamento	7.702	–	7.702	5.653	–	5.653
Instalações	6.077	(2.943)	3.135	5.807	(2.712)	3.095
Computadores e periféricos	3.743	(3.207)	537	3.600	(2.791)	809
Móveis e utensílios	2.121	(1.931)	190	2.076	(1.894)	182
Veículos	1.442	(680)	763	717	(624)	93
Terrenos	810	–	810	810	–	810
Gastos operacionais	9.047	(1.622)	7.425	8.328	(884)	7.444
Totais	**165.222**	**(85.756)**	**79.465**	**155.346**	**(76.587)**	**78.759**

(b) Movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora						Controladora					
Custo	2022	Adições	Baixas	Tranf. (entradas)	Tranf. (Saídas)	2023	2021	Adições	Baixas	Tranf. (entradas)	Tranf. (Saídas)	2022
Terrenos	810	–	–	–	–	810	810	–	–	–	–	810
Edifícios	22.696	–	–	–	–	22.696	22.696	–	–	–	–	22.696
Instalações	2.666	47	–	–	–	2.713	2.659	7	–	–	–	2.666
Máquinas e equipamentos	68.242	3.079	(94)	–	–	71.227	63.096	5.146	–	–	–	68.242
Móveis e utensílios	2.076	45	–	–	–	2.121	2.041	35	–	–	–	2.076
Veículos	573	792	–	–	–	1.365	732	–	(159)	–	–	573
Computadores e periféricos	2.942	94	–	–	–	3.036	2.892	50	–	–	–	2.942
Imobilizado em andamento	5.653	2.050	–	–	–	7.703	4.541	1.112	–	–	–	5.653
Total custo	**105.658**	**6.107**	**(94)**	**–**	**–**	**111.671**	**99.467**	**6.350**	**(159)**	**–**	**–**	**105.658**

Depreciação acumulada	2022	Adições	Baixas	Tranf. (entradas)	Tranf. (Saídas)	2023	2021	Adições	Baixas	Tranf. (entradas)	Tranf. (Saídas)	2022
Edifícios	(10.233)	(663)	–	–	–	(10.897)	(9.660)	(574)	–	–	–	(10.233)
Instalações	(2.417)	(41)	–	–	–	(2.457)	(2.371)	(46)	–	–	–	(2.417)
Máquinas e equipamentos	(50.490)	(3.099)	94	–	–	(53.495)	(47.361)	(3.129)	–	–	–	(50.490)
Móveis e utensílios	(1.894)	(37)	–	–	–	(1.930)	(1.850)	(44)	–	–	–	(1.894)
Veículos	(573)	(60)	–	–	–	(634)	(731)	(1)	159	–	–	573
Computadores e periféricos	(2.457)	(218)	–	–	–	(2.674)	(2.245)	(212)	–	–	–	(2.457)
Total depreciação acumulada	**(68.064)**	**(4.118)**	**94**	**–**	**–**	**(72.088)**	**(64.218)**	**(4.005)**	**159**	**–**	**–**	**(68.064)**
Líquido	**37.594**	**1.990**	**–**	**–**	**–**	**39.583**	**35.249**	**2.345**	**–**	**–**	**–**	**37.594**

	Consolidado						Consolidado					
Custo	2022	Adições	Baixas	Tranf.	Efeitos conversão	2023	2021	Adições	Baixas	Tranf.	Efeitos conversão	2022
Terrenos	810	–	–	–	–	810	810	–	–	–	–	810
Edifícios	22.696	–	–	–	–	22.696	22.696	–	–	–	–	22.696
Instalações	6.580	47	(3)	–	277	6.901	6.648	24	–	–	(92)	6.580
Máquinas e equipamentos	104.888	3.440	(166)	–	2.597	110.758	101.464	8.155	(3.846)	–	(885)	104.888
Móveis e utensílios	2.076	45	–	–	–	2.121	2.041	35	–	–	–	2.076
Veículos	716	792	(77)	–	10	1.443	970	–	(248)	–	(5)	716
Computadores e periféricos	3.600	102	(4)	–	47	3.745	3.552	64	–	–	(15)	3.600
Imobilizado em andamento	5.653	2.050	–	–	–	7.703	4.541	1.112	–	–	–	5.653
Gastos operacionais	8.328	129	–	–	590	9.048	8.479	45	–	–	(196)	8.328
Total custo	**155.347**	**6.605**	**(250)**	**–**	**3.521**	**165.225**	**151.200**	**9.435**	**(4.095)**	**–**	**(1.194)**	**155.347**

Depreciação acumulada	2022	Adições	Baixas	Tranf.	Efeitos conversão	2022	2021	Adições	Baixas	Tranf.	Efeitos conversão	2022
Edifícios	(10.233)	(663)	–	–	–	(10.897)	(9.660)	(574)	–	–	–	(10.233)
Instalações	(2.781)	(276)	–	–	(41)	(3.098)	(2.513)	(271)	–	–	3	(2.781)
Máquinas e equipamentos	(57.381)	(6.567)	98	–	(473)	(64.323)	(51.089)	(6.593)	215	–	86	(57.381)
Móveis e utensílios	(1.894)	(37)	–	–	–	(1.931)	(1.850)	(44)	–	–	–	(1.894)
Veículos	(624)	(79)	27	–	(4)	(681)	(838)	(37)	248	–	2	(624)
Computadores e periféricos	(2.791)	(397)	4	–	(24)	(3.206)	(2.409)	(385)	–	–	4	(2.791)
Gastos operacionais	(884)	(676)	–	–	(63)	(1.622)	(259)	(631)	–	–	6	(884)
Total depreciação acumulada	**(76.588)**	**(8.695)**	**130**	**–**	**(604)**	**(85.758)**	**(68.618)**	**(8.535)**	**463**	**–**	**102**	**(76.588)**
Líquido	**78.759**	**(2.090)**	**(121)**	**–**	**2.917**	**79.465**	**82.582**	**901**	**(3.631)**	**–**	**(1.092)**	**78.759**

(c) Outras informações: Existem bens móveis e imóveis, no montante líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2023 de R$ 12.865 (2022 - R$ 13.522), que foram arrolados em autos de infração de IPI, conforme mencionado na Nota 17 (d). Veículos e máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que a Companhia é arrendatária em uma operação de arrendamento financeiro:

	Controladora	
	2023	2022
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	8.387	7.594
Depreciação acumulada	(7.655)	(7.573)
Saldo contábil, líquido	732	22

(d) Análise de perda ao valor recuperável: Conforme mencionado na Nota 2.10, o Grupo avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. No exercício de 2023 não ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. No exercício de 2018, o Grupo contratou uma avaliação independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC (Unidade Geradora de Caixa), chegando ao seguinte resultado:

	Controladora	
	Valor contábil líquido	Valor líquido de venda
Máquinas e equipamentos	17.733	21.937
Terrenos, Edifícios e Instalações	12.866	65.240
Total	**30.599**	**87.177**

14. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais	15.408	16.483	17.100	17.375
Fornecedores estrangeiros	5.774	10.159	5.774	10.159
	21.182	**26.642**	**22.874**	**27.534**

15. Fornecedores risco sacado: A Companhia possui parcerias com diversas instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição, permitindo assim que gerenciem suas necessidades de fluxo de caixa da forma que melhor os atenda. Esta flexibilidade possibilita que a Companhia intensifique as relações comerciais com a rede de fornecedores, alavancando potencialmente benefícios como preferência de fornecimento em casos de oferta restrita, melhores condições de preço e/ou prazos de pagamento mais flexíveis, entre outros, sem que se identifiquem contrapartidas em outras condições comerciais. Em 31.12.23, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras no mercado interno ficaram entre 1,2998% e 1,35% a.m. **16. Passivo de arrendamento:** A Companhia é arrendatária em um contrato de arrendamento de veículos. O contrato possui opção de renovação por período adicional ao final do contrato, estabelecidos por aditivo, não sendo permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado. As cláusulas dos contratos mencionados, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são contratadas conforme práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas a restrições de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

	Controladora					
Custo	2022	Adições	Baixas	Transf. (entradas)	Transf. (saídas)	2023
Veículos	–	792	–	–	–	792
Total custo	**–**	**792**	**–**	**–**	**–**	**792**

	Controladora					
Depreciação Taxa	2022	Adições	Baixas	Transf. (entradas)	Transf. (saídas)	2023
Veículos 25,0%	–	(60)	–	–	–	(60)
Total custo	**–**	**(60)**	**–**	**–**	**–**	**(60)**
	–	**732**	**–**	**–**	**–**	**732**

17. Imposto de renda e CS: O IR e a CS foram calculados com base nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do IR é 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R$240. A CS é calculada sobre o lucro tributável à alíquota de 9%. A taxa combinada é 34%. **(a) Composição do IR e CS diferidos:** Os saldos de IR e CS diferidos ativos e passivos são demonstrados como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	2.270	2.279
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	265	265
Outros	483	571
Provisão para perdas de estoque	180	199
	3.198	3.314
Impostos diferidos passivo sobre diferenças temporárias:		
Custo atribuído de ativo imobilizado	(455)	(1.072)
Indenização de Sinistro	(1.489)	(1.489)
Contribuição FINSOCIAL	(113)	–
	(2.058)	(2.562)
Impostos diferidos ativo/passivos, líquidos	**1.140**	**753**

O IR e a CS diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. **(b) Reconciliação do benefício (despesa) do IR e da CS:** No exercício de 2021, após o encerramento do processo de auditoria e com a finalização dos levantamentos dos investimentos em P&D, a companhia decidiu oferecer à tributação os valores reconhecidos referente ao Processo com Trânsito em Julgado do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota 10 (a)), a companhia reconheceu os valores relativos à Lei do Bem, enviados ao MCTI, resultando no valor de R$ 844 mil demonstrado como impostos correntes. No exercício de 2023 a empresa novamente se utilizou dos valores investidos em P&D, não apresentando desta forma lucro tributável. **18. Empréstimos e financiamentos:**

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora e consolidado 2023	2022
Em moeda Nacional			
Capital de Giro	6,60% a.a. + CDI	3.958	7.592
Finame	11,74% a.a. + IPCA	1.341	–
FGI	12,69%	11.930	12.351
CCB	7,90% a.a. + CDI	17.323	23.575
NCE	7,27% a.a. + CDI	3.703	8.248
CCE	7,57% a.a. + CDI	2.112	–
Debêntures	IPCA + 11%	37.807	11.902
		78.174	**63.668**

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora e consolidado 2023	2022
Em moeda Estrangeira			
ACC	9,00% a.a. + VC	25.814	22.355
4131	4,31% a.a. + VC	2.798	11.237
CCE	8,73% a.a. + VC	5.957	–
NCE	6,03% a.a. + VC	3.552	6.852
		38.121	40.444
Menos parcela não circulante		(63.315)	(37.407)
Circulante		**52.980**	**66.705**

O valor justo dos empréstimos atuais é próximo ao seu valor contábil. Os debenturistas são partes relacionadas da companhia. **(a) Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:**

	2023	2022
2024	–	16.450
2025	23.380	7.427
2026	14.620	7.580
2027	8.303	5.951
2028	7.561	–
2029	7.561	–
2030	1.890	–
	63.315	**37.407**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia bens do Grupo dados em garantia dos financiamentos, exceto pelos bens objeto de arrendamento mercantil, para os quais os próprios bens são dados em garantia. Todos os empréstimos e financiamentos são avalizados pela controladora final JPH Participações e Comércio Ltda. e seus respectivos sócios. **(b) Compromissos financeiros - "Covenants":** Como forma de monitoramento da situação financeira do Grupo pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida. O Grupo realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, tendo sido observadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, atingimos 2,32, em função do processo de reestruturação da área administrativa e operacional da empresa. **(c) Linhas de crédito:** O Grupo possui em 31 de dezembro de 2023, um limite de crédito não utilizado no montante de R$ 2.343.285, na modalidade de cheque especial, com as instituições financeiras: Banco Bradesco, Banco ABC, Banco Daycoval, Baco Sofisa, Banco Safra e Banco Santander com as quais possui movimentações em contas correntes. **(d) Reconciliação da dívida líquida:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos de curto prazo	52.980	66.705	52.980	66.705
Empréstimos de longo prazo	63.315	37.407	63.315	37.407
Total da dívida	**116.294**	**104.113**	**116.294**	**104.113**
Caixa e equivalentes de caixa	(12.987)	(6.325)	(13.206)	(6.974)
Dívida líquida	**103.307**	**97.788**	**103.088**	**97.139**

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2023	**104.113**	**(6.974)**	**97.139**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos e financiamentos	83.053	–	83.053
Pagamento de principal	(70.691)	–	(70.691)
Pagamento de juros	(8.446)	–	(8.446)
Pagamentos e recebimentos diversos	–	(6.232)	(6.232)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Juros provisionados e não pagos	10.046	–	10.046
Variação cambial	(1.780)	–	(1.780)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	**116.294**	**(13.206)**	**103.088**

19. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Adiantamento de clientes	2.149	1.975	3.140	2.901
Outros passivos circulantes	3.380	275	3.429	313
	5.529	**2.250**	**6.569**	**3.214**
Não circulante				
INSS - Exclusão base cálculo ICMS	933	933	933	933
INSS - CPRB NCM Exclusão	–	487	–	487
Outros passivos não circulantes	591	753	591	2.796
	1.525	**2.173**	**1.525**	**4.216**
Total	**7.054**	**4.423**	**8.094**	**7.430**

20. Provisão para demandas judiciais:

	Controladora e Consolidado					
	Provisões para contingências		Depósitos judiciais		Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contingências trabalhistas	57	94	509	447	(453)	353
Contingências tributárias	728	1.128	–	–	728	1.128
Contingências cíveis	2.614	5.480	6	–	2.608	5.480
	3.399	**6.702**	**515**	**447**	**2.883**	**6.255**

	Controladora e Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Depósitos judiciais
Em 1º de janeiro de 2022	231	728	8.940	9.899	446
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(92)	400	(3.255)	(2.947)	(12)
Depósitos judiciais	–	–	–	–	–
Liquidações dos processos	(45)	–	(205)	(250)	13
Em 31 de dezembro de 2022	94	1.128	5.480	6.702	447
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	30	(146)	(2.866)	(2.982)	(29)
Depósitos judiciais	–	–	–	–	98
Liquidações dos processos	(68)	(254)	–	(322)	–
Em 31 de dezembro de 2023	57	728	2.614	3.399	516

20.1 Movimentação das provisões para demandas judiciais: (a) Trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. As contingências trabalhistas e previdenciárias consistem, principalmente, em reclamações de empregados relativas à reintegração ao emprego e equiparação salarial de ex-funcionários. **(b) Honorários advocatícios:** A Companhia possui acordo firmado com seus consultores jurídicos para pagamento de honorários advocatícios devidos em caso de êxito em autos de infração, estimados como prováveis de ganho pela administração. **(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Trabalhistas		
Processos trabalhistas	2.904	2.187
Cíveis		
Processos cíveis	1.500	3.841
Tributárias		
Notificação fiscal de lançamento de débito	–	–
	4.404	**6.028**

(d) Outros assuntos: A Companhia realizou de forma administrativa e extemporânea a compensação de créditos relacionados a PIS - Programa de Integração Social, COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e ICMS - imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação no ano de 2019 e 2020 que, somados, totalizam o importe de R$ 6.639 sendo que, atualizado pela SELIC, com base 31.12.2023, monta R$ 9.277. Referidos créditos foram tomados de modo extemporâneo e são advindos da tese: "Exclusão do PIS e da COFINS da base de cálculo do ICMS" e "Exclusão do PIS e COFINS da base de cálculo do próprio PIS e COFINS" e, não houve ingresso de medida judicial para tanto, representando, portanto, crédito de natureza contingente. Não houve lançamento a título de provisão no balanço patrimonial encerrado em 31.12.2023. O valor com juros e eventual multa, atualizado em 31.12.2023, representa no passivo o importe de R$ 13.916. Existem autos de infração emitidos contra a Companhia em 21 de novembro de 2007, questionando a classificação fiscal de determinados produtos, no que diz respeito à tributação do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, no mercado interno. A Companhia possui laudos emitidos pelo INT - Instituto Nacional de Tecnologia que suportam a tese defendida pela Companhia sobre a adequação da classificação fiscal atualmente adotada. Tendo em vista tratar-se de objeto sujeito a interpretação e baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a administração acredita que os riscos de perda para o questionamento em andamento desses autos de infração são remotos. Este processo encontra-se suspenso através de uma ação cautelar do Tribunal Regional Federal da Primeira Região Seção Judiciária Federal, processo nº 0073825-69.2015.4.01.3400 - 16ª Vara Federal do dia 16 de dezembro de 2017. O valor atualizado desses autos é de valor em 31 de dezembro 2023 é de R$ 41.304 (2022 - R$ 36.605). Sobre este assunto a Companhia mantém provisionado em 31 de dezembro de 2023 o montante de R$ 800 (2022 - R$ 800) referentes a honorários advocatícios. **20.1 Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Diretoria suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, NBC TG 32 (R4) Tributos sobre o lucro e ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. **21. Patrimônio líquido: (a) Capital subscrito:** O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é dividido em 19.031.652 ações ordinárias de R$ 1,00 cada uma, sendo seu principal acionista a empresa JPH Participações e Comércio Ltda. (99,99%). Em dezembro de 2022 a acionista JPH converteu o seu contrato de mútuo em face da Emicol BR em ações no montante de R$ 12.056 mil, dividido em 12.055.714 ações ordinárias de R$ 1,00 cada, totalizando o capital de R$ 31.087 mil relativos a 31.087.366 ações ordinárias. **(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(c) Ajustes de avaliação patrimonial:** A conta de ajuste de avaliação patrimonial foi criada conforme determinação da Lei nº 11.638/07 para receber as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. O saldo existente na conta refere-se aos ajustes do ativo imobilizado após a adoção da opção do custo atribuído e dos respectivos tributos diferidos, previsto no pronunciamento técnico CPC 27. Outro saldo existente na conta refere-se aos ajustes acumulados de conversão cambial da sua investida. Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, denominado como Variação cambial de investida no exterior. **(d) Dividendos propostos e juros sobre capital próprio:** A proposta de dividendos consignada nas Demonstrações contábeis da Companhia é sujeita à aprovação dos acionistas na assembleia geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197. Nos exercícios de 2023 e 2022, não houve novas constituições de dividendos e juros sobre capital próprio. **22. Receita líquida:** A reconciliação das vendas brutas para receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	270.034	279.708	270.034	279.708
Mercado externo	52.266	39.497	66.838	46.392
Impostos sobre vendas e serviços	(64.323)	(69.039)	(64.323)	(69.039)
Receita líquida	**257.977**	**250.166**	**272.549**	**257.61**

23. Custos das vendas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos produtos vendidos	**(206.848)**	**(197.566)**	**(223.413)**	**(205.094)**

Os custos são compostos, em sua maioria, pelas matérias primas e componentes utilizados na produção dos nossos produtos, outros custos como mão de obra direta e indireta, energia elétrica, depreciação, gastos gerais e gastos indiretos de fabricação compõem, juntamente com as matérias primas e componentes os custos dos produtos vendidos. **24. Despesas e receitas administrativas por natureza:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas de benefícios a empregados	(18.597)	(18.375)	(19.929)	(19.786)
Encargos de depreciação	(477)	(389)	(4.992)	(4.744)
Despesas com manutenção	(1.150)	(1.126)	(1.171)	(1.263)
Despesas com serviços profissionais contratados	(3.227)	(3.091)	(3.244)	(3.152)
Despesas com fretes, viagens e publicidade	(1.765)	(1.134)	(1.766)	(1.135)
Provisão para contingências	808	1.186	808	1.186
Ganho de crédito tributário	389	1.264	389	1.264
Assessoria jurídica	(2.024)	(2.276)	(3.025)	(3.556)
Brindes	(43)	(19)	(43)	(19)
Cursos e treinamentos	(58)	(121)	(58)	(121)
Despesas com importação e exportação	(1.293)	(401)	(1.293)	(401)
Despesas com processos judiciais	(351)	(409)	(351)	(409)
Despesas com veículos	(216)	(184)	(216)	(184)
Energia elétrica	(418)	(384)	(418)	(384)
Impostos e taxas diversas	(260)	(201)	(260)	(201)
Material de consumo	(207)	(155)	(207)	(155)
Outras provisões	(140)	(597)	(140)	(597)
Comissões a representantes	(721)	(644)	(721)	(644)
Outras despesas, líquidas	2.645	(2.223)	2.645	(2.223)
	(27.105)	**(29.280)**	**(33.991)**	**(36.525)**

Reconciliação com a demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com vendas	(9.470)	(7.698)	(9.470)	(8.055)
Despesas gerais e administrativas	(23.328)	(23.105)	(30.214)	(29.993)
Outras receitas (despesas) operacionais	5.693	1.523	5.693	1.523
	(27.105)	**(29.280)**	**(33.991)**	**(36.525)**

25. Resultado financeiro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Descontos obtidos	148	121	148	121
Receitas sobre aplicações financeiras	369	47	369	47
Juros sobre mútuo ativo	973	3.372	–	–
Atualização processos judiciais	1.491	–	1.491	–
Outras receitas financeiras	–	2.593	24	3.838
Total das receitas financeiras	**2.981**	**6.133**	**2.032**	**4.006**
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.046)	(10.434)	(10.046)	(10.434)
Juros sobre debêntures	(3.553)	(2.066)	(3.553)	(2.066)
Encargos sobre desconto de duplicatas	(7.391)	(7.512)	(8.213)	(7.512)
Descontos concedidos	(653)	(246)	(653)	(246)
Outras despesas financeiras	(3.574)	(3.676)	(5.333)	(4.150)
Total das despesas financeiras	**(25.217)**	**(23.934)**	**(27.798)**	**(24.408)**
Variações cambiais, líquidas	364	(745)	3.865	(2.919)
Resultado financeiro líquido	**(21.872)**	**(18.546)**	**(21.901)**	**(23.321)**

(a) Em 2023, o valor apresentado em outras receitas financeiras está representado substancialmente sobre o reconhecimento da atualização pela SELIC sobre processo ficais onde a empresa obteve êxito. **26. Variações cambiais, líquidas:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes, líquidas	(1.545)	(1.148)	(1.545)	(1.148)
Contas a pagar a fornecedores, líquidas	128	1.400	3.640	(774)
Empréstimos	1.780	(997)	1.770	(997)
	364	**(745)**	**3.865**	**(2.919)**

27. Outras receitas, líquidas:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Habilitação crédito SISCOMEX	414	–
Crédito extemporâneo PIS e COFINS	633	–
Ganho na aquisição de créditos ICMS	2.718	–
Reconhecimento processo judicial FINSOCIAL	333	–
Outros	1.595	1.523
	5.693	**1.523**

28. Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2023	2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(6.396)	(8.593)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	31.087	31.087
Lucro (prejuízo) básico por ação - R$	**(0,2157)**	**(0,2764)**

29. Seguros: Em 31 de dezembro de 2023, o montante de cobertura pode ser verificado no quadro a seguir. Os veículos estão segurados pela tabela Fipe mais 10%.

Cobertura	Importâncias seguradas
Incêndios, quedas de raios e explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, tornado ou granizo, lucro cessantes Sompo Seguros	275.805
Veículos - Seguro Suras S. A.	Valores de mercado FIPE 110%
Responsabilidade Cível em Geral - AXA Seguros S.A.	20.000
Responsabilidade Civil Administradores (D&O) - Axa Seguros S.A.	15.000

As premissas de riscos para seguros, bem como, as políticas de proteção adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **30. Eventos subsequentes:** Até o momento da aprovação das Demonstrações contábeis não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data-base.

continua ★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

continuação

Emicol Eletro Eletrônica S.A.

Diretoria

Peter Willi Friedrich
Diretor Presidente

Robert Friedrich
Diretor Adjunto da Presidência

Feres Macul Neto
Diretor Geral

Contabilista
Vinicius Bego
CRC 1SP203817/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

À Diretoria e Conselho de Administração da **Emicol Eletro Eletrônica S.A.** - Itu - SP. **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Emicol Eletro Eletrônica S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Emicol Eletro Eletrônica S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Imobilizado - Mensuração, reconhecimento e divulgação - ausência de controle patrimonial individualizado, avaliação de estimativa anual de vida útil e valor residual:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia possui registrado na rubrica "Imobilizado", no ativo não circulante, o montante líquido de R$ 39.584 mil e R$ 79.465 mil, respectivamente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, cujos saldos não puderam ser plenamente examinados até o momento pelos seguintes fatores: (i) ausência do controle patrimonial individualizado adequado, não havendo identificação dos itens por meio de chapas de controle ou outro dispositivo de identificação individual para seus ativos imobilizados, (ii) ausência do controle do custo atribuído e reflexos no Ajuste de avaliação patrimonial e imposto de renda diferido, e (iii) ausência de avaliação da vida útil econômica e do valor residual do ativo imobilizado, inclusive para exercícios anteriores. Consequentemente, não foi possível, nas circunstâncias, opinar sobre o referido montante líquido da rubrica, assim como, seus efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Investimentos e consolidação - ausência da totalidade da documentação suporte da participação societária da empresa Emicol México S.A. de C.V.** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, a Companhia possui registrado na rubrica "Investimento", no ativo não circulante, o montante de R$ 20.593 mil, referente à investimento da totalidade da participação societária da empresa controlada Emicol México S.A. de C.V., cujo saldo não pôde ser examinado até a conclusão de nossos trabalhos devido à ausência do recebimento da totalidade da documentação suporte base para nossas análises do investimento e consequentemente da consolidação. Consequentemente, não foi possível, nas circunstâncias, opinar sobre o referido montante líquido da rubrica, assim como, seus efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Desvio de prática contábil - Mensuração e reconhecimento - ausência de fundamentação aplicável e documentação suporte para reconhecimento de crédito tributário extemporâneo e posterior compensação com passivos tributários - valores correspondentes:** Conforme mencionado na Nota 20.1 (d) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria da Companhia reconheceu entre 2019 e 2020 créditos tributários extemporâneos advindos da tese "Exclusão do PIS e da COFINS da base de cálculo do ICMS" e "Exclusão do PIS e COFINS da base de cálculo do próprio PIS e COFINS" que na oportunidade o valor original totalizaram de R$ 6.639 mil na Controladora e no Consolidado, os quais foram utilizados para compensar com passivos correspondentes dos tributos devidos de mesma natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, créditos tributários extemporâneos somente podem ser registrados no balanço após haver desfecho favorável ao contribuinte e definitivo de ação e, da qual, não caiba mais recurso de apelação por parte da União. A compensação de créditos tributários que não sejam direitos legítimos ou amparados pela lei com obrigações a pagar de tributos não se constitui em uma compensação legalmente aceita e, portanto, resulta em uma obrigação tributária não paga sujeita a acréscimo juros e multas. Adicionalmente, até o término de nossos trabalhos não nos foram apresentados a totalidade da documentação suporte, bem como parecer dos assessores jurídicos, quanto a legalidade desta operação que fundamente o reconhecimento dos créditos tributários extemporâneos e a respectiva compensação com os correspondentes passivos tributários de mesma natureza. Consequentemente, os créditos tributários reconhecidos de forma extemporânea e os passivos tributários compensados não atendem os requisitos para mensuração, reconhecimento, compensação e divulgação, desta forma, não nos foi possível nas circunstâncias, inclusive em eventos subsequentes, opinar sobre os referidos montantes líquidos, anteriormente compensados, assim como, seus efeitos, inclusive tributários, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Ênfases: Transações com partes relacionadas:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Consequentemente, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, assim como, a realização e liquidação das referidas operações são condicionadas às disponibilidades de fluxos de caixa entre as partes relacionadas. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto. **Investimentos em companhia controlada - Prejuízos acumulados:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas a Companhia possui participação societária integral na sociedade Emicol México S.A. ("Controlada"), cuja Controlada incorreu no prejuízo de R$ 8.908 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 12.654 mil, em 31 de dezembro de 2022) e apresenta prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2023 de R$ 52.040 mil (R$ 40.243 mil, em 31 de dezembro de 2022). O patrimônio líquido da Controlada em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 20.593 mil, (R$ 28.362 mil em 31 de dezembro de 2022 após o aumento de capital de R$ 50.000 mil). Dessa forma, as demonstrações financeiras da Controlada, objetos de consolidação na Companhia, estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações contábeis de exercícios anteriores examinadas por outro Auditor Independente:** As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, elaboradas originalmente antes dos ajustes e reclassificações apresentados na nota explicativa 2.22 - Reapresentação espontânea dos valores correspondentes, foram conduzidas sob a responsabilidade de outro Auditor independente, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de março de 2023. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2022, examinamos também os ajustes descritos na referida nota explicativa 2.22 - Reapresentação espontânea dos valores correspondentes, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2022. Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2022 e exercícios anteriores, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidas de 2022 e exercícios anteriores tomadas em conjunto. **Valores correspondentes ao exercício anterior:** As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidas sob a responsabilidade de outro Auditor independente, que emitiram relatório de auditoria em 30 de março de 2023 e continha Opinião com Ressalvas em decorrência dos seguintes assuntos: 1) Desvio de prática contábil; 2) Investimento em companhia controlada; 3) Prejuízos acumulados em participação societária e Ênfases de; 4) Transações com partes relacionadas; e 5) Reapresentação dos valores correspondentes. Como fato do exercício corrente, os referidos assuntos foram submetidos aos procedimentos de auditoria do exercício corrente, e não foram identificados impactos neste conjunto completo de demonstrações contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para o seguinte assunto: 1) Reapresentação dos valores correspondentes. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba, 16 de Abril de 2024

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

William da Silva Iza
Contador - CRC 1 SP 248644/O-8

---

eólicas babilônia

BABILÔNIA HOLDING S.A.

CNPJ: 26.680.187/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.425	8.849	35.300	69.291
Concessionárias	9	–	–	21.096	17.448
Impostos a compensar	10	380	135	1.057	798
Despesas pagas antecipadamente		23	660	650	790
Partes relacionadas	11	245	332	63	8
Adiantamentos		–	6.037	–	6.037
		8.073	**16.013**	**58.166**	**94.372**
Não Circulante					
Cauções e depósitos vinculados	12	–	–	43.509	43.215
Investimentos	13	238.226	272.392	–	–
Imobilizado	14	6	–	731.303	760.233
Intangível		–	–	7	–
		238.232	**272.392**	**774.819**	**803.448**
		246.305	**288.405**	**832.985**	**897.820**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	15	51	107	5.102	5.020
Salários e encargos		1.460	1.096	1.460	1.096
Impostos a pagar	10	40	47	2.789	2.815
Debêntures	17	2.792	2.172	2.792	2.172
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	63.423	57.781
Partes relacionadas	11	–	31	–	1.096
Adiantamentos		1.668	466	–	–
		6.011	**3.919**	**75.566**	**69.980**
Não Circulante					
Debêntures	17	101.343	98.645	101.343	98.645
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	468.081	494.959
Provisões	18	–	–	4.418	3.933
Outras contas a pagar		–	–	44.626	44.462
		101.343	**98.645**	**618.468**	**641.999**
Patrimônio líquido	20				
Capital social		132.048	182.048	132.048	182.048
Reserva legal		6.400	3.793	6.400	3.793
Reservas de lucros		503	–	503	–
		138.951	**185.841**	**138.951**	**185.841**
		246.305	**288.405**	**832.985**	**897.820**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	21	**40**	**–**	**179.558**	**156.335**
Custo de operação	22				
Encargos de uso da rede elétrica		–	–	(8.309)	(7.902)
Materiais e serviços de terceiros		–	–	(21.520)	(20.154)
Depreciações e amortizações		–	–	(29.263)	(29.251)
Outros custos de operação		–	–	(3.571)	(2.483)
Total de custo		**–**	**–**	**(62.663)**	**(59.790)**
Lucro bruto		**40**	**–**	**116.895**	**96.545**
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(2.974)	(1.033)	(7.085)	(10.168)
Outras despesas e receitas operacionais	22	85	–	767	1.464
Resultado das participações societárias	13	63.710	34.575	–	–
Total de despesas operacionais		**60.821**	**33.542**	**(6.318)**	**(8.704)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**60.861**	**33.542**	**110.577**	**87.841**
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		893	581	11.970	12.072
Despesas financeiras		(9.607)	(7.846)	(61.010)	(64.816)
Total do resultado financeiro		**(8.714)**	**(7.265)**	**(49.040)**	**(52.744)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**52.147**	**26.277**	**61.537**	**35.097**
Imposto de renda e contribuição social	24	–	–	(9.390)	(8.820)
Resultado líquido do exercício		**52.147**	**26.277**	**52.147**	**26.277**
Número de ações		160.933.043	160.933.043	160.933.043	160.933.043
Resultado por ação		0,32	0,16	0,32	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado líquido do exercício	52.147	26.276	52.147	26.277
Resultado abrangente do exercício	**52.147**	**26.276**	**52.147**	**26.277**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**182.048**	**2.479**	**29.612**	**–**	**214.139**
Lucro do exercício	–	–	–	26.276	26.276
Constituição de reserva legal	–	1.314	–	(1.314)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(6.241)	(6.241)
Reserva de retenção de lucros	–	–	18.722	(18.722)	–
Dividendos complementares	–	–	(48.332)	–	(48.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**182.048**	**3.793**	**–**	**–**	**185.841**
Constituição (redução) de capital	(50.000)	–	–	–	(50.000)
Lucro do exercício	–	–	–	52.147	52.147
Constituição de reserva legal	–	2.607	–	(2.607)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(24.770)	(24.770)
Reserva de retenção de lucros	–	–	24.770	(24.770)	–
Dividendos complementares	–	–	(24.267)	–	(24.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**132.048**	**6.400**	**503**	**–**	**138.951**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	52.147	26.277	61.537	35.096
Depreciações e amortizações	(2)	–	29.265	29.251
Encargos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9.398	10.064	59.670	56.083
Provisão para desmantelamento	–	–	485	432
Ajuste financeiro sobre contrato de suprimento de energia	–	–	1.678	11.997
Resultado das participações societárias	(63.710)	(34.575)	–	–
	(2.167)	1.766	152.635	132.859
Variação em ativos e passivos operacionais:				
Concessionárias	–	–	(5.326)	(12.994)
Impostos a compensar	(245)	(108)	(259)	(202)
Dividendos recebidos	47.876	70.801	–	–
Despesas pagas antecipadamente	637	(156)	140	231
Adiantamentos	7.239	(5.571)	6.037	(6.035)
Fornecedores	(56)	102	82	400
Salários e encargos	364	629	364	629
Impostos a pagar	(7)	26	(2.126)	(5.811)
Partes relacionadas	56	2.414	(1.151)	1.081
Outras contas a pagar	–	–	164	10.559
Caixa gerado pelas atividades operacionais	53.697	69.903	150.560	120.717
Juros pagos	(4.404)	(4.269)	(48.886)	(50.214)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(7.290)	(9.003)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	49.293	65.634	94.384	61.500
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Redução de investimento em controladas	49.998	–	–	–
Cauções e depósitos vinculados	–	–	(294)	(284)
Adições ao imobilizado	(4)	–	(342)	(258)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	49.996	–	(636)	(542)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(49.037)	(58.985)	(49.037)	(58.985)
Aumento (redução) de capital	(50.000)	–	(50.000)	–
Amortização do principal de empréstimo, debêntures e notas promissórias	(1.676)	(460)	(28.702)	(20.518)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(100.713)	(59.445)	(127.739)	(79.503)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.424)**	**6.189**	**(33.991)**	**(18.545)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.849	2.660	69.291	87.836
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.425	8.849	35.300	69.291
	(1.424)	**6.189**	**(33.991)**	**(18.545)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Babilônia Holding S.A. (Companhia ou Controladora ou Babilônia), também referida isoladamente ou em conjunto com suas controladas como Grupo, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela ASTIC IE Participações S.A. que, com sede e foro na Rua São José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Constituída em 8 de dezembro de 2016, tem por objeto social a participação em outras sociedades, exploração do potencial de projetos eólicos, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade.

A Companhia tem sede e foro na Rua São José Gonçalves de Oliveira, 116, 8ª andar, Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

As participações diretas detidas pela Companhia são as seguintes:

Empresas	Consolidação	31/12/2023 Direta	31/12/2022 Direta
Central Eólica Babilônia I (Babilônia I)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia II (Babilônia II)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia III (Babilônia III)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia IV (Babilônia IV)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia V (Babilônia V)	Integral	100%	100%

1.1 Autorizações dos Parques Eólico Babilônia I, II, III, IV e V

As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração

Empresa	Usinas	Modalidade	Outorga	UF	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Autorização Início	Autorização Término
Central Eólica Babilônia I	Ventos de Santa Aparecida	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia II	Ventos de Santa Beatriz	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia III	Ventos de São Gabriel	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia VI	Ventos de Santa Aurora	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia V	Ventos de Santa Cecília	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051

Em 13 de novembro de 2015, o Grupo vendeu 72,8 MW médio de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER), por meio de cinco projetos de geração eólica: Ventos de Santa Aparecida, Ventos de Santa Aurora, Ventos de Santa Beatriz, Ventos de Santa Emília e Ventos de São Gabriel, localizados no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 136,5 MW.

- Em 14 de novembro de 2018, por meio dos Despachos nº 2.598, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia V para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos nº 2.714, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia I para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos nº 2.713, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia II para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos nº 2.712, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia III para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018

1.2 Constrained-off

Embora as novas regras restrinjam as oportunidades de ressarcimento para as Centrais Eólicas Babilônia em casos de constrained-off no futuro, é previsto que a frequência e a gravidade desses eventos diminuam, devido aos investimentos previstos em Linhas de Transmissão pela nos (Operador Nacional do Sistema) e à menor utilização de geração em Termoelétricas dando preferência a energias renováveis na matriz elétrica nacional.

As Centrais Eólicas Babilônia buscaram, através de medidas administrativas na ANEEL/ONS, o ressarcimento total pelos eventos de constrained-off ocorridos antes da implementação da Resolução Normativa 927/2021, e solicitaram a suspensão do pagamento de multas até que a ANEEL avalie o pedido.

Em 2023, após ação coletiva da ABEEOLICA (Associação Brasileira de Energia Eólica) juntamente com a ABSOLAR (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), houve uma decisão judicial determinando que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizasse os pagamentos de compensação através da liquidação do mercado de curto prazo (MCP). No entanto, houve recurso contra essa decisão, e o assunto permanece em discussão nos tribunais.

1.3 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido do Grupo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R$ 17.399 em 31 de dezembro de 2023 (positivo em R$ 24.392 em 31 de dezembro de 2022), o que decorre substancialmente das distribuições de dividendos adicionais e reduções de capital ocorridas durante o ano, que provocaram uma redução substancial dos saldos em caixa.

O passivo circulante inclui os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures a serem liquidadas nos próximos 12 meses, além de saldos a pagar com fornecedores, enquanto o ativo circulante contempla apenas a receita fixa recebida mensalmente nos contratos de energia de reserva.

Com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses, a administração concluiu que o Grupo terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo, dados os fluxos regulares de caixa a serem recebidos mensalmente determinados em contratos de receita fixa.

A Companhia não identificou indicativos sobre a existência de incerteza relevante quanto à continuidade operacional, uma vez a geração de caixa futura será suficiente para cobrir as necessidades financeiras ao longo do próximo ano.

2 Base de preparação

2.1 Resumo das principais políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e com base nos planos da administração entende que possue recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2024.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das regras contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

2.4 Base de Consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Araque
Diretor

Ruy de Sousa Pereira Lima
Diretor

CONTADOR

Vicente Pinheiro de Lima
CRC: nº 1 SP 290166/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

SANSÃO HOLDING S.A.

CNPJ nº 32.266.866/0001-35

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	-	25.002	16.219
Contas a receber	4	-	-	8.224	1.765
Estoques	5	-	-	4.202	7.216
Impostos a recuperar	6	-	-	48	3.325
IRPJ e CSLL a compensar		-	-	4.067	-
Dividendos a receber		1.422	1.235	-	-
Outros ativos	7	-	1	596	1.949
Total circulante		**1.422**	**1.236**	**42.139**	**30.474**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	426	709
Outros ativos	7	-	-	6	14
Total do realizável a longo prazo		**-**	**-**	**432**	**723**
Investimentos	8	36.872	46.900	-	-
Imobilizado	9	-	-	10.782	12.603
Intangível	9	-	-	17.113	16.473
Direito de uso	10	-	-	1.399	1.443
Total não circulante		**36.872**	**46.900**	**29.726**	**31.242**
Total do ativo		**38.294**	**48.136**	**71.865**	**61.716**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	12	-	-	12.288	7.674
Arrendamento	11	-	-	230	248
Obrigações trabalhistas	13	-	-	1.935	894
Obrigações tributárias	14	-	-	1.070	581
IRPJ e CSLL a recolher		-	-	569	184
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.343	1.124	1.343	1.124
Outros passivos	15	-	-	15.763	1.660
Total circulante		**1.343**	**1.124**	**33.198**	**12.365**
Não circulante					
Arrendamento	11	-	-	1.297	1.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	128	146
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17	-	-	260	881
Parcelamentos tributários	14	-	-	31	42
Outros passivos	15	-	-	-	15
Total não circulante		**-**	**-**	**1.716**	**2.339**
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	34.529	34.529	34.529	34.529
Reserva de capital		105	105	105	105
Reservas de lucro	18.b	2.317	12.378	2.317	12.378
Patrimônio líquido dos controladores		**36.951**	**47.012**	**36.951**	**47.012**
Total do patrimônio líquido		**36.951**	**47.012**	**36.951**	**47.012**
Total do passivo e patrimônio líquido		**38.294**	**48.136**	**71.865**	**61.716**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucro: Reserva legal	Reservas de Lucro: Lucros Retidos	Lucro do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**34.529**	**105**	**746**	**10.645**	**-**	**46.025**
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	4.734	4.734
Dividendos adicionais					(2.623)		(2.623)
Constituição da Reserva Legal		-	-	237	-	(237)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(1.124)	(1.124)
Lucros retidos		-	-	-	3.373	(3.373)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**34.529**	**105**	**983**	**11.395**	**-**	**47.012**
Dividendos adicionais 2022		-	-	-	(14.373)	-	(14.373)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.655	5.655
Reserva Legal				283		(283)	
Dividendos mínimos obrigatórios	18.b	-	-	-	-	(1.343)	(1.343)
Lucros retidos	18.b	-	-	-	4.029	(4.029)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**34.529**	**105**	**1.266**	**1.051**	**-**	**36.951**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado e resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita de prestação de serviços	19	-	-	**90.377**	**83.087**
Custo dos serviços prestados	20	-	-	(69.180)	(63.637)
Lucro Bruto		-	-	**21.197**	**19.450**
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	21	-	-	(4.968)	(3.231)
Despesas comerciais	22	-	-	(7.456)	(6.943)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	-	1	(1.277)	(475)
Equivalência patrimonial e realização do valor justo		5.655	4.734	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**5.655**	**4.735**	**7.496**	**8.801**
Receitas financeiras	24	-	-	2.016	1.832
Despesas financeiras	24	-	(1)	(1.305)	(2.505)
Resultado financeiro		**-**	**(1)**	**711**	**(673)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**5.655**	**4.734**	**8.207**	**8.128**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	16	-	-	(2.287)	(3.321)
Diferido	16	-	-	(265)	(73)
Lucro líquido do exercício		**5.655**	**4.734**	**5.655**	**4.734**
Outros resultados abrangentes					
Itens que serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		-	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício		**5.655**	**4.734**	**5.655**	**4.734**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de reais – R$)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício		**5.655**	**4.734**	**5.655**	**4.734**
Itens que não afetam o caixa:					
Imposto de renda e contribuição social	16	-	-	2.552	3.394
Depreciações e amortizações		-	-	2.409	2.893
Equivalência patrimonial	1	(5.655)	(4.734)		
Baixa de ativos imobilizado, intangível e arrendamentos		-	-	21	-
Constituição de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	16	-	-	617	54
Perdas estimadas para glosa e inadimplência		-	-	492	66
Despesas de juros de arrendamentos		-	-	140	178
Outros		-	-	-	7
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes das variações de ativos e passivos		**-**	**-**	**11.886**	**11.326**
(Aumento) redução em contas a receber	4	-	-	(5.967)	3.406
(Aumento) redução nos estoques	5	-	-	3.014	5.692
(Aumento) redução em impostos a recuperar	6	-	-	(791)	4.761
(Aumento) redução em outros ativos		-	-	1.363	608
Aumento (redução) em fornecedores	12	-	-	4.614	(1.253)
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	13	-	-	(1.041)	(6.649)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	14	-	-	(1.162)	-
Aumento (redução) em outros passivos		-	-	13.958	(187)
Total de variação em ativos e passivos		**-**	**-**	**13.988**	**6.378**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(1.490)	(7.802)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		-	-	(34)	(149)
Pagamento de riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		-	-	-	(73)
Pagamento de juros sobre parcelamentos		-	-	(8)	(17)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**-**	**-**	**12.456**	**(1.663)**
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		-	-	(957)	(1.825)
Dividendos recebidos de controladas		5.655	4.734		
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de investimento		**5.655**	**4.734**	**(957)**	**(1.825)**
Pagamento de arrendamento mercantil		-	-	(325)	(593)
Pagamento de parcelamento		-	-	(14)	(45)
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos	3	-	-	(14.263)	(4.214)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**-**	**-**	**(14.602)**	**(4.852)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**5.655**	**4.734**	**8.783**	**2.986**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	3	-	-	16.219	13.233
No fim do exercício	3	-	-	25.002	16.219
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**-**	**-**	**8.783**	**2.986**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 A Companhia: A Sansão Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, que foi constituída em 27 de fevereiro de 2019, com sede em São Paulo - SP. A Companhia em conjunto com suas controladas (Consolidado), tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas adotadas

2.1 Base de elaboração: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia. **2.3 Controladas e controlada em conjunto:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem o saldo da Toxicologia Pardini Laboratórios S.A., empresa controlada, contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

Abaixo a controlada direta da Companhia:

Controladas direta:	% participação 31/12/2023	% participação 31/12/2022
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A.	100%	100%

2.4 Normas e Interpretações vigentes e não vigentes: A Companhia não identificou normas vigentes e não vigentes, que possam gerar impactos significativos nas Demonstrações Financeiras. As demais políticas da Companhia estão sendo apresentadas em conjunto às respectivas notas explicativas. **2.5 Política de instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócios adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. **Custo amortizado**: São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber e outros créditos a receber (classificados em Outros Ativos). **Valor justo por meio do resultado**: São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Caixas e equivalentes de caixa, Títulos públicos e Aplicações financeiras com garantias classificadas como Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos. **ii) Mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. **iii) Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos ativos, a mensuração subsequente será: **Custo amortizado**: Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **iv) Redução ao valor recuperável:** A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e modelos construídos para esse fim. Além disso, mensalmente são avaliadas as variações do risco de crédito dos ativos financeiros e essa avaliação está relacionada ao risco de default que a Companhia está sujeita e o montante que será utilizado como base para reconhecimento das perdas, ou seja, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses e caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro. Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, está sujeito ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável: Contas a receber de clientes (vide Nota Explicativa 5). **b) Passivos Financeiros: i) Classificação:** Os passivos financeiros da Companhia são classificados em: • Custo Amortizado representado por Fornecedores, Financiamentos, Risco Sacado, Debêntures e Arrendamento; • Valor justo por meio do resultado representado por Instrumentos financeiros derivativos. **ii) Reconhecimento inicial:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. **iii) Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será: **Custo amortizado:** Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. **Valor justo por meio do resultado:** Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa e bancos	-	-	1.615	61
Aplicações de liquidez diária	-	-	23.387	16.158
Total	**-**	**-**	**25.002**	**16.219**

4. Contas a receber

a) Política: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, menos as perdas estimadas para glosa e inadimplência. O critério de provisionamento de glosas é 1% da receita bruta do Grupo, excluindo-se a receita dos segmentos de negócio que não são sujeitos a glosas.

b) Composição do saldo

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Valores faturados	-	-	8.313	2.542
Valores a faturar	-	-	275	133
	-	**-**	**8.588**	**2.675**
Perdas estimadas com glosas e inadimplência	-	-	(364)	(910)
Total	**-**	**-**	**8.224**	**1.765**

5. Estoques

a) Política: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Para a constituição de provisão para perdas, a política do grupo considera da seguinte forma: 100% para itens vencidos e obsoletos, para os itens com baixo giro 100% para itens sem nenhum movimento acima de 360 dias (expurgando os estoques de segurança itens obrigatórios pela ANVISA, para atendimento de intercorrências) e para os que possuem giro lento, serão avaliados o consumo médio mensal, até a data de vencimento.

b) Composição do saldo

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
"Kits" para diagnósticos	-	-	2.992	6.273
Material de enfermagem e coleta	-	-	506	257
Materiais auxiliares para laboratório	-	-	336	289
Materiais administrativos, promocionais e outros	-	-	368	397
Total	**-**	**-**	**4.202**	**7.216**

6. Impostos a recuperar

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
PIS E COFINS	-	-	48	46
Outros	-	-	-	3279
Total	**-**	**-**	**48**	**3.325**

7. Outros ativos

	Controladora 30/09/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Créditos de funcionários/folha de pagamento	-	-	168	366
Despesas antecipadas (a)	-	-	116	611
Adiantamento a fornecedores	-	-	311	931
Outros	-	-	7	55
Total	**-**	**-**	**601**	**1.963**
Circulante	**-**	**-**	**596**	**1.949**
Não circulante	**-**	**-**	**6**	**14**

(a) Este saldo compõe-se basicamente de despesas com renovação de licenças, seguros e fianças.

8. Investimentos

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Controlada direta	36.872	46.900	-	-

Informações relevantes sobre os investimentos da controladora

Empresas controladas diretas	Quotas/ações do capital social (quant/mil)	Quotas/ações possuídas (quant/mil)	Percentual de participação no cap.integr.	Cap. Integralizado	Investimentos
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A.	926.326	936.326	100,00%	8.254	**36.872**

Movimentação dos saldos de investimentos

Investidoras	Investidas	Saldo em 31/12/2022	Dividendos a receber/reversão	Equivalência Patrimonial	Realização a valor justo	Saldo em 31/12/2023
Sansão Holding S.A	Toxicologia Pardini Laboratórios S.A	**46.900**	(15.716)	5.655	33	**36.872**

9. Imobilizado e Intangível

a) Política: São registrados pelo seu custo de aquisição menos depreciação ou amortização acumulada. A depreciação e amortização são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo/componente pelo método linear. A Companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

b) Composição do saldo imobilizado

	Tx. média anual dep. %	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido 31/12/2023	Saldo Líquido 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	14	17.865	(7.272)	10.593	12.240
Benfeitorias imóveis terceiros	18	562	(549)	13	102
Equipamentos Informática	7	499	(455)	44	93
Móveis e utensílios	9	305	(173)	132	168
Total		**19.231**	**(8.449)**	**10.782**	**12.603**

c) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Máq. e equipamentos	12.240	126	(1.773)	10.593
Benf. imóveis terceiros	102	-	(89)	13
Equip. Informática	93	-	(49)	44
Móveis e utensílios	168	1	(37)	132
Total	**12.603**	**127**	**(1.948)**	**10.782**

d) Composição do saldo intangível

	Tx média anual amort %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido 31/12/2023	Saldo Líquido 31/12/2022
Ágio rentabilidade futura		13.655	-	13.655	13.655
Licenças e softwares	7	1.670	(215)	1.455	7
Intangível em andamento	-	2.003	-	2.003	2.811
Total		**17.328**	**(215)**	**17.113**	**16.473**

e) Movimentação do intangível

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortização	Reclass./Trans	Saldo em 31/12/2023
Ágio rentabilidade futura	13.655	-	-	13.655	13.655
Licenças e softwares	7	-	(190)	1.638	1.455
Intangível em andamento	2.811	830	-	(1.638)	2.003
Total	**16.473**	**830**	**(190)**	**13.655**	**17.113**

10. Direito de uso

a) Política: A Companhia possui operações de arrendamento de diversos ativos como: imóveis, equipamentos médicos e veículos. Em geral, os contratos de aluguel de imóveis são realizados para períodos fixos de 5 anos. Os equipamentos médicos e veículos possuem prazos médios de 10 e 2 anos, respectivamente, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear. A vida útil será reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas da Companhia ou por intenção do locador. A Companhia não possui arrendamentos que se enquadram nos critérios de exceção/expedientes práticos conforme CPC 06 (R2).

b) Composição

	Tx. média anual dep. %	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido 31/12/2023	Saldo Líquido 31/12/2022
Imóveis	13	2.333	(934)	1.399	1.443
Máquinas e equipamentos	20	-	-	-	-
Equipamentos informática	25	-	-	-	-
Veículos	50	-	-	-	-
Total		**2.333**	**(934)**	**1.399**	**1.443**

c) Movimentação direito de uso

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualizações Monetária	Amortizações	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Imóveis	1.443	339	(61)	(291)	(31)	1.399
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-
Equipamentos informática	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-
Total	**1.443**	**339**	**(61)**	**(291)**	**(31)**	**1.399**

11. Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamento são como segue:

a) Pagamentos mínimos de arrendamento:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Até 1 ano	-	-	383	363
Acima de 1 ano	-	-	1.498	1.542
	-	**-**	**1.881**	**1.905**
(-) Encargos financeiros futuros	-	-	(354)	(402)
Valor presente dos pagamentos mínimos	**-**	**-**	**1.527**	**1.503**
Circulante	-	-	**230**	**248**
Não circulante	-	-	**1.297**	**1.255**

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados abaixo:

2025	285
2026	310
2027 em diante	702
Total	**1.297**

Abaixo, demonstramos a movimentação do arrendamento:

Saldo em 31/12/2022	1.503
Combinação de negócios (Nota 3)	-
Adição	339
Atualização Monetária	(61)
Amortização Juros	(34)
Realização Ajuste a valor presente	136
Amortização principal	(325)
Incorporação de empresas	-
Baixa	(31)
Saldo em 31/12/2023	**1.527**

12. Fornecedores

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores nacionais	-	-	12.288	7.674
Total	**-**	**-**	**12.288**	**7.674**

13. Obrigações trabalhistas

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Provisão de férias e encargos	-	-	907	806
Salários e encargos sociais a recolher	-	-	382	26
Provisão participação nos resultados	-	-	481	-
Comissão e Bônus	-	-	12	-
Provisão Assistência Médica	-	-	8	3
Empréstimo a funcionários	-	-	17	16
Horas extras e Outros	-	-	128	43
Total	**-**	**-**	**1.935**	**894**

14. Obrigações tributárias

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
ISS s/ faturamento	-	-	327	140
Parcelamento PERT 2017	-	-	37	49
Parcelamento REFIS - Lei 12.996	-	-	-	4
PIS/COFINS s/ faturamento	-	-	565	277
Outros	-	-	172	153
Total	**-**	**-**	**1.101**	**623**
Circulante	**-**	**-**	**1.070**	**581**
Não circulante	**-**	**-**	**31**	**42**

15. Outros passivos

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Adiantamento de clientes	-	-	2.856	1.328
Outras contas a pagar (a)	-	-	12.907	347
Total	**-**	**-**	**15.763**	**1.675**
Circulante	**-**	**-**	**15.763**	**1.660**
Não circulante	-	-	-	**15**

16. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e Diferido

a) Política: Os tributos sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data de cada balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando aplicáveis. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre as exclusões temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as adições temporárias dedutíveis. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial, exceto para combinação de negócios, se aplicável, de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A interpretação técnica ICPC 22 (Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro), especifica requisitos de divulgação para incertezas relacionadas a tributos sobre o lucro correntes e diferidos (ativos e passivos) e deve ser aplicada conforme a legislação vigente. A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos e concluiu que não há incertezas sobre o tratamento fiscal de acordo com a legislação fiscal vigente.

b) Composição

	Balanço Patrimonial 31/12/2023	Balanço Patrimonial 31/12/2022	Resultado 31/12/2023
Operação arrendamento	42	21	21
Provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis	90	300	(210)
Gratificação	9	-	9
Provisão de participação nos lucros	130	-	130
Provisões Trabalhistas	31	36	(5)
Perdas Estimadas com Glosas e Inadimplência	124	309	(185)
Realização de Mais/Menos valia	(728)	-	(728)
Outros	-	43	(43)
Ativo (Passivo) fiscal Diferido, líquido	**(302)**	**709**	**(1.011)**
Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira:			
Saldo Inicial			709
Receita/(despesa) de imposto reconhecida no resultado			(1.011)
Variação patrimonial que não afeta resultado			-
Ativo (Passivo) fiscal Diferido, líquido			**(302)**

	Diferido ativo	Diferido passivo	Ativo (passivo) fiscal iferido, liquido
Sansão	426	(728)	(302)
Total Ativo (Passivo) fiscal Diferido	**426**	**(728)**	**(302)**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Lucro antes IRPJ e CSLL	-	-	8.258	8.699
(x) Alíquota combinada	-	-	34%	34%
(=) Despesa com IRPJ e CSLL	-	-	**(2.808)**	**(2.958)**
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Efeito empresas lucro presumido	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	-	-	238	(630)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	**(2.570)**	**(3.588)**
Corrente	-	-	**(2.287)**	**(3.321)**
Diferido	-	-	**(283)**	**(267)**
Taxa efetiva - %			31,12%	41,24%

17. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

a) Política: As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são constituídas na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Os processos judiciais são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Provisões avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os depósitos judiciais ativos são considerados pelos assessores legais da Companhia como risco de perda remoto ou possível, portanto, sem respectiva provisão. Os depósitos judiciais passivos referem-se às causas consideradas como risco de perda provável, reduzindo o saldo da respectiva provisão. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de processos conhecidos, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica, conforme política interna.

b) Composição do saldo

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Tributários	-	-	-	-
Trabalhistas	-	-	6	45
Cíveis	-	-	258	836
Subtotal	**-**	**-**	**264**	**881**
Depósitos Judiciais (processos prováveis)	-	-	(4)	-
Total	**-**	**-**	**260**	**881**
Depósitos judiciais (ativos não circulantes)	-	-	-	-

c) Movimentação

	Saldo em 31/12/2022	Adição/ Reversão (a)	Reclass. / Pagts	Atual. monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	45	(39)	-	-	6
Tributários	-	-		-	-
Cíveis	836	(539)	-	(39)	258
Subtotal	**881**	**(578)**	**-**	**(39)**	**264**
Depósitos Judiciais (processos prováveis)	-	-	(4)	-	(4)
Total	**881**	**(578)**	**(4)**	**(39)**	**260**

18. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social da Cia é de R$ 34.528.832,16 (trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos) divididos em 57.728.986 (cinquenta e sete milhões, setecentas e vinte oito mil, novecentas e oitenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal. **b) Destinação do resultado: a) Reserva legal:** de acordo com o artigo nº 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital supera em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. **b) Reserva de retenção de lucros:** A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios têm sido transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros suportado pelo orçamento de capital da Companhia. Neste exercício o valor total da retenção de lucros foi de R$4.029. **c) Dividendos mínimos obrigatórios:** Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável. A Companhia reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização dos Pagamentos Dividendos, ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório, que é reconhecido nas demonstrações financeiras ao final do exercício, independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

19. Receita de prestação de serviços

a) Política: A receita é reconhecida quando o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços fluem para o cliente, representado pelo momento da emissão do laudo cujo prazo atual é similar ao da realização do exame. A alocação da remuneração pelos serviços prestados, basicamente refere-se a análises clínicas com única obrigação de desempenho definida (realização e análise do exame), sendo o preço da transação definida entre a Companhia e seus respectivos clientes. Não há contraprestação variável, obrigações de devolução ou restituição, tampouco componente de financiamento significativo ou obrigações de desempenho restantes. Os contratos celebrados entre a Companhia e seus respectivos clientes contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e possuem os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento identificadas. As receitas provenientes desta prestação de serviços já são registradas deduzidas de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas.

b) Composição dos saldos

	2023	2022
Receita Bruta	95.787	88.067
Impostos	(5.410)	(4.974)
Abatimentos	-	(6)
Receita Líquida	**90.377**	**83.087**

20.Custo dos serviços prestados

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Pessoal e serviços médicos	(8.043)	(7.690)
Material direto e intermediação de exames	(12.340)	(9.822)
Aluguéis, serviços com ocupação e utilidades	(45.386)	(42.544)
Depreciação e amortização	(2.245)	(2.309)
Gastos Gerais	(1.166)	(1.272)
Total	**(69.180)**	**(63.637)**

21.Despesas gerais e administrativas

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Pessoal e benefícios	(1.633)	(1.473)
Depreciação e amortização	(606)	(580)
Aluguéis, serviços com ocupação e utilidades	(2.093)	(1.138)
Outras despesas gerais e adm.	(636)	(40)
Total	**(4.968)**	**(3.231)**

22.Despesas comerciais

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Pessoal e benefícios	(5.581)	(5.493)
Marketing	(889)	(573)
Outras comerciais	(986)	(877)
Total	**(7.456)**	**(6.943)**

23.Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado na baixa/venda de ativos	(11)	(11)
Reversão (provisão) para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	578	19
Provisão / perdas com insolventes	(141)	46
Outras receitas (despesas)	(1.703)	(529)
Total	**(1.277)**	**(475)**

24.Resultado financeiro

a) Política: As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método de juros com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

b) Composição do resultado financeiro

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	1.363	1.297
Variação cambial	3	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(103)	(78)
Outros	753	613
Total	**2.016**	**1.832**
Despesas financeiras:		
Juros de arrendamento	(136)	(171)
Juros sobre debêntures	-	-
Juros sobre financiamentos e outros juros	(188)	(865)
Atualização monetária de contingências	36	-
Variação Cambial	-	(1)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Atualização monetária de impostos e contas a pagar	(4)	(7)
Outras	(1.013)	(1.461)
Total	**(1.305)**	**(2.505)**
Resultado financeiro líquido	**711**	**(673)**

Diretoria

Roberto Santoro Meirelles - Diretor Presidente

Alessandro Clayton de Souza Ferreira - Diretor

Gisele C. M. M. Schneider - Contadora - CRC 1SP304488/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Natural One S.A.

CNPJ nº 08.192.116/0001-81

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais	Nota	2023	2022
Ativo/Circulante		338.931	231.916
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.606	71.335
Contas a receber de clientes	6	135.060	89.688
Estoques	7	77.602	58.432
Tributos a recuperar	8	25.150	7.092
Adiantamentos		5.724	3.035
Despesas antecipadas		4.789	2.334
Não Circulante		261.432	251.571
Aplicações financeiras	5	16.186	7.209
Tributos a recuperar	8	4.398	7.024
Partes Relacionadas	15	2.484	2.465
Outros ativos		5.547	7.054
Ativo de direito de uso	10	52.689	49.760
Imobilizado	11	167.263	167.907
Intangível		12.865	10.152
Total do Ativo		600.363	483.487

Balanços Patrimoniais	Nota	2023	2022
Passivo/Circulante		269.603	215.021
Fornecedores	12	125.717	87.980
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	89.583	100.826
Passivo de arrendamento	10	5.026	3.917
Obrigações sociais e trabalhistas	14	18.108	7.951
Obrigações tributárias		5.530	6.732
Contas a pagar - Partes relacionadas	15	320	320
Outras obrigações	17	25.319	7.295
Não Circulante		282.204	204.253
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	218.203	143.900
Passivo de arrendamento	10	63.381	57.922
Contas a pagar - Partes relacionadas	15	151	1.902
Provisão para demandas judiciais	16	469	529
Patrimônio Líquido	18	48.556	64.213
Capital social	18a	247.169	225.669
Adiantamento para futuro aumento de capital	18b	–	21.500
Reserva de capital	18c	353.159	340.224
Reserva de incentivos fiscais	18c	72.769	–
Prejuízo acumulados		(624.541)	(523.180)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		600.363	483.487

Demonstrações dos Resultados	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	19	635.403	454.777
(–) Custo das mercadorias vendidas	20	(455.222)	(335.633)
Lucro bruto		180.181	119.144
Despesa com vendas	20	(57.132)	(44.115)
Gerais e administrativas	20	(125.303)	(73.779)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	19.621	2.283
		(162.814)	(115.611)
Lucro antes do resultado financeiro		17.367	3.533
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		13.415	16.807
Despesas financeiras		(60.177)	(48.501)
Resultado financeiro, líquido	21	(46.762)	(31.694)
Prejuízo líquido antes do IR e CS		(29.395)	(28.161)
IR e CS corrente	9b	802	–
Prejuízo do exercício		(28.593)	(28.161)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2023	2022
Prejuízo do exercício	(28.593)	(28.161)
Outros resultado abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	(28.593)	(28.161)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		(28.593)	(28.161)
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	20	28.751	25.171
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	6	(56)	(502)
Provisão para demandas judiciais	16	(39)	(254)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos		43.731	26.979
Resultado liquido na baixa de imobilizado e intangível		–	584
Crédito extemporâneo	20	(16.641)	–
Provisão para pagamento baseado em ações	18c	12.936	2.192
Rendimento sobre aplicações financeiras	21	(9.715)	–
Imposto de renda e contribuição social	9b	(802)	–
(Aumento)/redução de ativos			
Contas a receber de clientes		(45.316)	3.556
Estoques		(19.170)	(26.312)
Tributos a recuperar		1.209	4.578
Adiantamentos		(2.689)	4.693
Partes Relacionadas		(1.770)	701
Despesas antecipadas		(2.455)	(553)
Outros ativos		1.507	(2.886)
Aumento/(redução) de passivos			
Fornecedores		35.423	232
Risco sacado a pagar		2.314	3.152
Obrigações sociais e trabalhistas		10.157	(10.446)
Obrigações tributárias		(400)	(1.308)
Pagamento de processos judiciais		(21)	(70)
Outros passivos		18.025	(27)
Caixa provenientes das operações		26.386	1.319
Juros pagos	13	(45.948)	(20.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(19.562)	(18.852)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		738	788
Aquisição de ativo imobilizado	11	(19.619)	(24.160)
Aquisição de intangível		(3.889)	(2.489)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(22.770)	(25.861)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	13	171.000	140.554
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(98.706)	(70.272)
Pagamento de arrendamentos	10	(10.691)	(9.659)
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	21.680
Redução Reserva de capital		–	(32.885)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		61.603	49.418
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		19.271	4.705
Variação em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	71.335	66.630
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5	90.606	71.335
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		19.271	4.705

Demonstrações da Movimentação do Patrimônio Liquido

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Capital: Reserva de capital	Reserva de Capital: Contribuição de capital	Reserva incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	225.669	–	359.230	9.369	–	(495.018)	99.250
Redução de capital (Nota 18.b)	–	–	(30.568)	–	–	–	(30.568)
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 18.b)	–	21.500	–	–	–	–	21.500
Contribuição da Holding (Nota 18.c)	–	–	–	2.192	–	–	2.192
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(28.161)	(28.161)
Em 31 de dezembro de 2022	225.669	21.500	328.662	11.561	–	(523.179)	64.213
Redução de capital (Nota 18.b)	–	–	–	–	–	–	–
AFAC convertida em Aumento de capital (Nota 18.b)	21.500	(21.500)	–	–	–	–	–
Contribuição da Holding (Nota 18.c)	–	–	–	12.936	–	–	12.936
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(28.593)	(28.593)
Destinação reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	72.769	(72.769)	–
Em 31 de dezembro de 2023	247.169	–	328.662	24.497	72.769	(624.541)	48.556

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Natural One S.A. (“Companhia) é uma Companhia por ações de capital fechado sediada na Cidade de São Paulo, capital, constituída em março de 2006. Produtora de sucos de frutas integrais, bebidas mistas e alimento vegetal produzido a base de aveia, comercializa seus produtos na cadeia refrigerada e ambiente. A Companhia possui planta fabril instalada na Cidade de Jarinu (SP), equipada com duas linhas de envase assépticas dedicadas à fabricação de sucos de fruta e vegetais. A Companhia produz sucos buscando o mínimo de manipulação dos insumos com o objetivo de preservar as propriedades originais das frutas e vegetais, como frescor, sabor e aroma. O processo de envase asséptica em embalagem PET permite uma validade de produtos perecíveis de mais que oito meses, sem adição de conservantes. Os produtos são comercializados em todo território nacional, bem como exportados para Ásia, América do Sul, Europa e Oriente Médio. Em 31/12/2023, a Companhia apresenta prejuízos acumulados de R$624.541 (R$523.180 em 2022), porém apesar do prejuízo, o capital circulante líquido é positivo em R$69,3 milhões em 2023 (R$17 milhões em 2022). O aumento no prejuízo acumulado da Companhia, nos últimos 3 exercícios, está relacionado aos seguintes fatores: • Aumento de preço superior a inflação dos insumos e materiais de consumo, embalagens e itens em geral. • Elevado resultado financeiro representado pela necessidade de capital de terceiros para financiar suas operações e pela manutenção da taxa Selic em patamares elevados. Adicionalmente, a Companhia busca eficiência operacional, financeira e econômica permanente e apresenta resultados mais consistentes no exercício de 2024 até a presente data. O plano da administração da Companhia para reverter a atual situação patrimonial está pautado nos contínuos esforços para minimizar os custos e despesas relacionados as operações e bem como em 2024, conforme nota explicativa de eventos subsequentes a Companhia emitiu debêntures, no montante de R$60 milhões, gerando recursos necessários e suficientes para a continuidade das operações da Companhia e para honrar suas obrigações. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2023, quando aplicável. Continuidade Operacional: A administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31/03/2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e estão apresentadas na nota explicativa 3. Receita de contrato com cliente: A receita de venda de mercadoria é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 54 dias para clientes nacionais e 101 dias para clientes internacionais. Em 2023, a Companhia apresenta um aumento representativo no prazo médio de clientes internacionais, relacionado principalmente ao retorno das vendas para a China (R$11 milhões em 2023) provocando aumento de 101 para 169 dias.

	2023 Nacional	2023 Estrangeiro	2022 Nacional	2022 Estrangeiro
Faturamento	783.541	42.961	570.254	28.305
Contas a receber	115.250	19.895	82.208	7.621
Prazo médio recebimento	54	169	53	98
Faturamento China		11.116		
Contas a receber - China	–	11.116	–	–
Faturamento	783.541	31.845	570.254	28.305
Contas a receber	115.230	8.779	82.208	7.621
Prazo médio recebimento	54	101	53	98

A receita é reconhecida na extensão em que os benefícios econômicos são prováveis e quando podem ser mensurados de forma confiável. A Companhia considera se existem outras promessas em contrato que são obrigações de desempenho separadas para as quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação da mercadoria, a Companhia considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes financeiros significativos, a consideração de não caixa e a contraprestação devida ao cliente (se houver). A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva a alguns clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato, dentre outros abatimentos previstos contratualmente. Os abatimentos são compensados com os valores a pagar pelo cliente. A Companhia realiza o provisionamento dos valores estimados dos descontos a serem aplicados. A receita pela venda de mercadoria é mensurada em um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca do bem, líquido de devoluções e abatimentos, descontos comerciais e abatimentos de volume. **2.4. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado. i) Ativos financeiros: Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado. a) *Custo amortizado:* Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* Ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros. c) *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado. a) *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujo fluxo de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. b) *Valor justo por meio do resultado:* Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”. Durante o exercício de 2023 e 2022 não tiveram operações com derivativos e consecutivamente não possuímos nada em aberto. **2.5. Estoques:** Os estoques de matérias-primas, embalagens e outros estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os produtos acabados estão avaliados pelo custo médio de produção, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão por obsolescência, deterioração ou baixo giro. Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda da Companhia. Os produtos acabados estão avaliados pelo custo médio de produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **2.6. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benfeitorias em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.7. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. a) Companhia como arrendatária: Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. b) Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento (contrato) e a vida útil estimada dos ativos. • Edifícios e Galpões - 2 a 9 anos; • Equipamentos - 2 a 4 anos. c) Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. d) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.8. Provisões para perdas por *“impairment”* em ativos não financeiros:** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável *(“impairment”)*, o valor contábil do ativo (ou Unidade Geradora de Caixa - UGC à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *“impairment”* na data do balanço. **2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido Corrente:** O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Diferido: Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias, consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, com base na alíquota fiscal vigente. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não atenda mais aos critérios mínimos requeridos para seu reconhecimento, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos. **2.10. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. 0 valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e quando seu custo ou valor puder ser/mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração com relação ao risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.12. Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base em sua classificação entre circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso do ciclo operacional da Companhia. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado em até doze meses após o período de divulgação; ou • É caixa ou equivalente de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado no decurso do ciclo operacional da Companhia. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja liquidado em até doze meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais ativos e passivos como não circulantes. **2.13. Arredondamento:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **2.14. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **2.15. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia não participa de planos de pensão e não existem esses benefícios de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego. b) Participação nos lucros: São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado do exercício. c) Plano de remuneração de longo prazo: A Companhia possui plano de remuneração de longo prazo, para determinados executivos e membros chave da administração referente a bônus de retenção, que é resgatado após dois anos da aquisição do direito a remuneração, e consiste em um bônus oferecido pela Companhia para recompensar o beneficiário que permaneça pelo tempo acordado no plano. **2.16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e os montantes envolvidos puderem ser mensurados com suficiente segurança. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nesses processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados;(c) obrigações legais são registradas como exigíveis. **2.17. Contribuição da Holding (pagamento baseado em ações):** A Companhia possui plano de pagamento baseado em ações envolvendo os instrumentos patrimoniais de sua controladora Natural One Holding de Participações S.A. (Holding). Por este plano, são outorgados aos seus empregados do Grupo Natural One direitos baseados nos instrumentos patrimoniais de sua Holding em contrapartida aos serviços prestados à Companhia. Os empregados da Companhia irão receber os pagamentos em caixa, os quais serão liquidados pela Holding. O valor justo dos direitos, determinado na data da outorga e no final de cada período de relatório, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual os direitos são adquiridos, com correspondente aumento do patrimônio, registrado como contribuição da Holding, conforme mencionado na nota explicativa 18(c). **2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2023:** As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações da Companhia na mesma data-base, bem como políticas e práticas contábeis consistentes. A Companhia avaliou e, quando necessário, aplicou pela primeira vez as novas normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionadas no item 3.1, e na data de autorização das demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes nas divulgações ou nos valores apresentados. Em 2023 a Companhia não adotou novas práticas e políticas contábeis. a. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis: As novas normas e interpretações emitidas até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. a.1. Políticas contábeis adotadas: As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações ao CPC emitidas pelo CFC vigentes em ou após 1º de janeiro de 2023 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31/12/2023: • CPC 26 (Rl) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; • CPC 26(R1) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis; • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis; • CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação; • IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois; • CPC 50-Contratos de Seguro. a.2. Políticas contábeis não adotadas: As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações aos CPCs emitidas pelo CFC não foram adotadas pois não estão vigentes no exercício findo em 31/12/2023. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras futuras. • CPC 06 (R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”. • IAS 1 - Passivos não circulantes com covenants. • CPC 36 (R3) e à CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto. • CPC 03 e CPC 40 - Acordos de Financiamento de Fornecedores. • IFRS SI - Requerimentos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações relacionadas. A Administração da Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):* 0 imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. *Programa de Phantom Stock Options:* O presente Programa de Incentivo de Longo Prazo - Performance Phantom Stock Options da Natural One, não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, § 39 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações da Companhia. O programa é baseado na concessão de opções virtuais aos elegíveis (grupo de executivos aprovado pelo Conselho de Administração da Natural One), que visa estimular o alcance de metas desafiadoras para a Companhia, por meio de uma gestão eficiente e a fim de obter resultados sustentáveis, alinhar interesses dos acionistas e executivos e reter os executivos-chave para alcance dos objetivos estratégicos da Companhia. **4. Gestão de Risco Financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia. a) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. b) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista que a Companhia efetua uma rigorosa análise de crédito de seus clientes. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas e perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Os dois principais clientes da Companhia representam 24,52% das vendas líquidas do exercício findo naquela data (20,23% em 2022). Em 31/12/2023, os ativos sujeitos a risco de crédito são as contas a receber de clientes no montante de R$135.060 (R$89.688 em 2022). A Companhia tem como estratégia de diversificação de carteira de clientes a expansão internacional. c) Risco de liquidez: É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional, isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e representa os fluxos espera dos de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total contábil
Em 31/12/2023					
Empréstimos e financiamentos	21.612	64.836	259.342	345.790	307.786
Arrendamentos	6.593	19.779	79.116	105.488	68.407
Fornecedores e passivos com partes relacionadas	132.967			132.967	126.188
Outros passivos	26.056	–	–	26.056	25.319
	187.228	84.615	338.458	610.301	527.700

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total contábil
Em 31/12/2022					
Empréstimos e financiamentos	19.297	57.892	231.568	308.757	244.726
Arrendamentos	7.029	21.088	84.350	112.467	61.839
Fornecedores e passivos com partes relacionadas	92.829			92.829	90.202
Outros passivos	7.507	–	–	7.507	7.295
	126.662	78.980	315.918	521.560	404.062

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado	2023	2022
Aplicação financeira retida	16.186	7.209
Ativos Financeiros - Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	90.606	71.335
Contas a receber de clientes	135.060	89.688
Depósitos judiciais (nota explicativa 17)	641	609
Outros ativos (circulante e não circulante)	16.060	12.423
	242.367	174.055
Passivos financeiros - custo amortizado	2023	2022
Empréstimos e financiamentos e arrendamentos	376.193	306.565
Fornecedores	125.717	87.980
Outros passivos	25.319	7.295
	527.229	401.840

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2023	2022
Total de empréstimos e financiamentos e arrendamentos	376.193	306.565
Caixa e equivalente de caixa	(90.606)	(71.335)
Aplicação financeira retida - Garantias	(16.186)	(7.209)
Dívida líquida	269.401	228.021
Total do patrimônio líquido	48.556	64.213
Total do capital	317.957	292.234
Índice de alavancagem financeira - %	85%	78%

4.3. Análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos e financiamentos, a qual a Companhia estava exposta, na data-base de 31/12/2023, foi definido o seguinte cenário. Com base em projeções, foi obtida a projeção do Dólar e Euro futuro, sendo calculadas as variações na tabela abaixo (conforme modelo esperado pela Administração). A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos nos principais ativos e passivos sujeitos à volatilidade, na hipótese dos respectivos cenários apresentados para os instrumentos financeiros expostos à remuneração:

		EURO	5.47	5,53	5,57	5,64
		US$	4,95	5,00	5,04	5,10
Exposição patrimonial	Saldo em 12.2023- R$	Saldo em 12.2023 - Euro e US$	Cenário I R$	Cenário II R$	Cenário III R$	Cenário IV R$
Aplicação financeira (Nota 5)-US$	6.162	1.273	6.300	6.364	6.415	6.491
Contas a receber de clientes (Nota 6) - US$	19.895	4.109	20.342	20.547	20.711	20.958
Fornecedores (Nota 13) - US$	2.328	481	2.380	2.404	2.424	2.452
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)-Euro	25.860	4.832	26.440	26.707	26.921	27.242
	54.245	10.695	55.463	56.023	56.471	57.143

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras:

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Moeda nacional		
Caixa e bancos	2.777	262
Aplicações financeiras de liquidez imediata	87.363	66.993
	90.140	67.255
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	466	–
Aplicação financeira de liquidez imediata	–	4.080
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	90.606	71.335
Aplicações financeiras		
Moeda nacional		
Aplicações financeiras - retido	10.024	796
Moeda estrangeira		
Aplicações financeiras - retido	6.162	6.413
	16.186	7.209
Circulante	90.606	71.335
Não circulante	16.186	7.209

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa. A remuneração das aplicações financeiras em 2023 foi de 93,70% do CDI (64,40% em 2022).

6. Contas a Receber de Clientes:	2023	2022
Contas a receber de clientes nacionais	115.250	82.208
Contas a receber de clientes estrangeiros	19.895	7.621
(–) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(85)	(141)
	135.060	89.688

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as possíveis perdas esperadas na realização das contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes possuem os seguintes vencimentos:

	2023	2022
A vencer	129.737	85.707
Vencidas		
Até 30 dias	3.965	3.873
De 31 a 60 dias	1.025	90
De 61 a 90 dias	418	25
De 91 a 120 dias	–	2
De 121 a 150 dias	–	3
De 151 a 180 dias	–	4
Acima de 181 dias	–	125
Total vencidos	5.408	4.122
Total geral	135.145	89.829

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa são as seguintes:	2023	2022
Em 1º de janeiro	(141)	(643)
Reversão/baixa de provisão	56	502
Em 31 de dezembro	(85)	(141)

Em 31/12/2023, a Companhia possuía penhor de duplicatas de sua emissão, no montante de R$27.272 (R$18.723 em 2022), na modalidade caução rotativa, em garantia de seus empréstimos e financiamentos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório e o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes está mencionada acima.

7. Estoques:	2023	2022
Produtos acabados	15.165	19.293
Embalagens	17.861	9.724
Matéria-prima	22.992	15.933
Material de uso e consumo	6.620	6.105
Produtos em processo	14.964	7.377
	77.602	58.432

8. Tributos a Recuperar:	2023	2022
Crédito de ICMS do ativo imobilizado (*)	8.363	8.513
COFINS a recuperar (**)	8.906	–
IPI a recuperar	2.820	3.020
PIS a recuperar (**)	1.945	–
ICMS a recuperar	1.531	6
IRPJ e CSLL	4.087	623
Outros tributos	1.896	1.954
	29.548	14.116
Total de tributos a recuperar	29.548	14.116
Circulante	25.150	7.092
Não circulante	4.398	7.024

(*) Os saldos classificados como não circulantes referem-se substancialmente à créditos de ICMS na compra de ativo imobilizado (CIAP), os quais são utilizados na proporção de 1/48 avos. (**) No exercício de 2023, a Companhia contratou uma empresa especializada em levantamento de créditos sobre diversas áreas da Companhia. Sendo assim, foi levantado as seguintes crédito de Pis e COFINS a qual a Companhia entende serem passíveis de reconhecimento: • **Condomínio:** Despesas referentes a condomínio, são reconhecidas pelo Superior Tribunal de Justiça como essenciais e relevantes para as atividades da empresa e, por isso, devem ser consideradas insumos para fins de creditamento de PIS e COFINS. • **Descontos concedidos:** A exclusão de descontos incondicionais concedidos da base de cálculo de PIS/COFINS A Natural One tem como prática conceder repasses financeiros e descontos comerciais durante a negociação com os clientes. Essas verbas são concedidas com as mais diversas finalidades, dentre elas, a concessão de espaços adicionais, exposição e divulgação dos produtos da empresa em tabloides e ações comerciais, redução de custos logísticos, aumento no volume de compras etc. Tais descontos são previamente previstos nos contratos comerciais e não dependem de fatores incertos. Portanto, não devem compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, uma vez que representam uma redução real no valor das vendas, não sendo considerados receita efetiva. • **Materiais para transportes:** Créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de pallets, termógrafos e colhões de ar. - Os pallets são utilizados para: i) Mitigar risco de contaminação dos produtos. ii) Acondicionamento dos produtos no transporte de cargas, evitando danos e perdas do produto acabado. Cumpre mencionar que os pallets são despachados com o produto e não retornam para a Natural One. Os termógrafos e colchões de ar são utilizados na exportação. A função dos termógrafos é monitorar a temperatura do produto garantindo que a carga permaneceu refrigerada durante todo o percurso, e os colchões de ar são utilizados para reduzir a movimentação da carga durante o transporte, evitando danos e perdas do produto acabado. • **Marketing**: Os créditos de PIS/COFINS sobre despesas com marketing não foram **apropriados** os créditos relativos às despesas com os serviços de marketing. Os gastos com publicidade e propaganda podem ser considerados insumos essenciais para a atividade da Cia. Assim, as despesas de marketing são passíveis de crédito de PIS/COFINS pela natureza do negócio da Natural One. • **Promotores**: Os créditos de PIS/COFINS sobre despesas com promotores, não foram apropriados os créditos relativos às despesas com promotores. Os promotores desempenham um papel fundamental na geração de receita, pois são exigidos pelos supermercados, sendo responsáveis pelo branding da marca, abastecimento e reposição dos produtos. Além disso, eles desempenham um papel crucial ao alertar a Natural One sobre a necessidade de reposição de estoque, já que possuem controle sobre o inventário das lojas. Em 2023, a Companhia abateu dos valores de PIS e COFINS a recolher o montante de R$6,4 milhões em crédito e a expectativa é que 100% dos créditos mencionados acima sejam consumidos no final de 2024. **9. Imposto de Renda e Contribuição Social:** a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em exercícios anteriores, a Administração da Companhia decidiu-se por constituir a provisão integral do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados até 31/12/2016, pois a manutenção desse crédito tributário não reunia, em 2019, as condições técnicas requeridas pelo Pronunciamento Contábil “CPC 32 - Tributos sobre Lucros”. Contudo, a Administração da Companhia reitera que mantém suas projeções de crescimento de acordo com seu plano de negócios apresentados aos seus acionistas e demais *stakeholders*, e vem gradativamente melhorando seus resultados, através de ações comerciais, operacionais, dentre outras, para atingimento de suas metas de crescimento e rentabilidade. Adicionalmente, a baixa desse crédito tributário não se traduz na perda do direito da Companhia na utilização deste benefício fiscal no futuro, uma vez que não há previsão legal de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente. Portanto, não reflete em prejuízo econômico para a Companhia, tampouco deterioração das condições de liquidez, continuidade e perspectivas futuras de rentabilidade do negócio. Em 2023, a Companhia possui um montante acumulado de prejuízos fiscais de R$524 milhões, ou seja, um crédito diferido provisionado de R$178 milhões. b) Conciliação dos impostos de renda e contribuição social no resultado do exercício: Abaixo é apresentada a conciliação entre o resultado contábil e a receita de imposto de renda e contribuição social:

	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.395)	(28.161)
Alíquota vigente	34%	34%
Créditos estimados de IR	(9.994)	(9.575)
Ganho estimado com ativo fiscal não diferido	22.484	18.040
(–) Subvenção para investimento	(15.056)	(9.752)
(–) Diferenças taxas vida útil	1.237	1.209
(–) Despesas aval de sócios	788	508
(–) Outras diferenças permanentes	(261)	(431)
Crédito de Imposto de renda e contribuição social (corrente)	(802)	–

10. Direito de Uso de Ativos: A Administração considerou em suas projeções taxa incrementai, variando entre 7,70% à 11,5% para desconto do fluxo projetado

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Natural One S.A.

ao Valor Presente (AVP). As operações de arrendamento da Companhia, em vigência em 31/12/2023, não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas. Abaixo apresentamos a composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso:

Direito de uso de ativos	01/01/2023	Adições	Amortização	Remensuração (*)	31/12/2023
Edifícios	45.201		(6.300)	674	39.575
Máquinas e equipamentos	4.559	9.567	(1.012)	–	13.114
Total no ativo	49.760	9.567	(7.312)	674	52.689

Direito de uso de ativos	01/01/2022	Adições	Amortização	Remensuração (*)	31/12/2022
Edifícios	47.397	–	(5.650)	3.454	45.201
Máquinas e equipamentos	4.773	–	(1.445)	1.231	4.559
Total no ativo	52.170	–	(7.095)	4.685	49.760

(*) A remensuração é realizada de forma anual, baseado na taxa média de endividamento da Companhia, com o intuito de trazer os passivos de arrendamento a valor presente. Desta forma, é realizado o ajuste de remensuração e consecutivamente a atualização de todo o fluxo futuro.

Composição e movimentação dos passivos de arrendamentos:

Passivo de arrendamento	01/01/2023	Adições	Juros	Pagamento	Remensuração	Transferência	31/12/2023
Passivo circulante	3.917	607	7.017	(10.691)	674	3.502	5.026
Passivo não circulante	57.923	8.960	–	–	–	(3.502)	63.381
	61.840	9.567	7.017	(10.691)	674	–	68.407
Passivo de arrendamento	**01/01/2022**	**Adições**	**Juros**	**Pagamento**	**Remensuração**	**Transferência**	**31/12/2022**
Passivo circulante	3.724		6.121	(9.659)	1.644	2.087	3.917
Passivo não circulante	56.969	–	–	–	3.041	(2.087)	57.923
	60.693	–	6.121	(9.659)	4.685	–	61.840

Em 2023, ocorreu a adição do contrato do CD Tucano. Em 2022, não foram adicionados novos contratos. Além disso, ressaltamos que não houve nenhuma baixa de contrato em 2023 e em 2022. Os montantes apresentados no circulante e não circulante apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	2023
2024	5.026
2025	5.593
2026	6.063
2027	6.598
Acima de 2028	45.127
	68.407

11. Imobilizado:

	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Equipamentos e ferramenta	Máquinas	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Valor residual em 1/01/2022	12.952	–	142.085	1.059	5.343	161.439
Aquisição		1.169	18.876	4.114		24.159
Transferências	–	–	5.343	–	(5.343)	–
Baixas	–	(8)	(304)	(6)	–	(318)
Depreciação	–	(224)	(15.108)	(2.041)	–	(17.373)
Saldos em 31/12/2022	12.952	937	150.892	3.126	–	167.907
Custo total	18.842	2.584	240.884	6.009		268.319
Depreciação acumulada	(5.890)	(1.647)	(89.992)	(2.883)	–	(100.412)
Valor residual em 31/12/2022	12.952	937	150.892	3.126	–	167.907
Aquisição	3.538	516	15.338	227		19.619
Depreciação	(2.412)	(431)	(17.334)	(86)	–	(20.263)
Saldos em 31/12/2023	14.078	1.022	148.896	3.267	–	167.263
Custo total	22.380	3.100	256.222	6.236		287.938
Depreciação acumulada	(8.302)	(2.078)	(107.326)	(2.969)	–	(120.675)
Valor residual em 31/12/2023	14.078	1.022	148.896	3.267	–	167.263

Anualmente, a Companhia realiza avaliações das eventuais perdas ("impairment") nos ativos imobilizados, de acordo com a política contábil e não identificou indícios de perda.

12. Fornecedores:

	2023	2022
Fornecedores nacionais	113.677	74.640
Risco sacado (*)	9.712	12.026
Fornecedores estrangeiros	2.328	1.314
	125.717	87.980

(*) Risco sacado a pagar. A Companhia possui contratos junto às instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores, a antecipação de seu recebimento. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de mercadorias para as instituições financeiras e há um aumento do prazo de pagamento dos títulos por parte do fornecedor. A Companhia continua pagando os títulos com valor original e no vencimento original sem nenhum encargo. Em 31/12/2023 e 2022, os saldos dessas transações estavam assim representados. **13. Empréstimos e Financiamentos:**

Modalidade	Instituição Financeira	Indexador	Encargos anuais %	2023	2022
Moeda nacional					
Capital de giro	Bradesco	CDI	3,87%	14.387	26.562
Capital de giro	Santander	IPCA	10,88%	18.383	20.512
Capital de giro	Itaú	CDI	3,57%	91.242	58.304
Capital de giro	CCB	CDI	3,80%	–	15.066
Capital de giro	Banco ABC	CDI	3,20%	19.467	16.053
Capital de giro	Rendimento	IPCA	8,92%	19.308	24.968
Debêntures (CRA)	WHG (*)	CDI	2,00%	119.139	–
Capital de giro	Outros			–	81
				281.926	161.465
Moeda estrangeira					
Financiamento	Deutsche	EUR	3,30%	25.860	33.245
				25.860	33.245
				307.786	244.726
Circulante				89.583	100.826
Não circulante				218.203	143.900

(*) Em 07.02.2023 foram emitidas 116.000 debentures, não conversíveis com valor nominal unitário de R$1 (mil reais), com prazo de vencimento de 39 meses contados a partir da data de emissão (07.02.23). O valor nominal das debêntures será amortizado em duas parcelas anuais e sucessivas a partir do segundo ano de sua emissão e farão jus ao pagamento de juros remuneratório, pagos semestralmente, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias - DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, "over extra- grupo", acrescida de sobretaxa de 2% ao ano, na base de 252 dias úteis. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia, com a emissão das debêntures, serão destinados a: (i) aquisição de frutas e vegetais diretamente de produtores rurais (como reembolso de compras efetuadas e compras futuras). O contrato possui cláusulas que exigem o atendimento a determinados covenants, sendo que os covenants financeiros deverão ser cumpridos anualmente, com base nas demonstrações financeiras. A emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização dos Direitos Creditórios do Agronegócio aos quais esses Direitos Creditórios do Agronegócio foram vinculados como lastro, por meio do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 235ª (ducentésima trigésima quinta) de Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. devidos pela Natural One S.A.", e celebrado entre a Securitizadora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. A seguir as movimentações dos empréstimos em 31/12/2022 e 2023, são apresentadas abaixo:

	Saldo em 1º/01/2023	Aquisição de novos empréstimos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Juros	Saldo em 31/12/2023
Capital de Giro	211.725	55.000	(94.011)	(36.536)		26.609	162.787
Debêntures	–	116.000	–	(8.305)	–	11.444	119.139
Financiamento	33.001	–	(4.695)	(1.107)	(2.425)	1.086	25.860
Total	244.726	171.000	(98.706)	(45.948)	(2.425)	39.139	307.786
	Saldo em 1º/01/2022	**Aquisição de novos empréstimos**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Variação cambial**	**Juros**	**Saldo em 31/12/2022**
Capital de Giro	128.561	140.554	(65.333)	(19.143)	(2.721)	29.807	211.725
Financiamento	44.792	–	(4.939)	(1.028)	(6.702)	878	33.001
Total	173.353	140.554	(70.272)	(20.171)	(9.423)	30.685	244.726

Os montantes apresentados no circulante e não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	2023
2024	89.583
2025	136.579
2026	76.285
Acima de 2027	5.339
	307.786

Garantias: Os contratos de capital de giro possuem garantia alienação fiduciária, duplicatas a receber e aval dos sócios. Covenants: O contrato possui cláusulas que exigem o atendimento a determinados covenants, sendo que os covenants financeiros deverão ser cumpridos anualmente, com base nas demonstrações financeiras. Caso o índice Financeiro (conforme definido a seguir) seja igual ou superior a (a) 5,0, no término do 25 (segundo) ano contado da Data de Emissão, apurado pela Securitizadora, com base nas demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado em dezembro de 2024; ou (b) 3,5, no término do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, apurado pela Securitizadora, com base nas demonstrações financeiras relativas auditadas ao exercício social encerrado em dezembro de 2025. Para fins desta Escritura, adotam-se as seguintes definições: (a) "índice Financeiro": é a razão entre Dívida Líquida e EBITDA; (b) "Dívida Líquida": corresponde à somatória, apurada com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas da Companhia: (a) do valor de principal, juros e, quando devidos, demais encargos, inclusive moratórios, das dívidas de curto e de longo prazo decorrentes de: (1) qualquer mútuo, financiamento ou empréstimo contraído com instituições financeiras ou não, exceto aqueles realizados entre a Companhia e Coligadas ou Controladas, (2) títulos de renda fixa, conversíveis ou não, em circulação no mercado de capitais local e/ou internacional, (3) do valor presente dos contratos de arrendamento e (4) instrumentos derivativos, menos (b) o somatório dos valores em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo; (c) "EBITDA": é resultado líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido acrescido da depreciação, amortização e despesas financeiras e receitas financeiras, no exercício social em questão.

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	2023	2022
Provisão para remuneração variável (bônus) - (i)	15.105	4.741
Férias	174	198
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	2.158	2.256
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	671	756
	18.108	7.951

(i) Em 2023, conforme atingimento das metas estabelecidas em acordo com os empregados, a Companhia reconheceu R$15.105 (R$4.741 em 2022) referente a provisão para pagamento de bônus.

15. Partes Relacionadas:

	2023	2022
Acionista (i)	2.484	2.465
Total do ativo não circulante	2.484	2.465
Natural One Gestão Patrimonial S.A.(ii)	320	320
Total do passivo circulante	320	320
	2023	**2022**
Direito de uso		
Natural One Gestão Patrimonial S.A.(iii)	29.423	31.981
Total do ativo circulante	29.423	31.981
Passivo de arrendamento		
Natural One Gestão Patrimonial S.A.(iii)	39.866	39.845
Passivo circulante	812	597
Passivo não circulante	39.055	39.248
Acionista	151	1.902
Total do passivo não circulante	151	1.902
Resultado de arrendamento		
Natural Gestão Patrimonial S.A.(iii)	(851)	(1.215)

(i) Valores relativos a contingências pagas pela Companhia, cujos fatos geradores foram anteriores a 31/01/2017, conforme Acordo de Acionistas firmado, sejam ressarcidos pelo acionista originário; (ii) Refere-se a despesa mensal de aluguel de fábrica; e (iii) Refere-se ao arrendamento de planta industrial firmado entre partes relacionadas. Remuneração da Administração: A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia são compostos de remuneração fixa, pagamento baseado em ações, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares. No exercício findo em 31/12/2022, o total de remuneração dos Administradores no montante de R$3.314 (R$3.032 em 2022) refere-se a salários e honorários da Administração, férias, 135 salário, bônus, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

16. Provisão para Demandas Judiciais:

	2023	2022
Cíveis	–	7
Tributárias	–	–
Trabalhistas	1.110	1.131
	1.110	1.138
Depósitos judiciais	(641)	(609)
	469	529

A movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 é como segue:

	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Provisões total	Depósito judicial	Total
Saldos em 1/01/2021	2	381	1.257	1.640	(787)	853
Provisões adicionais	5	–	157	162	–	162
(–) Pagamentos	–	–	(70)	(70)	–	(70)
(–) Reversão/baixa de provisão	–	(381)	(213)	(594)	178	(416)
Saldos em 31/12/2022	7	–	1.131	1.138	(609)	529
Provisões adicionais	–	–	–	–	(32)	(32)
(–) Pagamentos	–	–	(21)	(21)	–	(21)
(–) Reversão/baixa de provisão	(7)	–	–	(7)	–	(7)
Saldos em 31/12/2023	–	–	1.110	1.110	(641)	469

Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como "possível" ou "remoto", não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda. Considerando os processos com risco de perda "possível", a Companhia informa que os seus valores equivalem a R$5.970 (R$4.625 em 31/12/2022), substancialmente relacionados com processos cíveis. Em 2023, a Companhia realizou o pagamento de contingências no montante de R$21 (R$70 em dezembro de 2022), referente a processos trabalhistas.

17. Outras Obrigações:

	2023	2022
Adiantamento de cliente	14.994	
Provisões diversas (*)	10.221	7.141
Outras obrigações	104	154
Total	25.319	7.295

A Companhia realiza mensalmente provisões de suas despesas, com o principal intuito de manter seus custos dentro da sua competência. A principal despesa provisionada mensalmente são despesas com fretes, pois geralmente os serviços de fretes prestados, os CTE's não chegam no período correto, desta forma, a Companhia provisiona o montante. **18. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: Em 31/12/2023, o capital social subscrito da Companhia é de R$247.169 (R$225.669 em 31/12/2022) dividido em 622.241.608 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

	2023 R$	2023 Ações	2022 R$	2022 Ações
Natural One Holding de Participações S.A.	247.169	622.241.608	225.669	568.155.990
	247.169	622.241.608	225.669	568.155.990

b) Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC: Os Adiantamentos para futuro aumento de capital foram aportados pelos seus acionistas controladores durante os exercícios de 2022, de forma irrevogável e irretratável, conforme sumariado abaixo. Para o exercício de 2023 não tiveram novos aportes e o valor de R$21,5 milhões foi 100% integralizado.

	2022
Adiantamento para futuro aumento de capital aportado em janeiro de 2022	21.500
	21.500

c) Reserva de capital: Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, as reservas de capital podem utilizadas da seguinte forma: • Pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais, com prioridade no seu recebimento, quando essa vantagem lhes for assegurada por meio de um estatuto; • Incorporação de capital; • Resgate de partes beneficiárias; • Resgate, reembolso ou compra de ações; • Absorver prejuízos, quando estes ultrapassam as reservas de lucros. As reservas de capital da Companhia derivam de sucessivos montantes de capital pelos seus acionistas destinados a constituição dessa reserva, com o objetivo de ter mais flexibilidade na utilização destes recursos em futuras ocasiões que se fizerem necessárias. *Contribuição da Holding (pagamento baseado em ações):* A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo concedido aos seus administradores e empregados, eleitos pelo Conselho de Administração da *Holding* e que optem, por livre vontade, pela adesão ao plano. Trata-se de uma de transação com pagamento baseado em ações entre entidades do mesmo grupo. Desse modo, a Companhia recebe os serviços, mas não tem a obrigação de liquidar a transação. Esta transação é reconhecida como contribuição patrimonial da *Holding* para a Companhia e independe de quaisquer acordos contratuais intragrupo de "repagamento". Por este plano, é outorgada aos beneficiários uma remuneração baseada em ações da *Holding*, na forma de *Phantom Stock* (PS), as quais representam os direitos concedidos pela Companhia aos beneficiários equivalentes ao valor integral das ações da *Holding* e *Phantom Stock Options* (PSO), as quais representam os direitos concedidos pela Companhia aos beneficiários equivalentes à valorização do preço das ações da *Holding* no tempo, ambas sendo ficções jurídicas criadas com o objetivo de facilitar a implementação do plano de incentivo e cálculo de eventual prêmio, nos termos do respectivo contrato. As PS e PSO não conferem ao beneficiário a condição de acionista da *Holding*, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. A cada ano, a *Holding* ofertará ao beneficiário da Companhia, durante o período em que este cumpra com a condição de vínculo, a possibilidade do mesmo converter uma parcela de seu bônus anual em uma quantidade de PS, passando a obter o direito de receber PSO de acordo com a regra de *vesting* a partir do momento do recebimento da PS. O pagamento será realizado quando ocorrer um evento de liquidez, que é a consumação de uma operação ou uma série de operações de venda e permuta de ações detida pelo acionista da *Holding* GIF V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ou por meio de um leilão reverso entre os beneficiários na hipótese de não ter ocorrido um evento de liquidez, nos termos do respectivo contrato. O valor justo, a quantidade das outorgas e a despesa registrada no período estão demonstrados a seguir: A quantidade das outorgas em cada data base está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Quantidade de *Phantom Stocks* (*)	455.266	316.210
Quantidade de *Phantom Stocks Options* (*)	1.422.756	1.047.201
	1.878.022	1.363.411

Os efeitos de valor justo, a despesa registrada no período e a movimentação da contribuição da *Holding* estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial de "Contribuição da *Holding*"	11.561	9.369
Despesa registrada no período:		
Efeito de valor justo	7.448	2.192
Conversão de bônus anual em outorgas de PS/PSO	5.488	–
	12.936	2.192
Saldo final de "Contribuição da *Holding*"	24.497	11.561

(*) Está sendo apresentado a quantidade de ações e não em milhares. A quantidade considerando o período de *"vesting" é de 1.313.129 ações. d) Reserva de* incentivo *fiscal:* No dia 29/12/2021, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Decreto 66.396/2021, concedendo benefício fiscal de ICMS para os fabricantes de sucos localizados no Estado. O estabelecimento industrial que promover saídas de sucos de fruta e sucos mistos com percentual mínimo de 70% poderá se creditar importância de forma que a carga tributária dessas saídas resulte em 3%. A Administração entende que o incentivo fiscal foi uma importante medida no equilíbrio financeiro para as indústrias localizadas em São Paulo, nivelando as condições fiscais em relação aos seus competidores situados em outros Estados que já usufruíam de incentivos similares.

19. Receita Líquida de Vendas:

	2023	2022
Mercado interno	783.541	570.254
Mercado externo	42.961	28.305
Faturamento bruto	826.502	598.559
(–) Descontos contratuais	(80.820)	(57.748)
(–) Devolução de vendas	(21.710)	(18.965)
(–) ICMS sobre o faturamento	(28.994)	(24.005)
(–) PIS sobre o faturamento	(10.633)	(7.682)
(–) COFINS sobre o faturamento	(48.942)	(35.382)
	635.403	454.777

20. Despesas por Natureza:

	2023	2022
Matérias-primas, produtos acabados e outros custos	(393.082)	(267.743)
Salários e ordenados	(84.616)	(50.480)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(59.889)	(46.625)
Depreciação e amortização	(28.751)	(25.171)
Despesas com fretes	(40.832)	(31.792)
Despesa com marketing e publicidade	(20.255)	(14.943)
Créditos extemporâneos (*)	16.641	–
Outros	(7.252)	(14.490)
	(618.035)	(451.244)
Custo das vendas	(455.222)	(335.633)
Despesas com venda	(57.132)	(44.115)
Despesas gerais e administrativas	(125.303)	(73.779)
Outras receitas operacionais, líquidas	19.621	2.283
	(618.035)	(451.244)

(*) Vide nota explicativa 8.

21. Resultado Financeiro, Líquido:

	2023	2022
Receita financeira		
Variação cambial ativa	2.035	9.298
Variação cambial ativa efetiva	723	652
Rendimento de aplicações financeiras	9.715	6.494
Juros ativos	134	12
Descontos obtidos	63	52
Outras receitas financeiras	745	299
	13.415	16.807
Despesa financeira		
Juros passivos	(36.174)	(30.685)
Variação cambial passiva efetiva	(6.041)	(5.254)
Juros sobre arrendamentos	(7.017)	(6.121)
Descontos concedidos	(817)	(453)
Variação cambial passiva	(3.472)	(2.008)
Outras despesas financeiras	(6.656)	(3.980)
	(60.177)	(48.501)
	(46.762)	(31.694)

22. Cobertura de Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidade, perdas materiais e lucros cessantes. O limite máximo de indenização para: • responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) é de R$30.000; • responsabilidade civil para danos materiais, morais ou corporais a terceiros é de R$40.000; • para danos materiais decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronave para os imóveis e equipamentos localizados na planta industrial e o centro de distribuição, localizados em Jarinu/SP é de R$130.000. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. **23. Eventos Subsequentes:** *Emissão de debêntures no montante de R$60 milhões:* Em 26.01.2024, a Companhia divulgou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R$60 milhões, com valor nominal unitário de R$1 (mil reais), conforme Escritura, devidamente registrada de acordo com o disposto no Artigo 62, Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e a realização da oferta pública de distribuição das Debêntures, sujeita ao rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Foram emitidas 60.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1 (mil reais), com prazo de vencimento de 4 anos contados a partir da data de emissão (26.01.2024). A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão das Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido em 22/07/2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 22 dos meses de julho e janeiro de cada ano, até a data de vencimento. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ("Spread") de 2,55% a.a. (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias Úteis. Os recursos líquidos captados com a emissão serão destinados, única e exclusivamente, pela Emissora, para: (a) amortização de dívida contraída junto ao Banco Bradesco S.A., no valor aproximado de R$15.000, decorrente da Carta de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro - Aval celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco S.A. em 24/02/2022 ("Instrumento de Dívida"); e (b) o saldo remanescente, para investimento na atual planta fabril da Emissora, destinando um espaço específico à uma nova linha de produção, com a finalidade de aumentar em até 90% (noventa por cento) sua capacidade produtiva. O contrato possui cláusulas que exigem o atendimento a determinados covenants, sendo que os covenants financeiros deverão ser cumpridos anualmente, com base nas demonstrações financeiras. Caso o índice Financeiro, a ser calculado anualmente pela Emissora e verificado pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora, seja igual ou superior a (a) 5,00 relativos ao exercício social encerrado em dezembro de 2024; (b) 3,50 relativo ao exercício social encerrado em dezembro de 2025; ou (c) 3,00 relativo ao exercício social encerrado em dezembro dos anos seguintes até a Data de Vencimento. *Constituição Trading Company:* No dia 8/12/2023, a Companhia recebeu o certificado de abertura da companhia "Natural One UK Limited", subsidiária integral da Companhia localizada na cidade de Londres. A Natural One Brasil detém de 100% de participação societária da Natural One UK Limited. O intuito da abertura dessa companhia, é proporcionar velocidade e eficiência no processo de ampliação do mercado internacional. Até 31/12/2023, não houve nenhum tipo de movimentação financeira na companhia em 2023 (saldos zerados), sendo realizado o primeiro aporte na companhia foi efetivamente realizado no primeiro trimestre de 2024.

Diretoria: Rafael Ivanisk Oliveira - Presidente

Ricardo Vinicius Reducino de Camargo - Diretor Financeiro

Filipe Kelme Zuccatto - Contador - CRC SP 1SP302686/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Natural One S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Natural One S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Natural One S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos:** *Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:* As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 28 de abril de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Enrice/ Prado Contador
CRC nº 1 SP 293147/O-8

Deloitte.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Natural One Holding de Participações S.A.

CNPJ nº 34.239.305/0001-72

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto quando se indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Ativo	**Nota**	**Controladora 2023**	**Controladora 2022**	**Consolidado 2023**	**Consolidado 2022**
Circulante		321	474	339.765	234.146
Caixa e equivalentes de caixa	5	60	217	90.690	72.329
Contas a receber de clientes	6	–		135.060	89.688
Estoques	7	–		77.602	58.432
Tributos a recuperar	8	261	257	25.682	7.617
Adiantamentos			–	5.724	3.035
Despesas antecipadas		–	–	5.007	3.045
Não Circulante		61.111	75.709	264.293	249.237
Aplicações financeiras	5	–		16.786	7.809
Tributos a recuperar	8	–		4.398	7.024
Partes Relacionadas	16	–		2.458	2.439
Outros ativos		294	149	5.607	5.924
Investimentos	9	60.817	75.560	–	
Ativo de direito de uso	11	–		22.873	17.447
Imobilizado	12	–		199.306	198.442
Intangível		–	–	12.865	10.152
Total do Ativo		61.432	76.183	604.058	483.383

Demonstrações da Movimentação do Patrimônio Liquido

	Capital Social	**Adiantamento para futuro aumento de capital**	**Controladora e consolidado - Reserva de capital**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Em 31/12/2021	25.332	–	236.306	(197.647)	63.991
Aumento de capital via AFAC	–	23.000	–	–	23.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(22.402)	(22.402)
Em 31/12/2022	25.332	23.000	236.306	(220.049)	64.589
Integralização de capital social com AFAC	23.000	(23.000)	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	(27.658)	(27.658)
Em 31/12/2023	48.332	–	236.306	(247.707)	36.931

Balanços Patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**Controladora 2023**	**Controladora 2022**	**Consolidado 2023**	**Consolidado 2022**
Circulante		4	–	273.069	214.103
Fornecedores	13	–	–	128.733	87.980
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	–	–	90.457	101.122
Passivo de arrendamento	11	–	–	4.213	3.320
Obrigações sociais e trabalhistas	15	–	–	18.108	7.951
Obrigações tributárias		4		6.008	6.435
Outras obrigações	18b	–	–	25.550	7.295
Não Circulante		24.497	11.594	294.058	204.691
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	–	–	245.443	171.883
Passivo de arrendamento	11	–	–	23.352	18.675
Contas a pagar - Partes relacionadas.	16	–	–	151	1.902
Obrigações tributárias.		–	–	146	108
Provisão para demandas judiciais	17	–	–	469	529
Outras obrigações	18a	24.497	11.594	24.497	11.594
Patrimônio Líquido		36.931	64.589	36.931	64.589
Capital social	19.1	48.332	25.332	48.332	25.332
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	23.000	–	23.000
Reserva de capital	19.2	236.306	236.306	236.306	236.306
Prejuízo acumulados		(247.707)	(220.049)	(247.707)	(220.049)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		61.432	76.183	604.058	483.383

Demonstrações dos Resultados

	Nota	**Controladora 2023**	**Controladora 2022**	**Consolidado 2023**	**Consolidado 2022**
Receita Líquida de Vendas	20	–	–	634.948	454.580
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	21	–	–	(455.221)	(335.633)
Lucro Bruto		–	–	179.727	118.947
Despesa com Vendas	21	–	–	(57.132)	(44.115)
Gerais e administrativas	21	(24)	(5)	(123.651)	(71.621)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(27.679)	(26.976)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	15	1	19.624	2.283
		(27.688)	(26.980)	(161.159)	(113.453)
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro		(27.688)	(26.980)	18.568	5.494
Resultado Financeiro					
Receitas Financeiras	22	44	5.759	14.670	22.589
Despesas Financeiras	22	(8)	(1.181)	(61.672)	(50.025)
Resultado financeiro, líquido		36	4.578	(47.002)	(27.436)
Prejuízo Líquido antes do IR e CS		(27.652)	(22.402)	(28.434)	(21.942)
Despesa (crédito) de IR e CS	10b	(6)	–	776	(460)
Prejuízo do Exercício		(27.658)	(22.402)	(27.658)	(22.402)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2023	**Controladora 2022**	**Consolidado 2023**	**Consolidado 2022**
Prejuízo do Exercício	(27.658)	(22.402)	(27.658)	(22.402)
Outros Resultado Abrangentes	–	–	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	(27.658)	(22.402)	(27.658)	(22.402)

Demonstrações dos Fluxos e Caixa

	Nota	**Controladora 2023**	**Controladora 2022**	**Consolidado 2023**	**Consolidado 2022**
Prejuízo do exercício		(27.658)	(22.402)	(27.658)	(22.402)
Ajuste por:					
Depreciação e amortização	21	–	–	27.088	23.271
Resultado de equivalência patrimonial	9	27.679	26.976	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	–	–	(56)	(502)
Provisão para demandas judiciais	17	–	–	(39)	(432)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos		–	(5.222)	44.517	22.145
Resultado líquido na baixa do imobilizado e intangível		–	–	–	318
Crédito extemporanêo	21	–	–	(16.641)	–
Provisão para pagamento baseado em ações	18a	–	–	12.936	–
Rendimento sobre aplicações financeiras	22	–	–	(9.752)	
IR e CS	10b	6	–	(776)	–
(Aumento)/redução de ativos					
Contas a receber de clientes		–	–	(45.316)	3.556
Estoques		–	–	(19.170)	(26.312)
Tributos a recuperar		(6)	(9)	1.202	5.669
Adiantamentos		–	–	(2.689)	2.385
Outros ativos e partes relacionadas		–	–	(1.070)	(1.197)
Aumento/(redução) de passivos					
Fornecedores		–	–	38.439	6.536
Risco sacado		–	–	2.314	(3.152)
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	10.157	(10.451)
Obrigações tributárias		–	–	349	(2.395)
Pagamento de processos judiciais - contingências		–	–	(21)	108
Outros passivos		(178)	(55)	16.509	3.146
Caixa provenientes das (aplicado nas) operações		(157)	(712)	30.323	291
Juros pagos	14	–	(4.237)	(50.085)	(28.530)
Caixa consumido nas atividades operacionais		(157)	(4.949)	(19.762)	(28.239)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		–	–	775	788
Aumento no Investimento		–	(23.000)	–	–
Redução de reserva de capital		–	30.568	–	–
Aquisição de ativo imobilizado	12	–	–	(22.555)	(24.160)
Aquisição de intangível		–	–	(3.889)	(5.161)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		–	7.568	(25.669)	(28.533)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		–	23.000	–	23.000
Captação de empréstimos e financiamentos	14	–	–	171.000	140.554
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	–	(25.663)	(98.921)	(96.493)
Pagamento de arrendamentos	11	–	–	(8.287)	(5.038)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		–	(2.663)	63.792	62.023
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa		(157)	(44)	18.361	5.251
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	217	261	72.329	67.078
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5	60	217	90.690	72.329
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa		(157)	(44)	18.361	5.251

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Natural One Holding de Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Grupo") é uma sociedade por ações de capital fechado sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 1º/08/2019, e tem como objetivo o investimento na produção e comercialização de sucos de frutas e vegetais, sem adição de conservantes, buscando manter ao máximo possível suas propriedades naturais, além do alimento vegetal produzido à base de aveia. A Companhia possui participação de 100% em duas subsidiárias diretas, sendo: a Natural One S.A. e a Natural One Gestão Patrimonial S.A. A Companhia e suas controladas serão denominadas como "Grupo" neste documento. O Grupo produz sucos buscando o mínimo de manipulação dos insumos com o objetivo de preservar as propriedades originais das frutas e vegetais, como frescor, sabor e aroma. O processo de envase asséptica em embalagem PET permite uma validade de produtos perecíveis de mais que oito meses, sem adição de conservantes. Os produtos são comercializados em todo território nacional, bem como exportados para Ásia, América do Sul, Europa e Oriente Médio. O Grupo possui uma planta fabril instalada na Cidade de Jarinu (SP), onde conta com duas modernas linhas de produção dedicadas a fabricação de sucos de fruta e vegetais. Em 2022 a Companhia optou por antecipar para o dia 28/03/2022 a liquidação das 25.663 debêntures, totalizando um desembolso de R$ 30.568. Tais debêntures, o vencimento contratual era do dia 17/01/2024. Em 31/12/2023, a Companhia apresenta prejuízos acumulados de R$247.707 (R$220.049 em 2022), porém apesar do prejuízo, o capital circulante líquido é positivo em R$66,7 milhões em 2023 (R$20 milhões em 2022). O aumento no prejuízo acumulado da Companhia, nos últimos 3 exercícios, está relacionado aos seguintes fatores: • Aumento de preço superior à inflação dos insumos e materiais de consumo, embalagens e itens em geral; e • Elevado resultado financeiro representado pela necessidade de capital de terceiros para financiar suas operações e pela manutenção da taxa Selic em patamares elevados; Adicionalmente, em virtude a crise econômica brasileira, a Companhia passou por uma reestruturação, econômica e financeira que já vem apresentando uma melhora no exercício de 2024 e espera resultados mais sólidos para os exercícios de 2024 e 2025. O plano da administração da Companhia para reverter a atual situação patrimonial está pautado nos contínuos esforços para minimizar os custos e despesas relacionados às operações e bem como em 2024, conforme nota explicativa de eventos subsequentes a Companhia emitiu debêntures, no montante de R$ 60 milhões, gerando recursos necessários e suficientes para a continuidade das operações da Companhia e para honrar suas obrigações. Continuidade operacional: A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31/03/2024. **2.2. Base para elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 3. **2.3. Base de consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Nas demonstrações financeiras da controladora, o investimento na empresa controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. No exercício findo em 31/12/2023 e 2022, as demonstrações financeiras consolidadas da Natural One Holding de Participações S.A. compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas:

Entidade	**2023 Controle**	**2023 Participação**	**2022 Controle**	**2022 Participação**
Natural One S.A.	Direto	100%	Direto	100%
Natural One Gestão Patrimonial S.A.	Direto	100%	Direto	100%

No processo de consolidação foram eliminados os investimentos, saldos ativos e passivos e as receitas e despesas de operações e lucros não realizados entre as empresas consolidadas. Todos os ativos, passivos, receitas, despesas e fluxos de caixa das duas empresas referentes a transações entre partes relacionadas eram totalmente eliminados na consolidação. As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas: Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. i) Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.5. Receita de contrato com cliente:** A receita de venda de mercadoria é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 54 dias para clientes nacionais e 90 dias para clientes internacionais. Em 2023 a Companhia apresenta aumento representativo no prazo médio de clientes internacionais, relacionado principalmente ao retorno das vendas para a China (R$ 11 milhões em 2023), provocando aumento de 101 para 169 dias. Os saldos abaixo são aplicáveis à principal empresa operacional do Grupo - a Natural One S.A.):

	2023 Nacional	**2023 Estrangeiro**	**2022 Nacional**	**2022 Estrangeiro**
Faturamento	783.541	42.961	570.254	28.305
Contas a receber	115.250	19.895	82.208	7.621
Prazo médio recebimento	**54**	**169**	**53**	**98**
Fatura mento China	–	11.116	–	–
Contas a receber - China	–	11.116	–	–
Faturamento	783.541	31.845	570.254	28.305
Contas a receber	115.250	8.779	82.208	7.621
Prazo médio recebimento	**54**	**101**	**53**	**98**

A receita é reconhecida na extensão em que os benefícios econômicos são prováveis e quando podem ser mensurados de forma confiável. O Grupo considera se existem outras promessas em contrato que são obrigações de desempenho separadas para as quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação da mercadoria, O Grupo considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes financeiros significativos, a consideração de não caixa e a contraprestação devida ao cliente (se houver). O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva a alguns clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato, dentre outros abatimentos previstos contratualmente. Os abatimentos são compensados com os valores a pagar pelo cliente. O Grupo realiza o provisionamento dos valores estimados dos descontos a serem aplicados. A receita pela venda de mercadoria é mensurada em um valor que reflete a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca do bem, líquido de devoluções e abatimentos, descontos comerciais e abatimentos de volume. **2.6. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado. i) Ativos financeiros: Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado. *a) Custo amortizado:* Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. *b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* Ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros. *c) Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. ii) Passivos financeiros: a) Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado. *a) Passivos financeiros ao custo amortizado:* Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujo fluxo de caixa contratuais são, exclusivamente, de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. *b) Valor justo por meio do resultado:* Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". Em 31/12/2023 e 2022 não havia operações em aberto e realizadas nos exercícios com estas características. **2.7. Estoques:** Os estoques de matérias-primas, embalagens e outros estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os produtos acabados estão avaliados pelo custo médio de produção, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão por obsolescência, deterioração ou baixo giro. Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda do Grupo. Os produtos acabados estão avaliados pelo custo médio de produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **2.8. Investimentos:** Investimento em controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18(R2). Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controladas é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante no resultado. **2.9. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benfeitorias em propriedade de terceiros: até 10 anos; • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos; • Máquinas: até 10 anos; e • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.10. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Companhia como arrendatária: Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. a) Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento (contrato) e a vida útil estimada dos ativos. • Edifícios e Galpões - 2 a 9 anos; • Máquinas e Equipamentos - 2 a 4 anos. b) Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, O Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, O Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.11. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros:** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável *(impairment)*, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido Corrente:** O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Diferido: Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias, consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, com base na alíquota fiscal vigente. O reconhecimento de ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não atenda mais aos critérios mínimos requeridos para seu reconhecimento, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. **2.13. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.14. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e quando seu custo ou valor puder ser/ mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração com relação ao risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.15. Classificação entre circulante e não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base em sua classificação entre circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado em até doze meses após o período de divulgação; ou • É caixa ou equivalente de caixa. • Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado no decurso do ciclo operacional do Grupo; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja liquidado em até doze meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. O Grupo classifica todos os demais ativos e passivos como não circulantes. **2.16. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **2.17. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia não participa de planos de pensão e não existem esses benefícios de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego. b) Participação nos lucros: São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado do exercício. c) Plano de remuneração de longo prazo: A Companhia possui plano de remuneração de longo prazo, para determinados executivos e membros chave da administração referente a bônus de retenção, que é resgatado após dois anos da aquisição do direito a remuneração, e consiste em um bônus oferecido pela Companhia para recompensar o beneficiário que permaneça pelo tempo acordado no plano. **2.18. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e os montantes envolvidos puderem ser mensurados com suficiente segurança. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nesses processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados;(c) obrigações legais são registradas como exigíveis. **2.19. Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2023:** As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações da Companhia na mesma data-base, bem como políticas e práticas contábeis consistentes. A Companhia avaliou e, quando necessário, aplicou pela primeira vez as novas normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionadas no item 3.1, e na data de autorização das demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes nas divulgações ou nos valores apresentados. Em 2023 a Companhia não adotou novas práticas e políticas contábeis. a. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis: As novas normas e interpretações emitidas até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. a1. Políticas contábeis adotadas: As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações ao CPC emitidas pelo CFC vigentes em ou após 1º/01/2023 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31/12/2023: • CPC 26 (R1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; • CPC 26(R1) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis; • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis; • CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação; • IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois; • CPC 50 - Contratos de Seguro. a2. Políticas contábeis não adotadas: As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações aos CPCs emitidas pelo CFC não foram adotadas pois não estão vigentes no exercício findo em 31/12/2023. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras futuras. • CPC 06 - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"; • IAS 1 - Passivos não circulantes com covenants; • CPC 36 (R3) e à CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto; • CPC 03 e CPC 40 - Acordos de Financiamento de Fornecedores; • IFRS S1 - Requerimentos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações relacionadas. A Administração da Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido): O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. *Programa de Phantom Stock Options:* O presente Programa de Incentivo de Longo Prazo - Performance *Phantom Stock Options* da Natural One, não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações da Companhia. O programa é baseado na concessão de opções virtuais aos elegíveis (grupo de executivos aprovado pelo Conselho de Administração da Natural One), que visa estimular o alcance de metas desafiadoras para a Companhia, por meio de uma gestão eficiente e a fim de obter resultados sustentáveis, alinhar interesses dos acionistas e executivos e reter os executivos- chave para alcance dos objetivos estratégicos da Companhia. **4. Gestão de Risco Financeiro:** As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia. a) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. b) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, o Grupo adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista que o Grupo efetua uma rigorosa análise de crédito de seus clientes. O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas e perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Os dois principais clientes da Companhia representam 24,52% das vendas líquidas do exercício findo naquela data (20,23% em 2022). Em 31/12/2023, os ativos sujeitos a risco de crédito são as contas a receber de clientes no montante de R$ 135.060 (R$ 89.688 em 2022). O Grupo tem como estratégia de diversificação de carteira de clientes a expansão internacional. c) Risco de liquidez: É o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. O Grupo tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional, isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

Em 31/12/2023	**Até 3 meses**	**De 4 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**	**Total contábil**
Empréstimos e financiamentos	39.638	79.276	515.296	634.210	335.900
Arrendamentos	2.583	5.165	33.572	41.320	27.565
Fornecedores e passivos com partes relacionadas	133.060	–	235	133.295	128.884
Outros passivos	26.409	–	38.065	64.474	50.047
	201.690	84.441	587.168	873.299	542.396

Em 31/12/2022	**Até 3 meses**	**De 4 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**	**Total contábil**
Empréstimos, financiamentos, debêntures	17.896	53.688	214.750	286.334	273.005
Arrendamentos	1.417	4.251	17.005	22.673	21.995
Fornecedores e passivos com partes relacionadas	90.937	–	2.956	93.893	89.882
Outros passivos	7.101	–	18.016	25.117	18.889
	117.351	57.939	252.727	428.017	403.771

d) Instrumentos financeiros por categoria: No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados do Grupo por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora 31/12/2023	**Controladora 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicação financeira retida	–	–	16.786	7.809
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	60	217	90.690	72.329
Contas a receber de clientes	–	–	135.060	89.688
Depósitos judiciais	–	–	641	609
Outros ativos	–	–	16.338	12.004
	60	217	259.515	182.439

Passivos financeiros - custo amortizado	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	363.465	295.000
Fornecedores, risco sacado e partes relacionadas	128.884	89.882
Outros passivos	50.047	18.889
	542.396	403.771

4.1. Gestão do risco de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado 31/12/2023	**Consolidado 31/12/2022**
Total de empréstimos, financiamentos, arrendamento e debêntures	363.465	295.000
Menos: caixa e equivalente de caixa	(90.690)	(72.329)
Aplicação financeira retida - Banco Fibra CI (Deutsche) - Garantia	(16.786)	(7.809)
Dívida líquida	255.989	214.862
Total do patrimônio líquido	36.931	64.589
Total do capital	292.920	279.451
Índice de alavancagem financeira - %	87%	77%

4.2. Análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos e financiamentos, a qual a Companhia estava exposta, na data-base de 31/12/2023, foi definido o seguinte cenário. Com base em projeções, foi obtida a projeção do Dólar e Euro futuro, sendo calculadas as variações na tabela abaixo (conforme modelo esperado pela Administração). A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos nos principais ativos e passivos sujeitos à volatilidade, na hipótese dos respectivos cenários apresentados para os instrumentos financeiros expostos à remuneração:

		Euro	**5,47**	**5,53**	**5,57**	**5,64**
		US$	**4,95**	**5,00**	**5,04**	**5,10**
Exposição patrimonial	**Saldo em 12.2023-R$**	**Saldo em 12.2023 - Euro e US$**	**Cenário I R$**	**Cenário II R$**	**Cenário III R$**	**Cenário IV R$**
Aplicação financeira (Nota 5) - US$	6.162	1.273	6.300	6.364	6.415	6.491
Contas a receber de clientes (Nota 6) - US$	19.895	4.109	20.342	20.547	20.711	20.958
Fornecedores (Nota 13) - US$	2.328	481	2.380	2.404	2.424	2.452
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)- Euro	25.860	4.832	26.440	26.707	26.921	27.242
	54.245	10.695	55.463	56.023	56.471	57.143

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras:

	Controladora 31/12/2023	**Controladora 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Moeda nacional				
Caixa e bancos	–	18	2.781	282
Aplicações financeiras de liquidez imediata	60	199	87.443	67.171
	60	217	90.224	67.453
Moeda estrangeira				
Caixa e bancos	–	–	466	–
Aplicações financeiras	–	–	–	4.876
	–	–	466	4.876
	60	217	90.690	72.329
Moeda nacional				
Aplicações financeiras - retido	–	–	10.624	1.397
	–	–	10.624	1.397
Moeda estrangeira				
Aplicações financeiras - retido	–	–	6.162	6.412
	–	–	6.162	6.412
	–	–	16.786	7.809
Circulante	60	217	90.690	72.329
Não circulante	–	–	16.786	7.809

6. Contas a Receber de Clientes:

	Consolidado 31/12/2023	**Consolidado 31/12/2022**
Contas a receber de clientes nacionais	115.250	82.208
Contas a receber de clientes estrangeiros	19.895	7.621
(–) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(85)	(141)
	135.060	89.688

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as possíveis perdas esperadas na realização das contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes possuem os seguintes vencimentos:

	Consolidado 31/12/2023	**Consolidado 31/12/2022**
A vencer	129.737	85.707
Vencidas		
Até 30 dias	3.962	3.873
De 31 a 60 dias	1.025	90
De 61 a 90 dias	421	25
De 91 a 120 dias	–	2
De 121 a 150 dias	–	3
De 151 a 180 dias	–	4
Acima de 181 dias	–	125
	5.408	4.122
	135.145	89.829

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa são as seguintes:

	Consolidado 31/12/2023	**Consolidado 31/12/2022**
Em 01/01/2023	(141)	(643)
Reversão/baixa de provisão	56	502
Em 31/12/2023	(85)	(141)

Em 31/12/2023, o Grupo possuía penhor de duplicatas de sua emissão, no montante de R$27.272 (R$18.723 em 2022), na modalidade caução rotativa, em garantia de seus empréstimos e financiamentos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório e o valor contábil de cada classe de contas a receber está mencionada acima.

7. Estoques:

	Consolidado 31/12/2023	**Consolidado 31/12/2022**
Produtos acabados	15.165	19.293
Embalagens	17.861	9.724
Matéria-prima	22.992	15.933
Material de uso e consumo	6.620	6.105
Produtos em processo	14.964	7.377
	77.602	58.432

8. Tributos a Recuperar:

	Controladora 31/12/2023	**Controladora 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Crédito de ICMS sobre ativo imobilizado (*)	–	–	8.363	8.514
ICMS a recuperar	–	–	1.531	6
COFINS a recuperar (**)	–	–	8.905	3.020
IPI a recuperar	–	–	2.820	–
PIS a recuperar (**)	–	–	1.945	–
IRPJ e CSLL	144	140	4.502	768
Outros tributos	117	117	2.014	2.333
	261	257	30.080	14.641
Circulante	261	257	25.682	7.617
Não circulante	–	–	4.398	7.024

(*) Os saldos classificados como não circulantes referem-se substancialmente a créditos de ICMS na compra de ativo imobilizado (CIAP), os quais são utilizados na proporção de 1/48 avos. (**) No exercício de 2023 a Companhia contratou uma empresa especializada em levantamento de créditos sobre diversas áreas da Companhia. Sendo assim, foi levantado os seguintes créditos de Pis e Cofins a qual a Companhia entende serem passíveis de reconhecimento: • **Condomínio:** Despesas referentes a condomínio, são reconhecidas pelo Superior Tribunal de Justiça como essenciais e relevantes para as atividades da empresa e, por isso, devem ser consideradas insumos para fins de creditamento de PIS e COFINS. • Descontos concedidos: A exclusão de descontos incondicionais concedidos da base de cálculo de PIS/COFINS. A Natural One tem como prática conceder repasses financeiros e descontos comerciais durante a negociação com os clientes. Essas verbas são concedidas com as mais diversas finalidades, dentre elas,

continua ★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Natural One Holding de Participações S.A.

a concessão de espaços adicionais, exposição e divulgação dos produtos da empresa em tabloides e ações comerciais, redução de custos logísticos, aumento no volume de compras etc. Tais descontos são previamente previstos nos contratos comerciais e não dependem de fatores incertos. Portanto, não devem compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, uma vez que representam uma redução real no valor das vendas, não sendo considerados receita efetiva. • Materiais para transportes: Créditos de PIS/Cofins sobre aquisição de pallets, termógrafos e colhões de ar. • Os pallets são utilizados para: i) mitigar risco de contaminação dos produtos; e ii) acondicionamento dos produtos no transporte de cargas, evitando danos e perdas do produto acabado. Cumpre mencionar que os pallets são despachados com o produto e não retornam para a Natural One. Os termógrafos e colchões de ar são utilizados na exportação. A função dos termógrafos é monitorar a temperatura do produto garantindo que a carga permaneceu refrigerada durante todo o percurso, e os colchões de ar são utilizados para reduzir a movimentação da carga durante o transporte, evitando danos e perdas do produto acabado. • Marketing: Os créditos de PIS/Cofins sobre despesas com marketing não foram apropriados os créditos relativos às despesas com os serviços de marketing. Os gastos com publicidade e propaganda podem ser considerados insumos essenciais para a atividade da Cia. Assim, as despesas de marketing são passíveis de crédito de PIS/COFINS pela natureza do negócio da Natural One. • Promotores: Os créditos de PIS/Cofins sobre despesas com promotores, não foram apropriados os créditos relativos às despesas com promotores. Os promotores desempenham um papel fundamental na geração de receita, pois são exigidos pelos supermercados, sendo responsáveis pelo branding da marca, abastecimento e reposição dos produtos. Além disso, eles desempenham um papel crucial ao alertar a Natural One sobre a necessidade de reposição de estoque, já que possuem controle sobre o inventário das lojas. Em 2023 a Companhia abateu dos valores de PIS e COFINS a recolher o montante de R$ 6,4 milhões em crédito e a expectativa é que 100% dos créditos mencionados acima sejam consumidos no final de 2024. **9. Investimentos:** Em 31/12/2023 e 2022, a Companhia possui os seguintes investimentos nas controladas diretas Natural One S.A., responsável por 100% das operações fabris, e Natural One Gestão Patrimonial S.A. proprietária do terreno no qual o parque fabril da Natural One S.A. está alocada. A movimentação dos investimentos é apresentada abaixo:

	Natural One S.A.	Natural One Gestão Patrimonial S.A.	Total
Saldo em 31/12/2021	101.828	6.084	107.912
Aumento de capital	21.500	1.500	23.000
Redução de capital	(30.568)	–	(30.568)
Aporte de capital	–	–	–
Equivalência patrimonial	(26.490)	(486)	(26.976)
Contribuição em controlada (pagamento baseado em ações)	2.192	–	2.192
Saldo em 31/12/2022	68.462	7.098	75.560
Equivalência patrimonial	(28.593)	914	(27.679)
Contribuição em controlada (pagamento baseado em ações - phantom)	12.936	–	12.936
Saldo em 31/12/2023 (*)	52.805	8.012	60.817

(*) Líquido do efeito do arrendamento financeiro que a Natural One S.A. possui com a Natural One Gestão Patrimonial S.A.. As principais informações financeiras das entidades controladas estão demonstradas a seguir:

Em 31/12/2022	Natural One S.A.	Natural One Gestão Patrimonial S.A.
Patrimônio líquido	64.213	5.599
Prejuízo no exercício	(28.161)	(486)
Total dos ativos	477.199	36.035
Total dos passivos	412.986	30.436

Em 31/12/2023	Natural One S.A.	Natural One Gestão Patrimonial S.A.
Patrimônio líquido	48.556	7.098
Lucro (prejuízo) no exercício	(28.593)	914
Total dos ativos	600.363	35.482
Total dos passivos	551.807	28.384

10. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em exercícios anteriores, a Administração da Companhia decidiu-se por constituir provisão integral do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados até 31/12/2016, pois a manutenção desse crédito tributário não reunia, em 2019, as condições técnicas requeridas pelo Pronunciamento Contábil "CPC 32 - Tributos sobre Lucros". Contudo, a Administração da Companhia reitera que mantém suas projeções de crescimento de acordo com seu plano de negócios apresentados aos seus acionistas e demais *stakeholders*, e vem gradativamente melhorando seus resultados, através de ações comerciais, operacionais, dentre outras, para atingimento de suas metas de crescimento e rentabilidade. Adicionalmente, a baixa desse crédito tributário não se traduz na perda do direito da Companhia na utilização deste benefício fiscal no futuro, uma vez que não há previsão legal de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente. Portanto, não reflete em prejuízo econômico para a Companhia, tampouco deterioração das condições de liquidez, continuidade e perspectivas futuras de rentabilidade do negócio. Em 2023, a Companhia possui um montante acumulado de prejuízos fiscais de R$ 2 milhões (R$ 526 milhões no Consolidado), ou seja, um crédito diferido provisionado de R$ 680 (R$ 179 milhões no Consolidado). b) Conciliação dos impostos de renda e contribuição social no resultado do exercício: Abaixo é apresentada a conciliação entre o resultado contábil e a receita de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do IR e da CS	(27.652)	(22.402)	(28.434)	(21.942)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
(=) Tributos à alíquota vigente	(9.402)	(7.617)	(9.668)	(7.460)
(–) Equivalência patrimonial	9.411	9.172	–	–
Ganho estimado com ativo fiscal não diferido	–	–	22.484	16.040
(+) Subvenção para investimento	–	–	(15.056)	(9.752)
(–) Diferença taxas vida útil	–	–	1.237	1.209
(–) Despesas aval de sócios	–	–	788	508
(–) Outras diferenças permanentes e efeito do lucro presumido na Natural One Patrimonial	(3)	(1.555)	(561)	(85)
Despesa (Crédito) de IR e CS	6	–	(776)	460

11. Direito de Uso de Ativos e Arrendamentos: Em 2023, a Administração considerou em suas projeções taxa incremental, variando entre 7,70% e 16% para desconto do fluxo projetado ao Valor Presente (AVP). As operações de arrendamento da Companhia, em vigência em 31/12/2023, não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas. Composição e movimentação dos ativos de direito (Consolidado):

Direito de uso de ativos	01/01/2023	Adições	Amortização	Remensuração	31/12/2023
Edifícios	12.522	–	(3.803)	674	9.393
Máquinas e equipamentos	4.925	9.567	(1.012)	–	13.480
Total no ativo	17.447	9.567	(4.815)	674	22.873

Direito de uso de ativos	01/01/2022	Adições	Amortização	Remensuração	31/12/2022
Edifícios	14.765	–	(2.243)	–	12.522
Máquinas e equipamentos	4.773	–	(1.079)	1.231	4.925
Total no ativo	19.538	–	(3.322)	1.231	17.447

Composição e movimentação sumária dos passivos de arrendamentos:

Passivo de arrendamento	01/01/2023	Adições	Juros	Pagamento	Remensuração	Transferência	31/12/2023
Passivo circulante	3.320	607	3.616	(8.287)	674	4.283	4.213
Passivo não circulante	18.675	8.960	–	–	–	(4.283)	23.352
	21.995	9.567	3.616	(8.287)	674	–	27.565

Passivo de arrendamento	01/01/2022	Adições	Juros	Pagamento	Remensuração	Transferência	31/12/2022
Passivo circulante	2.883	–	2.471	(5.038)	–	3.004	3.320
Passivo não circulante	20.448	–	–	–	1.231	(3.004)	18.675
	23.331	–	2.471	(5.038)	1.231	–	21.995

Em 2023, tivemos a adição do contrato do CD Tucano. Em 2022, não tivemos adições de novos contratos. Além disso, ressaltamos que não houve nenhuma baixa de contratos de arrendamento em 2023 e 2022.

12. Imobilizado:

	Terreno	Edificações	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Equipamentos e ferramenta	Máquinas	Outros	Obras em Andamento	Total
Custo total	1.257	38.569	18.842	959	216.969	2.316	5.343	284.255
Depreciação acumulado	–	(7.783)	(5.890)	(959)	(74.884)	(1.257)	–	(90.733)
Saldos em 01/01/2022	1.257	30.786	12.952	–	142.085	1.059	5.343	193.482
Aquisição	–	–	–	1.169	18.876	4.114	–	24.159
Baixas	–	–	–	(8)	(304)	(6)	–	(318)
Depreciação	–	–	–	(224)	(16.616)	(2.041)	–	(18.881)
Baixa de depreciação	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferências (*)	–	–	–	–	5.343	–	(5.343)	–
Adiantamento	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	1.257	30.786	12.952	937	149.384	3.126	–	198.442
Custo total	1.257	38.569	18.842	2.120	240.884	6.424	–	308.096
Depreciação acumulado	–	(7.783)	(5.890)	(1.183)	(91.500)	(3.298)	–	(109.654)
Saldos em 31/12/2022	1.257	30.786	12.952	937	149.384	3.126	–	198.442
Aquisição	–	–	3.540	516	18.274	228	–	22.555
Baixas	–	–	–	–	–	(6)	–	(6)
Depreciação	–	–	(2.412)	(431)	(18.762)	(86)	–	(21.691)
Transferências	–	–	–	–	–	3	–	3
Saldos em 31/12/2023	1.257	30.786	14.080	1.022	148.896	3.265	–	199.306
Custo total	1.257	38.569	22.382	2.636	259.158	6.646	–	330.651
Depreciação acumulado	–	(7.783)	(8.302)	(1.614)	(110.262)	(3.381)	–	(131.345)
Saldos em 31/12/2023	1.257	30.786	14.080	1.022	148.896	3.265	–	199.306

Anualmente, a Companhia realiza avaliações das eventuais perdas *(impairment)* nos ativos imobilizados, de acordo com a política contábil e não identificou indícios de perda.

13. Fornecedores:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	116.693	74.640
Risco Sacado	9.712	12.026
Fornecedores estrangeiros	2.328	1.314
	128.733	87.980

(*) Risco sacado. O Grupo possui contratos junto às instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores, a antecipação de seu recebimento. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de mercadorias para as instituições financeiras e há um aumento do prazo de pagamento dos títulos por parte do fornecedor. A Companhia continua pagando os títulos com valor original e no vencimento original sem nenhum encargo.

14. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:

Modalidades	Instituição financeira	Indexador	Encargos anuais %	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Moeda Nacional					
Capital de giro	Itaú	CDI	2,41%	91.242	58.385
Capital de giro	Bradesco	CDI	3,87%	14.387	26.158
Capital de giro	Santander	CDI	10,88%	18.383	20.512
Capital de giro	CCB	CDI	3,80%	–	15.066
Capital de giro	Banco ABC	CDI	3,20%	19.467	16.053
Capital de giro	Rendimento	IPCA	8,92%	19.308	24.968
Debêntures	WHG (*)	CDI	2%	119.139	–
CRI	CrediSuisse	CDI	6,70%	28.114	28.683
				310.040	189.825
Moeda Estrangeira					
Financiamento	Deutsche	EUR	3,30%	25.860	33.245
Capital de giro	Itaú	USD	2,41%	–	49.935
				25.860	83.180
				335.900	273.005
Circulante				90.457	101.122
Não circulante				245.443	171.883

As movimentações nos empréstimos do Grupo durante o exercício são apresentadas abaixo:

Consolidado - 31/12/2022	31/12/2022	Aquisição de novos empréstimos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Juros	31/12/2023
Debêntures (*)	–	116.000	–	(8.305)	–	11.444	119.139
CRI	28.683	–	(215)	(4.137)	–	4.187	28.518
Capital de Giro	244.322	55.000	(98.706)	(37.643)	(2.425)	27.695	188.243
Total	273.005	171.000	(98.921)	(50.085)	(2.425)	43.326	335.900

Consolidado - 31/12/2021	01/01/2022	Aquisição de novos empréstimos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Juros	31/12/2022
Debêntures	35.122	–	(25.663)	(4.237)	(5.222)	–	–
CRI	29.326	–	(558)	(4.122)	–	4.037	28.683
Capital de Giro	173.352	140.554	(70.272)	(20.171)	(9.422)	30.281	244.322
Total	237.800	140.550	(96.493)	(28.530)	(14.644)	34.318	273.005

(*) Em 07.02.2023 foram emitidas 116.000 debêntures, não conversíveis com valor nominal unitário de R$ 1 (mil reais), com prazo de vencimento de três anos contados a partir da data de emissão (07.02.23). O valor nominal das debêntures será amortizado em duas parcelas anuais e sucessivas a partir do segundo ano de sua emissão e farão jus ao pagamento de juros remuneratório, pagos semestralmente, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias - DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, "over extra-grupo", acrescida de sobretaxa de 2% ao ano, na base de 252 dias úteis. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia, com a emissão das debêntures, serão destinados à: (i) aquisição de frutas e vegetais diretamente de produtores rurais (como reembolso de compras efetuadas e compras futuras). O contrato possui cláusulas que exigem o atendimento a determinados covenants, sendo que os covenants financeiros deverão ser cumpridos anualmente, com base nas demonstrações financeiras. A emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização dos Direitos Creditórios do Agronegócio aos quais esses Direitos Creditórios do Agronegócio foram vinculados como lastro, por meio do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 235ª (ducentésima trigésima quinta) de Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. devidos pela Natural One S.A.", e celebrado entre a Securitizadora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Os montantes apresentados no circulante e não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
2023	–	101.122
2024	90.457	73.125
2025	136.579	45.363
2026	76.285	16.310
Acima de 2027	32.579	37.085
	335.900	273.005

Garantias: Os contratos de capital de giro possuem como garantia alienação fiduciária, duplicatas a receber e aval dos sócios. Covenants: O contrato das debêntures emitidas junto a WHG, possui cláusulas que exigem o atendimento a determinados covenants, sendo que os covenants financeiros deverão ser cumpridos anualmente, com base nas demonstrações financeiras. Caso o Índice Financeiro (conforme definido a seguir) seja igual ou superior a (a) 5,0, no término do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, apurado pela Securitizadora, com base nas demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado em dezembro de 2024; ou (b) 3,5, no término do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, apurado pela Securitizadora, com base nas demonstrações financeiras relativas auditadas ao exercício social encerrado em dezembro de 2025. Para fins desta Escritura, adotam-se as seguintes definições: (a) "Índice Financeiro": é a razão entre Dívida Líquida e EBITDA; (b) "Dívida Líquida": corresponde à somatória, apurada com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas da Companhia: (a) do valor de principal, juros e, quando devidos, demais encargos, inclusive moratórios, das dívidas de curto e de longo prazo decorrentes de: (1) qualquer mútuo, financiamento ou empréstimo contraído com instituições financeiras ou não, exceto aqueles realizados entre a Companhia e Coligadas ou Controladas, (2) títulos de renda fixa, conversíveis ou não, em circulação no mercado de capitais local e/ou internacional, (3) do valor presente dos contratos de arrendamento e (4) instrumentos derivativos, menos (b) o somatório dos valores em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo; (c) "EBITDA": é resultado líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido acrescido da depreciação, amortização e despesas financeiras e receitas financeiras, no exercício social em questão.

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Provisão para remuneração variável (bônus) - *(i)*	15.105	4.741
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	2.158	2.256
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	671	756
Férias	174	198
	18.108	7.951

(i) Em 2023, conforme atingimento das metas estabelecidas em acordo com os empregados, a Companhia reconheceu R$ 15.105 (R$ 4.741 em 2022) referente à provisão para pagamento de bônus. **16. Partes Relacionadas:** Em 31/12/2022 e de 2021, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Acionista [(i)]	2.458	2.439
Total do ativo não circulante	2.458	2.439
Acionista	151	1.902
Total do passivo não circulante	151	1902

(i) Valores relativos a contingências pagas pelo Grupo, cujos fatos geradores foram anteriores a 31/01/2017, conforme Acordo de Acionistas firmado, sejam ressarcidos pelo acionista originário. Remuneração da Administração: A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia são compostos de remuneração fixa, pagamento baseado em ações, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares. No exercício findo em 31/12/2023, o total de remuneração dos Administradores no montante de R$ 3.314 (R$ 3.032 em 2022) refere-se a salários e honorários da Administração, férias, 13º salário, bônus, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros). **17. Provisão para Demandas Judiciais:** A Administração, amparada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingências para cobrir prováveis perdas, esperadas no desfecho dos processos em andamento. As provisões para contingências e depósitos judiciais do Grupo são resumidas como segue:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Cíveis	–	7
Tributárias	–	–
Trabalhistas	1.110	1.131
	1.110	1.138
Depósitos judiciais	(641)	(609)
	469	529

A movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 é como segue:

	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total	Depósito judicial	Total
Saldos em 01/01/2022	2	381	1.257	1.640	(787)	853
Provisões adicionais	5	_	157	162	–	162
(–) Pagamentos	–	–	(70)	(70)	–	(70)
(–) Reversão/baixa de provisão	–	(381)	213	(594)	178	(416)
Saldos em 31/12/2022	7	–	1.131	1.138	(609)	529
Provisões adicionais	_	_	_	–	(32)	(32)
(–) Pagamentos	–	–	(21)	(21)	–	(21)
(–) Reversão/baixa de provisão	(7)	–	–	(7)	–	(7)
Saldos em 31/12/2023	–	–	1.110	1.110	(641)	469

Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como "possível" ou "remoto", não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda. Considerando os processos com risco de perda "possível", a Companhia informa que os seus valores equivalem a R$ 5.970 (R$ 4.625 em 31/12/2022), substancialmente relacionados com processos cíveis. Em 2023, a Companhia realizou o pagamento de contingências no montante de R$ 21 (R$ 70 em dezembro de 2022), referente a processos trabalhistas. **18. Outras Obrigações:** a) Pagamento baseado em ações: A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo concedido aos seus administradores e empregados, eleitos pelo Conselho de Administração da *Holding* e que optem, por livre vontade, pela adesão ao plano. Trata-se de um plano de transação com pagamento baseado em ações entre entidades do mesmo grupo. Desse modo, a Companhia recebe os serviços, mas não tem a obrigação de liquidar a transação. Esta transação é reconhecida como contribuição patrimonial da *Holding* para a Companhia e independe de quaisquer acordos contratuais intragrupo de "repagamento". Por este plano, é outorgada aos beneficiários uma remuneração baseada em ações da *Holding*, na forma de *Phantom Stock* (PS), as quais representam os direitos concedidos pela Companhia aos beneficiários equivalentes ao valor integral das ações da *Holding* e *Phantom Stock Options* (PSO), as quais representam os direitos concedidos pela Companhia aos beneficiários equivalentes à valorização do preço das ações da *Holding* no tempo, ambas sendo ficções jurídicas criadas com o objetivo de facilitar a implementação do plano de incentivo e cálculo de eventual prêmio, nos termos do respectivo contrato. As PS e PSO não conferem ao beneficiário a condição de acionista da *Holding*, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. A cada ano, a *Holding* ofertará ao beneficiário da Companhia, durante o período em que este cumpra com a condição de vínculo, a possibilidade de o mesmo converter uma parcela de seu bônus anual em uma quantidade de PS, passando a obter o direito de receber PSO de acordo com a regra de *vesting* a partir do momento do recebimento da PS. O pagamento será realizado quando ocorrer um evento de liquidez, que é a consumação de uma operação ou uma série de operações de venda e permuta de ações detida pelo acionista da *Holding* GIF V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ou por meio de um leilão reverso entre os beneficiários na hipótese de não ter ocorrido um evento de liquidez, nos termos do respectivo contrato. A quantidade das outorgas em cada data base está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Quantidade de *Phantom Stocks* (*)	455.266	316.210
Quantidade de *Phantom Stocks Options* (*)	1.422.756	1.047.201
	1.878.022	1.363.411

Os efeitos de valor justo, a despesa registrada no período e a movimentação da contribuição da Holding estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial de "Contribuição da *Holding*"	11.561	9.369
Despesa registrada no período:		
Efeito de valor justo	7.448	2.192
Conversão de bônus anual em outorgas de PS/PSO	5.488	–
	12.936	2.192
Saldo final de "Contribuição da *Holding*"	24.497	11.561

(*) Está sendo apresentado a quantidade de ações e não em milhares. A quantidade considerando o período de "*vesting" é de 1.313.129 ações, em 31/12/2023.*

b) Outras obrigações:

	2023	2022
Adiantamento de cliente	14.994	–
Provisões diversas (*)	10.221	7.141
Outras obrigações	335	154
Total	25.550	7.295

(*) A Companhia realiza mensalmente provisões de suas despesas, com o principal intuito de manter seus custos dentro da sua competência. A principal despesa provisionada mensalmente são despesas com fretes, pois geralmente os serviços de fretes prestados, os CTE´s não chegam no período correto, desta forma, a Companhia provisiona o montante. **19. Patrimônio Líquido: 19.1. Capital social:** Em 31/12/2023, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 48.332 (2022 - R$ 25.332) dividido em 25.812.533 (2022 - 24.371.557) ações ordinárias nominativas sem valor nominal e em 39.836 ações preferenciais, nominativas sem valor nominal. Em 28/12/2022, mediante Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi deliberado o adiantamento para futuro aumento de capital da Companhia no montante de R$ 23.000, e sendo totalmente capitalizado e integralizado em 2023. O capital social em 31/12/2023 e 2022, ficou representado da seguinte forma:

31/12/2023	R$	Ações ordinárias	R$	Ações preferenciais	R$	Total de ações
Ricardo Ermírio de Moraes	8.511	8.511	–	–	8.511	8.511
Zwilin Holdings S.A.	571	571	–	–	571	571
GIF V Fundo de Investimento em Participações	12.142	12.861	–	–	12.142	12.861
Optipar Participações S.A.	26.108	3.830	–	–	26.108	3.830
Alexandre Borges de Freitas	–	–	1.000	40	1.000	40
	47.332	25.773	1.000	40	48.332	25.813

31/12/2022	R$	Ações ordinárias	R$	Ações preferenciais	R$	Total de ações
Ricardo Ermírio de Moraes	8.511	8.511	–	–	8.511	8.511
Zwilin Holdings S.A.	571	571	–	–	571	571
GIF V Fundo de Investimento em Participações	12.142	12.142	–	–	12.142	12.142
Optipar Participações S.A.	3.108	3.108	–	–	3.108	3.108
Alexandre Borges de Freitas	–	–	1.000	40	1.000	40
	24.332	24.332	1.000	40	25.332	24.372

19.2. Reserva de capital: Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, as reservas de capital podem ser utilizadas da seguinte forma: • Pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais, com prioridade no seu recebimento, quando essa vantagem lhes for assegurada por meio de um estatuto; • Incorporação de capital; • Resgate de partes beneficiárias; • Resgate, reembolso ou compra de ações; • Absorver prejuízos, quando estes ultrapassam as reservas de lucros. As reservas de capital da Companhia derivam de sucessivos montantes de capital pelos seus acionistas destinados a constituição dessa reserva, com o objetivo de ter mais flexibilidade na utilização destes recursos em futuras ocasiões que se fizerem necessárias.

20. Receita Líquida de Vendas:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Mercado Interno	783.541	570.524
Mercado Externo	42.961	28.305
(–) Descontos contratuais	(80.820)	(58.018)
(–) Devolução de vendas	(21.710)	(18.965)
(–) ICMS sobre o faturamento	(28.994)	(24.005)
(–) PIS sobre o faturamento	(10.713)	(7.717)
(–) COFINS sobre o faturamento	(49.317)	(35.544)
	634.948	454.580

21. Custos e Despesas por Natureza:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Matérias-primas, produtos acabados e outros custos	–	–	(393.082)	(267.743)
Salários e ordenados	–	–	(84.616)	(50.480)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	–	–	(59.891)	(46.345)
Depreciação e amortização	–	–	(27.088)	(23.271)
Despesas com fretes	–	–	(40.832)	(31.792)
Despesa com marketing e Publicidade	–	–	(20.255)	(14.943)
Créditos extemporâneos (*)	–	–	16.641	–
Outros	(9)	(4)	(7.257)	(14.512)
	(9)	4	(616.380)	(449.086)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Custo das vendas	–	–	(455.221)	(335.633)
Despesas com venda	–	–	(57.132)	(44.115)
Despesas gerais e administrativas	(24)	(5)	(123.651)	(71.621)
Outras receitas operacionais	15	1	19.624	2.283
	(9)	4	(616.380)	(449.086)

22. Resultado Financeiro, Líquido:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita financeira				
Provisão de variação cambial ativa	–	5.699	2.035	14.998
Variação cambial ativa efetiva	–	–	723	652
Descontos obtidos	–	–	63	52
Rendimento de aplicações financeiras	13	50	9.752	6.553
Juros ativos	–	–	781	12
Outras receitas financeiras	31	10	1.316	322
	44	5.759	14.670	22.589
Despesa financeira				
Juros passivos	–	(479)	(41.441)	(34.797)
Juros sobre leasing	–	–	(3.616)	(2.471)
Provisão de variação cambial passiva	–	–	(4.472)	(2.008)
Variação cambial passiva efetiva	–	(668)	(5.217)	(5.922)
Descontos concedidos	–	–	(817)	(344)
Outras despesas financeiras	(8)	(34)	(6.109)	(4.483)
	(8)	(1.181)	(61.672)	(50.025)
	36	4.578	(47.002)	(27.436)

23. Cobertura de Seguros: O Grupo mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidade, perdas materiais e lucros cessantes. O limite máximo de indenização para os ativos para: • responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) é de R$ 30.000; • responsabilidade civil para danos materiais, morais ou corporais a terceiros é de R$ 40.000; • para danos materiais decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronave para os imóveis e equipamentos localizados na planta industrial e o centro de distribuição, localizados em Jarinu/SP é de R$ 130.000. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. **24. Eventos Subsequentes:** Emissão de debêntures no montante de R$ 60 milhões: Em 26.01.2024, a Companhia divulgou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R$ 60 milhões, com valor nominal unitário de R$ 1 (mil reais), conforme Escritura, devidamente registrada de acordo com o disposto no Artigo 62, lei nº 6.404, de 15.12.1976, e a realização da oferta pública de distribuição das Debêntures, sujeita ao rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Foram emitidas 60.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 (mil reais), com prazo de vencimento de 4 anos contados a partir da data de emissão (26.01.2024). A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão das Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido em 22/07/2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 22 dos meses de julho e janeiro de cada ano, até a data de vencimento. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ("Spread") de 2,55% a.a. (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias Úteis. Os recursos líquidos captados com a emissão serão destinados, única e exclusivamente, pela Emissora, para: (a) amortização de dívida contraída junto ao Banco Bradesco S.A., no valor aproximado de R$ 15.000, decorrente da Carta de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro - Aval celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco S.A. em 24/02/2022 ("Instrumento de Dívida"); e (b) o saldo remanescente, para investimento na atual planta fabril da Emissora, destinando um espaço específico à uma nova linha de produção, com a finalidade de aumentar em até 90% (noventa por cento) sua capacidade produtiva. O contrato possui cláusulas que exigem o atendimento a determinados covenants, sendo que os covenants financeiros deverão ser cumpridos anualmente, com base nas demonstrações financeiras. Caso o Índice Financeiro, a ser calculado anualmente pela Emissora e verificado pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora, seja igual ou superior a (a) 5,00 relativos ao exercício social encerrado em dezembro de 2024; (b) 3,50 relativos ao exercício social encerrado em dezembro de 2025; ou (c) 3,00 relativos ao exercício social encerrado em dezembro dos anos seguintes até a Data de Vencimento. *Constituição da Trading Company:* No dia 08/12/2023, a Companhia recebeu o certificado de abertura da companhia "Natural One UK Limited", subsidiária integral da Companhia localizada na cidade de Londres. A Natural One Brasil detém de 100% de participação societária da Natural One UK Limited. O intuito da abertura dessa companhia, é proporcionar velocidade e eficiência no processo de ampliação do mercado internacional. Até 31/12/2023, não houve nenhum tipo de movimentação financeira na companhia em 2023 (saldos zerados), sendo realizado o primeiro aporte na companhia foi efetivamente realizado no primeiro tr

SPE São Miguel Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 19.381.550/0001-26

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais - R$)

Relatório da Administração: Senhores acionistas, a administração é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que foi determinado como necessários para a correta elaboração das demonstrações contábeis livres de quaisquer distorções relevantes independentemente de ser causada por fraude ou erro. A administração se responsabiliza na elaboração das demonstrações contábeis, pela avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às operações e pelo uso da base contábil adequada na elaboração das demonstrações contábeis. Como responsáveis pela governança da Companhia todo o processo de elaboração das demonstrações contábeis é submetido à supervisão, a fim de que as informações tenham bases fidedignas à situação da Companhia. **Descrição dos negócios:** A SPE São Miguel foi criada no final de 2013 com o objetivo específico de fazer o investimento numa gleba de terras no Município de Indaiatuba com vistas à valorização futura e eventual desenvolvimento imobiliário na Região. **Perspectivas para os exercícios futuros:** No ano de 2023, no âmbito do novo Plano Diretor aprovado para a Cidade de Indaiatuba, grande parte das propriedades, até então rurais, detidas pela Companhia, foram transformadas em urbanas. Desta forma, iniciou-se formalmente o processo para aprovação junto à Prefeitura de futuros loteamentos urbanos, que serão empreendidos de forma faseada ao longo dos próximos anos. A previsão para o lançamento da primeira fase é para o final de 2025 ou início de 2026.

Balanços patrimoniais	Nota	2023	2022
Ativo/Circulante		**37.566**	**58.364**
Caixa e equivalentes de caixa	3	37.241	58.070
Outros créditos	–	325	294
Não circulante		**41.163.062**	**41.163.284**
Imóveis destinados à futura incorporação	4	41.162.414	41.162.414
Imobilizado	–	648	870
Total do ativo		**41.200.628**	**41.221.648**

Balanços patrimoniais	Nota	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		**17.647**	**12.179**
Obrigações trabalhistas e tributárias	–	14.147	8.679
Partes relacionadas	11	3.500	3.500
Não circulante		**–**	**60.000**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	5	–	60.000
Patrimônio líquido		**41.182.981**	**41.149.469**
Capital social	6	41.900.142	41.780.142
Reserva de capital	–	547.733	547.733
Prejuízos acumulados	–	(1.264.894)	(1.178.406)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**41.200.628**	**41.221.648**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**41.780.142**	**547.733**	**(1.124.032)**	**41.203.843**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(54.374)	(54.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**41.780.142**	**547.733**	**(1.178.406)**	**41.149.469**
Aumento de capital	6	120.000	**–**	**–**	120.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(86.488)	(86.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**41.900.142**	**547.733**	**(1.264.894)**	**41.182.981**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividade operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	**(76.760)**	**(44.866)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação	222	221
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Outros créditos	(31)	200
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.853	465
Caixa consumido nas atividades operacionais	**(71.716)**	**(43.980)**
IR e CS, pagos	(9.113)	(9.535)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(80.829)**	**(53.515)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital/Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	60.000	60.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**60.000**	**60.000**
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(20.829)**	**6.485**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	58.070	51.585
No final do exercício	37.241	58.070
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(20.829)**	**6.485**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A **SPE São Miguel Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia")** é uma sociedade anônima, sem prazo determinado de duração, regida pelo seu estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis, com sede em Indaiatuba/SP, Sítio São Miguel, Estrada Mato Dentro, constituída em 03 de dezembro de 2013 e tem por objeto o desenvolvimento, estruturação e a implantação de negócios imobiliários, compra, venda e locação de imóveis, incorporação imobiliária, administração de bens e negócios próprios, além de participações em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras. A Companhia foi constituída com propósito específico de adquirir os imóveis objeto do "Instrumento Particular de Contrato de Opção" com cláusula de conversão em Contrato de Compromisso de Venda e Compra Irrevogável e Irretratável, assinado em 26 de setembro de 2013 e neles desenvolver um empreendimento imobiliário consistente em um ou mais loteamentos urbanos. A fazenda adquirida pela SPE foi quitada em fevereiro de 2016, trata-se de um Imóvel Rural, em área de expansão urbana, denominada Fazenda São Miguel localizada na Rodovia Cônego Cyruaco Scarnelo Pires (Estrada Municipal de Indaiatuba/Monte Mor), no Município de Indaiatuba-SP. No ano de 2023, no âmbito do novo Plano Diretor aprovado para a Cidade de Indaiatuba, grande parte das propriedades, até então rurais, detidas pela Companhia, foram transformadas em urbanas. Desta forma, iniciou-se formalmente o processo para aprovação junto à Prefeitura de futuros loteamentos urbanos, que serão empreendidos de forma faseada ao longo dos próximos anos. A previsão para o lançamento da primeira fase é para o final de 2025 ou início de 2026. Neste momento pré-operacional a Companhia conta com receita de arrendamento das terras e de aporte dos acionistas que garantem sua estabilidade financeira. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A moeda funcional da Companhia é o Real (R$) mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em Reais (R$). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto quando informado de outra forma conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações contábeis são elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses. A emissão dessas demonstrações foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2024. **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras: 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras representadas por aplicações automáticas. As aplicações financeiras são classificadas em sua maioria na categoria: "Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)". **2.2.2. Imóveis destinados a futura incorporação:** Compostos pelo custo de formação do terreno para futura incorporação compreendendo o custo para aquisição e gastos iniciais para a realização do empreendimento. **2.2.3. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário são demonstrados como não circulantes. **2.2.4. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.2.5. IR e CS sobre o lucro:** A Companhia adota o regime de tributação do lucro presumido no qual a base de cálculo do IR das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") é calculada à razão de 8% e 32% e a da CS sobre o Lucro Líquido ("CSLL") à razão de 12% e 32% sobre as receitas brutas (e 100% para as receitas financeiras). **2.2.6. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações contábeis, contudo, a incerteza relativa a estas premissas e estimativas, poderia levar a resultados que não requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço não envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidos a seguir: • **Impostos:** A Companhia é fiscalizada por diferentes autoridades incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e posteriormente em processos judiciais. • **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As avaliações para possíveis provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se há eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável a qual é apurada considerando as condições de locação dos imóveis. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável. **2.2.9. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo Amortizado (CA); **(ii)** Valor Justo por meio do Resultado (VJR); **(iii)** Valor Justo por meio do Resultado Abrangente (VJRA). Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.2.10. Resultado por ação (básico e diluído):** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício considerando quando aplicáveis ajustes de desdobramento. **2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 ou após:** A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2023 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

3. Caixa e equivalentes de caixa:	2023	2022
Caixa	1.000	1.000
Conta corrente bancária	1	1
Aplicação financeira **(a)**	36.240	57.069
	37.241	**58.070**

(a) São representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com remuneração atrelada a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), para as quais inexistem carência, multas, perda de rendimento financeiro ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato. **4. Imóveis destinados a futura incorporação:** Referem-se a terrenos e outros gastos necessários para futura incorporação de empreendimento imobiliário.

	2023	2022
Terreno	40.000.000	40.000.000
Outras custas iniciais com imóveis	1.162.414	1.162.414
	41.162.414	**41.162.414**

5. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC): Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) efetuado no transcorrer do exercício de 2022 de acordo com o percentual de participação de cada acionista da Companhia. Em 2023 o saldo foi utilizado para aumentar o capital da Companhia.

	2023	2022
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	**–**	**60.000**

6. Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 41.900.142 (R$ 41.780.142 em 2022) representado por 3.234.751 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 26 de junho de 2023 os acionistas decidiram aumentar o capital em R$ 120.000 com emissão de 9.406 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, sendo R$ 60.000 mediante a conversão do valor registrado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e R$ 60.000 integralizados em moeda corrente nacional. **7. Receita líquida de aluguel:** As receitas estão assim apresentadas:

	2023	2022
Receita de aluguel	125.538	118.334
(–) Impostos incidentes	(4.582)	(4.319)
Receita líquida de aluguel	**120.956**	**114.015**

8. Despesas gerais e administrativas: A composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstradas como segue:

	2023	2022
Despesas com pessoal	(54.918)	(47.274)
Serviços prestados pessoa jurídica	(92.126)	(60.942)
Taxas e contribuições	(40.089)	(43.555)
Outras despesas gerais	(9.906)	(8.048)
	(197.039)	**(159.819)**

9. Resultado financeiro: A composição das receitas e despesas contábeis nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstradas como segue:

	2023	2022
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	**(1.039)**	**(810)**
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**362**	**1.748**
Resultado financeiro	**(677)**	**938**

10. IR e CS: Os valores de IR e CS demonstrados no resultado apresentam os seguintes valores à alíquota nominal:

	2023	2022
Base de cálculo		
Receita operacional bruta	125.538	118.334
Lucro presumido (32%)	40.172	37.867
Receita de rendimento de aplicação financeira	362	1.748
Base de cálculo	40.534	39.615
Alíquota vigente	24%	24%
Total de IR e CS sobre o lucro	**(9.728)**	**(9.508)**

11. Transações com partes relacionadas: 11.1. Operações com Jaime Pinheiro Participações S.A.: As transações entre a Jaime Pinheiro Participações S.A. e a SPE São Miguel Empreendimentos Imobiliários S.A. referente às despesas administrativas *(back-office)* estão assim demonstradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Reembolso de despesas administrativas JPP - a pagar	3.500	3.500
Reembolso de despesas administrativas JPP - resultado	42.000	42.000

As operações entre as partes relacionadas acima foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições contratadas entre as partes na rubrica de despesas administrativas.

Demonstrações do resultado	Nota	2023	2022
Receita líquida de aluguel	7	120.956	114.015
Despesas administrativas, comerciais e gerais	8	(197.039)	(159.819)
Resultado antes do resultado financeiro		**(76.083)**	**(45.804)**
Resultado financeiro	9	(677)	938
Resultado antes do IR e da CS		**(76.760)**	**(44.866)**
IR e CS	10	(9.728)	(9.508)
Prejuízo do exercício		**(86.488)**	**(54.374)**
Resultado básico e diluído por ação	12	**(0,026776)**	**(0,016858)**

Demonstrações do resultado abrangente	2023	2022
Prejuízo do exercício	(86.488)	(54.374)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(86.488)**	**(54.374)**

12. Resultado básico e diluído por ação: A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Resultado básico e diluído	2023	2022
Resultado do exercício	(86.488)	(54.374)
Número de ações em circulação	3.234.751	3.225.345
Resultado por ação	(0,026737)	(0,016907)
Média ponderada de ações durante o ano	3.230.048	3.225.345
Resultado básico por ação	(0,026776)	(0,016858)
Resultado diluído por ação		
Resultado usado para determinar o lucro diluído por ação	(86.488)	(54.374)
Média ponderada de ações durante o ano	3.230.048	3.225.345
Resultado por ação diluído	(0,026776)	(0,016858)

13. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se principalmente às operações de bancos, aplicações e contas a pagar em condições normais de mercado estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios já mencionados. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **13.1. Considerações sobre riscos: 13.1.1. Riscos de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros sendo monitoradas pela Administração da Companhia. **13.1.2. Risco operacional:** A Companhia tem como objetivo principal a aquisição de terrenos para futura incorporação e venda de unidades imobiliárias autônomas. A performance de suas operações está sujeita às aquisições dos terrenos necessários para construção de empreendimento, condições do mercado, economia e indústria nesta localidade.

A Diretoria

Contador

Clayton Castro da Rocha - CRC - 1SP251.075/0-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e acionistas da **SPE São Miguel Empreendimentos Imobiliários S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE São Miguel Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da SPE São Miguel Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo considerar se esse relatório está de forma relevante inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2024

bakertilly

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1

Henrique Silva Premoli
Contador - CRC 1SP-250.993/O-6

AMAGGI LOUIS DREYFUS ZEN-NOH HOLDINGS S.A.

CNPJ nº 18.844.424/0001-06

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	9	294.727	108.469	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	655.063	272.561	–	–
Estoques	11	275.798	511.137	–	–
Ativos financeiros com corretoras	12	–	80.784	–	–
Adiantamentos a fornecedores	13	517.459	784.605	–	–
Impostos a recuperar	14	20.792	16.761	–	–
Ativos fiscais correntes	15	7.209	4.073	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	24	133.335	134.546	–	–
Outras contas a receber		28.293	16.043	23.069	27.013
Total do ativo circulante		**1.932.676**	**1.928.979**	**23.069**	**27.013**
Aplicações financeiras		2.016	3.055	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	24	22	66	–	–
Impostos a recuperar	14	8.264	14.634	–	–
Ativos fiscais correntes	15	52.994		–	–
Ativo fiscal diferido	22	40.008	–	–	–
Realizável a longo prazo		**103.304**	**17.754**	**–**	**–**
Investimentos	16	63	63	1.066.562	719.666
Imobilizado	17	494.429	495.766	–	–
Intangível	18	37.787	43.860	–	–
Direito de uso	19	138.257	142.815	–	–
Total do ativo não circulante		**670.536**	**682.503**	**1.066.562**	**719.666**
Total do ativo		**2.706.516**	**2.629.239**	**1.089.631**	**746.679**

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Fornecedores	20	706.275	889.227	–	–
Passivos financeiros com corretoras		38.363	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	21	454.369	584.290	–	–
Adiantamentos de clientes		65.077	74.725	–	–
Impostos e contribuições a recolher		14.900	3.419	–	–
Salários, encargos e contribuições sociais		37.536	13.036	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	24	62.968	29.664	–	–
Dividendos a pagar	26.f	23.069	27.012	23.069	27.013
Arrendamentos a pagar	19	11.371	12.063	–	–
Total do passivo circulante		**1.413.928**	**1.633.437**	**23.069**	**27.012**
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		457	679	–	–
Empréstimos e financiamentos	21	71.953	48.227	–	–
Passivos fiscais diferidos	22	20.408	104.952	–	–
Arrendamentos a pagar	19	133.208	122.278	–	–
Total do passivo não circulante		**226.026**	**276.135**	**–**	**–**
Total do passivo		**1.639.954**	**1.909.572**	**23.069**	**27.012**
Patrimônio líquido	26				
Capital social		234.162	234.162	234.162	234.162
Reserva de lucros		170.061	342.497	170.061	342.497
Reserva Incentivos Fiscais		578.719	–	578.719	–
Ajuste acumulado de conversão		84.833	144.638	84.833	144.638
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.213)	(1.630)	(1.213)	(1.630)
Total do patrimônio líquido		**1.066.561**	**719.667**	**1.066.561**	**719.667**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.706.516**	**2.629.239**	**1.089.631**	**746.679**

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	27	9.897.661	8.897.567	–	–
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(9.177.238)	(8.403.992)	–	–
Lucro bruto		**720.423**	**493.575**	**–**	**–**
Despesas com vendas	28	(161.880)	(178.051)	–	–
Despesas administrativas	28	(144.315)	(92.883)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	28	16.265	(42.913)	–	–
Resultado de equivalência patrimonial		–	–	400.437	109.052
Resultado antes das despesas financeiras líquidas de impostos		**430.493**	**179.728**	**400.437**	**109.052**
Receitas financeiras	29	65.276	57.371	–	–
Despesas financeiras	29	(86.008)	(59.477)	–	–
Variação cambial líquida	29	(69.154)	(26.865)	–	–
Despesas financeiras líquidas		**(89.886)**	**(28.971)**	**–**	**–**
Resultado antes dos impostos		**340.607**	**150.757**	**400.437**	**109.052**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	22	(61.604)	(48.201)	–	–
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	22	121.437	6.496	–	–
Resultado do exercício		**400.437**	**109.052**	**400.437**	**109.052**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Resultado do exercício	**400.437**	**109.052**	**400.437**	**109.052**
Ajuste acumulado de conversão	(57.905)	(23.231)	(57.905)	(23.231)
Hedge accounting de fluxo de caixa, líquido de impostos	417	680	417	680
Resultado abrangente total	**342.949**	**86.502**	**342.949**	**86.502**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos acumulados)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**234.162**	**13.176**	**10.450**	**220.835**	**166.645**	**(1.086)**	**–**	**633.731**
Hedge accounting de fluxo de caixa, líquido de impostos	–	–	–	–	1.224	(544)	–	680
Ajuste acumulado de conversão	–	–	–	–	(23.231)	–	–	(23.231)
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	109.052	109.052
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	–	1.004	–	–	–	–	(1.004)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(27.012)	(27.012)
Reserva de incentivo fiscal	–	–	7.529	–	–	–	–	–
Absorção de saldos dos dividendos de exercícios anteriores	–	–	–	26.446	–	–	–	26.446
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	63.057	–	–	(81.036)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**234.162**	**14.180**	**17.979**	**310.338**	**144.638**	**(1.630)**	**–**	**719.667**
Hedge accounting de fluxo de caixa, líquido de impostos	–	–	–	–	–	417	–	417
Ajuste acumulado de conversão	–	–	–	1.900	(59.805)	–	–	(57.905)
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	400.440	400.440
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	–	1.438	–	–	–	–	(1.438)	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–	(23.069)	(23.069)
Absorção de saldos dos dividendos de exercícios anteriores	–	–	–	27.012	–	–	–	27.012
Reserva de incentivo fiscal	–	–	560.740	(184.807)	–	–	(375.933)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**234.162**	**15.618**	**578.719**	**154.

Parque Vila dos Pinheiros SPE S.A.

CNPJ nº 29.302.313/0001-86

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R$)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias em vigor a Administração da Parque Vila dos Pinheiros SPE S.A. ("Companhia" ou "Parque Vila dos Pinheiros") vem apresentar seus comentários e resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores estão expressos em Reais (R$) exceto quando de outra forma indicado e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos necessários para a correta elaboração das demonstrações contábeis livres de quaisquer distorções relevantes, seja por fraude ou erro. A Administração se responsabiliza pela elaboração das demonstrações contábeis, pela avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às operações e pelo uso da base contábil adequada na elaboração das demonstrações contábeis. Como responsáveis pela governança da Companhia todo o processo de elaboração das demonstrações contábeis foi submetido à supervisão, a fim de que as informações tenham bases fidedignas à situação corrente. Os comentários da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis e devem ser lidos em conjunto com as respectivas notas explicativas. **Descrição dos negócios:** O loteamento Parque Villa dos Pinheiros está localizado no município de Indaiatuba, SP, entre a Avenida Bernardino Bonavita e a Estrada Municipal do Mirim. Com área total de 645.200 metros quadrados o loteamento consiste em 316 lotes residenciais, 4 lotes de uso misto vertical e 1 lote comercial. A área loteada é de aproximadamente 274.200 metros quadrados restando 371.000 metros quadrados de área pública. Teve o seu projeto arquitetônico elaborado pelo arquiteto brasileiro Marcos Tomanik e o paisagismo de Benedito Abud. **Desempenho:** O loteamento Parque Villa dos Pinheiros teve seu lançamento em setembro de 2019 e com sua obra iniciada na mesma data. O prazo para realizar todas as obras de infraestrutura e das benfeitorias do sistema de lazer é de 48 (quarenta e oito) meses a contar de setembro de 2019. O loteamento apresenta 99,3% de unidades residenciais vendidas (representando aproximadamente 68,3% da fração ideal do terreno) até o dia 31 de dezembro de 2023. **Perspectivas para os exercícios futuros:** O loteamento Parque Villa dos Pinheiros está praticamente com todos seus lotes vendidos apenas dois lotes residenciais em estoque. Com a pandemia houve uma mudança na rotina das pessoas dos grandes centros urbanos e isso beneficiou as vendas em loteamentos próximos desses centros. Com isso, a SPE se beneficiou e segue o seu projeto de desenvolvimento da próxima etapa, na implementação de estudos para a construção de um Mall e centro empresarial.

Balanços patrimoniais	Nota	2023	2022
Ativo/Circulante		**6.792.113**	**9.310.248**
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.684.746	2.406.917
Contas a receber	4	3.323.354	6.100.216
Estoques	5	717.884	745.030
Créditos diversos	–	65.581	57.537
Tributos a recuperar	–	548	548
Não circulante		**48.679.728**	**45.783.807**
Contas a receber	4	7.222.775	8.899.974
Estoques	5	35.549.310	32.914.198
Partes relacionadas	8	5.868.238	3.924.512
Imobilizado	6	39.405	45.123
Total do ativo		**55.471.841**	**55.094.055**

Demonstrações do resultado	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	11	1.994.863	2.578.489
(–) Custo de vendas de lotes	12	(736.660)	(2.480.490)
(=) Lucro bruto		**1.258.203**	**97.999**
(+/–) Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	–	–	(64.791)
Despesas gerais, comerciais e administrativas	13	(581.145)	(827.772)
Resultado de participação societária	9	(32.331)	(57.243)
Outras receitas e despesas operacionais	–	100.977	–
		(512.499)	**(949.806)**
(=) Resultado antes do resultado financeiro		**745.704**	**(851.807)**
Resultado financeiro	14	223.823	298.588
(=) Resultado antes do IR e da CS		**969.527**	**(553.219)**
IR e CS - correntes	15	(258.216)	(822.382)
IR e CS - diferidos	15	150.293	1.014.195
		(107.923)	**191.813**
(=) Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**861.604**	**(361.406)**
Resultado básico e diluído por ação	16	0,024347	(0,010212)

Balanços patrimoniais	Nota	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		**728.799**	**968.740**
Fornecedores	–	115.401	137.346
Obrigações trabalhistas e tributárias	7	344.978	595.295
Dividendos a pagar	8	2	2
Outras contas a pagar	–	10.445	10.455
Provisão para perdas com investimentos	9	257.973	225.642
Não circulante		**1.317.645**	**1.442.725**
Provisão para garantia	–	770.586	758.322
Obrigações trabalhistas e tributárias	7	547.059	684.403
Patrimônio líquido		**53.425.397**	**52.682.590**
Capital social integralizado	10.1	47.906.131	47.906.131
Reserva legal	10.2	5.162.875	5.137.865
Reserva de lucros	–	356.391	–
Prejuízos acumulados	–	–	(361.406)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**55.471.841**	**55.094.055**

Demonstrações do resultado abrangente	2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	861.604	(361.406)
Total de resultados abrangentes do exercício	**861.604**	**(361.406)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social integralizado	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**47.906.131**	**5.137.865**	**12.431.734**	**–**	**65.475.730**
Distribuição de dividendos	10.3	–	–	(12.431.734)	–	**(12.431.734)**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(361.406)	**(361.406)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**47.906.131**	**5.137.865**	**–**	**(361.406)**	**52.682.590**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	861.604	**861.604**
Constituição de Reserva legal	10.2	–	25.010	–	(25.010)	**–**
Destinação para reserva de lucros	–	–	–	475.188	(475.188)	**–**
Distribuição de dividendos	10.3	–	–	(118.797)	–	**(118.797)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**47.906.131**	**5.162.875**	**356.391**	**–**	**53.425.397**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2023	2022
Fluxo de caixa das atividade operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	**969.527**	**(553.219)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação	5.718	5.717
Tributos diferidos	(178.107)	(796.195)
Ajuste a valor presente	425.577	(592.341)
Provisão para garantia	12.264	37.281
Resultado de participação societária (negativa)	32.331	57.243
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Contas a receber	4.028.484	24.693.482
Estoque de terrenos	(2.607.966)	(1.393.616)
Créditos diversos	(8.044)	220.061
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Fornecedores	(21.945)	(495.418)
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.288	(113.435)
Adiantamentos de clientes	–	(2.833.018)
Outras contas a pagar	(10)	456
Caixa gerado nas atividades operacionais	**2.662.117**	**18.236.998**
IR e CS, pagos	(321.765)	(1.069.381)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**2.340.352**	**17.167.617**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Investimentos	–	(2.700)
Partes relacionadas	(1.943.726)	(3.581.942)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.943.726)**	**(3.584.642)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(118.797)	(12.574.194)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(118.797)**	**(12.574.194)**
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**277.829**	**1.008.781**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.406.917	1.398.136
No final do exercício	2.684.746	2.406.917
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**277.829**	**1.008.781**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A **Parque Vila dos Pinheiros SPE S.A. ("Companhia")** é uma Sociedade Anônima sem prazo determinado de duração, regida pelo seu estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis com sede e foro em São Paulo/SP na Avenida Paulista, 287, 6º andar. Constituída em 20 de dezembro de 2017 e tem por objeto o desenvolvimento, estruturação e a implantação de negócios imobiliários, compra, venda e locação de imóveis, incorporação imobiliária, administração de bens e negócios próprios, além de participações em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras. Atualmente a Companhia desenvolve o loteamento Parque Villa dos Pinheiros localizado no município de Indaiatuba, SP, com área total de 645.200 metros quadrados, composto por 316 lotes residenciais, 4 lotes de uso misto vertical e 1 lote comercial. A construção do loteamento, lotes residenciais, foi iniciada em setembro de 2019 mesma data de lançamento. O prazo para realizar todas as obras de infraestrutura e das benfeitorias do sistema de lazer é de 48 meses a contar de setembro de 2019 com término previsto para agosto de 2023. O desenvolvimento dos lotes de uso misto e comercial está em estudo. Em junho de 2021 foi constituída a coligada Boulevard Villa dos Pinheiros S.A., na qual a Companhia detém 50% de participação cujo objetivo será o desenvolvimento e implementação de um Power Center e que se encontra em fase inicial de desenvolvimento. Em 09 de março de 2023 foi constituída a controlada Parque Vila dos Pinheiros Educação SPE Ltda., na qual a Companhia detém 100% de participação. A controlada está em fase pré-operacional e tem como objetivo a locação de uma fração ideal do terreno, do imóvel localizado na Avenida Bernardino Bonavita, em Indaiatuba, a ser desdobrada e destacada da área maior do terreno de propriedade da controladora.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A moeda funcional da Companhia é o Real (R$) mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em Reais (R$). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico exceto quando informado de outra forma conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras são elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A emissão dessas demonstrações foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2024. As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **2.1.1. Provisão para garantias:** Constituída em montante julgado necessário para cobrir gastos com manutenção em empreendimentos cobertos no período de garantia. A provisão é constituída em contrapartida do resultado (custo) à medida que os custos dos serviços prestados incorrem. Eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida. **2.1.2. Custos orçados:** Os custos orçados totais compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras são regularmente revisados conforme a evolução das obras e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado. **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras: 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras representadas por aplicações automáticas. As aplicações financeiras são classificadas em sua maioria na categoria "ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)". **2.2.2. Contas a receber:** Contas a receber são apresentadas aos valores de realização reconhecidas de acordo com os critérios de apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis. Os saldos de contas a receber de clientes são classificados como ativo circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes. A constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) não foi necessária considerando-se que é insignificante o percentual histórico e as perdas esperadas sobre o saldo de contas a receber da Companhia tendo em vista que esses créditos referem-se aos lotes em construção cuja concessão das correspondentes escrituras ocorre apenas quando há a liquidação e/ou negociação dos créditos dos clientes. Nesse modelo de negócio o risco de distrato inexiste na Companhia, uma vez que em caso de inadimplemento pelo cliente a instituição financeira poderá executar a alienação fiduciária e com a consequente consolidação da propriedade em seu nome poderá alienar o imóvel a terceiros. **2.2.3. Estoque de terrenos:** Terrenos para futuras incorporações com condições de pagamento em moeda corrente e a receita e o custo são reconhecidos seguindo os critérios descritos. A classificação de terrenos entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo do lançamento dos empreendimentos imobiliários. A Administração revisa periodicamente as estimativas de lançamentos dos empreendimentos imobiliários. Adicionalmente há terrenos destinados à venda mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzido dos custos de venda e são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda da propriedade. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. **2.2.4. Investimento em controladas e coligadas:** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo adicionado das mudanças das participações societárias na coligada após a aquisição. Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados da coligada são apresentados na demonstração do resultado da Companhia como resultado de participações societárias representando o resultado atribuível aos acionistas da coligada. Em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada, pois, conforme mencionado na nota explicativa 9, o capital social da controlada não estava integralizado assim como, não existem outros ativos ou passivos registrados até esta data. **2.2.5. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As taxas utilizadas para a depreciação dos ativos são:

	Vida útil	Taxa de depreciação anual
Móveis e utensílios	10 anos	10
Computadores e periféricos	5 anos	20
Estandes de vendas (*)	2 anos	50

(*) Os gastos incorridos e diretamente relacionados com a construção de estande de vendas têm natureza de caráter prioritariamente tangível e dessa forma se a respectiva vida útil estimada é superior a um ano são registrados na rubrica: "Ativo imobilizado" sendo depreciados de acordo com o prazo da vida útil estimada. **2.2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes. **2.2.7. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.2.8. IR e CS sobre o lucro:** A Companhia adota o regime de tributação do lucro presumido em que a base de cálculo do IR das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") é calculada à razão de 8% e 32% e a da CS sobre o Lucro Líquido ("CSLL") à razão de 12% e 32% sobre as receitas brutas (100% para as receitas financeiras). **2.2.9. Tributos com recolhimento diferido:** A legislação fiscal permite que as entidades de incorporação imobiliária tributem suas receitas de vendas de lotes com base em regime de caixa. Atividades em que a prática contábil difere da prática fiscal é calculado um passivo ou ativo de impostos e contribuições sociais federais de recolhimento diferido para refletir quaisquer diferenças temporárias. O IR, a CS sobre o lucro, o PIS e a COFINS de recolhimento diferido são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante e são decorrentes da diferença temporal decorrente do reconhecimento da receita pelo critério societário e do critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento (regime de caixa). A Companhia apresenta tais tributos diferidos de forma líquida (antecipações - ativo) e (recolhimento - passivo) nas demonstrações financeiras, por fim, destacamos que a segregação entre curto e longo prazo desta obrigação considera a expectativa de recebimentos futuros e que serão objetos de inclusão no cálculo da apuração dos tributos. **2.2.10. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.2.11. Apuração do resultado de atividade imobiliária e venda de lotes:** A apuração do resultado de atividade imobiliária e venda de lotes é feita segundo os critérios destacados a seguir: • Nas vendas de lotes concluídos a receita é reconhecida quando a venda é efetivada independentemente do prazo de recebimento do valor contratual e é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber; • Nas vendas de lotes não concluídos a receita é apropriada de acordo com o critério estabelecido pelo CPC 47 contemplando orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2/2018. As receitas de vendas, os custos de terrenos, infraestrutura e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos. A utilização do POC é possível, pois a Administração entende possuir controles internos robustos para evitar distorções relevantes no processo. Adicionalmente foram observados os critérios de transferência continuada de riscos e benefícios mais significantes inerentes à propriedade. O custo orçado é revisado periodicamente e pode ocasionar alterações nas estimativas iniciais. O efeito de tais revisões afeta o resultado prospectivamente de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificações de Erros. **2.2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** a preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras, contudo, a incerteza relativa a estas premissas e estimativas poderia levar a resultados que não requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** as principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço não envolvendo risco significativo de causar um ajuste considerável no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidos a seguir: • **Impostos:** A Companhia é fiscalizada por diferentes autoridades incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e posteriormente em processos judiciais, tampouco, o resultado tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais; • **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As avaliações para possíveis provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.2.13. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se há eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável em que é apurado considerando as condições de mercado. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável. **2.2.14. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo Amortizado (CA); **(ii)** Valor Justo por meio do Resultado (VJR); **(iii)** Valor Justo por meio do Resultado Abrangente (VJRA). Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.2.14. Resultado por ação (básico e diluído):** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício considerando quando aplicável ajustes e desdobramento. **2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 ou após:** A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2023 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes:

3. Caixa e equivalentes de caixa:	2023	2022
Caixa	–	1.000
Conta corrente bancária	1	1
Aplicação financeira **(a)**	2.684.745	2.405.916
	2.684.746	**2.406.917**

(a) São representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com remuneração de 100,40% a 100,75% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Invest Fácil Bradesco com 5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e FICFI Renda Fixa e remuneração média de 1,02% ao mês. Nas três aplicações inexistem carência, multas, perda de rendimento financeiro ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

4. Contas a receber:	2023	2022
Contas a receber de vendas de lotes	11.502.547	16.382.185
(–) AVP de clientes	(956.418)	(1.381.995)
	10.546.129	**15.000.190**
Circulante	3.323.354	6.100.216
Não circulante	7.222.775	8.899.974
	10.546.129	**15.000.190**

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou o cálculo a valor presente considerando a taxa de desconto de 3,54% a.a. (4,3% a.a. em 2022).

5. Estoque: Referem-se a terrenos, gastos para aquisição e custo com obras:	2023	2022
Terrenos	14.260.162	14.260.162
Obras em andamento	53.472.440	53.085.261
Outros custos com terrenos	2.868.600	2.558.529
Juros capitalizados	22.136	22.306
(–) Lotes vendidos	(69.905.454)	(69.181.227)
Terrenos para futura incorporação	31.636.935	31.636.935
Obras em andamento - Shopping	3.912.375	1.277.262
	36.267.194	**33.659.228**
Circulante	717.884	745.030
Não circulante	35.549.310	32.914.198
	36.267.194	**33.659.228**

Total de 321 lotes disponibilizados à venda sendo que o menor lote possui cerca de 501 m² e o maior 49.260 m². Os estoques de imóveis comerciais e gastos com a obra do shopping estão classificados no ativo não circulante.

6. Imobilizado:	Deprec. %	Custo	Deprec. acumulada	2023 Saldo líquido	2022 saldo líquido
Itens					
Móveis e utensílios	10	52.520	(13.270)	**39.250**	**44.502**
Computadores e periféricos	20	2.328	(2.173)	**155**	**621**
		54.848	**(15.443)**	**39.405**	**45.123**

7. Obrigações trabalhistas e tributárias:	2023	2022
Obrigações trabalhistas	1.650	–
PIS/COFINS a recolher	49.564	30.824
IRPJ/CSLL a recolher	66.334	129.883
PIS/COFINS diferidos	419.843	597.950
IRPJ/CSLL diferidos	354.278	504.571
Outras obrigações tributárias	368	16.470
	892.037	**1.279.698**
Circulante	344.978	595.295
Não circulante	547.059	684.403
	892.037	**1.279.698**

O IR, a CS, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporais entre a base fiscal que determina a tributação conforme o recebimento (Instrução Normativa nº 84/79 da RFB) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário. **8. Transações com partes relacionadas:** As transações de partes relacionadas estão assim demonstradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Créditos com partes relacionadas - Ativo **(a)**	518.768	456.246
Antecipação de dividendos - Ativo **(b)**	5.349.470	3.468.266
Dividendos obrigatórios propostos - Passivo	2	2

(a) Montante relativo às despesas pré-operacionais da Empresa Boulevard em que a Sociedade constituiu no decorrer dos anos de 2022 e 2023; **(b)** Saldo refere-se à antecipação de dividendos aos sócios e que serão abatidos com lucros futuros. Sobre o valor não incidem encargos. **9. Investimentos e provisão para perdas com investimentos:** A Companhia detém participação de 50% na empresa Boulevard Villa dos Pinheiros SPE S.A. constituída em junho/2021 conforme demonstrado a seguir:

Investimento - Boulevard Villa dos Pinheiros	2023	2022
Saldo inicial de investimento	3.000	3.000
Equivalência patrimonial	(260.973)	(228.642)
	(257.973)	**(225.642)**

Apresentamos a movimentação, abaixo:

Descrição	2023	2022
Saldo inicial	(225.642)	(171.099)
Integralização de capital	–	2.700
Resultado de equivalência patrimonial	(32.331)	(57.243)
Saldo final	**(257.973)**	**(225.642)**

As informações financeiras da investida, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão sumarizadas abaixo:

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado	
Sociedade coligada	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Boulevard Villa dos Pinheiros SPE S.A.	2.807	4.947	518.753	456.231	(515.946)	(451.284)	(64.662)	(114.487)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 A Companhia, em 09 de março de 2023, constituiu a controlada Parque Vila dos Pinheiros Educação SPE Ltda., na qual a Companhia detém 100% de participação. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da controlada não estava integralizado assim como, não há resultado de equivalência patrimonial a ser reconhecido na controladora. Em 27 de março de 2023 a Companhia celebrou Instrumento Particular de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais, para a locação, com finalidade exclusivamente comercial, de uma fração ideal de 15,29% do terreno, equivalente a uma área de 7.533 m², do imóvel localizado na Avenida Bernadino Bonavita, em Indaiatuba, a ser desdobrada e destacada da área maior do terreno de propriedade da controladora. A propriedade do imóvel assim como os direitos e obrigações contratados no referido Instrumento particular de Locação serão transferidos para a controlada Parque Vila dos Pinheiros Educação SPE Ltda. Tal contrato tem vigência de 20 anos, prorrogáveis por mais 10 anos, e o valor do aluguel é de R$ 34.000 com carência de 16 meses contados a partir da data de início. O locatário, por força contratual, deve construir às suas expensas uma edificação sem qualquer custo à locadora. **10. Patrimônio líquido: 10.1 Capital social:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 47.906.131 representado por 35.388.767 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **10.2 Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social ou facultada a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. **10.3 Distribuição de dividendos:** No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a distribuição de lucros aos seus acionistas no montante de R$ 118.797 (R$ 12.471.734 em 2022). **11. Receita líquida de venda de lotes:** As receitas estão assim apresentadas:

	2023	2022
Receita de venda de lotes	4.396.101	9.244.204
(–) Distratos	(2.765.927)	(7.117.312)
(–) Ajuste a valor presente	425.577	592.341
(–) Tributos correntes	(238.995)	(879.212)
(–) Tributos diferidos	178.107	738.468
	1.994.863	**2.578.489**

12. Custo de vendas de lotes: Os custos estão assim apresentados:

	2023	2022
Custo das vendas de lotes	(724.227)	(2.443.330)
Provisão para garantia	(12.264)	(37.282)
Encargos financeiros	(169)	122
	(736.660)	**(2.480.490)**

13. Despesas gerais, comerciais e administrativas: A composição das despesas gerais, comerciais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstradas como segue:

	2023	2022
Despesas com prestação de serviço	(236.017)	(278.622)
Despesas com propaganda	(3.264)	(29.250)
Despesas com uso e consumo	(183.287)	(342.522)
Despesa com depreciação	(5.718)	(5.717)
Despesas tributárias	(11.206)	(17.507)
Outras receitas e despesas gerais	(141.653)	(154.154)
	(581.145)	**(827.772)**

14. Resultado financeiro: A composição das receitas e despesas financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstradas como segue:

Despesas financeiras	2023	2022
Multas e Juros diversos	(1.607)	(528)
Despesas bancárias	(3.860)	(4.755)
	(5.467)	**(5.283)**
Receitas financeiras	**2023**	**2022**
Rendimento de aplicações financeiras	215.837	266.053
Juros e Multas diversas	8.167	37.263
Descontos obtidos	5.286	555
	229.290	**303.871**
Resultado financeiro	**223.823**	**298.588**

15. IR e CS: Os valores de IR e CS demonstrados no resultado e apresentam os seguintes valores à alíquota nominal:

Impostos correntes	2023	2022
Base de cálculo		–
Recebimento de Promitentes	6.547.822	24.677.512
Lucro presumido (IRPJ - 8 %)	523.826	1.974.201
Lucro presumido (CSLL - 12%)	785.739	2.961.301
Receitas financeiras		
Receita de rendimento de aplicação financeira	215.837	266.053
Juros ativos	21.053	41.218
	236.890	**307.271**
Alíquota vigente	34%	34%
Total de IR e CS sobre o lucro	**(258.216)**	**(822.382)**

Impostos diferidos	2023	2022
Base de cálculo		–
Diferença societária	(2.093.712)	(15.433.309)
Distrato diferença societária	(2.785.926)	(6.358.262)
Lucro presumido (IRPJ - 8 %)	(390.371)	(1.743.326)
Lucro presumido (CSLL - 12%)	(585.557)	(2.614.988)
Alíquota vigente	34%	34%
Total de IR e CS diferidos	**150.293**	**1.014.195**

16. Resultado básico e diluído por ação: A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Resultado básico e diluído	2023	2022
Resultado do exercício	861.604	(361.406)
Número de ações em circulação	35.388.767	35.388.767
Resultado por ação	0,024347	(0,010212)
Média ponderada de ações durante o ano	35.388.767	35.388.767
Resultado básico por ação	0,024347	(0,010212)
Resultado diluído por ação		
Resultado usado para determinar o lucro diluído por ação	861.604	(361.406)
Média ponderada de ações durante o ano	35.388.767	35.388.767
Resultado por ação diluído	0,024347	(0,010212)

17. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se principalmente às operações de bancos, aplicações e contas a pagar em condições normais de mercado estando reconh

FHV Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 96.612.585/0001-70

Demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em reais - R$ - exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.362.540	1.080.421	8.295.026	1.580.260
Contas a receber de clientes	6	–	–	20.509.228	9.854.998
Tributos a recuperar	–	153.261	177.383	153.690	180.425
Despesas antecipadas	–	7.694	936	35.162	14.702
Estoques	7	12.995.652	4.556.119	36.990.821	23.791.165
Outros recebíveis	6,2	644.693	2.086.085	799.220	2.502.400
Total do ativo circulante		21.163.840	7.900.944	66.783.147	37.923.950
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	6	–	–	96.508.237	43.193.298
Partes relacionadas	9	18.439.196	68.462.151	–	57.919.535
Investimentos	8	102.896.300	57.293.514	–	–
Imobilizado	10.a	414.968	39.127	496.216	109.688
Intangível	10.b	1.808.841	–	1.808.841	–
Total do ativo não circulante		123.559.305	125.794.792	98.813.294	101.222.521
Total do ativo		144.723.145	133.695.736	165.596.441	139.146.471

Balanços patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores	11	928.941	1.862.789	11.597.842	3.996.106
Empréstimos e financiamentos	12	9.907.070	5.405.308	9.907.070	5.405.308
Obrigações sociais	–	206.767	119.221	231.337	137.188
Obrigações tributárias	13	193.188	331.523	518.144	537.835
Retenção Caução	14	87.387	–	2.325.957	–
Outras contas a pagar	14	69.378	1.522	272.826	700.167
Dividendos mínimos obrigatórios	15.5	7.852.955	736.500	7.852.955	736.500
Total do passivo circulante		19.245.686	8.456.863	32.706.131	11.513.104
Passivo não circulante					
Provisão para perdas com investimentos	10	1.133.228	476.260	–	–
Empréstimos e Financiamentos	12	26.835.255	–	26.835.255	–
Provisão para contingências	23	–	–	711.460	608.624
Impostos diferidos	22	–	–	7.834.618	2.262.129
Total do passivo não circulante		27.968.483	476.260	35.381.333	2.870.753
Patrimônio líquido					
Capital social	15	73.148.820	57.174.989	73.148.820	57.174.989
Reserva legal	15	3.224.304	1.653.713	3.224.304	1.653.713
Reserva de capital	15	–	46.483.435	–	46.483.435
Reserva de Lucros	15	21.135.852	19.450.476	21.135.852	19.450.476
Total do Patrimônio líquido atribuído aos controladores		97.508.976	124.762.613	97.508.976	124.762.613
Participação de não controladores		–	–	1	1
Total do Patrimônio líquido		97.508.976	124.762.613	97.508.977	124.762.614
Total do passivo e patrimônio líquido		144.723.145	133.695.736	165.596.441	139.146.471

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		66.174.989	(9.000.000)	46.483.435	1.506.413	17.388.276	–	122.553.113	1	122.553.114
Lucro do líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	2.946.000	2.946.000	–	2.946.000
Reserva legal	15.2	–	–	–	147.300	–	(147.300)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.5	–	–	–	–	–	(736.500)	(736.500)	–	(736.500)
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	–	–	2.062.200	(2.062.200)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		66.174.989	(9.000.000)	46.483.435	1.653.713	19.450.476	–	124.762.613	1	124.762.614
Lucro do líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	31.411.819	31.411.819	–	31.411.819
Reserva legal	15.2	–	–	–	1.570.591	–	(1.570.591)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.5	–	–	–	–	–	(7.852.955)	(7.852.955)	–	(7.852.955)
Dividendos distribuídos	–	–	–	(46.483.435)	–	–	(20.302.897)	(66.786.332)	–	(66.786.332)
Integralização de capital	15.1	–	9.000.000	–	–	–	–	9.000.000	–	9.000.000
Incorporação Hemava	1.1	6.973.831	–	–	–	–		6.973.831	–	6.973.831
Transferência para reserva de lucros		–	–	–	–	1.685.376	(1.685.376)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		73.148.820	–	–	3.224.304	21.135.852	–	97.508.976	1	97.508.977

Demonstrações dos resultados

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional liquida	16	331.531	19.271.124	72.519.469	17.818.325
Custo das vendas e dos serviços prestados	17	–	(1.042.104)	(23.419.951)	(780.054)
Lucro bruto		331.531	18.229.020	49.099.518	17.038.271
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas administrativas e gerais	18	(17.851.826)	(20.336.122)	(22.599.312)	(22.755.218)
Despesas tributárias	19	(809.230)	(44.459)	(827.128)	(150.666)
Resultado de equivalência patrimonial	8	53.255.499	6.802.847	–	–
Outras receitas operacionais e (despesas) operacionais	–	2.160	(1.201.264)	1.411.248	50.460
Resultado antes do resultado financeiro e imposto		34.928.134	3.450.022	27.084.326	(5.817.153)
Despesas financeiras	20	(3.831.350)	(865.373)	(4.152.060)	(963.202)
Receitas financeiras	20	503.424	1.278.594	11.346.689	10.926.089
Resultado financeiro, líquido		(3.327.926)	413.221	7.194.629	9.962.887
Resultado antes dos impostos		31.600.209	3.863.244	34.278.955	4.145.734
IR e CS - corrente	21	(188.389)	(917.244)	(2.867.136)	(1.199.735)
Lucro líquido do exercício antes part. societária		31.411.820	2.946.000	31.411.819	2.945.999
Resultado atribuível aos:					
Acionistas não controladores		–	–	1	1
Lucro líquido do exercício após part. societária		31.411.820	2.946.000	31.411.820	2.946.000
Resultado por ação					
Número médio ponderado de ações - básico		5.313.659	57.174.989	–	–
Lucro por ação - básico		5,9115	0,0515	–	–

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	31.600.209	3.863.244	34.278.955	4.145.734
Depreciação e Amortização	447.337	7.523	467.043	13.903
Atualização monetária - contas a receber	–	–	10.701.839	9.376.989
Equivalência patrimonial	(53.255.499)	(6.802.847)	–	–
IR e CS - corrente	(188.389)	(917.244)	(2.867.136)	(1.199.735)
Provisão para contingências	–	–	102.836	355.947
Contas a receber	–	–	(74.671.008)	(7.347.786)
Outros créditos/adiantamentos	1.441.392	(902.128)	1.703.180	(1.539.421)
Estoques	(8.439.533)	5.096.453	(13.199.656)	(6.983.228)
Tributos a recuperar	24.122	(139.281)	26.735	(141.216)
Despesas antecipadas	(6.758)	71.509	(20.460)	57.742
Outras contas a pagar	155.242	(20)	1.898.616	192.876
Fornecedores	(933.848)	1.780.119	7.601.736	3.449.513
Obrigações sociais	87.546	107.210	94.149	125.177
Obrigações tributárias	(138.335)	(888.567)	(19.691)	(833.520)
Impostos diferidos	–	–	5.572.489	(534.642)
Fluxo de caixa (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(29.206.514)	1.275.971	(28.330.373)	(861.667)
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento				
Aquisição/Baixa de imobilizados e intangíveis, líquido	(2.632.019)	(21.171)	(2.662.412)	(58.993)
Integralização de capital	9.000.000	–	9.000.000	–
Efeito líquido da incorporação	6.973.831	–	6.973.831	–
Aquisição de investimento, líquido	–	(3.281.627)	–	–
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento	13.341.812	(3.302.798)	13.311.419	(58.993)
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento				
Captações (pagamentos) de empréstimos e financiamentos, líquido	31.337.017	181.100	31.337.017	181.100
Partes relacionadas	50.022.955	(18.963.385)	57.919.535	(14.378.744)
Dividendos distribuídos ref. ano anterior	(736.500)	–	(736.500)	–
Dividendos distribuídos antecipadamente	(66.786.332)	–	(66.786.332)	–
Dividendos recebidos	8.309.681	6.629.528	–	–
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	22.146.821	(12.152.757)	21.733.720	(14.197.644)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	6.282.119	(14.179.584)	6.714.766	(15.118.304)
No início do exercício	1.080.421	15.260.005	1.580.260	16.698.564
No fim do exercício	7.362.540	1.080.421	8.295.026	1.580.260
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	6.282.119	(14.179.584)	6.714.766	(15.118.304)

Demonstrações dos resultados abrangentes

	31/12/2023 Controladora	31/12/2022 Controladora	31/12/2023 Consolidado	31/12/2022 Consolidado
Lucro líquido do exercício	31.411.820	2.946.000	31.411.820	2.946.000
Outros resultados abrangentes, líquidos de IR e CS	31.411.820	2.946.000	31.411.820	2.946.000

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A FHV Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em abril de 1993, possuindo sede na Rua Minas de Prata nº 30 - Vila Olímpia, 04552-080, São Paulo - SP. Tem por objeto a participação como sócia quotista ou acionista, em outras sociedades, podendo comprar ou vender participações societárias, em bolsa de valores ou fora delas; administração de imóveis próprios, incorporação de empreendimentos imobiliários construção de edifícios, locação, compra e venda de imóveis próprios; loteamento de imóveis próprios, gestão e administração de propriedade imobiliária, atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, serviços de arquitetura, atividades de cobrança e informações cadastrais. Em dezembro de 2023, foi autorizada por AGE a entrada em operação da filial da FHV Participações e Empreendimentos S.A. inscrita no CNPJ/ME sob o nº 96.612.585/0005-01 com endereço comercial sito à Av. Duque de Caxias, 756 - Centro Araraquara e NIRE nº 3590516023-1, sendo que neste ato foram incluídas diversas atividades objetivando a adequação da mesma as atividades operacionais da matriz. O detalhe das controladas da Companha, é conforme segue: **Residencial Alamedas Empreendimento Imobiliário Ltda.:** É uma sociedade limitada, constituída em setembro de 2014, possuindo sede no Município de Araraquara onde funciona seu Escritório Administrativo e tem por objeto social a construção, incorporação, locação e venda de bens imóveis, bem como a administração de tais bens; elaboração de projetos de urbanização; criação de lotes residenciais e comerciais; criação de condomínios residenciais verticais ou horizontais. **Nova São José II Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.:** É uma sociedade limitada, constituída em Janeiro de 2014, possuindo sede no Município de Cabreúva, Estado de São Paulo, na Fazenda São José, situada na Rodovia Prefeito João Zacchi s/nº, parte - Bonfim e tem por objeto social a participação como sócia quotista ou acionista em outras sociedades, podendo comprar ou vender participações societárias, em bolsas de valores ou fora delas, administração de móveis e bens imóveis próprios, a construção, incorporação, locação e venda de bens imóveis, elaboração de projetos de urbanização, criação de lotes industriais e comerciais, criação de condomínios residenciais verticais ou horizontais. **Nova São José I Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.:** É uma sociedade limitada, constituída em Janeiro de 2014, possuindo sede no Município de Cabreúva, Estado de São Paulo, na Fazenda São José, situada na Rodovia Prefeito João Zacchi s/nº, parte - Bonfim e tem por objeto social a participação como sócia quotista ou acionista em outras sociedades, podendo comprar ou vender participações societárias, em bolsas de valores ou fora delas; administração de móveis e bens imóveis próprios; construção, incorporação, locação e venda de bens imóveis; elaboração de projetos de urbanização; criação de lotes industriais e comerciais; criação de condomínios residenciais verticais ou horizontais. **Nova São José Agropecuária Ltda.:** É uma sociedade limitada, constituída em Outubro de 2018, possuindo sede no Município de Cabreúva, Estado de São Paulo, na Fazenda São José, situada na Rodovia Prefeito João Zacchi s/nº, parte - Bonfim e tem por objeto social a exploração de atividades agrícola e pecuária, em todas as suas modalidades; o arrendamento de terras próprias para exploração agropecuária, inclusive de pasto; o cultivo e comercialização de cogumelos comestíveis; a administração de móveis e bens imóveis próprios; e a participação como sócia quotista ou acionista em outras sociedades, podendo comprar ou vender participações societárias, em bolsa de valores ou fora dela. **Residencial Alamedas III - Empreendimento Imobiliário Ltda.:** É uma sociedade limitada, constituída em fevereiro de 2021, possuindo sede no Município de Araraquara onde funciona seu Escritório Administrativo e tem por objeto social a construção, incorporação, locação e venda de bens imóveis, bem como a administração de tais bens; elaboração de projetos de urbanização; criação de lotes residenciais e comerciais; criação de condomínios residenciais verticais ou horizontais e serviços de arquitetura. **1.1. Reestruturação societária:** Em 31 de agosto de 2023, por determinação dos Acionistas com a devida aprovação e concordância mútua das empresas corroboradas pelas AGE's realizada, a Companhia procedeu com a incorporação da empresa Hemava Administração e Empreendimentos Ltda., que possuía acervo líquido de R$ 20.460.029, e após os lançamentos de eliminação (investimento FHV) apurou o acervo líquido para fins de incorporação reversa no montante de R$ 6.973.83, consequentemente contribuindo com o capital social da Companhia nesse montante. O capital social da Hemava Administração e Empreendimentos Ltda. (incorporada), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$29.343.250 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta e três mil, duzentas e cinquenta reais), dividido em 29.343.250. (vinte e nove milhões, trezentas e quarenta e três mil, duzentas e cinquenta) quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas:

Sócios quotistas	**Quotas**
Localpar Participações S.A.	29.343.239
Espolio de Hélio de Athayde Vasone.	11
Total	**29.343.250**

O balanço patrimonial resumido do acervo líquido incorporado é conforme segue:

(Em reais - R$ - exceto quando indicado de outra forma)

Ativo circulante		**Passivo circulante**	
Aplicação financeira	113.626	Fornecedores	23.955
Contas a receber de clientes	19.514	Obrigações tributárias	18.992
Tributos a recuperar	19.831		
Despesas antecipadas	–		
Estoques	6.153.717		
Outros recebíveis	4.567		
Total do ativo circulante	6.311.255	**Total do Passivo circulante**	42.947
Ativo não circulante		**Total do Passivo**	42.947
Outros recebíveis	700.000		
Diferido	(25.428)		
Investimentos			
FHV Participações e Empreendimentos S.A.	13.486.198		
Alvi Ltda.	30.951		
Total do ativo não circulante	14.191.721		
Total do ativo	20.502.976	**Acervo líquido**	20.460.029

1.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), as quais abrangem a Legislação Societária (Lei 6.404/76), considerando as alterações produzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. E as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 15 de abril de 2024. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. **2. Resumo das principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e saldos em contas garantidas, quando aplicável. **b) Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dividas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**: quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; e • **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Sociedade gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Sociedade. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **c) Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis de propriedades para investimento, determinações de provisões para o IR e CS e outros similares, além da avaliação dos instrumentos financeiros. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas, razão pela qual a administração revisa periodicamente as estimativas e as premissas. **d) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor de venda do lote, incluindo as vendas efetuadas a vista e parceladas. A venda dos lotes de forma parcelada implica no pagamento de entrada no montante de 10% do valor de venda e saldo parcelado em até 180 meses com atualização monetária de acordo com a variação percentual mensal acumulada do índice IPCA/IBGE calculado e divulgado pela IBGE, e sobre o saldo do preço incidirão juros contratuais remuneratórios de 12% (doze por cento) ao ano calculado pela tabela Price, até 31 de dezembro de 2023. O atraso no pagamento de qualquer prestação implica em multa moratória de 2% e juros de mora à razão de 1% ao mês, pró rata die. Não está sendo constituída a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em razão do imóvel permanecer alienado em favor da Vendedora, credora fiduciária, na forma prevista na Lei nº 9.514/97. Todas as vendas possuem o embasamento de "Instrumento particular de compra e venda de imóvel, com pacto de alienação fiduciária em garantia e outras avenças". As receitas com vendas são registradas no momento em que são gerados os Instrumentos Particulares de Compra e Venda do Imóvel. **e) Estoques: Controladora:** De acordo com o IAS 2/CPC 16 (R1) - os estoques são registrados ao custo de aquisição. O estoque é composto por imóveis e custos relacionados aos imóveis, mantidos para venda, onde serão reconhecidos no resultado quando da venda, anualmente é realizado o teste de impairment e efetuado ajuste do valor de realização, caso necessário. **Controlada - (Residencial Alamedas): O Residencial Alamedas I:** Foi formado totalizando 814 lotes e construção de 04 residências. Este empreendimento está situado na Cidade de Araraquara e localizado no prolongamento da Avenida Gaspar Pierobon - Jardim Altos de Pinheiros I e II ao lado do Parque Residencial São Paulo e Parque dos Sabiás. As obras tiveram seu início em 30 de junho de 2016. Foi contratada a empresa Stavias Stanoski Terraplenagem Pavimentação e Obras Ltda. para a execução dos serviços de infraestrutura, sob o regime de empreitada por preço global ou unitário. O custo médio final de cada lote na data de 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 16.571. O preço médio de venda foi de R$ 85.461, com base nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 , 2022 e 2023. **O Residencial Alamedas II:** Residencial Alamedas II foi formado totalizando 440 lotes. Este empreendimento está situado na Cidade de Araraquara e localizado na Rua Professora Elza Canazza D'Acqua nº 1001, Jardim Altos de Pinheiros I e II, Araraquara - São Paulo. Foi contratada a empresa S. Retros - Pavimentação, Construção e Locação Ltda. - ME para a execução dos serviços de infraestrutura, sob o regime de empreitada por preço global (Turn Key). As vendas tiveram seu início em 05 de dezembro de 2019 sendo que o custo médio final de cada lote na data de 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 34.088. O preço médio de venda foi de R$ 76.362 com base nas vendas efetuadas no período de dezembro de 2019 até dezembro de 2023. O estoque (Custo do Empreendimento) está representado pelo custo incorrido até 31 de dezembro de 2023 abrangem todos os gastos necessários à formação dos empreendimentos imobiliários "Residencial Alamedas I" e "Residencial Alamedas II". A realização de seus estoques está sendo efetuada tomando-se por base as unidades vendidas e o custo efetivo até a realização total dos empreendimentos. Foi contratada em 25 de outubro de 2016 a empresa Linear Incorporações e Construções EIRELI para a execução dos trabalhos de construção das casas em regime de empreitada por preço global. As residências em 31.12.2019 encontravam-se totalmente concluídas, sendo que na conclusão final o custo incorrido totalizou R$ 491.906 que se somando ao custo dos quatro terrenos totalizou R$ 573.287. Em 2020 foram baixadas 03 residências com os respectivos terrenos totalizando R$ 429.962 que foram transferidas para S. Retros - Pavimentação, Construção e Locação Ltda. a título de dação de pagamento por força de cláusula contratual (permuta) referente ao contrato de prestação de serviços datado de 23 de dezembro de 2019 firmado entre as partes (Parte do Pagamento). **Shopping Alamedas (MALL) Residencial Alamedas II:** Refere-se à construção de 6 salas para fins comerciais, em área de 183,96 m², contando com estacionamento e cobertura vegetal, localizado na rua 10, lote 45, quadra 4 do Empreendimento Residencial II. Para esta Obra foi contratada a empresa Santa Rita - Construção e Manutenção Eirell, localizada em Araraquara. A obra foi concluída no 1º semestre de 2022. **Controlada - (Nova São José I):** O ativo Terreno (R$ 227.453) está representado por parte do desmembramento de terreno da Fazenda São José de propriedade de Hélio de Athayde Vasone e terá por objetivo o implemento de futuro empreendimento a se realizar no Município de Cabreúva. **Controlada - (Nova São José II): Empreendimento Alamedas São José:** O terreno é representado por parte do desmembramento de terreno da Fazenda São José de propriedade de Hélio de Athayde Vasone, onde foi implantado o empreendimento denominado Alamedas São José em Cabreúva com início da construção em set.2022 comportando 1.372 Lotes e construção a cargo da Construtora Dalpra Ltda. - CNPJ nº 01.586.843/0001-84. As vendas tiveram início em janeiro de 2023 sendo que até 31 de dezembro de 2023 foram vendidos 942 lotes, sendo distratados (135) lotes, resultando de venda líquida de 807 lotes o que suplantou a expectativa inicial de vendas de 755 lotes no primeiro ano. O estoque (Obras em Andamento) em 31 de dezembro de 2022 totalizava (R$ 10.849.668) incluindo o ativo (Terreno) (R$ 123.613), e o estoque (Obras em Andamento) em 31 de dezembro de2023 totaliza (R$15.958.824) incluindo o ativo (Terreno), líquido dos custos apropriados relativos aos lotes vendidos em 2023 que totalizou (R$ 22.729.827). A previsão de entrega do empreendimento é em OUT/24, conforme pactuado com a Prefeitura Municipal de Cabreúva. **Controlada - (Nova São José Agropecuária Ltda.):** O ativo Terreno (R$ 63.776) está representado por parte do desmembramento de terreno da Fazenda São José de propriedade de Hélio de Athayde Vasone e encontra-se em estudo possibilidade de futura atividade agrícola com arrendamento ou parceria com terceiros (produtores rurais). **Controlada - (Residencial Alamedas III - Empreendimento Imobiliário Ltda.):** O ativo Terreno (R$ 3.281.628) está representado pela matricula 144.451 registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara , registrado na FHV - Participações e Empreendimentos S.A. e que foi em 2022 objeto de transferência para o Residencial Alamedas III a título de aumento de Capital com a integralização através da transferência de gleba, somando-se ao terreno o estoque (Obras em Andamento) registrado Alamedas III em 31 de dezembro de 2023 no importe de R$ 2.782.407 e que será objeto de empreendimento com previsão de início para o 2º semestre de 2024 , com a implementação de aproximadamente 340 lotes. **f) Investimento em controladas:** Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e as práticas contábeis adotadas são uniformes aquelas adotadas pela Companhia. **g) Imobilizado:** Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "*impairment*", quando aplicável. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra. A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Reconhecidas quando a Controladora e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia e sua controlada. **i) IR e CS:** O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a CS sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 ano para IR e de 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro real. A controladora e controladas optaram pela forma de tributação de lucro presumido. **j) Demais ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Administração possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que algum recurso financeiro seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos doze meses subsequentes à data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Apuração do resultado:** O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento. **l) Redução ao valor recuperável ("impairment"):** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. O imobilizado, intangível e propriedade para investimento registrada pelo custo, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o ágio pago sobre rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. **m) Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em consonância com os princípios básicos de consolidação previstos nos CPCs e apresentam os saldos das contas e transações da Controladora, de suas controladas diretas, Residencial Alamedas, Residencial Alamedas III Nova São José I, Nova São José II e Nova São José Agro. Os saldos e as transações intercompanhias foram eliminados na consolidação. As transações e saldos com partes relacionadas estão detalhados na Nota Explicativa nº 9. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhadas de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. O excesso da contraprestação transferida na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação no grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	2023	2022
Diretas		
Residencial Alamedas Empreendimento Imobiliário Ltda.	99,99%	99,99%
Nova São José I Empr. Imobiliários e Participações Ltda.	99,99%	99,99%
Nova São José II Empr. Imobiliários e Participações Ltda.	99,99%	99,99%
Nova São José Agropecuária Ltda.	99,99%	99,99%
Residenc

★ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da FHV Participações e Empreendimentos S.A.

direitos da Localpar Participações S/A, objetivando a liquidação total do contas a receber no valor de R$ 2.595.385 no qual a Companhia era credora da Localpar, conforme Instrumento Particular de Dação em Pagamento e Outras Avenças, firmado entre as partes.

11. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores diversos **(a)**	928.941	1.862.789	2.015.216	3.996.106
Fornecedores - Custo a incorrer **(b)**	–	–	9.582.626	–
Total	**928.941**	**1.862.789**	**11.597.842**	**3.996.106**

(a) Refere-se a valores registrados relativos a pagamentos parcelados a diversos fornecedores com vencimentos previstos para o primeiro trimestre de 2024, sendo grande parte decorrentes de fornecimento de serviços e materiais para o Alamedas São José (Nova São José II); e **(b)** Refere-se à provisão efetuada com contrapartida no Ativo (Estoques) com informação dos custos a serem realizados no loteamento Alamedas São José ref. a Nova São Jose II, cf. informação na planilha controle de custos da empresa (incorridos e a incorrer).

12. Empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Santander (100% do CDI + 034% ao mês)	–	5.405.308	–	5.405.308
Santander (100% CDI + 3,24% ao ano)	6.169.174	–	6.169.174	–
Siccob - (100% CDI + 0,0097% dia)	10.190.574	–	10.190.574	–
Siccob - (100% CDI + 0,0097% dia)	10.190.880	–	10.190.880	–
Siccob - (100% CDI + 0,0097% dia)	10.191.697	–	10.191.697	–
Total	**36.742.325**	**5.405.308**	**36.742.325**	**5.405.308**
Curto prazo	**9.907.070**	**5.405.308**	**9.907.070**	**5.405.308**
Longo prazo	**26.835.255**	**–**	**26.835.255**	**–**

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.224.208**
Pagamentos	(5.224.208)
Ingresso	5.000.000
Juros	72.818
Atualização monetária	332.490
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.405.308**
Juros	3.430.973
Pagamentos	(8.837.911)
Captações	36.374.780
Juros	369.175
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**36.742.325**

Cláusulas contratuais restritivas - *covenants:* Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía cláusulas contratuais restritivas atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos.

13. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
INSS a recolher	73.403	26.699	103.051	27.898
FGTS a recolher	11.993	7.127	13.016	7.767
PIS a recolher	133	164	15.582	5.188
COFINS a recolher	614	756	71.920	23.944
CSLL a pagar	15.795	22.935	84.038	85.373
IRPJ a pagar	37.874	57.707	146.357	101.508
ISS retido a recolher	536	–	29.451	64.003
PIS/COFINS/CSLL retido	23.015	152.055	24.450	156.610
IRRF a recolher	29.825	64.080	30.279	65.544
Total	**193.188**	**331.523**	**518.144**	**537.835**

14. Outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Retenção de garantia **(a)**	87.387	–	2.325.957	357.525
Adiantamento de clientes **(c)**	–	–	62.456	104.262
Seguros a Pagar	57.143	–	70.116	–
Distrato a pagar **(b)**	–	–	124.577	236.618
Outras contas diversas	12.235	1.522	15.677	1.762
Total	**156.765**	**1.522**	**2.598.783**	**700.167**

(a) Refere-se à retenção de 10 % descontada das notas emitidas pela Construtora Dalpra Ltda., no desenvolvimento dos trabalhos de infraestrutura do empreendimento Residencial Alamedas São Jose II + 5% descontada das notas emitidas pela Santa Rita Construtora e Manutenção Elétrica Eireli, no desenvolvimento dos trabalhos do Mall do empreendimento Residencial Alamedas II; + 5% descontada das notas emitidas pela Geoplanty Reflorestamento e Paisagismo Ltda. para cortes de árvores e demolição de imóveis no empreendimento Alamedas São José II; +5% descontadas das notas emitidas pela Torke Solutions Engenharia Ltda. para execuções de contras partidas (Prefeitura do Município de Araraquara) - CRIA, Bosque e Praça pela FHV Participações e Empreendimentos S/A. **(b)** Valores referentes a pagamentos a serem efetuados para clientes em razão de Distrato Social com geração de devolução de parcelas; e **(c)** Refere-se a valores recebidos de clientes via Banco Caixa Econômica Federal e registrados como adiantamento, aguardando a liberação do crédito para utilização financeira de financiamento. (Os montantes apresentados têm pelo prazo médio de 45 dias em bloqueio até a liberação bancária em favor da Companhia). **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R$ 73.148.820 (Setenta e três milhões, cento e quarenta e oito mil , oitocentos e vinte reais) e encontra-se totalmente subscrito, considerando inclusive a integralização efetuada em 2023 no valor de R$ 9.000.000 (Nove milhões de reais) feita pelo acionista HMV Fundo de Investimentos e Participações, que aportou este capital na Companhia em 2020 a título de aumento na participação o valor de R$ 10.000.000 (Dez milhões de reais) representada pela emissão de 70.487 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme Ata de Assembleia Extraordinária datada de 24 de novembro de 2020 e devidamente registrada na JUCESP conforme registro nº 519.919/20-8 datado de 04 de dezembro 2020. Em 2021 foi efetuado pelo Fundo a integralização parcial de R$ 1.000.000 (Um milhão de reais). O capital integralizado está representado por 842.556 (oitocentos e quarenta e duas mil, quinhentos e cinquenta e seis) ações sendo 506.608 (quinhentos e seis mil, seiscentos e oito) ações ordinárias nominativas sem valor nominal e 335.948 (trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito) ações preferenciais nominativas sem valor nominal. As ações ordinárias nominativas no montante de 403.531 (quatrocentas e três mil, quinhentos e trinta e uma) foram integralizadas por HMV - Fundo de Investimento em Participações. As ações preferenciais nominativas no montante de 335.948 são representativas do Capital Social vigente em 31 de dezembro de 2017 no valor de R$ 58.000,00 representado por 58.000 ações, acrescido em 2018 da emissão de 277.898 ações subscritas por Hélio de Athayde Vasone conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 31 de outubro de 2018, registrada na JUCESP sob protocolo nº 2.227.143/18-6, quando foram transferidas as participações detidas por Hélio de Athayde Vasone nas empresas Nova São José I, Nova São José II e Nova São José Agropecuária, participações estas devidamente suportadas por Laudos de Avaliação preparados por empresa especializada. Estas ações originalmente eram ordinárias nominativas e foram transformadas em preferenciais nominativas mediante condições expressa no parágrafo 6.4. da referida ata. Destas 335.948 ações, por meio de instrumento de doação, 335.318 foram objeto de doação que fez Hélio de Athayde Vasone para Hélio de Athayde Vasone Junior (83.830 ações), Alceu Rodrigues Vasone (83.830 ações), Cristina Rodrigues Vasone (83.829 ações), Camila Vasone da Rocha (27.943 ações), Guilherme Vasone da Rocha (27.943 ações) e Eduardo Cortes da Rocha Filho (27.943 ações), salientando que Hélio de Athayde Vasone Junior e Alceu Rodrigues Vasone já possuíam 290 ações cada um, e considerando 50 ações em nome do Espolio Hélio de Athayde Vasone . O capital social da Companhia integralizado está assim constituído:

Composição acionária	Participação no Capital total R$	Ações Ordinárias	Participação no Capital Votante	Ações Preferenciais	Participação no Capital total %
HMV - Fundo Investimentos e Participações	63.652.306	441.557	99,94%	–	87,02%
Espolio de Hélio de Athayde Vasone	68.022	267	0,06%	50	0,09%
Marilena Rodrigues Vasone	24.997	–	–	117	0,03%
Hélio de Athayde Vasone Júnior	167.657	–	–	84.511	0,23%
Alceu Rodrigues Vasone	167.444	–	–	84.510	0,23%
Cristina Rodrigues Vasone	167.153	–	–	84.219	0,23%
Camila Vasone da Rocha Mariano	55.717	–	–	28.073	0,08%
Guilherme Vasone da Rocha	55.717	–	–	28.073	0,08%
Eduardo Cortes da Rocha Filho	55.717	–	–	28.073	0,08%
Alceu Rodrigues Vasone Junior	214	–	–	1	0,00%
Tatiana Mendes de Carvalho Vasone	214	–	–	1	0,00%
Felipe Vasone Coimbra	214	–	–	1	0,00%
Giovanna Vasone Coimbra Conde	214	–	–	1	0,00%
Ações em Tesouraria	8.733.234	–	–	63.102	11,94%
Total	**73.148.820**	**441.824**	**100,00%**	**400.732**	**100,00%**

Com a integralização final efetuada pelo HMV - Fundo Investimento e Participações no montante de R$ 9.000.000 (Nove milhões de reais) o capital integralizado passou ser de R$ 66.174.989 e a participação do fundo passou a ser de R$ 57.105.856. Com a incorporação da Hemava Administração e Empreendimentos Ltda. e da extinção da Localpar - Participações S/A em 27.10.2023, as ações detidas pelos sócios foram incorporadas ao Capital da Companhia, o que originou aumento no montante de R$ 6.974.831, trazendo o mesmo para o valor atual de R$ 73.148.820. **15.2. Reserva legal:** É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado e exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **15.3. Reserva de capital:** Refere-se à diferença no montante de R$ 46.483.435, entre o valor das debentures resgatadas atualizadas até 18 de dezembro de 2018 que totalizou o montante de R$ 102.319.355 e o valor do aumento do Capital no montante de R$ 55.839.090 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e nove mil e noventa reais) mediante a emissão de 403.531 (quatrocentas e três mil, quinhentos e trinta e uma) novas ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas por HMV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - FIP, destinando a diferença à conta de Reserva de Capital. Esta reserva foi integralmente utilizada em 2023 na forma de distribuição de lucro, conforme aprovação em ata Geral Extraordinária de acionistas datada de 04 de dezembro de 2023. **15.4. Reserva de lucros:** Esta reserva de lucros foi constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção acumulada até 31 de dezembro de 2023 é de R$ 21.135.852. **15.5. Distribuição de dividendos:** O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado, ajustado na forma da lei. Durante o exercício de 2023 não foram distribuídos antecipadamente dividendos relativos a este exercício, porém foi constituída provisão para dividendos a pagar no montante de R$ 7.852.955 que representa 25% do resultado líquido do exercício, após outras destinações previstas na Lei nº 6.404/76, e que será objeto de aprovação por parte dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, cumprindo-se desta forma a determinação estatutária.

16. Receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas brutas **(a)**	344.090	20.001.167	96.972.740	24.109.738
(–) Devolução Vendas	–	–	(19.976.901)	(5.618.640)
(–) Impostos incidentes	(12.559)	(730.043)	(4.476.370)	(672.773)
Total	**331.531**	**19.271.124**	**72.519.469**	**17.818.325**

(a) Composição da receita:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamento agrícola	241.680	236.670	241.680	236.970
Locação de imóvel	102.410	–	107.530	–
Venda de imóvel	–	19.764.497	96.623.530	23.872.768
Total	**344.090**	**20.001.167**	**96.972.740**	**24.109.738**

17. Custo das vendas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda de imóveis	–	(1.042.104)	–	(1.042.103)
Venda de lotes **(i)**	–	–	(23.419.951)	262.049
Total	**–**	**(1.042.104)**	**(23.419.951)**	**(780.054)**

(i) O valor informado ref. ao Custo das Vendas consolidado em 2023 refere-se ao Custo dos Imóveis vendidos em 2023 ref. ao Residencial II - R$ 690.125 e referente à Nova São José II no valor de R$ 22.729.826, totalizando o valor informado de R$ 23.419.951.

Custo dos imóveis vendidos:	Lotes vendidos e distratados	Total do custo
Custo Residencial I		
Lotes vendidos de 2016 até 2023	803	(13.307.151)
Custo Residencial II		
Lotes vendidos de 2019 até 2023	423	(14.419.379)
Custo Nova São José II		
Lotes vendidos em 2023	806	(22.729.826)
Total	**2.032**	**(50.456.356)**

18. Despesas administrativas e gerais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários, encargos e benefícios	(2.350.314)	(1.088.487)	(2.708.788)	(1.328.745)
Despesas com manutenção	(539.532)	(48.593)	(623.309)	(165.443)
Serviços públicos	(11.987)	(5.568)	(156.634)	(120.436)
Aluguéis e condomínio	(402.071)	(173.194)	(447.035)	(188.603)
Comunicação	(68.990)	(32.123)	(84.495)	(37.171)
Serviços de terceiros **(i)**	(11.847.962)	(12.131.262)	(12.757.233)	(12.704.511)
Propaganda e publicidade	(30.814)	(14.910)	(135.554)	(14.910)
Despesas comerciais	(179.408)	(119.136)	(2.152.441)	(814.846)
Viagens e estadias	(18.589)	(7.946)	(21.640)	(16.781)
Indenizações **(ii)**	–	(6.038.828)	–	(6.038.828)
Seguros	(4.887)	(584)	(6.352)	(815)
Depreciação e Amortização	(447.337)	(7.523)	(467.043)	(13.903)
Despesas gerais	(1.949.935)	(667.968)	(3.038.788)	(1.310.226)
Total	**(17.851.826)**	**(20.336.122)**	**(22.599.312)**	**(22.755.218)**

(i) Refere-se à assessoria e consultoria na implementação do Empreendimento em Cabreúva (Nova São Jose II) com a respectiva venda de lotes; e **(ii)** Refere-se à rescisão de compromisso de venda e compra de bem imóvel datada de 26 de julho de 2021 proveniente do instrumento de venda datado de 11 de abril de 2021 entre FHV Participações e Empreendimentos Ltda. e FMRR13 - Empreendimentos Esportivos Eirelli., ligado as matrículas relativas ao imóvel vendido em outubro de 2021 para Estrella de Galícia Importação e Comercio de Bebidas e Alimentos Ltda.

19. Despesas tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IPVA	–	(3.714)	–	(3.714)
IPTU	(34.468)	(10.236)	(34.468)	(10.236)
IOF	(643.102)	(20.515)	(646.761)	(21.028)
TFE	–	–	–	(257)
Taxas e contribuições	(55.729)	(6.413)	(69.968)	(7.551)
Imposto territorial e rural	(75.931)	(3.581)	(75.931)	(107.880)
Total	**(809.230)**	**(44.459)**	**(827.128)**	**(150.666)**

20. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	2023	2022	2023	2022
Juros passivos	(3.141.914)	(179.329)	(3.387.196)	(180.401)
Despesas bancárias	(13.801)	(20.472)	(88.229)	(60.754)
Variação monetária passiva	(676.535)	(665.572)	(676.635)	(722.047)
Subtotal	**(3.831.350)**	**(865.373)**	**(4.152.060)**	**(963.202)**

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	2023	2022	2023	2022
Rendimento de Aplicações financeiras	503.424	852.198	521.254	1.006.100
Variação monetária ativa **(i)**	–	598	10.701.839	9.376.989
Juros recebidos	–	425.798	123.596	543.000
Subtotal	**503.424**	**1.278.594**	**11.346.689**	**10.926.089**
Resultado financeiro, líquido	**(3.327.926)**	**413.221**	**7.194.629**	**9.962.887**

(i) Refere-se à atualização das contas a receber da controlada Residencial Alamedas Empreendimento Imobiliário Ltda. e Nova São José II Empreendimentos Imobiliários e Participações. Ltda.

21. IR e CS:

	Controladora 2023		
IR			
Receitas financeiras	503.424	Base tributada	503.424
Receita arrendamento rural	241.680	Base tributada	77.338
Receita com locação imóvel	102.410	Base tributada	32.771
Ganho com venda imobilizado	–	Base tributada	–
Receita com venda terreno	–	Base tributada	–
		Base de cálculo	**613.533**
IR	-15%		92.030
Adicional	10%		41.140
Total IR			**133.170**
CS			
Receitas financeiras	503.424	Base tributada	503.424
Receita arrendamento rural	241.680	Base tributada	77.338
Receita com locação imóvel	102.410	Base tributada	32.771
		Base de cálculo	**613.533**
CS	-9%		**55.218**
Total IR e CS			**188.388**

	Controladora 2022		
IR			
Receitas financeiras	852.198	Base tributada	852.198
Receita arrendamento rural	236.670	Base tributada	75.734
Ganho com venda imobilizado	50.000	Base tributada	50.000
Receita com venda terreno	19.764.497	Base tributada	1.581.160
		Base de cálculo	**2.559.092**
IR	-15%		383.864
Adicional	10%		231.909
Total IR			**615.773**
CS			
Receitas financeiras	852.198	Base tributada	852.198
Receita arrendamento rural	236.670	Base tributada	75.734
Ganho com venda imobilizado	50.000	Base tributada	50.000
Receita com venda terreno	19.764.497	Base tributada	2.371.739
		Base de cálculo	**3.349.671**
CS	**-9%**		**301.471**
Total IR e CS			**917.244**

	Consolidado 2023			Consolidado-2022		
IR						
Venda de lotes	96.731.118	Base tributada	7.738.489	4.108.270	Base tributada	328.662
Cancelamento de vendas	(19.746.120)	Base tributada	(1.579.689)	(5.677.339)	Base tributada	(454.187)
Ganho de capital	–	Base tributada	–	43.168		43.168
Receitas financeiras	17.795	Base tributada	17.795	157.406	Base tributada	157.406
Receita financeira - contas a receber + outros créditos	11.998.632	Base tributada	959.891	9.865.633	Base tributada	789.251
		Base de cálculo	**7.136.486**		**Base de cálculo**	**864.300**
IR	(15%)		1.070.473	(15%)		129.645
Adicional			645.648			34.829
Total IR			**1.716.120**			**164.474**
CS						
Venda de lotes	96.731.118	Base tributada	11.607.734	4.108.270	Base tributada	492.992
Cancelamento de vendas	(19.746.120)	Base tributada	(2.369.534)	(5.677.339)	Base tributada	(681.281)
Ganho de capital	–	Base tributada	–	43.168	Base tributada	43.168
Receitas financeiras	17.795	Base tributada	17.795	157.389	Base tributada	157.389
Receita financeira - contas a receber + outros créditos	11.998.832	Base tributada	1.439.860	9.865.633	Base tributada	1.183.876
		Base de Cálculo	**10.695.855**		**Base de Cálculo**	**1.196.144**
CS	**(9%)**		**962.626**	**(9%)**		**107.653**
Total IR e CS			**2.678.746**			**272.127**

Total do imposto consolidado:	2023	2022
FHV - Participações e Empreendimentos S.A. (controladora)	188.390	917.244
Residencial Alamedas - Empreendimento Imobiliários Ltda.	240.058	272.127
Nova São José II - Empreendimentos Imobiliários Ltda.	2.438.688	10.364
Total	**2.867.136**	**1.199.735**

22. Impostos diferidos: Em consonância com a Instrução Normativa nº 104/1998 a Companhia adota o regime "caixa" para efeito de recolhimento dos impostos incidentes sobre receita bruta. A diferença entre a apuração registrada contabilmente sobre Receita Bruta e o recolhido pelo regime "caixa" é diferida para recolhimento em períodos posteriores. A abertura do imposto diferido está demonstrada a seguir:

	Residencial I	Residencial II	Nova São José II	2023 Total
IR	621.362	455.296	1.317.367	**2.394.025**
CS	321.218	264.662	711.378	**1.297.258**
PIS	175.172	147.195	429.633	**752.000**
COFINS	743.199	679.360	1.968.776	**3.391.335**
Total	**1.860.951**	**1.546.513**	**4.427.154**	**7.834.618**

	Residencial I	Residencial II	Nova São José II	2022 Total
IR	652.388	449.783	–	**1.102.171**
CS	337.974	259.525	–	**597.499**
PIS - Residencial	583	99.581	–	**100.164**
COFINS - Residencial	2.690	459.605	–	**462.295**
Total	**993.635**	**1.268.494**	**–**	**2.262.129**

23. Provisão para contingências:

	2023	2022
Provisão para contingências	711.460	608.624
Total	**711.460**	**608.624**

A Companhia por meio de sua controlada Residencial Alamedas Empreendimento Imobiliário Ltda. é parte integrante em processos judiciais nas esferas cíveis referente a devolução de valores de distrato, para os quais estão aguardando o tribunal de Justiça comunicar a decisão do agravo nos autos principais, em 31 de dezembro de 2023 segundo a avaliação dos nossos assessores jurídicos o prognóstico de perdas destes processos é provável no montante de R$ 711.460. Não existem outros processos com prognóstico de perdas classificados como possível. A movimentação das contingências esta apresentada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	**252.677**
(+) Constituição	355.947
Em 31 de dezembro de 2022	**608.624**
(+) Constituição	102.836
Em 31 de dezembro de 2023	**711.460**

24. Resultado por ação:	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	31.411.820	2.946.000
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	5.313.659	57.174.989
Lucro básico e diluído por ação	**5,9115**	**0,0515**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o resultado e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia nenhum instrumento com efeito diluidor. **25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. **Aplicações financeiras:** De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo a avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são atualizados com base na taxa efetiva de cada operação. **b) Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros para proteger certas exposições a risco. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio. **b.1) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas atreladas a taxas pós-fixadas e passivas a taxas pré-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI pós-fixado, enquanto os empréstimos e financiamentos são corrigidos a taxas pré-fixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **b.2) Risco de crédito:** A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais operam que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. **b.3) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa. **c) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. **d) Valores de mercado:** Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes". O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **Análise de sensibilidade:** Com a finalidade de atender aos requisitos do CPC 40 (R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir análise de sensibilidade de taxa de juros, considerando o cenário razoavelmente possível que foi projetado com base na expectativa para 2023 emitida através do relatório Focus pelo Banco Central do Brasil (Bacen):

Instrumento financeiro	Taxa	Posição em 31/12/2023	Cenário Cenário razoavelmente possível
Ativo			
Aplicações financeiras - CDI	9,75%	7.645.248	745.412
Total		**7.645.248**	**745.412**

Instrumento financeiro	Taxa	Posição em 31/12/2023	Cenário Cenário razoavelmente possível
Passivo			
Banco Santander (100% do CDI + 034% ao mês)	9,75%	6.169.174	601.494
Banco Santander (a) (100% CDI + 3,24% ao ano)	9,75%	10.190.574	993.581
Siccob (100% CDI + 0,0097% dia)	9,75%	10.190.880	993.611
Siccob (100% CDI + 0,0097% dia)	9,75%	10.191.697	993.690
Total		**36.742.325**	**3.582.377**

26. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens e obras sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras sociedades de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis.

Diretoria
Marilena Rodrigues Vasone
Renata Rodrigues Vasone
Antonio Dias Figueiredo Filho
Bruna Paula Menelli Calmon
Contador
José Carlos Bianchini
CRC - TC 1SP - 161244/09

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **FHV Participações e Empreendimentos S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da FHV Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FHV Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; •

BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 08.959.996/0001-79

Avenida das Nações Unidas, 14.171 - Torre A - 18º andar - Vila Gertrudes - CEP 04794-000 - SÃO PAULO - SP - BRASIL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis da BV Empreendimentos e Participações S.A. ("BVEP"), relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A BVEP é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias, a prestação de serviços de consultoria, planejamento e assessoria empresarial, de qualquer natureza, que não dependam de registros ou autorizações governamentais ou do exercício de profissão regulamentada e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista, bem como em fundos de investimento em participação regulamentados pela CVM.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerenciais do Conglomerado estão disponíveis no website https://ri.bv.com.br/.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a BVEP registrou prejuízo bruto, advindo de resultados de participação em empreendimentos e de perdas / ganhos por participação societária, de R$ 0,6 milhão, comparado a R$ 1,5 milhão de lucro bruto em 2022. As receitas/despesas operacionais, que incluem despesas administrativas, tributárias e outros resultados operacionais passaram de uma despesa de R$ 7,4 milhões em 2022, para uma despesa de R$ 6,4 milhões em 2023, reflexo da queda das despesas administrativas e tributárias somado a melhores resultados na linha de outros resultados operacionais. Já as receitas financeiras somaram R$ 39,4 milhões em 2023, 19,1% abaixo ao observado em 2022. A combinação desses fatores gerou para a Companhia um lucro líquido de R$ 21,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, queda de 52,3% quando comparado ao lucro líquido registrado no exercício de 2022, quando somou R$ 45,3 milhões.

A administração da BVEP agradece aos quotistas, clientes e parceiros pela confiança depositada, e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE		**274.204**	**266.331**
Caixa e equivalentes de caixa	5	336	150
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	267.065	255.311
Dividendos a receber	8	1.658	1.661
Ativos fiscais correntes	7a	1.479	5.725
Outros ativos	9	3.666	3.484
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**102.240**	**310.021**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	–	169.846
Ativos não financeiros destinados à venda	11a	1.255	1.255
Dividendos a receber	8	239	83
Ativos fiscais diferidos	7b	9.062	12.370
Participação em empreendimentos	10a	89.382	124.138
Outros ativos	9	2.302	2.329
TOTAL DO ATIVO		**376.444**	**576.352**

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE		**7.159**	**3.887**
Passivos fiscais correntes	12a	421	1.256
Outros passivos	13	6.738	2.631
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**6**	**28**
Passivos tributários diferidos	12b	6	28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**369.279**	**572.437**
Capital social	14a	352.383	598.400
Reservas	14b	16.885	–
Outros resultados abrangentes	14e	11	54
Prejuízos acumulados		–	(26.017)
TOTAL DO PASSIVO		**376.444**	**576.352**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado de participação em empreendimentos	10a	(1.241)	858
Resultado de (perdas)/ganhos por participação societária	15	638	608
LUCRO/(PREJUÍZO) BRUTO		**(603)**	**1.466**
Outras despesas administrativas	16	(4.948)	(5.464)
Despesas tributárias	12c	(2.090)	(2.440)
Outros resultados operacionais	17	649	511
RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		**(6.992)**	**(5.927)**
Receitas financeiras	6b	39.449	48.781
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**(10.837)**	**2.482**
Impostos correntes	18a	(7.528)	(9.888)
Impostos diferidos	18a	(3.309)	12.370
LUCRO LÍQUIDO		**21.620**	**45.336**
RESULTADO POR AÇÃO			
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R$		36,13	75,76
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	14a	598.400	598.400

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

EVENTOS	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**598.400**	**–**	**–**	**(250)**	**(71.353)**	**526.797**
Ajustes ao valor justo	14d	–	–	–	304	–	304
Lucro líquido do período		–	–	–	–	45.336	45.336
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**598.400**	**–**	**–**	**54**	**(26.017)**	**572.437**
Mutações do período		**–**	**–**	**–**	**304**	**45.336**	**45.640**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**598.400**	**–**	**–**	**54**	**(26.017)**	**572.437**
Ajustes ao valor justo	14d	–	–	–	(43)	–	(43)
Redução de capital	14a	(246.017)	–	–	–	26.017	(220.000)
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	21.620	21.620
Destinações:	–						
Reserva legal	14b	–	1.081	–	–	(1.081)	–
Dividendos	14d	–	–	–	–	(4.735)	(4.735)
Reserva estatutária para expansão	14b	–	–	15.804	–	(15.804)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**352.383**	**1.081**	**15.804**	**11**	**–**	**369.279**
Mutações do período		**(246.017)**	**1.081**	**15.804**	**(43)**	**26.017**	**(203.158)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido do período		**21.620**	**45.336**
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	14e	(65)	332
Efeito fiscal	14e	22	(28)
		(43)	**304**
Resultado abrangente total		**21.577**	**45.640**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais			
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro		**32.457**	**42.854**
Ajustes ao lucro / (prejuízo) antes dos impostos e contribuições sobre o lucro		**601**	**(1.997)**
Resultado de participação em empreendimentos	10a	1.241	(858)
Resultado de perdas / (ganhos) por participação societária	15	(638)	(608)
Despesas / (reversão de despesas) com provisões cíveis	19a	–	(500)
(Receitas) de atualização de depósitos em garantia	17	(2)	(31)
Variações patrimoniais			
(Aumento) / redução em participação em empreendimentos	10a	34.153	9.644
(Aumento) / redução de dividendos a receber	8	(155)	20
Outras variações ativas		(153)	2.271
Aumento em ativos fiscais		4.267	1.431
Redução de passivos fiscais		(5.115)	(3.347)
Outras variações passivas		(626)	(7.260)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(3.270)**	**(6.036)**
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		**62.159**	**37.580**
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aquisição / aumento) de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(22.245)	(37.748)
Alienação / redução de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		180.272	–
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		**158.027**	**(37.748)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos:			
Redução de Capital social		(220.000)	–
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		**(220.000)**	**–**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**186**	**(168)**
Início do exercício		150	318
Fim do exercício	5	336	150
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**186**	**(168)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2023		Exercício/2022	
Receitas		**40.736**		**49.900**	
Receitas financeiras	6b	39.449		48.781	
Resultado de (perdas) / ganhos por participação societária	15	638		608	
Outros resultados operacionais	17	649		511	
Insumos adquiridos de terceiros		**(4.594)**		**(5.212)**	
Processamento de dados	16	(62)		(125)	
Propaganda e publicidade	16	(17)		(13)	
Serviços técnicos especializados	16	(380)		(522)	
Outros	16	(4.135)		(4.552)	
Valor adicionado bruto		**36.142**		**44.688**	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**36.142**		**44.688**	
Valor adicionado líquido recebido em transferência		**(1.241)**		**858**	
Resultado de participação em empreendimentos	10a	(1.241)		858	
Valor adicionado a distribuir		**34.901**	**100,00%**	**45.546**	**100,00%**
Contribuições filantrópicas	**16**	**200**	**0,57%**	**–**	
Impostos, taxas e contribuições		**12.927**	**37,04%**	**(42)**	**-0,09%**
Federais		12.777		(198)	
Municipais		150		156	
Remuneração de capitais de terceiros		**154**	**0,44%**	**252**	**0,55%**
Aluguéis	16	154		252	
Remuneração de capitais próprios		**21.620**	**61,95%**	**45.336**	**99,54%**
Lucro retido		21.620		45.336	
Valor adicionado distribuído		**34.901**	**100,00%**	**45.546**	**100,00%**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

1. A BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E SUAS OPERAÇÕES

A BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP ou Companhia) tem por objetivo social, principalmente, a participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias, a prestação de serviços de consultoria, planejamento e assessoria empresarial, de qualquer natureza, que não dependam de registros ou autorizações governamentais ou do exercício de profissão regulamentada e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, cotista ou acionista, bem como em fundos de investimento em participação regulamentados pela CVM.

A Companhia atua como fornecedora de capital em empreendimentos ou incorporações imobiliárias para obter benefício econômico sobre as vendas dos projetos imobiliários construídos. O objetivo dessa estrutura é exclusivamente para venda das unidades imobiliárias dos empreendimentos, com o encerramento das atividades previsto após a venda total das unidades imobiliárias, tendo como principal retorno ao final do projeto o recebimento dos dividendos provenientes dos empreendimentos imobiliários. As controladas (nota 2h) têm como principal objetivo a incorporação, exploração comercial e a administração de imóveis. Em face da característica dessas participações e investimentos, esses recursos são apresentados como ativos não circulantes.

O excedente de caixa não reaplicado em novos projetos imobiliários é investido em títulos e valores mobiliários de renda fixa, produzindo receitas financeiras para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Seguindo o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, que estabelece as condições para dispensa de apresentação de Demonstrações Consolidadas, o Banco Votorantim S.A., controlador da BVEP, foi consultado e não fez objeção quanto à não apresentação de Demonstrações Contábeis consolidadas pela BVEP.

Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".

b) Base de reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a baixa. Os ativos financeiros reconhecidos e mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são apresentados no Patrimônio Líquido.

O valor justo dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém-contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado, dependendo o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Estimativas contábeis e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhados na nota explicativa 4.

e) Participação em empreendimentos

Coligadas - Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. A influência significativa é geralmente presumida quando a Companhia possui 20% ou mais do capital votante da entidade. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, a Companhia poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos. A existência e o efeito dos direitos potenciais de voto prontamente exercíveis ou conversíveis e as transações materiais entre as Companhias são consideradas quando a Companhia avalia se possui influência significativa sobre o investimento.

Os investimentos da Companhia em coligadas são inicialmente registrados pelo custo de aquisição e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação da Companhia nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida nas Demonstrações do Resultado da Companhia, nos períodos em que estes são apurados. A Companhia promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação da Companhia nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes.

Controladas em conjunto (*joint venture*) - Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, ao invés de direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. A Companhia possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controle. A Companhia reconhece sua participação em empreendimentos em conjunto utilizando o método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia em *joint ventures* são inicialmente registrados pelo custo de aquisição e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação da Companhia nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida nas Demonstrações do Resultado da Companhia, nos períodos em que estes são apurados. A Companhia promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação da Companhia nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes.

Na aquisição de investimentos, seja em coligadas ou em controladas em conjunto, qualquer diferença positiva entre o custo de aquisição do investimento e a parcela da Companhia do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio (*goodwill*), o qual é incluído no valor contábil do investimento. A Companhia não realiza a amortização desse ágio, porém, seu valor recuperável é testado, no mínimo anualmente, para avaliação de indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Subsequentemente, o valor contábil destes investimentos será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição, em contrapartida ao resultado do período, pelo método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, a Companhia descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, somente na extensão em que a Companhia tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a Companhia retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Perda de controle - Caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, a Companhia deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o ágio (*goodwill*), e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações de não controladores na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, a Companhia reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

f) Compensação de instrumentos financeiros

A Companhia não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e haver a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia não fez uso dessa compensação no período.

g) Autorização das Demonstrações Contábeis

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 23 de abril de 2024.

h) Participações societárias em controladas

	Atividade	% de Participação 31.12.2023	% de Participação 31.12.2022
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (IRE República)	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (Senador Dantas)	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A. (Henri Dunant)	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. (Arena XI)	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. (D'oro XVIII)	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (Vila Parque)	SPE	100,00%	100,00%

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de contrato com cliente ou CPC 48 - Instrumentos financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.

As despesas são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis à sua natureza.

As Receitas e despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.

Receitas de serviços provindas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflita contraprestação a que a Companhia espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

i. Identificação do contrato;
ii. Identificação das obrigações de desempenho;
iii. Determinação do preço da transação;
iv. Alocação do preço da transação; e
v. Reconhecimento da receita.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e passivos financeiros

De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

i. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
ii. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
iv. Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
v. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
vi. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
vii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Em relação aos ativos financeiros, a classificação contábil depende tanto da definição do modelo de negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest* - Somente Pagamento de Principal e Juros).

O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem afetar, mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais futuros.

Os modelos de negócios da Companhia refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da Companhia é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:

• Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais: nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

• Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros: nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido.

• Outros modelos de negócio: Nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo por meio do resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

A classificação contábil seguirá o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao teste SPPI. Os ativos financeiros que não passarem no teste não poderão ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados ao valor justo por meio do resultado (marcação a mercado no resultado).

Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:

• Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (*accrual*) dos juros do ativo financeiro no resultado.

• Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".

• Valor Justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

(i) Instrumentos de Patrimônio

As características destes ativos financeiros não atendem aos conceitos do teste SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado (VJR), exceto se a entidade optar pela opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos em resultado. A Companhia não fez uso dessa opção no período.

(ii) Outros critérios aplicados a instrumentos financeiros

Os rendimentos auferidos com os ativos financeiros, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados *pro rata die*, com base na variação do indexador e na taxa efetiva de juros, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

d) Participações em empreendimentos

Registram-se como participações em empreendimentos as aquisições de ações e cotas de capital de empresas cuja expectativa de realização do ativo ocorra após o término do exercício seguinte.

As participações em empreendimentos, registradas no ativo não circulante, são avaliadas mensalmente pelo método da equivalência patrimonial. Outras participações que não se enquadrem na categoria anterior são registradas pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ágios pagos nas aquisições dos empreendimentos são registrados pelo custo de formação e não são amortizados por estarem baseados na expectativa de rentabilidade futura. O ágio tem o seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperado. Quando o valor contábil exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do valor desse ativo.

e) Ativos não financeiros destinados à venda

Os ativos não financeiros destinados à venda são compostos por imóveis em construção e/ou construídos por sociedades controladas de propósito específico SPE's destinados para venda, bem como por participações em SPE's e/ou por empreendimentos imobiliários também destinados para venda, para os quais a classificação no ativo circulante não é aplicável.

A Companhia mensura inicialmente esses ativos pelo seu valor de custo e são posteriormente avaliados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

f) Ativos e passivos tributários

O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro Tributável.

O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% e 1,65% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% e 7,6% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos tributários diferidos (crédito tributário) e passivos tributários diferidos são reconhecidos sempre que a recuperação ou a liquidação do valor contábil de ativo ou de passivo faça com que os futuros pagamentos de tributos sejam maiores, ou menores, do que eles seriam se referida recuperação ou liquidação não tivesse nenhum efeito fiscal. É inerente ao reconhecimento de impostos diferidos ativos que seu valor contábil será recuperado na forma de benefícios econômicos que fluem para a Companhia em períodos futuros, seguindo o disposto no CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

A constituição do crédito tributário do Imposto de Renda e da Contribuição Social está fundamentado em estudo técnico comprobatório da capacidade de sua realização preparado pela Administração.

g) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à Companhia. Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, pois isso pode resultar no reconhecimento de receita que pode nunca ser realizada. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, então o respectivo ativo não é um ativo contingente e seu reconhecimento é efetuado.

h) Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).

i) Principais normas e interpretações que entraram em vigor em 2023

• **Alterações no CPC 26 -** Classificação de passivos em circulante ou não circulante: refere-se à apresentação dos passivos no balanço, sendo que as alterações visam (i) esclarecer que tal classificação deve ser realizada com base nos direitos da entidade, existentes ao fim do período de reporte, para diferir pagamentos por mais de 12 meses; (ii) esclarecer que a classificação não é afetada por expectativas sobre quando a entidade irá exercer o direito de diferir tais pagamentos e (iii) detalhar que a liquidação se refere à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais ou outros ativos e serviços à contraparte. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;

Alterações na divulgação de políticas contábeis: As alterações têm por objetivo requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis que forem materiais sejam divulgadas, ou seja, aquelas capazes de influenciar na tomada de decisão dos usuários primários das informações contábeis, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos normativos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia avaliou que as informações divulgadas atendem aos requisitos da norma;

• **Alterações no CPC 32 -** As alterações visam esclarecer que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;

• **Alterações no CPC 23 -** Altera a definição de estimativa contábil, como sendo valores constantes nas Demonstrações Contábeis que estão sujeitos à incerteza na sua mensuração e esclarece que uma mudança em estimativa contábil decorrente de novas informações não é uma retificação de erro. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial.

**j)

BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 08.959.996/0001-79
Avenida das Nações Unidas, 14.171 - Torre A - 18º andar - Vila Gertrudes - CEP 04794-000 - SÃO PAULO - SP - BRASIL

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

6. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Composição da carteira por categoria e por tipo de papel

	31.12.2023					31.12.2022		
	Valor contábil / justo		Total			Total		
	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	Valor de custo	Valor contábil/justo	Ajuste ao valor justo	Valor de custo	Valor contábil/ justo	Ajuste ao valor justo
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**68.778**	**198.287**	**267.048**	**267.065**	**17**	**425.075**	**425.157**	**82**
Certificado de Depósito Bancário	68.778	6.261	75.039	75.039	–	255.311	255.311	–
Letras Financeiras do Tesouro	–	192.026	192.009	192.026	17	169.764	169.846	82
Total	**68.778**	**198.287**	**267.048**	**267.065**	**17**	**425.075**	**425.157**	**82**

b) Receitas financeiras

	Exercício/2023	Exercício/2022
Certificado de Depósito Bancário	17.204	29.995
Letras Financeiras do Tesouro	22.245	18.786
Total	**39.449**	**48.781**

7. ATIVOS FISCAIS
a) Ativos fiscais correntes

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições a compensar	569	5.707
Imposto de renda a recuperar	910	18
Total	**1.479**	**5.725**
Ativo circulante	1.479	5.725

b) Ativos fiscais diferidos

	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	9.062	12.370
Total	**9.062**	**12.370**
Ativo não circulante	9.062	12.370

Expectativa de realização
A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2023.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2024	2.480	2.254
Em 2025	2.543	2.108
Em 2026	2.912	2.203
Em 2027	1.127	776
Total de créditos tributários	**9.062**	**7.341**

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar [1]
Em 2024	27%
Em 2025	28%
Em 2026	32%
Em 2027	13%

[1] Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

c) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Não ativado)

	31.12.2023	31.12.2022
Outras provisões [1]	39.588	39.921
Total dos créditos tributários não ativados	**39.588**	**39.921**
Imposto de renda	29.101	29.347
Contribuição social	10.487	10.574

[1] Contempla provisões para perdas sobre investimentos.
O saldo não constituído de crédito tributário será reconhecido nos livros contábeis, somente quando atender aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresentar efetiva perspectiva de realização.

8. DIVIDENDOS A RECEBER

	31.12.2023	31.12.2022
IRE República Empreend. Imob. S.A.	6	6
Tolle Empreend. Imob. SPE S.A.	76	76
Brookfield SPE SP-23 S.A.	150	312
Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	1.658	1.343
Villagio Pompéia Emp. Imob. S.A.	7	7
Total	**1.897**	**1.744**
Ativo circulante	1.658	1.661
Ativo não circulante	239	83

9. OUTROS ATIVOS

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamento para futuro aumento de capital	**3.607**	**3.331**
Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	2	2
Vista Alegre Emp. Imob. S.A.	178	158
Performance G.S.S.A	–	778
D'oro XVIII Incorporações Ltda.	512	310
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	2.915	2.083
Valores a receber de sociedades ligadas [1]	**2.122**	**2.169**
Villagio Pompéia Emp. Imob. S.A.	229	229
Tolle Emp. Imob. S.A.	393	440
D'oro XVIII Incorporações Ltda.	1.500	1.500
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 19c)	**60**	**45**
Outros	**179**	**268**
Total	**5.968**	**5.813**
Ativo circulante	3.666	3.484
Ativo não circulante	2.302	2.329

[1] Refere-se a devolução de aumento de capital.

10. PARTICIPAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS
Os investimentos em Sociedades de Propósito Específico ("SPE") são realizados em parceria com empresas de reconhecida experiência no ramo imobiliário.
a) Composição dos investimentos

	31.12.2022	Exercício/2023			31.12.2023	Exercício/2022	
	Valor do investimento	Dividendos/ outros eventos [1]	Resultado de equivalência	Outros resultados por participação societária [2]	Valor do investimento [3]	Resultado de equivalência	Outros resultados por participação societária [2]
Coligadas	**2.093**	**–**	**2.885**	**–**	**4.978**	**(57)**	**2**
Performance G.S.S.A	2.723	–	2.894	–	5.617	(31)	–
Tolle Emp. Imob. S.A.	(484)	–	–	–	(484)	(2)	2
Vista Alegre Emp. Imob. S.A.	(146)	–	(9)	–	(155)	(24)	–
Controladas em conjunto	**87**	**162**	**(883)**	**–**	**(634)**	**(692)**	**–**
Brookfield SPE 23 S.A.	304	162	(309)	–	157	(495)	–
Villagio Pompéia Emp. Imob. S.A. [4]	(233)	–	3	–	(230)	(23)	–
RKM 01 Emp.Imob. SPE S.A. [4]	16	–	(577)	–	(561)	(74)	–
Joaquim Antunes Emp. Imob. S.A. [5]	–	–	–	–	–	(100)	–
Controladas	**121.958**	**(34.315)**	**(3.243)**	**638**	**85.038**	**1.607**	**606**
IRE República Empreend. Imob. S.A.	302	–	(17)	–	285	(21)	–
Henri Dunant Empreend. Imob. S.A. [6]	11.439	(315)	1.264	36	12.424	869	408
Senador Dantas Empreend. Imob. S.A.	25.107	–	(14.879)	–	10.228	(797)	2.616
Arena XI Incorporações SPE Ltda.	34	–	(245)	211	–	(153)	–
D'oro XVIII Incorporações Ltda.	(1.971)	–	(273)	–	(2.244)	(616)	145
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	87.047	(34.000)	10.907	391	64.345	2.325	(2.563)
Total	**124.138**	**(34.153)**	**(1.241)**	**638**	**89.382**	**858**	**608**

[1] Inclui movimentações de redução de capital e de dividendos propostos ou revertidos no período.
[2] Referem-se a movimentações relacionadas a resultado de "(Perdas)/ganhos por participação societária" (Nota 15).
[3] Inclui provisão para perdas sobre o investimento.
[4] Apesar destes empreendimentos apresentarem participação maior que a metade do patrimônio do empreendimento, não são controlados, pois conforme os acordos de acionistas, estas entidades possuem controle conjunto na tomada de decisões.
[5] A SPE Joaquim Antunes Emp. Imob. S.A. teve suas atividades encerradas em outubro de 2022.
[6] A Henri Dunant Empreend. Imob. S.A. possui participação societária na empresa RSVP (SCP - HD Fase 3 participação 20%) e na Praça São Paulo (SCP - HD Fase 1 Participação 10%).

b) Informações financeiras - Coligadas

	31.12.2023			31.12.2022		
	Performance G.S.S.A	Tolle	Vista Alegre	Performance G.S.S.A	Tolle	Vista Alegre
Caixa e equivalentes de caixa	5.196	5	12	–	6	9
Ativos correntes	490	–	6	–	–	4
Ativos não correntes	8.867	–	62	5.780	–	64
Passivos correntes	7.825	1.181	858	1.494	181	809
Lucro / (prejuízo) do período [1]	3.216	–	(43)	(34)	(4)	(118)
Patrimônio líquido ajustado [2]	6.728	(1.176)	(778)	4.286	(1.175)	(732)
% de Participação	90,00	40,00	20,00	90,00	40,00	20,00
Saldo do investimento [3]	5.617	(484)	(155)	2.723	(484)	(146)

[1] Apurado até outubro/2023 no exercício findo em 2023, seguindo os procedimentos de registro contábil, bem como ajustados pelos efeitos de transações e eventos significativos, quando aplicável.
[2] Não contempla provisão para perdas.
[3] Inclui provisão para perdas sobre o investimento.

c) Informações financeiras - Controladas em conjunto

	31.12.2023			31.12.2022		
	Brookfield	Villagio Pompéia	RKM 01	Brookfield	Villagio Pompéia	RKM 01
Caixa e equivalentes de caixa	2	262	12	2	294	614
Ativos correntes	2.118	32	26	2.103	30	51
Ativos não correntes	–	41	–	37	5	1
Passivos correntes	1.152	394	739	877	393	646
Receitas	254	26	35	337	18	24
Lucro / (prejuízo) do período [1]	(617)	5	(719)	(990)	(38)	(92)
Patrimônio líquido ajustado [2]	968	(59)	(701)	1.265	(64)	20
% de Participação	50,00	60,00	80,00	50,00	60,00	80,00
Saldo do Investimento [3]	157	(230)	(561)	304	(233)	16

[1] Apurado até outubro/2023 no exercício findo em 2023, seguindo os procedimentos de registro contábil, bem como ajustados pelos efeitos de transações e eventos significativos, quando aplicável.
[2] Não contempla provisão para perdas.
[3] Inclui provisão para perdas sobre o investimento.

d) Informações financeiras - Controladas

31.12.2023	IRE República Empreend. Imob. S.A.	Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	Senador Dantas Empreend. Imob. S.A.	Arena XI Incorporações SPE Ltda.	D'oro XVIII Incorporações Ltda.	BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
Caixa e equivalentes de caixa	291	12.817	227	448	2	5.226
Ativos correntes	1	40	12.923	95	13	55.446
Ativos não correntes	–	4.113	4	69	79	13.589
Passivos correntes	7	1.688	9	103	1.886	6.524
Passivos não correntes	–	2	2.917	–	512	314
Receitas	–	1.345	–	25	–	18.865
Lucro / (prejuízo) do período	(17)	1.264	(14.879)	(245)	(273)	10.907
Patrimônio líquido ajustado [1]	285	15.280	10.228	509	(2.304)	67.423
% de Participação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Saldo do investimento [2]	285	12.424	10.228	–	(2.244)	64.345

31.12.2022	IRE República Empreend. Imob. S.A.	Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	Senador Dantas Empreend. Imob. S.A.	Arena XI Incorporações SPE Ltda.	D'oro XVIII Incorporações Ltda.	BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
Caixa e equivalentes de caixa	310	8.930	70	17	9	30.532
Ativos correntes	1	–	27.133	799	79	22.515
Ativos não correntes	–	6.937	6	70	–	49.632
Passivos correntes	9	1.533	21	108	319	7.528
Passivos não correntes	–	2	2.081	3	1.740	959
Receitas	–	1.254	–	108	–	17.290
Lucro / (prejuízo) do período [3]	(21)	869	(797)	(12)	(616)	2.325
Patrimônio líquido ajustado [1]	302	14.332	25.107	775	(1.971)	94.192
% de Participação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Saldo do investimento [2]	302	11.439	25.107	34	(1.971)	87.047

[1] Não contempla provisão para perdas.
[2] Inclui provisão para perdas sobre o investimento.
[3] Apurado até outubro/2022 seguindo os procedimentos de registro contábil, bem como ajustados pelos efeitos de transações e eventos significativos, quando aplicável.

11. ATIVOS NÃO FINANCEIROS

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos não financeiros destinados à venda	1.255	1.255
Total	**1.255**	**1.255**
Ativo não circulante	1.255	1.255

12. PASSIVOS FISCAIS
a) Passivos fiscais correntes

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições sobre o lucro	305	1.008
Impostos e contribuições sobre o faturamento	114	231
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2	17
Total	**421**	**1.256**
Passivo circulante	421	1.256

b) Passivos tributários diferidos

	31.12.2023	31.12.2022
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	6	28
Total	**6**	**28**
Passivo não circulante	6	28

c) Despesas tributárias

	Exercício/2023	Exercício/2022
PIS	(261)	(318)
COFINS	(1.609)	(1.965)
Outras [1]	(220)	(157)
Total	**(2.090)**	**(2.440)**

[1] Inclui outras taxas e contribuições federais e despesas com multas e juros de pagamentos em atraso.

13. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2023	31.12.2022
Credores diversos	342	386
Provisão para despesas administrativas	1.366	1.809
Dividendos a pagar	4.735	–
Valores a pagar a sociedades ligadas [1]	295	436
Total	**6.738**	**2.631**
Passivo circulante	6.738	2.631

[1] Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos com a controladora.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
Em 31 de dezembro 2023, o Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 352.383 (subscrito e integralizado R$ 598.400 em 31 de dezembro de 2022), está representado por 598.400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (598.400.000 ações em 31 de dezembro de 2022), sendo seu único acionista o Banco Votorantim S.A.
Em abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a redução de Capital social da BVEP no montante de R$ 246.017, sendo R$ 26.017 para absorção de prejuízos acumulados, passando o Capital social de R$ 598.400 para R$ 352.383, sem cancelamento de ações.
b) Reserva de lucros
Reserva legal
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das Reservas de capital, exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.
Reserva estatutária
A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos na expansão dos negócios. Além disso, o saldo da reserva também pode ser utilizado para pagamento de dividendos.
c) Lucros / (prejuízos) acumulados
Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e o eventual prejuízo apurado ao final do exercício é absorvido por lucros acumulados, reservas de lucros (exceto reserva legal), reserva legal e reservas de capital, nesta ordem.
d) Dividendos
Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondentes a 25% do lucro líquido de cada período, deduzindo-se o montante destinado a reserva legal (lucro líquido ajustado). Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de dividendos. Para os exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte distribuição:

	Exercício/2023			
	Valor (R$ mil)	Quantidade de cotas por lote de mil - R$	Data-base posição acionária	Data de pagamento
Dividendos	4.735	13,43	31.12.2023	até 31.12.2024
Total de remuneração aos acionistas	**4.735**	**13,43**		

e) Outros resultados abrangentes

	Exercício/2023			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	54	(65)	22	11
Total	**54**	**(65)**	**22**	**11**

	Exercício/2022			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(250)	332	(28)	54
Total	**(250)**	**332**	**(28)**	**54**

15. RESULTADO DE (PERDAS) / GANHOS POR PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

	Exercício/2023	Exercício/2022
(Provisão) / reversão de provisão para perdas sobre investimentos	**638**	**608**
Tolle Empreend. Imob. SPE S.A.	–	2
Arena XI Incorporações SPE Ltda.	211	–
Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	36	408
D'oro XVIII Incorporações Ltda.	–	145
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	391	(2.563)
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	–	2.616
Total	**638**	**608**

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2023	Exercício/2022
Aluguéis	(154)	(252)
Processamento de dados	(62)	(125)
Serviços técnicos especializados [1]	(380)	(522)
Propaganda e publicidade	(17)	(13)
Comunicações	(11)	(9)
Manutenção e conservação de bens	(3)	(4)
Contribuições filantrópicas	(200)	–
Outras [2]	(4.121)	(4.539)
Total	**(4.948)**	**(5.464)**

[1] Inclui serviços de engenharia, consultoria financeira, jurídica e assessoria técnica sobre empreendimentos imobiliários.
[2] Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora e sociedades ligadas.

17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Exercício/2023	Exercício/2022
Outras receitas	**649**	**1.271**
Atualização de tributos pagos a maior	499	673
Reversão de provisão para demandas cíveis	–	500
Atualização de depósitos em garantia	2	31
Rendas com imóveis não de uso	101	33
Outros	47	34
Outras despesas	**–**	**(760)**
Perdas operacionais	–	(17)
Demandas cíveis	–	(743)
Total	**649**	**511**

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

	Exercício/2023	Exercício/2022
Valores correntes	**(7.528)**	**(9.888)**
IR e CSLL no país - Corrente	(7.532)	(9.913)
IR e CSLL no país - Exercícios anteriores	4	25
Ativo fiscal diferido	**(3.309)**	**12.370**
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(3.309)	12.370
Total	**(10.837)**	**2.482**

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	**32.457**	**42.854**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(10.837)**	**2.482**
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(11.035)	(14.846)
Outros valores	198	17.328

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS
A Companhia não possui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
Para as ações fiscais classificadas como possíveis, a Companhia está sujeita, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.
Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadrem no disposto no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

a) Provisões para demandas cíveis - Prováveis
a.1) Movimentações nas provisões classificadas como prováveis

	Demandas cíveis	
	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	**–**	**500**
Baixa por pagamento	–	(743)
Atualizações	–	243
Saldo final	**–**	**–**

b) Passivos contingentes - Possíveis
Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.
Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas fiscais [1]	63	58
Total	**63**	**58**

[1] A principal discussão refere-se à compensação não homologada pela Receita Federal.

c) Depósito em garantia de recursos
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas trabalhistas	24	22
Demandas cíveis	36	23
Total	**60**	**45**

20. PARTES RELACIONADAS
Sumário das transações com partes relacionadas
As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A. e as sociedades de propósito específico nos quais a Companhia detêm participação.

31.12.2023 [1]	Banco Votorantim S.A.	Coligadas e controladas em conjunto	Controladas	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	336	–	–	**336**
Ativos financeiros	75.039	–	–	**75.039**
Dividendos a receber	–	232	1.665	**1.897**
Outros ativos	–	800	4.929	**5.729**
Passivos				
Outros passivos	(6.396)	(342)	–	**(6.738)**
Exercício/2023				
Resultado				
Receitas financeiras	17.204	–	–	**17.204**

31.12.2022 [1]	Banco Votorantim S.A.	Coligadas e controladas em conjunto	Controladas	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	150	–	–	**150**
Ativos financeiros	255.311	–	–	**255.311**
Dividendos a receber	–	395	1.349	**1.744**
Outros ativos	–	1.605	3.895	**5.500**
Passivos				
Outros passivos	(2.245)	(386)	–	**(2.631)**
Exercício/2022				
Resultado				
Receitas financeiras	29.995	–	–	**29.995**

[1] Não houve transações com as parte relacionadas Conglomerado Banco do Brasil e Votorantim S.A. ao longo do período.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS
1) Processo de gestão de riscos
O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.
A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.
Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.
O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.
Em síntese, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:
• Visão consolidada de riscos;
• Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
• Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
• Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
• Envolvimento da Alta Administração.
Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.
a) Risco de crédito
(i) Definição
• Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:
• Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
• Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
• Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
• Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.
Os estágios de enquadramento dos ativos são revistos mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.
Um ativo migrará de estágio a medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.
b) Risco de mercado
(i) Definição
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.
Hierarquia de valor justo
O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.
O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:
• **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
• **Nível 2:** inputs incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
• **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo. Os títulos públicos enquadram-se como nível 1 e os certificados de depósito bancário no nível 2.
O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.
O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.
c) Risco de liquidez
(i) Definição
Risco de liquidez é definido como:
• A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
• Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
d) Risco operacional
(i) Definição
Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.
Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:
• Fraudes internas e externas;
• Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
• Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
• Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
• Situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia;
• Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
• Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia.
2) Governança
Compete à Diretoria da BV Empreendimentos e Participações S.A., a administração e a gestão dos negócios da Companhia, a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionem com os objetivos da Companhia.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio Líquido		
	Dividendos	Capital social	Reservas	Total
Saldo em 31.12.2022	**–**	**598.400**	**–**	**598.400**
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	–	16.885	16.885
Variações com efeito de caixa	**–**	**(220.000)**	**–**	**(220.000)**
Redução de capital	–	(220.000)	–	(220.000)
Variações sem efeito de caixa	**4.735**	**(26.017)**	**–**	**(21.282)**
Redução de capital [1]	–	(26.017)	–	–
Dividendos a pagar	4.735	–	–	4.735
Saldo em 31.12.2023	**4.735**	**352.383**	**16.885**	**374.003**

[1] Montante decorrente da absorção de prejuízos acumulados.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve variações com e sem efeito caixa nos passivos e patrimônio líquido, que se enquadrem como atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de caixa da Companhia.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 08.959.996/0001-79
Avenida das Nações Unidas, 14.171 - Torre A - 18º andar - Vila Gertrudes - CEP 04794-000 - SÃO PAULO - SP - BRASIL

continuação

DIRETORIA

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Morais - Contador - CRC 1SP-220814/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
BV Empreendimentos e Participações S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da BV Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões económicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das controladas, coligadas e controladas em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4

BREF III Empreendimentos Imobiliários 4 S.A.

CNPJ nº 27.182.796/0001-05

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.360	1.471
Contas a receber de clientes	–	2.598
Outros Créditos	4	–
Impostos e contribuições a recuperar	154	–
Despesas antecipadas	146	–
Contas a receber de partes relacionadas	1.455	–
Total do Ativo Circulante	**3.119**	**4.069**
Não Circulante		
Estoque de Imóveis	515.769	514.584
Fundo de despesas e reserva - CRI	1.718	1.619
Total do Ativo não Circulante	**517.487**	**516.203**
Total do Ativo	**520.606**	**520.272**
Passivo e Patrimônio Líquido	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.376	1.376
Fornecedores	–	1
Tributos a pagar	1	155
Outras contas a pagar	88	–
Dividendos a pagar	–	10.795
Total do Passivo Circulante	**1.465**	**12.327**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos.	289.040	276.001
Adiantamento de clientes	21.978	21.978
Outras contas a pagar	4	–
Total do Passivo não Circulante	**311.022**	**297.979**
Patrimônio Líquido		
Capital social	543.996	543.996
(–) Capital a Integralizar	(253.180)	(277.590)
Prejuízos acumulados	(82.697)	(56.440)
Total do Patrimônio Líquido	**208.119,00**	**209.966**
Total Passivo e Patrimônio Líquido	**520.606**	**520.272**

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(26.257)	(16.232)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultados abrangentes do exercício	(26.257)	(16.232)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Capital a Integralizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	543.996	(281.596)	(40.208)	222.192
Integralização do capital	–	4.006	–	4.006
Prejuízo do exercício	–	–	(16.232)	(16.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	543.996	(277.590)	(56.440)	209.966
Integralização do capital	–	24.410	–	24.410
Prejuízo do exercício	–	–	(26.257)	(26.257)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	543.996	(253.180)	(82.697)	208.119

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

	31/12/2023	31/12/2022
Das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(26.257)	(16.232)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício com o caixa provenientes das atividades operacionais:		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos	29.291	31.289
(Acréscimo)/decréscimo em ativos		
Contas a Receber	2.598	(212)
Outros Créditos	(4)	–
Impostos e contribuições a recuperar	(154)	–
Despesas antecipadas	(146)	–
Estoque de imóveis	(1.185)	(2.944)
Fundo de despesa e reserva - CRI	(99)	(277)
Contas a receber de partes relacionadas	(1.455)	–
Acréscimo/(decréscimo) em passivos		
Tributos a pagar (exceto IRPJ e CSLL)	(154)	(20)
Fornecedores e outras contas a pagar	91	–
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(16.252)	(15.541)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(13.726)**	**(3.937)**
Das atividades de financiamento		
Integralização do Capital	13.615	4.006
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**13.615**	**4.006**
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(111)**	**69**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.471	1.402
No fim do exercício	1.360	1.471
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(111)**	**69**

Demonstração do Resultado	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de aluguéis	**6.457**	**15.186**
Despesas e receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(1.410)	(278)
Impostos e taxas	(2.190)	–
	(3.600)	**(278)**
(=) Lucro antes do resultado financeiro	**2.857**	**14.908**
Receitas financeiras	184	150
Despesas financeiras	(29.298)	(31.290)
(=) Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(26.257)**	**(16.232)**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
(=) Prejuízo do exercício	**(26.257)**	**(16.232)**
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(0,0483)	(0,0298)

Administrador
João Rodrigues Teixeira Junior
CPF: 036.293.778-82

Contador
MP Cont. Sociedade Simples Ltda. - CRC nº 2 SP 028370
Fernando Lucas Correa da Silva - CRC: 1SP262012/O-1

BREF III Empreendimentos Imobiliários 5 S.A.

CNPJ nº 27.317.522/0001-78

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	557	613
Contas a receber de clientes	–	983
Impostos e contribuições a recuperar	59	1
Despesas antecipadas	55	–
Total do Ativo Circulante	**671**	**1.597**
Não Circulante		
Estoque de imóveis	192.823	192.415
Fundo de despesas e reserva - CRI	638	601
Total do Ativo não Circulante	**193.461**	**193.016**
Total do Ativo	**194.132**	**194.613**

Demonstração do Resultado	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida de Aluguel	**2.438**	**5.737**
Despesas e Receitas Operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(443)	(193)
Despesas tributárias	(651)	–
	(1.094)	**(193)**
(=) Lucro antes do Resultado Financeiro	**1.344**	**5.544**
Receitas financeiras	69	57
Despesas financeiras	(11.067)	(11.820)
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(9.654)**	**(6.219)**
(–) Imposto de renda e contribuição social	–	–
(=) Prejuízo do Exercício	**(9.654)**	**(6.219)**
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(0,0470)	(0,0303)

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		
Empréstimos e financiamentos	520	520
Tributos a pagar	1	58
Dividendos a pagar	–	3.445
Outras contas a pagar	67	–
Contas a pagar partes relacionadas	662	–
Total do Passivo Circulante	**1.250**	**4.023**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	109.193	104.267
Adiantamento de clientes	8.125	8.125
Total do Passivo não Circulante	**117.318**	**112.392**
Patrimônio Líquido		
Capital social	205.572	205.572
(–) Capital a Integralizar	(98.752)	(105.772)
Reservas de lucros	295	295
Prejuízos acumulados	(31.551)	(21.897)
Total do Patrimônio Líquido	**75.564**	**78.198**
Total Passivo e Patrimônio Líquido	**194.132**	**194.613**

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(9.654)	(6.219)
Resultado abrangente do exercício	**(9.654)**	**(6.219)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros (Reserva legal)	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	205.572	(107.376)	295	(15.678)	82.813
Integralização capital	–	1.604	–	–	1.604
Prejuízo do exercício	–	–	–	(6.219)	(6.219)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	205.572	(105.772)	295	(21.897)	78.198
Integralização capital	–	7.020	–	–	7.020
Prejuízo do exercício	–	–	–	(9.654)	(9.654)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**205.572**	**(98.752)**	**295**	**(31.551)**	**75.564**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(9.654)	(6.219)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício com o caixa provenientes das atividades operacionais		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos	11.065	11.820
	1.411	**5.601**
(Acréscimo)/decréscimo em ativos		
Contas a Receber	983	(82)
Estoque de imóveis	(408)	(1.068)
Impostos e contribuições a recuperar	(58)	–
Fundo de despesas e reserva - CRI	(37)	(102)
Despesas antecipadas	(55)	–
Acréscimo/(decréscimo) em passivos		
Tributos a pagar (exceto IRPJ e CSLL)	(57)	(9)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(6.139)	(5.872)
Outras contas a pagar	67	–
Contas a pagar a partes relacionadas	662	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(3.631)**	**(1.532)**
Das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	3.575	1.604
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	**3.575**	**1.604**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(56)**	**72**
No início do exercício	613	541
No fim do exercício	557	613
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(56)**	**72**

Administrador
João Rodrigues Teixeira Junior - CPF: 036.293.778-82

Contador
MP Cont. Sociedade Simples Ltda. - CRC nº 2 SP 028370
Fernando Lucas Correa da Silva - CRC: 1SP262012/O-1

BREF III Empreendimentos Imobiliários 6 S.A.

CNPJ nº 27.317.722/0001-20

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	611	636
Contas a receber de clientes	–	1.038
Impostos e contribuições a recuperar	63	1
Despesas antecipadas	59	–
Total do ativo circulante	**733**	**1.675**
Não circulante		
Estoque de Imóveis	210.632	210.200
Fundo de despesas e reserva - CRI	689	650
Total do ativo não circulante	**211.321**	**210.850**
Total do ativo	**212.054**	**212.525**

Demonstração do Resultado	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de aluguel	**2.583**	**6.074**
Despesas e receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(470)	(197)
Despesas tributárias	(707)	–
	(1.177)	**(197)**
(=) Lucro antes do resultado financeiro	**1.406**	**5.877**
Receitas financeiras	75	61
Despesas financeiras	(11.720)	(12.517)
(=) Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(10.239)**	**(6.579)**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
(=) Prejuízo do exercício	**(10.239)**	**(6.579)**
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(0,0454)	(0,0292)

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		
Empréstimos e financiamentos.	551	551
Tributos a pagar	–	63
Dividendos a pagar	–	2.970
Contas a pagar partes relacionadas	793	–
Total do passivo circulante	**1.344**	**3.584**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	115.614	110.397
Adiantamento de clientes	8.839	8.839
Contas a pagar	1	–
Total do passivo não circulante	**124.454**	**119.236**
Patrimônio líquido		
Capital social	225.459	225.459
(–) Capital a Integralizar	(106.172)	(112.962)
Reservas de lucros	323	323
Prejuízos acumulados	(33.354)	(23.115)
Total do patrimônio líquido	**86.256**	**89.705**
Total do passivo e patrimônio líquido	**212.054**	**212.525**

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(10.239)	(6.579)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultados abrangentes do exercício	(10.239)	(6.579)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Capital a Integralizar	Reservas de lucros (Reserva legal)	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**225.459**	**(114.683)**	**323**	**(16.536)**	**94.563**
Integralização de capital	–	1.721	–	–	1.721
Prejuízo do exercício	–	–	–	(6.579)	(6.579)
Saldos em 31/12/2022	**225.459**	**(112.962)**	**323**	**(23.115)**	**89.705**
Integralização de capital	–	6.790	–	–	6.790
Prejuízo do exercício	–	–	–	(10.239)	(10.239)
Saldos em 31/12/2023	**225.459**	**(106.172)**	**323**	**(33.354)**	**86.256**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto)

Das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(10.239)	(6.579)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício com o caixa		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos	11.717	12.517
(Acréscimo)/decréscimo em ativos		
Contas a receber	1.038	(84)
Estoque de imóveis	(432)	(1.171)
Impostos e contribuições a recuperar	(62)	–
Despesas Antecipadas	(59)	–
Fundo de despesas e reserva - CRI	(39)	(112)
Acréscimo/(decréscimo) em passivos		
Tributos a pagar (exceto IRPJ e CSLL)	(63)	(8)
Fornecedores e outras contas a pagar	1	(1)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(6.500)	(6.217)
Contas a pagar a partes relacionadas	793	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(3.845)**	**(1.655)**
Das atividades de financiamento		
Integralização do Capital	3.820	1.721
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**3.820**	**1.721**
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(25)**	**66**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	636	570
No fim do exercício	611	636
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(25)**	**66**

Administrador
João Rodrigues Teixeira Junior - CPF: 036.293.778-82

Contador
MP Cont Sociedade Simples Ltda. - CRC nº 2 SP 028370
Fernando Lucas Correa da Silva - CRC: 1SP262012/O-1

BREF III Empreendimentos Imobiliários 7 S.A.

CNPJ nº 28.941.492/0001-39

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em R$ - Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.175.646,44	29.023.411,22
Impostos a Recuperar	642.047,84	198,35
Total do ativo circulante	**3.817.694,28**	**29.023.609,57**
Não Circulante		
Contas a receber partes relacionadas	5.924.810,82	2.180.670,75
Coligadas e Controladas	13.103.344,75	27.890.733,07
Adiantamento p/futuro aumento de capital	10.500,00	288.071,34
Total do ativo não circulante	**19.038.655,57**	**30.359.475,16**
Total do Ativo	**22.856.349,85**	**59.383.084,73**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Contas a pagar	176,90	–
Impostos a Recolher	3.676,19	115.615,80
Total do passivo circulante	**3.853,09**	**115.615,80**
Não Circulante		
Contas a pagar partes relacionadas	10.947.386,28	50.401.931,98
Total do passivo não circulante	**10.947.386,28**	**50.401.931,98**
Patrimônio Líquido		
Capital Social Integralizado	640.093,58	640.093,58
Resultados Acumulados	11.265.016,90	8.225.443,37
Total do Patrimônio Líquido	**11.905.110,48**	**8.865.536,95**
Total do Passivo	**22.856.349,85**	**59.383.084,73**

Demonstrações do Resultado

	2023	2022
(+/–) Despesas/Receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(106.470,46)	(89.811,69)
Equivalência Patrimonial	1.350.783,40	11.382.915,80
(=)Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**1.244.312,94**	**11.293.104,11**
(+) Receita financeiras	2.633.203,42	740.561,31
(–) Despesas financeiras	(100,38)	(1.318,95)
(=) Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.877.415,98**	**12.032.346,47**
(–) Imposto de Renda e Contribuição Social	(837.842,45)	(186.889,39)
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**3.039.573,53**	**11.845.457,08**

João Rodrigues Teixeira Junior
CPF: 036.293.778-82 - Administrador

BPO Innova RJ Serviços Contábeis - CRC RJ 006512/O-5
José Carlos Ramalhete Dias - CRC RJ 111345/O-1 - Contador Responsável

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A3A7-6011-1DB6-DA3F.

Nova Fonte Luminosa S.A.

CNPJ nº 51.757.939/0001-36

Demonstrações Financeiras - Período de 10 de Agosto a 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial	Nota	2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2
Despesas antecipadas	5	99
Outros créditos		20
Total do ativo circulante		**121**
Não circulante		
Despesas antecipadas	5	276
Imobilizado	6	115
Intangível	7	32.575
Total do ativo não circulante		**32.966**
Total do ativo		**33.087**

Balanço Patrimonial	Nota	2023
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	8	152
Obrigações tributárias		50
Obrigações trabalhistas		4
Outras contas a pagar	9	723
Total do passivo circulante		**929**
Não circulante		
Outras contas a pagar	9	21.175
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	10.161
Total do passivo não circulante		**31.336**
Patrimônio líquido		
Capital social	11.a	3.401
Capital a integralizar	11.a	(1.201)
Prejuízos acumulados	11.b	(1.378)
Total do patrimônio líquido		**822**
Total do passivo e patrimônio líquido		**33.087**

Demonstração do Resultado	Nota	2023
Receita líquida	**12**	287
Custo dos serviços prestados	**13**	(33)
Lucro bruto		254
Despesas		
Gerais e administrativas	**13**	(1.264)
Despesa com pessoal	**14**	(367)
Lucro operacional		**(1.377)**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras		(1)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**(1.378)**
Imposto de renda e contribuição social		–
Prejuízo do período		**(1.378)**

Demonstração do Resultado Abrangente	2023
Prejuízo do período	**(1.378)**
Outros componentes do resultado abrangente suscetíveis à reclassificação	–
Total do resultado abrangente do período, líquido dos efeitos tributários	**(1.378)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Fluxo de caixa de atividades operacionais	**2023**
Prejuízo do período	(1.378)
Depreciação	4
Amortização de direito de uso	313
Lucro líquido ajustado	**(1.061)**
Variação nas contas de ativos e passivos	
Despesas antecipadas	(375)
Outros créditos	(20)
Fornecedores	152
Obrigações tributárias	50
Obrigações trabalhistas	4
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(1.250)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado	(119)
Aquisição de direito de uso	(10.990)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(11.109)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.161
Integralização de capital	2.200
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**12.361**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**2**
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	–
No final do período	2
Aumento redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**2**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Integralizado	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 10 de agosto de 2023	–	–	–	–
Integralização de capital	3.401	(1.201)		2.200
Prejuízo do período	–	–	(1.378)	(1.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.401**	**(1.201)**	**(1.378)**	**822**

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Nova Fonte Luminosa S.A. ("Companhia") tem por objeto social única e exclusivamente o propósito específico de exercer os direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado pela Companhia com o Município de Araraquara, decorrente do Edital da Concorrência n° 008/2023, que tem como objeto a concessão onerosa de uso do Complexo Arena da Fonte Luminosa para modernização, restauração, gestão, operação, exploração e manutenção, podendo inclusive realizar: (i) A administração de eventos esportivos, artísticos e/ou culturais; (ii) A promoção, organização, produção, agenciamento, programação e execução de eventos esportivos, artísticos ou culturais, de exposições, de festivais de música, cinema, teatro ou forma audiovisual; (iii) A exploração de publicidade ou direitos publicitários; e (iv) A locação ou sublocação de imóveis. Em 17 de agosto de 2023, a Companhia assinou o contrato junto ao Município de Araraquara, no Estado de São Paulo, que compreende na prestação dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo Arena Fonte Luminosa, no Município de Araraquara, em conformidade com o disposto no EDITAL da Concorrência n° 008/2023, a Lei Municipal n° 10.370, de 24 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, Lei Federal n° 8.987/1995 e suas alterações posteriores, a Lei Federal n° 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e demais normas que regem a matéria, disciplinando-se pelas cláusulas e condições fixadas. O contrato tem duração de 35 anos (até 2058), tendo sido efetuado a título de outorga fixa o pagamento total de R$10.018, e haverá pagamento de parcelas mensais de R$ 52 a título de outorga mensal ao Município durante a vigência do contrato. Adicionalmente, o contrato de outorga estabeleceu obrigações de investimento de R$ 20.000 em melhorias que devem acontecer durante os cinco anos iniciais da concessão. A autorização, pela diretoria, para emissão das demonstrações financeiras ocorreu em 15 de abril de 2024.

2. Resumo das políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com a práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas que podem afetar o valor de ativos e passivos reportados. Na elaboração destas demonstrações financeiras, foram feitas estimativas pela Administração, sendo a principal relacionada à avaliação do valor recuperável dos ativos, conforme descrito na Nota 2.3 item "c". As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo, entre outros. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração avalia a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia não possui cláusulas de dívidas e compromissos financeiros na data da emissão dessas demonstrações financeiras e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Empresa de dar continuidade as suas atividades. Os sócios e controladores indiretos declaram o interesse em promover as atividades da Nova Fonte Luminosa S.A., bem como a respectiva e progressiva continuidade de seu plano de negócios e, por conseguinte, a sua expansão, observando-se e cumprindo-se o respectivo *Business Plan*. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma. **2.3 Contrato de concessão:** O contrato tem por objetivo a concessão de atividades de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de concessão, de acordo com a parcela territorial, incluindo a elaboração de projetos, a realização de obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração econômica de atividades de educação ambientação, recreação, lazer, esporte, cultura, turismo e com serviços associados. A Companhia realiza a contabilização de acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 - Contratos de Concessão. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor e as aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. **2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados, conforme descrevemos a seguir: **(i) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal, quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia estes investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos e consequentemente também não adotou a prática de *Hedge Accounting*. **(ii) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, e outras contas a receber, partes relacionadas e outros créditos. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo ou "repasse"; e (a) a Empresa transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa não transferir nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos a um ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. **(iii) Passivos financeiros: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **a) Avaliação do valor recuperável de ativos *("Impairment"):*** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment ser* reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. Em 2023, a Companhia não identificou eventos que indicassem a deterioração ou perda de valor recuperável sobre seus ativos não financeiros. **b) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Adicionalmente, a Companhia avalia o método de depreciação anualmente, considerando o menor tempo entre o prazo de concessão do contrato e a vida útil de cada ativo. **c) Intangível: Ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:** A Companhia reconhece um ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida linearmente no resultado com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. **Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado linearmente com base no prazo remanescente de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. **d) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **e) Obrigações tributárias:** As obrigações tributárias são montantes de tributos retidos de terceiros e devidos por conta de pagamentos a fornecedores e/ou diretores e/ou empregados da Companhia, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. **f) Obrigações trabalhistas e encargos sociais:** Obrigações com pessoas são valores devidos por conta de serviços prestados por pessoal interno, inclusive diretores e/ou administradores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Os encargos trabalhistas são montantes devidos por conta de pagamentos a prestadores e/ou a pessoal interno, inclusive diretores e/ou administradores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. **g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **h) Provisão para contingências:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **j) Reconhecimento da receita:** É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. **k) Capital social:** É constituído por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

3. Gestão de riscos: Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: a) Risco de mercado: Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. b) Risco de crédito: Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus devedores, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. c) Risco de liquidez: Considerado pela eventual incapacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez. d) Risco operacional: Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Empresa estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2023
Conta corrente	2
	2

5. Despesas antecipadas:

	31.12.2023
Prêmio de seguros (*)	375
	375
Curto Prazo	99
Longo Prazo	276
Total	**375**

(*) Seguro referente à indenização, até o valor da garantia da apólice, por eventuais prejuízos causados, em razão de eventuais inadimplementos das obrigações previstas no contrato decorrente ao processo n° 1953/2023, Edital n° 008/2023, que tem por objetivo a concessão onerosa de uso do complexo arena da fonte luminosa, para modernização, restauração, gestão, operação, exploração e manutenção.

6. Imobilizado:

Descrição - Custo	Taxa Média Anual	Saldo em 31.12.22	Adição	Baixa	Saldo em 31.12.23
Computadores e periféricos	20%	–	47	–	47
Móveis e utensílios	10%	–	61	–	61
Equipamento de informática	20%	–	11	–	11
Total		**–**	**119**	**–**	**119**

Descrição - Depreciação	Saldo em 31.12.22	Adição	Baixa	Saldo em 31.12.23
Computadores e periféricos	–	(2)	–	(2)
Móveis e utensílios	–	(1)	–	(1)
Equipamento de informática	–	(1)	–	(1)
Total	**–**	**(4)**	**–**	**(4)**
Total Líquido	**–**	**115**	**–**	**115**

7. Intangível:

Descrição - Custo	% - Taxa Anual de amortização	Custo	Amortização Acumulada	31.12.2023 Intangível Líquido
Outorga fixa e mensal (*)	2,858	32.888	(313)	32.575
Total		**32.888**	**(313)**	**32.575**

(*) Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento de R$ 10.018 a título de outorga fixa, conforme anexo IV do contrato de concessão "Mecanismo de Pagamento da Outorga". A amortização será realizada linearmente, de acordo com o contrato de concessão que é de 35 anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Entrega do Bem Público. **Informações sobre o contrato: (a) Objeto da concessão:** O contrato tem por objetivo a concessão é a **Concessão de Uso** do **Complexo** para modernização, gestão, operação e manutenção do **Complexo**, nos termos do **Contrato. (b) Prazo:** O prazo de vigência deste **Contrato** será de 35 (trinta e cinco) anos, contados da **Data da Ordem de Início,** datada em 23 de agosto de 2023. **(c) Direitos da Concessionária:** A **Concessionária,** sem prejuízo e adicionalmente a outros direitos previstos na legislação aplicável no **Contrato,** terá direito a: (a) explorar o **Objeto** com ampla liberdade, observadas as limitações e condicionantes fixadas neste **Contrato** e na legislação aplicável, e observada, para contratos e quaisquer tipos de acordos ou ajustes celebrados pela **Concessionária** com qualquer **Parte Relacionada,** a conformidade com as condições de mercado; (b) explorar as **Fontes de Receita** por sua conta e risco; (c) executar, por sua conta e risco, encargos complementares no **Complexo,** incluída a instalação de **Mobiliários** não obrigatórios; (d) utilizar o nome Doutor Adhemar Pereira de Barros - Arena da Fonte e seu apelido "Arena Fonte Luminosa" em sua marca nominativa, podendo alterá-lo ou acrescê-lo de outros nomes; (e) à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do referido **Contrato;** (f) subcontratar terceiros para o desenvolvimento de atividades relacionadas à execução do **Objeto;** (g) distribuir dividendos e promover outras formas lícitas de distribuição de caixa aos acionistas, observados os termos e condicionantes previstos neste **Contrato;** e (h) encaminhar solicitações de melhorias no viário urbano para atender às demandas e necessidades do **Complexo; (d) Remuneração da Concessionária:** As receitas a serem auferidas pela **Concessionária** decorrerão da exploração de **Fontes de Receitas** na **Área da Concessão.** A **Concessionária** poderá realizar quaisquer atividades lícitas compatíveis com o presente **Contrato** e ser remunerada pelas receitas auferidas com o desenvolvimento de tais atividades, devendo observar as regras deste **Contrato.** As **Fontes de Receita** deverão assegurar à **Concessionária** condições de fazer frente, dentre outros: (a) aos custos de amortização e eventuais juros de **Financiamento(s)** relativos à instalação do empreendimento; (b) aos tributos devidos pela **Concessionária;** (c) ao pagamento das **Parcelas de Outorga Mensal** e **Variável,** quando incidente; (d) ao cumprimento das obrigações do presente **Contrato** e seus **Anexos;** e (e) à remuneração do capital investido pelos sócios da **Concessionária.** As **Fontes de Receitas** poderão ser exploradas diretamente pela **Concessionária** ou por terceiros, com sua anuência. A **Concessionária** deverá encaminhar anualmente e por escrito ao **Poder Concedente** relatório que contenha a descrição detalhada do escopo da(s) atividade(s) e/ou empreendimento(s) desenvolvido(s) na **Área da Concessão,** demonstrando, dentre outros elementos que julgar relevante, que a(s) atividade(s) ou empreendimento(s) se adequa(m) ao **Objeto,** que não comprometem a qualidade da execução do **Objeto,** e que obedece(m) à legislação brasileira, inclusive a ambiental. Além das informações previstas na subcláusula anterior, o **Poder Concedente** poderá, ao seu critério, requerer outras informações pertinentes, de acordo com a(s) atividade(s) objeto da solicitação. **(e) Bens integrantes da concessão:** Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Companhia, tais como área de concessão, edificações, instalações, máquinas e equipamentos, fauna, flora, dentre outros. Os ativos recebidos correspondem ao direto de exploração em função da outorga fixa paga. **(f) Obrigações e compromissos com o poder concedente:** Executar o OBJETO, cumprindo e respeitando as cláusulas e condições do referido **Contrato** e seus **Anexos,** da **Proposta Comercial** e dos documentos relacionados, submetendo-se plenamente à regulamentação existente, ou a que venha a ser editada, às normas da ABNT e/ou do INMETRO, ou de outro órgão regulamentador competente, bem como às especificações e projetos pertinentes, aos prazos e às instruções da fiscalização do **Poder Concedente,** cumprindo ainda com as metas e os parâmetros de qualidade e demais condições de execução do **Objeto.**

8. Fornecedores:

	31.12.2023
Fornecedores (*)	152
	152

(*) Refere-se, basicamente, a valores a pagar a fornecedores pela prestação de serviços de benfeitoria no escritório e compras parcelas de materiais para uso na atividade da Companhia.

9. Outras contas a pagar:

	31.12.2023
Outorga a pagar (*)	21.802
Adiantamento de clientes	66
Serviços compartilhados	30
Total Outras contas a pagar	**21.898**
Curto Prazo	723
Longo Prazo	21.175
Total	**21.898**

(*) Conforme descrito na nota explicativa n° 7, como condição para assinatura do contrato e conforme outorga mensal, a Companhia reconheceu em seu balanço o valor integral correspondente ao período de 35 anos. Mensalmente, uma parcela é diluída do contas a pagar, tendo sua contrapartida a rubrica de bancos. No curto prazo, foram considerados 12 parcelas e no longo prazo o saldo remanescente até a finalização da concessão.

10. Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de adiantamento para futuro aumento de capital era de R$ 10.161. A Controladora possui intenção da integralização do capital ao longo de 2024 na Companhia, com a finalidade de fortalecer o compromisso do referido contrato de concessão e o caixa da Companhia.

11. Patrimônio Líquido: 11.a Capital Social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 3.401, representado por 3.401 (três milhões, quatrocentas e uma mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social a integralizar era de R$ 1.201. **11.b Resultado do exercício:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou o prejuízo de R$ 1.378. **11.c Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não constituiu reserva legal, devido ao prejuízo, conforme informado anteriormente. **11.d Distribuição de dividendos:** Em 31 de dezembro de 2023, não houve a distribuição de lucros em função do prejuízo apurado no período. **11.e Remuneração da Administração:** A remuneração da Administração, que compreende a benefícios de curto prazo, totalizou no período de 10 de agosto a 31 de dezembro de 2023 o montante de R$ 271.

12. Receita líquida:

	Período de 10.08.2023 a 31.12.2023
Receita bruta de aluguel (*)	317
	317
Impostos sobre serviços	
PIS	(5)
COFINS	(25)
	(30)
Receita líquida de aluguel	**287**

(*) Basicamente, se refere a aluguel do espaço para eventos, formaturas, shows, entre outros.

13. Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e administrativas:

	Período de 10.08.2023 a 31.12.2023
Água	(53)
Manutenção e conservação	(132)
Despesa com veículos	(31)
Seguros	(64)
Serviços de limpeza	(18)
Serviços Profissionais	(376)
Viagens e Estadias	(53)
Vigilância e segurança	(111)
Eventos	(46)
Depreciação	(4)
Amortização de direitos de uso	(313)
Patrocínio	(20)
Outras despesas	(76)
	(1.297)

14. Despesa com pessoal:	Período de 10.08.2023 a 31.12.2023
Salários e ordenados	(24)
Assistência Médica	(27)
Remuneração da diretoria	(271)
Alimentação	(24)
Encargos trabalhistas	(7)
Vale transporte e vale refeição	(14)
	(367)

15. Contingências: A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhista ou tributária, consequentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos.

16. Eventos subsequentes: Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data-base de 31 de dezembro de 2023 das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

A Diretoria — **Contador: Cesar Nakashima -** CRC 1SP148337

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Nova Fonte Luminosa S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Fonte Luminosa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 10 de agosto a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 10 de agosto a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avali

GBLP Investimentos e Participações S.A.

CNPJ 31.862.119/0001-05

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Circulante	**47**	**8**
Caixa e equivalentes de caixa	45	8
Outros créditos	2	–
Não Circulante	–	55
Transações com partes relacionadas	–	55
Total do Ativo	**47**	**63**
Balanço Patrimonial	**2023**	**2022**
Passivo/Circulante	**–**	**2**
Outros passivos	–	2
Patrimônio Líquido	**47**	**61**
Capital social	615	615
Capital a integralizar	(179)	(188)
Prejuízos acumulados	(389)	(366)
Total do Passivo	**47**	**63**

Demonstrações dos Resultados	2023	2022
Despesas administrativas e operacionais	(23)	(18)
Transações com partes relacionadas	–	55
Lucro (Prejuízo) do exercício	(23)	37

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	(23)	37
Resultado abrangente do exercício	(23)	37

Demonstrações da Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Integralizado	Capital a integralizar	Lucros (Prejuízos) acumulados	Saldo Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**615**	**(209)**	**(403)**	**3**
Capital a integralizar	–	21	–	21
Lucro do exercício	–	–	37	37
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**615**	**(188)**	**(366)**	**61**
Capital a integralizar	–	9	–	9
Prejuízo do exercício	–	–	(23)	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**615**	**(179)**	**(389)**	**47**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Líquidos - Método Indireto

	2023	2022
1) Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo (lucro) do exercício	(23)	37
Ajustes por:		
Resultado após ajustes	(23)	37
Aumentos/reduções no ativo e passivo operacional		
(Aumento) redução de imposto de renda retido na fonte	–	145
(Aumento) redução de outros créditos	(2)	4
(Aumento) redução de transações com partes relacionadas	55	(55)
Aumento (redução) de outros passivos	(2)	(144)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	28	(13)

	2023	2022
2) Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos de acionistas	–	21
Capital a integralizar	9	–
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	9	21
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	37	8
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8	–
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	45	8
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	37	8

Diretora
Maria Edith Bertoletti Gambôa

Contadora
Simone Barbosa Vasconcelos - CRC MG 106.174/O-0

Boulevard Villa dos Pinheiros SPE S.A.

CNPJ: 42.195.374/0001-50

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Senhores acionistas: A administração é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que foi determinado como necessários para a correta elaboração das demonstrações contábeis livres de quaisquer distorções relevantes independentemente de ser causada por fraude ou erro. A administração se responsabiliza na elaboração das demonstrações contábeis, pela avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às operações e pelo uso da base contábil adequada na elaboração das demonstrações contábeis. Como responsáveis pela governança da Companhia todo o processo de elaboração das demonstrações contábeis é submetido à supervisão, a fim de que as informações tenham bases fidedignas à situação da Companhia. **Descrição dos negócios:** A Boulevard Villa dos Pinheiros SPE S.A. foi criada em meados de 2021 com o objetivo de desenvolvimento, estruturação e implantação de negócios imobiliários no terreno situado no Município de Indaiatuba, além de desenvolver e implementar um Power Center, sendo este último objetivo em fase inicial de desenvolvimento.

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Ativo circulante	**2.800**	**4.947**
Caixa e equivalentes de caixa	2.798	4.947
Tributos a recuperar	2	–
Total do ativo	**2.800**	**4.947**
Balanço Patrimonial	**2023**	**2022**
Passivo/Passivo circulante	**518.757**	**456.231**
Obrigações trabalhistas e tributárias	4	–
Partes relacionadas passivo	518.753	456.231
Patrimônio líquido	**(515.957)**	**(451.284)**
Capital social	6.000	6.000
Lucros e prejuízos acumulados	(521.957)	(457.284)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.800**	**4.947**

Demonstração do Resultado	2023	2022
Resultado: Receita	–	–
(=) Lucro bruto	**–**	**–**
(+/–) Despesas operacionais:		
Despesas administrativas	(49.482)	(91.540)
Despesas tributárias	(14.519)	(22.243)
Outras receitas e despesas	129	–
	(63.872)	**(113.783)**
(=) Lucro antes do result. financeiro	**(63.872)**	**(113.783)**
Despesas financeiras	(837)	(731)
Receitas financeiras	47	27
(=) Resultado financeiro	**(790)**	**(704)**
(=) Lucro antes do IR e da CS	**(64.662)**	**(114.487)**
(–) Impostos correntes	(11)	–
(=) Result. líquido do Exercício	**(64.673)**	**(114.487)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**600**	**(342.797)**	**(342.197)**
Integralização de capital em 25/02/2022	5.400	–	5.400
Prejuízo do exercício	–	(114.487)	(114.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**6.000**	**(457.284)**	**(451.284)**
Prejuízo do exercício	–	(64.673)	(64.673)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.000**	**(521.957)**	**(515.957)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividade operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	(64.662)	(114.487)
(Decréscimo) acréscimo em ativos	**(2)**	**–**
Tributos a recuperar	(2)	–
(Decréscimo) acréscimo em passivos	**(7)**	**–**
Obrigações tributárias	(7)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de operacionais	**(64.671)**	**(114.487)**
Das atividades de financiamentos com acionistas		
Contas a pagar p/partes relacionadas	62.522	113.675
Integralização de capital	–	5.400
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	**62.522**	**119.075**
Redução (Aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(2.149)	4.588
Caixa e equivalentes de caixa		
No Início do Exercício	4.947	359
No Final do Exercício	2.798	4.947
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(2.149)**	**4.588**

A Diretoria
Clayton Castro da Rocha - Contador - CRC 1SP 251.075/O-3

As demonstrações financeiras estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Jaime Pinheiro Participações S.A.

CNPJ : 07.219.769/0001-44

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Relatório da Administração: Senhores acionistas, a administração é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que foram determinados como necessários para a correta elaboração das demonstrações contábeis livres de quaisquer distorções relevantes independentemente de ser causada por fraude ou erro. A administração se responsabiliza na elaboração das demonstrações contábeis, pela avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às operações e pelo uso da base contábil adequada na elaboração das demonstrações contábeis. Como responsáveis pela governança da Companhia todo o processo de elaboração das demonstrações contábeis é submetido à supervisão, a fim de que as informações tenham bases fidedignas à situação da Companhia. **Descrição dos negócios:** A Companhia tem como principal objetivo a administração dos próprios bens e participação em outras sociedades, tendo, portanto, sua principal fonte de recursos e resultado a equivalência patrimonial e recebimento de dividendos. Mantém registrado, também, todo o staff que dão suporte nas atividades das empresas das investidas.

Balanços Patrimoniais	2023	2022
Ativo/Circulante	**20.090.116**	**2.657.534**
Caixa e equivalentes de caixa	26.222	1.047.727
Títulos e valores mobiliários	18.682.117	313.168
Contas a receber	500.000	500.000
Tributos a recuperar	779.201	725.156
Adiantamentos diversos	99.955	67.055
Despesas antecipadas	2.621	4.428
Ativo não circulante	**60.168.055**	**59.739.712**
Dividendos a receber	631.343	173.259
Partes relacionadas ativo	303.102	251.784
Fundo de ações	262.940	240.629
Incentivos fiscais	255.628	255.028
Investimentos	6.664.982	6.670.676
Imobilizado	52.050.060	52.148.336
Total do ativo	**80.258.171**	**62.397.246**

Balanços Patrimoniais	2023	2022
Passivo/Passivo circulante	**3.810.880**	**54.456.129**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar CP	–	27.174.145
Obrigações trabalhistas	716.740	631.653
Obrigações tributárias cp	195.741	255.351
Partes relacionadas passivo	1.743.299	25.500.000
Contas a pagar	1.155.100	894.980
Passivo não circulante	**62.331.678**	**55.506**
Empréstimos a pagar	62.331.678	–
Obrigações tributárias LP	–	–
Contingências	–	55.506
Patrimônio líquido	**14.115.613**	**7.885.611**
Capital Social	42.721.526	42.721.526
Adiantamento para futuro aumento de capital	36.152.195	28.189.165
Reservas de capital	3.740.521	3.740.521
Reservas de lucros	4.705.521	4.705.521
Ajustes de avaliação patrimonial	229.326	207.015
Lucros e prejuízos acumulados	(73.433.476)	(71.678.137)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**80.258.171**	**62.397.246**

Demonstração do Resultado	2023	2022
Resultado de participação societária	6.729.092	7.350.624
(=) Lucro bruto	**6.729.092**	**7.350.624**
(+/–) Despesas operacionais:		
Despesas administrativas	(19.754.019)	(18.649.184)
Outras receitas e despesas	18.679.805	268.839
Receita de confissão de dívida	–	2.536.473
Perdas	–	(4.151)
(=) Lucro antes do resultado financeiro	**5.654.878**	**(8.497.399)**
Variação cambial	(41.143)	34.886
Despesas financeiras	(7.404.466)	(3.216.261)
Receitas financeiras	35.392	77.660
(=) Resultado financeiro	**(7.410.217)**	**(3.103.715)**
(=) Lucro antes do IR e da CS	**(1.755.339)**	**(11.601.114)**
(–) Impostos correntes	–	–
(=) Resultado líquido do Exercício	**(1.755.339)**	**(11.601.114)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	AFAC	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**42.721.526**	**–**	**3.740.521**	**4.705.521**	**125.940**	**(60.077.023)**	**(8.783.515)**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(11.601.114)	(11.601.114)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	28.189.165	–	–	–	–	28.189.165
Desvalorização das quotas (fundo)	–	–	–	–	81.075	–	81.075
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**42.721.526**	**28.189.165**	**3.740.521**	**4.705.521**	**207.015**	**(71.678.137)**	**7.885.611**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(1.755.339)	(1.755.339)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	7.963.030	–	–	–	–	7.963.030
Valorização das quotas (fundo)	–	–	–	–	22.311	–	22.311
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**42.721.526**	**36.152.195**	**3.740.521**	**4.705.521**	**229.326**	**(73.433.476)**	**14.115.613**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividade Operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	(1.755.339)	(11.601.114)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas pelas atividades operacionais:	**(6.522.764)**	**(7.200.355)**
Depreciação e amortização	187.776	218.670
Resultado de equival. Patrim., variação cambial, ganhos/perdas de partic. Societária	(6.710.540)	(7.419.025)
(Decréscimo) acréscimo em ativos	**(566.133)**	**381.829**
Contas a receber	–	444.188
Tributos a recuperar	(54.045)	(51.476)
Dividendos a receber	(458.084)	62.861
Adiantamentos diversos	(32.900)	(5.847)
Despesas antecipadas	1.807	13.178
Fundo de ações	(22.311)	(81.075)
Incentivos fiscais	(600)	–
Decréscimo em passivos	**35.387.624**	**3.018.009**
Empréstimos e financiamentos	35.157.533	3.212.757
Obrigações trabalhistas	85.087	(136.245)
Obrigações tributárias	(59.610)	(194.177)
Contas a pagar	260.120	80.168
Contingências	(55.506)	55.506

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2023	2022
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades de operacionais	**26.543.388**	**(15.401.631)**
Das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(18.346.638)	102.850
Adições de imobilizado	(89.500)	(7.463)
Baixas de imobilizado	–	1.500.000
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida	(15.109)	(12.209)
Recebimento de dividendos	6.731.343	7.673.259
Caixa líquido aplicado nas (gerado das) atividades de investimentos	**(11.719.904)**	**9.256.437**
Das Atividades de Financiamentos com Acionistas		
Contas a receber de Partes relacionadas	(51.318)	(67.568)
Contas a pagar para Partes relacionadas	(23.756.701)	(21.049.165)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.963.030	28.189.165
Pagamento de dividendos	–	–
Caixa líquido aplicado nas (gerado das) atividades de financiamentos	**(15.844.989)**	**7.072.432**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.021.505)	927.238
Caixa e equivalentes de caixa		
no Inicio do Exercício	1.047.727	120.489
no Final do Exercício	26.222	1.047.727
Redução (Aumento) do caixa e equivalentes de caixa	**(1.021.505)**	**927.238**

A Diretoria
Clayton Castro da Rocha - Contador - CRC 1SP 251.075/O-3

As demonstrações financeiras estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Infracommerce CXAAS S.A.

CNPJ/ME n° 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.557.361

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 25 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2024, às 8h00, na sede da Infracommerce CXAAS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Pedro Jereissati, Kai Philipp Schoppen, Estela Vieira, Carlos Brito Claissac e Pedro Sirotsky Melzer. **3. Mesa:** Presidente: Pedro Jereissati; Secretária: Amanda Pires de Almeida. **4. Ordem do Dia: (i)** consignar acerca do pedido de renúncia apresentada pelo Sr. Kai Philipp Schoppen aos cargos de Diretor Presidente da Companhia, membro titular do Conselho de Administração da Companhia e membro do Comitê de Investimento da Companhia; **(ii)** eleição de Diretor Presidente da Companhia, em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Kai Philipp Schoppen; **(iii)** consignar acerca da indisponibilidade manifestada pelo membro suplente do Conselho de Administração para assumir cargo vago de membro titular do Conselho de Administração, em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Kai Philipp Schoppen; **(iv)** proposta a ser submetida para deliberação da assembleia geral ordinária de 2024 da Companhia ("AGO") acerca da eleição de membro titular do Conselho de Administração da Companhia para completar o mandato em curso, em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Kai Philipp Schoppen; **(v)** consignar acerca do pedido de renúncia apresentada pelo Sr. Pedro Jereissati à posição de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** proposta a ser submetida para deliberação da AGO acerca da indicação do membro que ocupará a posição de Presidente do Conselho de Administração durante o mandato atualmente em curso; e **(vii)** alteração da data prevista para realização da AGO. **5. Deliberações:** Colocadas as matérias acima em discussão, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) consignaram acerca do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Kai Philipp Schoppen aos cargos de Diretor Presidente da Companhia, membro titular do Conselho de Administração da Companhia e membro do Comitê de Investimento da Companhia, com efeitos (a) a partir de 1º de abril de 2024 em relação ao cargo de Diretor Presidente, e (b) a partir da data em que a AGO for realizada, em relação ao cargo de membro titular do Conselho de Administração e membro do Comitê de Investimento da Companhia, conforme a carta de renúncia apresentada à Companhia e que fica arquivada em sua sede social. (ii) aprovaram a eleição do Sr. Ivan Luiz Murias dos Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n° 12477476-3, inscrito no CPF sob o n° 255.329.928-19, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n° 12.901, 32° e 33° andares, Torre Norte, Cidade Monções, CEP 04578-910, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Kai Philipp Schoppen, com mandato unificado com os demais Diretores da Companhia, iniciando em 1º de abril de 2024 até a data de realização da primeira reunião do Conselho de Administração após a AGO de 2025. O Diretor ora eleito será investido no cargo a partir de 1º de abril de 2024, mediante a assinatura do respectivo termo de posse no livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria, quando declarará, para todos os fins e sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial e nem foi condenado por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra a fé pública, ou a propriedade ou pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. (iii) consignaram acerca da indisponibilidade manifestada pelo membro suplente do Conselho de Administração, o Sr. Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, para assumir cargo vago de membro titular do Conselho de Administração, em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Kai Philipp Schoppen, nos termos do parágrafo sétimo do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 3.6 do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, conforme a carta apresentada à Companhia e que fica arquivada em sua sede social. (iv) aprovaram a proposta a ser submetida à AGO acerca da eleição do Sr. Peter Paul Lorenço Estermann, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG n° 206.922.023-1/SSP-RS e inscrito no CPF sob o n° 279.185.726-53, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n° 12.901, 32° e 33° andares, Torre Norte, Cidade Monções, CEP 04578-910, para o cargo de membro titular independente do Conselho de Administração da Companhia, para completar mandato em curso que se estenderá até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do Artigo 12, Parágrafo Sétimo, do estatuto social da Companhia e do Artigo 150 da Lei n° 6.404/76. (v) consignaram acerca do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Pedro Jereissati à posição de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, com efeitos a partir da data em que a AGO for realizada, conforme a carta de renúncia apresentada à Companhia e que fica arquivada em sua sede social. Para fins de esclarecimento, o Sr. Pedro Jereissati permanecerá ocupando o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia durante o mandato atualmente em curso. (vi) aprovaram a proposta a ser submetida para deliberação da AGO acerca da indicação do Sr. Peter Paul Lorenço Estermann para ocupar a posição de Presidente do Conselho de Administração durante o mandato atualmente em curso, em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Pedro Jereissati à posição de Presidente do Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 12, Parágrafo Quarto, do estatuto social da Companhia, sujeita à eleição, pela AGO, do Sr. Peter Paul Lorenço Estermann como membro titular do Conselho de Administração da Companhia. (vii) aprovaram a alteração da data prevista para realização da AGO, que passará a ser 30 de abril de 2024, bem como a consequente alteração e reapresentação do Calendário Anual de Eventos Corporativos anteriormente divulgado pela Companhia em 08 de dezembro de 2023. São Paulo, 25 de março de 2024. **Mesa**: Pedro Jereissati - Presidente; Amanda Almeida - Secretária. **JUCESP** nº 156.001/24-0 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Distribution Center Barueri Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 31.534.678/0001-88

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

Balanços Patrimoniais

Ativo	12/2023	12/2022
Caixa equivalente de caixa	1.086.128,43	2.139.279,09
Impostos a recuperar	242.478,74	206.929,39
Total do ativo circulante	**1.328.607,17**	**2.346.208,48**
Total do ativo	**1.328.607,17**	**2.346.208,48**

Passivo	12/2023	12/2022
Fornecedores	27.570,77	59.959,94
Tributos a pagar	498,95	1.236,51
Outras contas a pagar	–	1.085.712,39
Débitos diversos	–	28.545,26
Total do passivo circulante	**28.069,72**	**1.175.454,10**
Redução de capital a pagar	1.000.000,00	10.000.000,00
Total do passivo não circulante	**1.000.000,00**	**10.000.000,00**
Capital Social	196.755.862,00	186.755.862,00
Redução de Capital	(141.000.000,00)	(140.000.000,00)
Prejuízos acumulados	(55.455.324,55)	(55.585.107,62)
Total do patrimônio líquido	**300.537,45**	**(8.829.245,62)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.328.607,17**	**2.346.208,48**

Demonstração do Resultado

Descrição	12/2023	12/2022
Custo do imóvel vendido	–	23.844,11
Lucro bruto	**–**	**23.844,11**
Despesas operacionais administrativas	(28.193,27)	(4.688.808,89)
Despesas tributárias	(2.723,72)	(69.553,03)
Tot. Desp. Operacionais	**(30.916,99)**	**(4.758.361,92)**
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**(30.916,99)**	**(4.734.517,81)**
Receita financeira	161.780,63	294.744,65
Despesa financeira	(0,07)	(56.128,49)
Resultado financeiro	161.780,56	238.616,16
(=) Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	**130.863,57**	**(4.495.901,65)**
Imposto de renda	(675,31)	–
Contribuição social	(405,19)	–
(=) Lucro ou prejuízo líquido Do exercício	**129.783,07**	**(4.495.901,65)**

Demonstração do Resultado Abrangente

Descrição	12/2023	12/2022
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	**129.783,07**	**(4.495.901,65)**
Outros resultados abrangentes	–	–
(=) Resultado abrangente do exercício	**129.783,07**	**(4.495.901,65)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**46.755.862**	**(51.089.206)**	**(4.333.344)**
Prejuízo do exercício	–	(4.495.902)	(4.495.902)
Saldos em 31/12/2022	**46.755.862**	**(55.585.108)**	**(8.829.246)**
Prejuízo do exercício	–	129.783	129.783
Aumento de capital	10.000.000	–	10.000.000
Redução de capital	(1.000.000)	–	(1.000.000)
Saldos em 31/12/2023	**55.755.862**	**(55.455.325)**	**300.537**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Das atividades operacionais	12/2023	12/2022
Prejuízo antes do IR e CS	130.863,57	94.495.901,65)
(Acréscimo)/decréscimo em ativos		
Impostos a recuperar	(35.549,35)	(60.363,84)
Acréscimo/(decréscimo) em passivos		
Fornecedores	(32.389,17)	(691.197,64)
Tributos a pagar	(737,56)	–
Outras contas a pagar	(1.085.712,39)	1.085.712,39
Débitos diversos	(28.545,26)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.080,50)	(4.942.230,13)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(1.053.150,66)**	**(9.103.980,87)**
Das atividades de financiamento		
Aumento de capital	9.000.000,00	–
Redução de capital a pagar	(9.000.000,00)	–
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(1.053.150,66)**	**(9.103.980,87)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.139.279,09	11.243.259,96
No fim do exercício	1.086.128,43	2.139.279,09
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(1.053.150,66)**	**(9.103.980,87)**

Administrador
João Rodrigues Teixeira Junior - CPF: 036.293.778-82

Contador
Fernando Lucas Correa da Silva - CRC: 1SP262012/O-1

Pinbank Holding S.A.

CNPJ nº 25.260.321/0001-56 - NIRE 35300504453 - Companhia de Capital Fechado

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Convidam-se os Srs. acionistas da **Pinbank Holding S.A.,** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de forma presencial, na sede social, na Av. Paulista, 1063, 4º andar, Conjunto 401, em São Paulo/SP, a realizar-se às 10:00 horas do dia 3 de maio de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, em Assembleia Geral Ordinária: **1)** leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2023; **2)** destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício; **3)** eleição dos diretores da Companhia; e **4)** fixação dos honorários da diretoria para o exercício de 2024. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, os documentos de que trata o art. 133 da Lei nº 6.404/76. Caso não possa comparecer, o Acionista poderá nomear um representante mediante encaminhamento de procuração específica para tal fim. Esclarece-se, todavia, que a procuração deverá conter firma reconhecida do outorgante para a adequada e segura verificação da identidade do outorgante. Por fim, não será aceita procuração com assinatura eletrônica ou digital.

São Paulo, 23 de Abril de 2024. **Anderson Cicotoste e Marcelo Gonzaga Rocha,** Diretores

Combio Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.376.555/0001-96 - NIRE 35.300.358.813

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 11 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 11 dias do mês de abril de 2024, às 09h15min, na sede social da **Combio Energia S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 3º Andar, Conjuntos 31 a 36, Pinheiros, CEP 05.416-000 ("Companhia" e "Reunião", respectivamente). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Paulo Antonio Skaf Filho; Secretária: Nicole Miranda Barbosa. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** abertura da filial da Companhia localizada na Cidade Monte Mor, Estado de São Paulo, na Estrada Campinas Monte Mor, s/n, Km 19 mais 2, Km de Terra, Jardim San Remo, CEP 13.197-000 ("Filial Monjolo") e definição das atividades principais e secundárias, e respectivos códigos de Classificação Nacional das Atividades Econômicas ("CNAE"), da Filial Monjolo da seguinte forma ("Atividades da Filial Monjolo"): **(a)** a atividade principal será *"Extração de Madeira em Florestas Plantadas"* (CNAE 02.10-1-07); e **(b)** as atividades secundárias serão *"Cultivo de Eucalipto"* (CNAE 02.10-1-01), *"Comércio Atacadista de Matéria Prima Agrícolas Não Especificados Anteriormente" (CNAE 46.23-1-99), "Comércio Atacadista de Matéria e Produtos Derivados" (CNAE 46.71-1-00) e "Serrarias sem Desdobramento de Madeira"* (CNAE 16.10-2-04). **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, os Diretores deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, na forma do artigo 15(iv) do Estatuto Social da Companhia, o quanto segue: **(i)** aprovar a abertura, pela Companhia, da Filial Monjolo e a definição das Atividades da Filial Monjolo. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e, por todos os presentes, assinada. Mesa: Paulo Antonio Skaf Filho *(Presidente)*; Nicole Miranda Barbosa *(Secretária)*; Diretores Presentes: Paulo Antonio Skaf Filho, Roberto de Carvalho Veras Junior e Daniel Szlak. São Paulo (SP), 11 de abril de 2024. *A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Mesa: **Paulo Antonio Skaf Filho -** *Presidente e Diretor*; **Nicole Miranda Barbosa -** *Secretária.* Diretores: **Roberto de Carvalho Veras Junior, Daniel Szlak. JUCESP/NIRE FILIAL** nº 3590676292-7 em 22/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral e **JUCESP** nº 186.175/24-3 em 22/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

P3F3 Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ nº 23.317.899/0001-76

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em R$ - Reais)

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Circulante	**7.448,23**	**22.886,01**
Caixa e equivalentes de caixa	6.842,18	17.264,42
Impostos a Recuperar	606,05	5.621,59
Não Circulante	**22.496.719,88**	**22.427.758,14**
Coligadas e Controladas	22.470.516,42	22.427.758,14
Adiantamento p/ Aumento de Capital	26.203,46	–
Total do Ativo	**22.504.168,11**	**22.450.644,15**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Passivo/Circulante	**548,23**	**518,98**
Impostos a Recolher	548,23	518,98
Não Circulante	**300.000,00**	**300.000,00**
Contas a Pagar Partes relacionadas	300.000,00	300.000,00
Patrimônio Líquido	**22.203.619,88**	**22.150.125,17**
Capital Social Integralizado	23.876.500,00	23.111.278,57
Capital Social a Integralizar	(316.721,43)	–
Recursos Adiantamento p/ Aumento de Capital	–	203.500,00
Prejuízos Acumulados	(1.356.158,69)	(1.164.653,40)
Total do Passivo	**22.504.168,11**	**22.450.644,15**

Demonstração do Resultado	2023	2022
(+/–) Despesas/Receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(97.557,27)	(97.481,76)
Equivalência Patrimonial	(94.538,26)	(95.838,65)
(=) Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**(192.095,53)**	**(193.320,41)**
(+) Receitas financeiras	597,65	–
(–) Despesas financeiras	(7,41)	–
(=) Resultado Antes do IR e CS	**(191.505,29)**	**(193.320,41)**
(–) IR e CS	–	–
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**(191.505,29)**	**(193.320,41)**

BPO Innova RJ Serviços Contábeis - CRC RJ 006512/O-5
João Rodrigues Teixeira Jr.
CPF: 036.293.778-82 - Administrador
José Carlos Ramalhete Dias
CRC RJ 111345/O-1 - Contador Responsável

Meistercorp Construtora e Incorporadora S.A.

CNPJ 08.776.950/0001-14

**Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de

Superlógica Tecnologias S.A.

CNPJ: 04.833.541/0001-51

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Superlógica, Juntos Somos Super! O ano de 2023 representou um grande avanço para consolidar nossa presença que empodera nossos clientes diretos, as administradoras de condomínios e imobiliárias. Seja por meio do crescimento orgânico sustentado por nossa força de vendas, atendendo em todo o Brasil, quanto pelo crescimento das empresas adquiridas nos anos anteriores, que também contribuem para o desenvolvimento destes mercados, com consequente aumento de eficiência e rentabilidade para nossos parceiros e clientes. Continuamos com o aprofundamento das automatizações que otimizam as operações dos nossos clientes, liberando tempo para eles atenderem outras demandas dos moradores principalmente para melhorar a convivência nos condomínios. Consolidamos o produto Inadimplência Zero, endereçando uma das maiores queixas dos moradores de condomínios que é a inadimplência condominial. **Destaques Operacionais:** Durante o exercício de 2023 a controladora Superlógica incorporou as empresas Ahreas e First Control e a controlada Superlógica Imobiliárias incorporou as controladas indiretas Arbo e Simbo. Todas as transações ocorridas em 2023 fazem parte do planejamento estratégico de longo prazo, que busca otimização e eficiência operacional, além de um aumento de portfólio de produtos, buscando atender por meio da tecnologia as necessidades de nossos clientes e parceiros. **Destaques Financeiros:** No ano de 2023 o Grupo apresentou um crescimento representativo nas suas receitas, atingindo o montante de R$345 milhões, ou seja, 30% em relação ao ano anterior, por meio do consistente crescimento orgânico, principalmente com os clientes provenientes de aquisições anteriormente realizadas e bem-sucedidas de negócios complementares e as operações de IZ. **Projetos em andamento:** Em 2023 centralizamos a gestão de todas as empresas do grupo em um único e eficiente sistema de gestão empresarial integrada. Com isso, foram internalizadas as contabilidades de todas as empresas do Grupo Superlógica, com o intuito de reduzir o ciclo de fechamento contábil, melhorar a gestão financeira e a análise de rentabilidade, além de fortalecer a estrutura de sistemas da companhia de modo a acompanhar o crescimento do negócio. **Agradecimentos:** A Administração agradece a fidelidade e confiança de nossos clientes, parceiros, fornecedores e investidores; em especial, agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação, competência e superação demonstrados neste ano de trabalho.

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	134.480	14.980	78.328	133.050
Títulos e valores mobiliários	–	–	153.873	–
Contas a receber de clientes	1.494	895	3.609	4.319
Transações de cartão a receber	–	–	62.039	42.289
Direitos creditórios	98.898	51.253	98.898	51.253
Tributos a recuperar	1.336	2.809	3.429	5.981
Adiantamentos diversos	4.893	1.480	6.318	3.012
Dividendos a receber	460	1.094	–	–
Partes relacionadas	6.920	–	–	–
Outros ativos	5.168	4.969	5.962	6.355
Total circulante	**253.649**	**77.480**	**412.456**	**246.259**
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários	–	–	62.913	–
Partes relacionadas	11.021	12.716	–	–
Depósitos judiciais	–	–	25	134
Investimentos	30.280	138.224	–	–
Imobilizado	4.508	4.774	7.543	10.077
Intangível	125.372	25.442	161.338	162.458
Direito de uso	2.375	2.886	2.375	2.886
Total não circulante	**173.556**	**184.042**	**234.194**	**175.555**
Total ativo	**427.205**	**261.522**	**646.650**	**421.814**

Passivo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores	2.008	2.944	6.753	8.092
Arrendamento mercantil a pagar	658	573	658	573
Salários, férias e encargos sociais	14.955	11.967	27.316	27.601
Impostos e contribuições a recolher	3.485	2.006	5.822	4.448
Imposto renda e contribuição social	285	17	668	341
Repasse de terceiros	18	219	130.080	134.522
Contas a pagar de aquisições	9.381	299	9.381	486
Depósitos e demais instrumentos financeiros	–	–	66.699	–
Outros passivos	5.987	2.306	6.398	3.004
Dividendos a pagar	–	–	–	4
Total circulante	**36.777**	**20.331**	**253.775**	**179.071**
Não circulante				
Arrendamento mercantil a pagar	2.012	2.460	2.011	2.460
Partes relacionadas	–	11	–	–
Provisão para riscos	53	134	1.639	182
Contas a pagar de aquisições	33.692	43.300	33.692	43.300
Total não circulante	**35.757**	**45.905**	**37.343**	**45.942**
Patrimônio líquido				
Capital social	399.831	249.831	399.831	249.831
Reserva de capital	19.844	21.287	19.844	21.287
Reserva legal	4	4	4	4
Dividendos a distribuir	–	–	–	–
Lucros (prejuízos) acumulados	(65.008)	(75.836)	(65.008)	(75.836)
Patrimônio líquido dos controladores	354.671	195.286	354.671	195.286
Participação de não controladores	–	–	861	1.515
Total patrimônio líquido	**354.671**	**195.286**	**355.532**	**196.801**
Total passivo e patrimônio líquido	**427.205**	**261.522**	**646.650**	**421.814**

Demonstrações do resultado	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	109.076	75.381	309.624	236.911
Custos dos serviços prestados	(22.207)	(16.308)	(83.705)	(70.539)
Lucro bruto	86.869	59.073	225.918	166.372
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(73.410)	(84.416)	(212.465)	(207.752)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.674)	(2.407)	(10.423)	(1.683)
Equivalência patrimonial	(1.988)	(8.982)	–	–
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	**6.797**	**(36.732)**	**3.030**	**(43.063)**
Despesas financeiras	(6.428)	(4.328)	(1.700)	(2.119)
Receitas financeiras	12.293	7.968	13.145	16.822
Resultado financeiro	**5.865**	**3.640**	**11.445**	**14.703**
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**12.662**	**(33.092)**	**14.475**	**(28.360)**
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.834)	(70)	(4.304)	(7.537)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível	10.828	(33.162)	10.171	(35.897)
Resultado do exercício atribuível a:				
Controladora	10.828	(33.162)	10.828	(33.162)
Acionistas não controladores	–	–	(658)	(2.735)
	10.828	(33.162)	10.171	(35.897)

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível	**10.828**	**(33.162)**	**10.171**	**(35.897)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultados abrangentes do exercício	**10.828**	**(33.162)**	**10.171**	**(35.897)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do IR e CS	12.662	(33.092)	14.475	(28.360)
Depreciação e amortização	3.740	2.628	8.421	7.416
Baixa de ativo imobilizado e intangível	222	9	1.387	117
Provisão para perdas de créditos estimados	5.211	1.707	5.558	1.707
Provisão (reversão) para contingências	(80)	(181)	1.457	(333)
Receita financeira sobre direitos creditórios	(1.540)	(1.597)	(1.540)	(1.597)
Resultado financeiro sem efeito caixa	(25)	–	(227)	–
Equivalência patrimonial	1.988	8.982	–	–
Variações no ativo e passivo:				
Redução (aumento) em contas a receber	(1.258)	(254)	(314)	(1.988)
Redução (aumento) em Impostos a recuperar	3.151	(1.671)	2.552	(3.071)
Redução (aumento) em direitos creditórios	(50.639)	(51.350)	(50.638)	(46.845)
Redução (aumento) em adiantamentos diversos	(2.765)	4.486	(3.306)	2.954
Redução (aumento) em transações de cartão a receber	–	–	(21.325)	(3.599)
Redução (aumento) em outros ativos	(200)	(4.931)	393	(4.812)
Redução (aumento) em transações com partes relacionadas	(1.662)	(63)	–	–
Aumento em depósitos judiciais	–	–	109	–
Aumento (redução) em fornecedores	(991)	(412)	(1.339)	4.057
Aumento (redução) em salários, férias e encargos	105	2.673	(285)	11.292
Aumento em impostos e contribuições a recolher	1.423	838	1.374	2.075
Aumento (redução) em impostos em repasse a terceiros	(201)	219	(2.867)	219
Aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros	–	–	66.699	–
Aumento (redução) em outros passivos	3.930	(6.440)	4.077	2.181
Pagamento de IRPJ e CSLL	(1.834)	–	(4.304)	(6.678)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas Atividades operacionais	(28.763)	(78.449)	(20.356)	(65.265)
Atividades de investimento:				
Títulos e valores mobiliários - aplicação	–	4.440	(198.451)	–
Títulos e valores mobiliários - resgate	–	–	(18.335)	–
Aumento de capital em controlada	(2.776)	–	–	
Contas a pagar por aquisição de controladas	(299)	(2.971)	(486)	(6.430)
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	7.301	(1.094)	–	–
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(3.746)	(7.461)	(5.404)	(10.005)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas Atividades de Investimento	480	(7.086)	(222.676)	(16.435)
Caixa líquido de incorporação	26	–	–	–
Atividades de financiamento:				
Pagamento de empréstimo	–	–	–	(18)
Pagamento de arrendamentos	(801)	(356)	(599)	(767)
Integralização e aumento de capital	149.670	2.598	149.670	2.598
Pagamento baseado em ações	627	542	627	542
Participação de não controladores	–	–	(362)	1.132
Reserva de capital	(1.740)	–	(1.740)	–
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	147.757	2.784	147.597	3.487
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	119.500	(82.751)	(54.722)	(78.213)
Saldo de caixa e equivalente de caixa inicial	14.980	97.731	133.050	211.263
Saldo de caixa e equivalente de caixa final	134.480	14.980	78.328	133.050
Aumento no caixa e equivalente de caixa	119.500	(82.751)	(54.722)	(78.213)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital: Reserva de capital	Reserva de capital: Pagamento baseado em ações	Reserva de capital: Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**247.233**	**–**	**7.149**	**1.022**	**4**	**(42.674)**	**212.734**	**387**	**213.121**
Aumento de capital social	2.598	–	–	–	–	–	2.598	3.379	5.977
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	–	542	–	–	542	–	542
Transações entre acionistas	–	–	12.574	–	–	–	12.574	484	13.058
Prejuízos do exercício	–	–	–	–	–	(33.162)	(33.162)	(2.735)	(35.897)
Em 31 de dezembro de 2022	**249.831**	**–**	**19.723**	**1.564**	**4**	**(75.836)**	**195.286**	**1.515**	**196.801**
Aumento de capital social	150.000	–	–	–	–	–	150.000	–	150.000
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	–	627	–	–	627	4	631
Recompra de ações	(1.740)	1.740	(1.740)	–	–	–	(1.740)	–	(1.740)
Gastos com emissão de ações	–	–	(330)	–	–	–	(330)	–	(330)
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	10.828	10.828	(658)	10.171
Em 31 de dezembro de 2023	**398.091**	**1.740**	**17.653**	**2.191**	**4**	**(65.008)**	**354.672**	**861**	**355.533**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A Superlógica Tecnologias S.A. (a "Companhia" ou a "Controladora") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Joaquim Vilac, nº 501, no bairro Vila Teixeira, no município de Campinas - SP, tendo seu registro deferido na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 12 de novembro de 2001. A Companhia e suas controladas ("Grupo Superlógica" ou o "Grupo") tem por objetivo, diretamente ou mediante a participação em outras sociedades, o desenvolvimento e oferecimento de sistemas SaaS - *Software as a Service* de gestão para administradores de condomínios, imobiliárias, e para negócios que efetuam cobrança de assinaturas e pagamentos recorrentes. Adicionalmente, o Grupo oferece soluções de meios de pagamentos integradas com sistemas (boleto e cartão de crédito), conta digital, serviços financeiros de garantia de arrecadação para condomínios, sistemas de controle de acesso, dentre outros, contando com atuação em todo território nacional. A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pelos acionistas em 10 de abril de 2024.

A Diretoria

Contadora: Caroline Olivi de Abreu Machado - CRC SP-264947/O-5

BREF III Empreendimentos Imobiliários 9 S.A.

CNPJ nº 30.757.209/0001-65

Demonstrações Financeiras para o Período de 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	12/2023	12/2022
Caixa equivalentes de Caixa	45.111,95	79.451,79
Impostos e contribuições a recuperar	6.032,58	4.769,84
Contas a receber de partes relacionadas	2.727.876,77	2.181.252,54
Total do Ativo Circulante	**2.779.021,30**	**2.265.474,17**
Investimento	228.961.609,50	229.722.759,15
Total do Ativo não Circulante	**228.961.609,50**	**229.722.759,15**
Total do Ativo	**231.740.630,80**	**231.988.233,32**

Passivo	12/2023	12/2022
Tributos a pagar	8,07	676,55
Total do Passivo Circulante	**8,07**	**676,55**
Capital Social	215.610.500,00	215.610.500,00
Transação de capital entre os sócios	152.927,82	152.927,82
Lucros acumulados	15.977.194,91	16.224.128,95
Total do Patrimônio Líquido	**231.740.622,73**	**231.987.556,77**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**231.740.630,80**	**231.988.233,32**

Demonstrações de Resultado

Descrição	12/2023	12/2022
Despesas gerais, administrativas e comerciais	87.300,85	140.745,89
Despesas tributárias	209,45	195,38
Resultado de equivalência patrimonial	7.343.308,17	8.039.622,16
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**7.255.797,87**	**7.898.680,89**
Receita financeira	5.101,69	4.302,07
Despesa financeira	0,01	0,24
(=) Lucro ou prejuízo líquido do exercício	7.260.899,55	7.902.982,72

Administrador - João Rodrigues Teixeira Junior
CPF: 036.293.778-82

MP Cont Sociedade Simples Ltda. - CRC nº 2 SP 028370
Anderson Mesquita Ianome - CRC nº 1SP 258308/O-9

FÓTON INFORMÁTICA S.A.

CNPJ: 38.022.174/0001-28 -NIRE JCF: 53.3.0000726-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras Individuais, correspondente ao exercício findo em 31/12/2023. As notas explicativas completas se encontram a disposição na sede da Companhia. Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias, bem como para esclarecimentos suplementares.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

BALANÇO PATRIMONIAL

DESCRIÇÃO	2023	2022
ATIVO	**40.877.898,69**	**33.209.814,70**
ATIVO CIRCULANTE	**35.007.339,10**	**28.158.993,65**
Caixa e equivalentes de caixa	7.758.314,93	3.752.013,31
Créditos	13.710.573,24	17.042.859,70
Outros Créditos	13.538.450,93	7.364.120,64
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**5.870.559,59**	**5.050.821,05**
Realizável a Longo Prazo	1.447.312,91	1.252.935,14
Imobilizado	1.832.773,09	1.197.844,20
Intangível	2.590.473,59	2.600.041,71

DESCRIÇÃO	2023	2022
PASSIVO	**40.877.898,69**	**33.209.814,70**
PASSIVO CIRCULANTE	**20.977.948,40**	**13.865.652,87**
Fornecedores	1.425.593,89	1.243.953,91
Obrigações Fiscais/Trabalhistas	9.456.398,20	5.978.759,80
Outras Obrigações	2.390.247,27	1.492.454,49
Provisões	7.705.709,04	5.150.484,67
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**4.391.466,34**	**3.927.463,41**
Tributos Diferidos	2.974.121,89	2.880.280,89
Obrigações Fiscais	1.417.344,45	1.047.182,52
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15.508.483,95**	**15.416.698,42**
Capital Social	7.860.855,01	7.860.855,01
Reservas de Lucros	7.647.628,94	7.555.843,41

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2023	2022
RECEITA OP. BRUTA	**154.226.993,04**	**88.127.670,48**
(-) DEDUÇÕES REC. BRUTA	**(12.604.111,38)**	**(8.279.809,76)**
(-)CANCELAMENTOS	**(30.381.835,48)**	**(6.640.039,78)**
= RECEITA OP. LÍQUIDA	**111.241.046,18**	**73.207.820,94**
(-) Custos dos serviços prestados	(95.241.739,63)	(59.336.909,88)
= LUCRO OP. BRUTO	**15.999.306,55**	**13.870.911,06**
(-) Despesas operacionais	(11.536.868,52)	(9.575.104,90)
= RESULTADO LÍQUIDO	**4.462.438,03**	**4.295.806,16**
(+)Despesas Financeiras	1.069.996,20	784.770,16
=LUCRO LÍQ. ANTES DO IR/CS	**5.532.434,23**	**5.080.576,32**
(-) Provisão para IRPJ e CSLL	(803.370,26)	(492.927,72)
=RESULTADO APÓS IR/CSLL	**4.729.063,97**	**4.587.648,60**
Participação no Lucro - PLR	(780.768,46)	(784.946,68)
=LUCRO LÍQ. DO EXERCÍCIO	**3.948.295,51**	**3.802.701,92**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Realizado	Ações em tesouraria	Reservas Legal	Reserva de Lucros	Lucros/Prej. Acumulados	TOTAL
Saldos em 31/12/2021	**8.500.773,51**	**(639.918,50)**	**448.103,03**	**6.821.451,90**	**-**	**15.130.409,94**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.802.701,92	3.802.701,92
Reserva Legal	-	-	190.135,10	-	(190.135,10)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(911.289,32)	(911.289,32)
Destinação de Lucro	-	-	-	2.701.277,50	(2.701.277,50)	-
Pagamento de Dividendos	-	-	-	(2.605.124,14)	-	(2.605.124,14)
Saldos em 31/12/2022	**8.500.773,51**	**(639.918,50)**	**638.238,13**	**6.917.605,26**	**-**	**15.416.698,40**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.948.295,51	3.948.295,51
Reserva Legal	-	-	197.414,78	-	(197.414,78)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(901.819,85)	(901.819,85)
Destinação de Lucro	-	-	-	2.849.060,89	(2.849.060,89)	-
Pagamento de Dividendos	-	-	-	(2.954.690,11)	-	(2.954.690,11)
Saldos em 31/12/ 2023	**8.500.773,51**	**(639.918,50)**	**835.652,90**	**6.811.976,04**	**-**	**15.508.483,95**

Demonstrações Contábeis auditadas pela União auditores independentes s/s. CRC-DF 501/O-1, CMV 6785 e registradas na JCDF em 22/04/2024 registro de nº 2532558. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - Método Indireto

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro Líq. antes IR/CSLL	**5.532.434,23**	**5.080.576,32**
(+) Depreciação e amortização	420.163,61	259.352,32
(+) Reversão de provisões operac.	-	379.495,46
(-) Participação no Lucros PLR	(780.768,46)	(784.946,68)
(±) Diminuição de contas a receber	3.332.286,46	(4.981.224,52)
(±) Aumento de outros créditos	(6.174.330,29)	(302.811,21)
(±) Aumento de demais ativos	(194.377,77)	(215.430,38)
(±) Aumento de fornecedores	181.639,98	250.909,50
(±) Aumento de obrigações fiscais e trabalhistas	3.477.638,40	1.828.356,75
(±) Aumento de Outras Obrigações	23.944,16	61.353,51
(±) Aumento nos demais passivos	2.925.386,30	1.243.668,76
(±) Aumento nos tributos diferidos	62.608,24	470.106,25
(-) IRPJ e CSLL Pagos	(772.137,50)	(716.804,30)
(=) Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	**8.034.487,36**	**2.572.601,79**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**2023**	**2022**
(±) Aumento do Intangível	9.568,12	12.478,08
(±) Aumento do Imobilizado	(1.055.092,50)	(704.350,54)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento	**(1.045.524,38)**	**(691.872,46)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(-) Pagamento Dividendos e JCP	(2.982.661,35)	(2.605.652,60)
(=) Caixa Líquido das atividades de financiamento	**(2.982.661,35)**	**(2.605.652,60)**
(=) Fluxo de Caixa Total	**4.006.301,63**	**(724.923,28)**
Saldo do Disponível no Início do Exercício	3.752.013,30	4.476.936,59
Saldo do Disponível no Final do Exercício	7.758.314,93	3.752.013,31
(=) Aumento (Diminuição) Das Disponibilidades	**4.006.301,63**	**(724.923,28)**

DIRETOR DE ASSUNTOS CORPORATIVOS
Daniel Silveira Carneiro RG 1.***.**7 SSP/DF

CONTADOR
Edson Silva de Oliveira - CRC 025120/O-8 DF

Meribaspe II Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ 26.219.544/0001-32 - NIRE 35.300.498.569

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 06 de Fevereiro de 2024

1. Data, Hora e Local: ao 6º dia do mês de fevereiro de 2024, às 10h00, na sede social da **Meribaspe II Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 514, 10 andar, conjunto 102, sala 32, Jardim Europa, CEP 01455-000. **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa: Presidente** - Sr. Arthur José de Abreu Pereira; **Secretário** - Sr. André Ferreira de Abreu Pereira. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) a realização pela Companhia, de uma operação estruturada de captação de recursos de terceiros no mercado de capitais brasileiro ("**Operação**"), mediante a emissão de notas comerciais escriturais ("**Emissão**" e "**Notas Comerciais**", respectivamente), na forma do respectivo termo de emissão ("**Termo de Emissão**"), a serem subscritas pela **Virgo Companhia de Securitização S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 08.769.451/0001-08, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-030 ("**Securitizadora**"); a emissão, pela Securitizadora, de cédulas de crédito imobiliário representativas da totalidade dos créditos imobiliários decorrentes das Notas Comerciais, conforme previsto no Termo de Emissão ("**Créditos Imobiliários**"), na forma do *Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integral, Sem Garantia Real, Sob a Forma Escritural* ("**Escritura de Emissão de CCI**"); e a vinculação dos Créditos Imobiliários, pela Securitizadora, como lastro dos certificados de recebíveis imobiliários, na forma do termo de securitização a ser celebrado entre a Securitizadora e o agente fiduciário ("**Termo de Securitização**"); (ii) a constituição, pela Companhia, de determinadas garantias para assegurar o integral e fiel cumprimento de todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Operação ("**Obrigações Garantidas**"), incluindo (ii.1) a alienação fiduciária dos imóveis previstos no *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças*, a ser celebrado pela Companhia e pela Securitizadora ("**Alienação Fiduciária de Imóvel**"); (ii.2) a outorga da cessão fiduciária de direitos creditórios definidos no Termo de Emissão e nos Documentos da Operação, na forma prevista no *Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*, a ser celebrado pela Companhia, pela Securitizadora e outros ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**"); (ii.3) a constituição de fundo recursos necessários para fazer frente ao pagamento de despesas da Operação durante a Operação ("**Fundo de Despesas**"), fundo de recursos necessários para conclusão das obras do Empreendimento ("**Fundo de Obras**") e fundo de recursos necessários para fazer frente a eventuais inadimplências pecuniárias da Companhia e/ou dos garantidores durante a Operação ("**Fundo de Reserva**"; e em conjunto com Fundo de Despesas e Fundo de Obras, "**Fundos**"), cada qual na forma prevista no Termo de Emissão; e (ii.4) quaisquer outras garantias que sejam exigidas da Companhia no âmbito da Operação, em favor da Securitizadora ("**Garantias Adicionais**"), por força e nos termos de todos os instrumentos firmados no âmbito da Operação ou a ela relacionados, que compreendem o Termo de Emissão, a Escritura de Emissão de CCI, o Termo de Securitização, garantias e demais instrumentos correlatos, inclusive eventuais aditamentos, os quais deverão ser sempre interpretados em conjunto ("**Documentos da Operação**"); (iii) a anuência da Companhia à alienação fiduciária de ações detidas pelos acionistas da Companhia, representativas da totalidade de seu capital social, na forma do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Participações em Garantia e Outras Avenças*, a ser celebrado entre os sócios da Companhia e a Securitizadora, com anuência da Companhia ("**Alienação Fiduciária de Participações**" e "**Contrato de Alienação Fiduciária de Participações**", respectivamente), de modo a assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas; (iv) a autorização à Diretoria da Companhia para implementar as medidas necessárias conforme as deliberações a serem tomadas com relação à Operação; e (v) a ratificação dos atos praticados pela Diretoria da Companhia referentes à Operação. **5. Deliberações:** após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem restrições: (i) aprovar a Emissão das Notas Comerciais pela Companhia, com as seguintes características e condições principais, e que serão detalhadas e reguladas por meio da celebração do Termo de Emissão, bem como a realização da Operação pela Companhia, mediante a celebração dos Documentos da Operação pertinentes, inclusive eventuais aditamentos que se fizerem necessários: **(a) Número de Emissão:** a Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais da Companhia; **(b) Número de Séries:** a Emissão das Notas Comerciais será realizada em série única; **(c) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão é de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, abaixo definida; **(d) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão, abaixo definida; **(e) Quantidade de Notas Comerciais:** serão emitidas 100.000 (cem mil) Notas Comerciais; **(f) Destinação dos Recursos:** os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão das Notas Comerciais serão integralmente utilizados para custeio de despesas imobiliárias, diretamente atinentes à aquisição, construção e/ou reforma de empreendimentos imobiliários desenvolvidos pela Companhia, na forma prevista no Termo de Emissão; **(g) Local de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, o local da Emissão das Notas Comerciais é a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **(h) Data de Emissão:** a data de emissão das Notas Comerciais será aquela prevista no Termo de Emissão; **(i) Prazo e Data de Vencimento:** as Notas Comerciais terão o prazo previsto no Termo de Emissão; **(j) Comprovação de Titularidade:** para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será definida conforme o registro realizado pelo Escriturador, observado o disposto na Lei nº 14.195/2021 e no Termo de Emissão; **(k) Registro para Colocação e Negociação:** a colocação das Notas Comerciais será realizada de forma privada exclusivamente para a Securitizadora, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não; e não contará com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação das Notas Comerciais em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvada a possibilidade de negociação privada; **(l) Subscrição:** as Notas Comerciais serão subscritas pela Securitizadora, mediante a assinatura do respectivo boletim de subscrição; **(m) Resgate:** o resgate das Notas Comerciais, seja antecipado, facultativo ou não, ou programado, ocorrerá conforme as hipóteses previstas no Termo de Emissão; **(n) Garantia Fidejussória:** as Notas Comerciais contarão com garantia fidejussória, na forma de aval, na forma prevista no Termo de Emissão; **(o) Garantias Reais:** as Notas Comerciais contarão com garantia real, representada pela Alienação Fiduciária de Imóvel, pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e pela Alienação Fiduciária de Participações, na forma prevista no Termo de Emissão e nos Documentos da Operação; **(p) Outras Garantias:** as Notas Comerciais terão ainda, como garantias, a constituição de Fundo de Despesa, Fundo de Reserva e Fundo de Obra, cada qual na forma prevista no Termo de Emissão; **(q) Data de Integralização:** qualquer data que ocorrer uma integralização de Notas Comerciais pela Securitizadora, na forma prevista no Termo de Emissão; **(r) Integralização:** as Notas Comerciais serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, exclusivamente com recursos oriundos de integralizações dos CRI, pelo Preço de Integralização, nas respectivas Datas de Integralização, na forma prevista no Termo de Emissão; **(s) Vencimento Antecipado:** a Securitizadora poderá considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis as obrigações da Companhia decorrentes do Termo de Emissão, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no Termo de Emissão, observados os prazos de cura aplicáveis estabelecidos no Termo de Emissão; **(t) Encargos Moratórios:** em caso de mora de qualquer das obrigações pecuniárias previstas no Termo de Emissão, a Companhia ficará, de forma imediata e independentemente de qualquer notificação, pelo período que decorrer da data da efetivação da mora até a efetiva liquidação da dívida, sujeita ao pagamento dos seguintes encargos moratórios, calculados, cumulativamente, da seguinte forma: multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo total vencido e não pago; juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidente sobre o valor em atraso; e reembolso de quaisquer despesas comprovadamente incorridas na cobrança do crédito, na forma prevista no Termo de Emissão; **(u) Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada positiva do IPCA, na forma prevista no Termo de Emissão; **(v) Remuneração:** as Notas Comerciais farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios equivalentes a 9% (nove por cento) ao ano, com base em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e será calculada de acordo com a respectiva fórmula constante do Termo de Emissão; **(w) Amortização:** a amortização das Notas Comerciais, seja ordinária ou extraordinária, facultativa ou não, será realizada de acordo com as regras previstas no Termo de Emissão; **(x) Periodicidade de Pagamentos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A3A7-6011-1DB6-DA3F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A3A7-6011-1DB6-DA3F

Hash do Documento

B7A4F8445FD0C2B64EE2D169297CB808841C8E201B5A18BA2BB2DF90B3380A24

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 27/04/2024 00:29 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03